

**ACTA DA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BRAGANÇA**



**REALIZADA EM 28 DE ABRIL DO ANO 2008,
NO
AUDITÓRIO «PAULO QUINTELA»
DE
BRAGANÇA**

SIGLAS

| | |
|---------------|---|
| AMAT | Associação de Municípios Alto Tâmega |
| AMTFNT | Associação de Municípios da Terra Fria do Nordeste Transmontano |
| AMTQ | Associação de Municípios da Terra Quente |
| BBVA | Banco Bilbao Vizcaya Argentaria |
| € | Euro |
| CDU | Coligação Democrática Unitária |
| CPCJ | Comissão de Protecção de Crianças e Jovens |
| CMB | Câmara Municipal de Bragança |
| ICN | Instituto de Conservação da Natureza |
| ICNB | Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade |
| INAC | Instituto Nacional de Aeronáutica Civil |
| IVA | Imposto sobre o valor acrescentado |
| PDM | Plano Director Municipal |
| PROCOM | Programa Operacional para o Desenvolvimento do Comércio Português |
| PS | Partido Socialista |
| PSD | Partido Social Democrata |
| STUB | Serviço de Transportes Urbanos de Bragança |
| TAE | Taxa Anual Efectiva |
| UNESCO | Organização das Nações Unidas para as Educação, Ciência e Cultura |
| UTAD | Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro |

Segunda sessão ordinária de 2008 da Assembleia Municipal de Bragança, realizada em 28 de Abril no Auditório «Paulo Quintela» de Bragança

| SUMÁRIO | Pág. |
|---|-------------|
| DIVERSOS: Presenças e faltas..... | 461 |
| MANDATOS: - MEMBROS | |
| A – Assembleia Municipal | |
| JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS | |
| Partido Socialista: | |
| Alzira da Conceição Bento, Henrique da Costa Ferreira..... | 6 |
| Membros convocados: Manuel Gonçalo Esteves, António Borges Fernandes..... | 7 |
| Partido Social Democrata: | |
| José Joaquim Meireles Salgueiro, Martina Isabel Veiga Dias, José Miguel Gonçalves Miranda, Vasco José Gonçalves Vaz..... | 6 |
| Membros Convocados: Maria Olinda Pereira, Armindo José Afonso Rodrigues, Manuel Ferreira de Azevedo Maia, Maria do Amparo Mendes Alves..... | 6 |
| INSTALAÇÃO: | |
| Partido Socialista: António Borges Fernandes..... | 7 |
| Coligação Democrática Unitária: António Alberto Vaz Pereira Morais..... | 7 |
| Presidentes de Junta de Freguesia Jorge dos Santos Moreira , Víctor Manuel Barata..... | 7 |
| MOÇÕES | |
| “Cuidados de Saúde”: Luís Miguel Vale Fernandes Vale | 13 |
| “MOÇÃO DE RECOMENDAÇÃO - Criação de CMJ”: Bruno Veloso | 26 |
| QUORUM - Segunda Sessão Ordinária – 28 de Abril de 2008..... | 6,104 |
| INTERVALO PARA ALMOÇO..... | 104 |
| ORDEM DE TRABALHOS | Pág. |
| 1 -ACTAS - Leitura, discussão e votação da acta da primeira sessão ordinária realizada em 29 de Fevereiro de 2008..... | 9 |
| 2 - PÚBLICO - Período de intervenção..... | 9 |
| 3 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA..... | 1 |
| | 0 |
| 4 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:..... | 37 |
| 4 .1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre o estado e vida do Município..... | 37 |
| 4 .2 – Discussão e deliberação sobre as seguintes propostas da Câmara Municipal de Bragança: | 104 |
| 4 .2.1 - Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano de 2007 e proposta de aplicação de resultados..... | 104 |
| 4.2.2 – Proposta da 1.ª Revisão ao Orçamento Municipal para o ano de 2008..... | 357 |
| 4.2.3 - Contracção de empréstimo de longo prazo (vinte anos), no valor de 1 500 000,00 euros, para financiamento da componente de investimento autárquico referente à execução do projecto de "construção da circular interior da avenida cidade de zamora/ braguinha..... | 363 |
| 4.2.4 - Contracção de empréstimo de curto prazo (1 ano), no valor de 482.300,00 euros, para aquisição de três miniautocarros, para renovação da frota stub..... | 374 |
| 4.2.5 - Alteração ao quadro de pessoal do município de Bragança - criação de dois lugares de técnico superior..... | 381 |
| 4.2.6 - Projecto empresarial na área do ensino e saúde em Bragança - alienação de uma parcela de terreno..... | 396 |
| 4.2.7 – Regulamento para alienação de fogos propriedade do Município de Bragança..... | 454 |
| 4.3 – A solicitação do Grupo Municipal da CDU e nos termos da alínea r) do Art.º 65º do Regimento, discussão sobre: politica cultural municipal..... | 436 |
| 4.4 – Eleição de um Representante da Assembleia Municipal na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Bragança (para substituição de membro demissionário)..... | 461 |

DECLARAÇÕES DE VOTO

| Nome | Página (s) |
|----------------|-------------------|
| Guedes Almeida | 32 |
| José Castro | 18,33,362,434 |
| Luís Pires | 17,357,374,395 |
| Nuno Reis | 18 |

INTERVENÇÕES

| Nome | Página (s) |
|----------------------|--|
| António Afonso | 441 |
| António Almeida | 10,384,389,415,423,435,436,450 |
| António Morais | 20,385,390,393 |
| António Vieira | 336 |
| Bruno Veloso | 26,29,33,95,351,425 |
| Carlos Cadavez | 429 |
| José Castro | 34,333,369,436,452 |
| Lídia Valinho | 432 |
| Júlio Carvalho | 35,36,421,446 |
| Luís Afonso | 16,96,101,339,350,371,427 |
| Luís Fernandes | 419 |
| Luís Pires | 15,25,92,100,345,367,388 |
| Luís Vale | 13,15,333,370,420,448 |
| Nuno Reis | 18,23,387,391,394 |
| Orlando Pontes | 445 |
| Presidente da Câmara | 37,88,318,331,352,367,372,378,379,386,392,409,415,430,451 |
| Presidente da Mesa | 8,9,10,13,14,15,16,17,18,19,22,23,25,26,28,29,30,31,32,33,34,35,37,78,79,81,86,88,92,95,96,100,101,104,318,330,332,333,335,339,345,349,350,351,352,356,357,362,363,367,369,370,372,373,374,378,379,381,384,385,387,388,389,390,391,392,393,394,395,396,409,411,413,414,415,419,420,421,423,425,427,429,430,432,434,435,436,441,445,446,448,450,451,452,461 |
| Primeiro Secretário | 8,22,379 |
| Victor Pereira | 79,391 |

PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

| Nome | Página (s) |
|----------------|-------------------|
| António Vieira | 332,349 |
| José Castro | 81,379,414 |
| Júlio Carvalho | 30,86 |
| Luís Fernandes | 79 |
| Luís Pires | 14,384,411 |
| Nuno Reis | 29 |

.....Aos vinte e oito dias do mês de Abril do ano de dois mil e oito, realizou-se no Auditório “Paulo Quintela” de Bragança, a segunda sessão ordinária da Assembleia Municipal, tendo o seu início às nove horas e trinta minutos e fim às vinte horas, na qual participaram noventa e dois membros dos noventa e nove que a constituem, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

..... **1 -ACTAS - Leitura, discussão e votação da acta da primeira sessão ordinária realizada em 29 de Fevereiro de 2008**

..... **2 - PÚBLICO - Período de intervenção.**

..... **3 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**.....

..... **4 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:**.....

..... **4 .1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre o estado e vida do Município.**

..... **4 .2 – Discussão e deliberação sobre as seguintes propostas da Câmara Municipal de Bragança:**

.....**4 .2.1 - Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano de 2007 e proposta de aplicação de resultados**.....

.....**4.2.2 – Proposta da 1.ª Revisão ao Orçamento Municipal para o ano de 2008**.....

.....**4.2.3 - Contracção de empréstimo de longo prazo (vinte anos), no valor de 1 500 000,00 euros, para financiamento da componente de investimento autárquico referente à execução do projecto de "construção da circular interior da avenida cidade de zamora/ braguinha**.....

.....**4.2.4 - Contracção de empréstimo de curto prazo (1 ano), no valor de 482.300,00 euros, para aquisição de três miniautocarros, para renovação da frota stub**.....

.....**4.2.5 - Alteração ao quadro de pessoal do município de Bragança - criação de dois lugares de técnico superior**.....

.....**4.2.6 - Projecto empresarial na área do ensino e saúde em Bragança - alienação de uma parcela de terreno**.....

..... **4.2.7 – Regulamento para alienação de fogos propriedade do Município de Bragança**.....

..... **4.3 – A solicitação do Grupo Municipal da CDU e nos termos da alínea r) do Artº. 65º. do Regimento, discussão sobre: politica cultural municipal**.....

..... **4.4 – Eleição de um Representante da Assembleia Municipal na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Bragança (para substituição de membro demissionário)**.....

..... **QUORUM** - Verificada a existência de quórum deu-se início aos trabalhos cerca das nove horas e trinta minutos e foram presentes:

..... **EXPEDIENTE: (Alínea n), nº. 1 artigo 46º. A da lei nº. 5-A/2002 de 11 de Janeiro).**

A correspondência recebida que nos pareceu de maior relevância foi enviada aos líderes parlamentares e representante dos Presidentes de Junta de Freguesia, para conhecimento e fins tidos por convenientes. Esta correspondência bem como a restante, encontra-se na pasta respectiva à disposição de todos os membros desta Assembleia.

..... **SUSPENSÃO DE MANDATO (21 DE ABRIL A 30 DE OUTUBRO/2008)**

..... **CDU** - Lídio Alberto Correia.....

..... **RENÚNCIA:**

..... **CDU** - Luís Manuel Pereira Felisberto

..... **MEMBROS QUE PEDIRAM SUBSTITUIÇÃO:**

..... **PSD** : José Joaquim Meireles Salgueiro.....

.....Martina Isabel Veiga Dias.....

.....José Miguel Gonçalves Miranda

.....Vasco José Gonçalves Vaz

..... **PS** : Alzira da Conceição Bento.....

.....Henrique da Costa Ferreira

..... **CDU:** Luís de Sousa Costa.....

.....Leonel Santos Fernandes

..... **MEMBROS CONVOCADOS:**

..... **PSD:** Maria Olinda Pereira

.....Armindo José Afonso Rodrigues

.....Manuel Ferreira de Azevedo Maia.....

.....Maria do Amparo Mendes Alves

.....**PS** : Manuel Gonçalo Esteves.....
.....António Borges Fernandes.....

..... **CDU**: José Manuel Correia Santos Ferreira Castro.....
.....António Alberto Morais

..... **Presidentes de Junta de Freguesia: Sé – Paulo Jorge Almendra Xavier**.....
..... **Santa Maria – Jorge Manuel Esteves Oliveira Novo**

..... **INSTALAÇÕES:**.....

- **ANTÓNIO BORGES FERNANDES** – Eleito pela Lista do Partido Socialista, nascido em 02/06/1970, filho de Domingos Rodrigues Fernandes e de Maria Ermelinda de Bessa Borges Fernandes, natural da Freguesia de Alfarela de Jales, Município de Vila Pouca de Aguiar e residente na Freguesia da Sé, Município de Bragança, portador: Bilhete de Identidade nº. 9340855, emitido pelos Serviços de Identificação Civil de Bragança em 27/01/2004, Cartão de Eleitor nº.16094, emitido pela Comissão recenseadora da Freguesia da Sé, em 26/10/1999 e cartão de Contribuinte nº. 199260800.

- **ANTÓNIO ALBERTO VAZ PEREIRA MORAIS** - Eleito pela Lista da Coligação Democrática Unitária, nascido em 12/11/1948, filho de Manuel de Jesus Morais e de Antónia das Neves Vaz Pereira, natural da Freguesia de Parada, Município de Bragança e residente na Freguesia da Sé, Município de Bragança, portador: Bilhete de Identidade nº. 995251, emitido pelos Serviços de Identificação Civil de Bragança em 14/03/2001, Cartão de Eleitor nº....., emitido pela Comissão Recenseadora da Freguesia, em..... e cartão de Contribuinte nº. 103545069.....

- **JORGE DOS SANTOS MOREIRA (Substituto legal do Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria)** - Eleito pela Lista do Partido Social Democrata, nascido em 25/03/1954, filho de António Manuel Moreira e Fortunata Augusta dos Santos, natural e residente na Freguesia de Santa Maria, Município de Bragança, portador: Bilhete de Identidade nº. 3808132, emitido pelos Serviços de Identificação Civil de Bragança em 14/04/2005, Cartão de Eleitor nº.2036,

emitido pela Comissão Recenseadora da Freguesia de Santa Maria, em 2/01/1979 e Cartão de Contribuinte nº. 103679687.

- VICTOR MANUEL BARATA (Substituto legal do Presidente da Junta de Freguesia da Sé) -

Eleito pela Lista do Partido Social Democrata, nascido em 22/09/1951, filho de César dos Santos Barata e de Maria Isabel Barata, natural da Freguesia de Santa Maria e residente na Freguesia da Sé, ambas do Município de Bragança, portador: Bilhete de Identidade nº. 1923331, emitido pelos Serviços de Identificação Civil de Bragança em 28/03/2006, Cartão de Eleitor nº.14291, emitido pela Comissão Recenseadora da Freguesia da Sé e Cartão de Contribuinte nº. 100141498.

.....**Presidente da Mesa** – Muito bom dia a todos.

.....Informam-me que temos quórum para começar a nossa sessão, e portanto vamos começá-la. Dou as boas vindas a um grupo de 10 alunos do 12.º Ano da Escola Miguel Torga, que nos visitam hoje. Como vêm pela mão da nossa cara colega Madalena Morgado, ela com certeza que se dará ao trabalho de lhes explicar, em linhas gerais, o funcionamento da Assembleia e vou-me eu portanto dispensar disso.

.....Senhor Secretário da Mesa pedia-lhe para dar as informações sobre as substituições que se verificam para a sessão de hoje.....

.....**Primeiro Secretário da Mesa** – Muito bom dia a todos.....

.....Houve as seguintes substituições:

.....No Partido Socialista:

.....Alzira da Conceição Bento substituída por Manuel Gonçalo Esteves; Henrique da Costa Ferreira substituído por António Borges Fernandes.....

.....Na CDU:

.....Luís de Sousa Costa substituído por António Alberto Morais

.....No PSD:

.....José Joaquim Meireles Salgueiro substituído por Maria Olinda Pereira

.....Martina Isabel Veiga Dias, substituída por Armindo José Afonso Rodrigues

.....José Miguel Gonçalves Miranda substituído por Manuel Ferreira de Azevedo Maia

.....Vasco José Gonçalves Vaz substituído por Maria do Amparo Mendes Alves.....

.....Nos Senhores Presidentes de Junta:.....
.....Paulo Jorge Almendra Xavier substituído por Vítor Manuel Barata.....
.....Jorge Manuel E. de Oliveira Novo substituído por Jorge dos Santos Moreira.....
.....Anuncio também que na CDU, Luís Manuel Pereira Felizberto renunciou ao mandato.
Seria ele a estar aqui presente, mas renunciou.....

.....**Presidente da Mesa** - Muito obrigado.
.....O primeiro ponto que diz respeito,

**..... 1- ACTAS - Leitura, discussão e votação da ACTA DA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 29 DE FEVEREIRO DE 2008.....**

.....Como habitualmente dispensamo-nos da leitura.
.....Eu perguntava se algum dos Senhores membros da Assembleia têm alguma observação
a fazer sobre a acta que foi distribuída.....
.....Não sendo assim, ponho a acta à votação.....

----- Foi presente e posta a discussão **a acta da primeira sessão ordinária realizada em 29
de Fevereiro/2008**, dispensando-se a sua leitura - número um do artigo 92º. da Lei número
169/99, de 18 de Setembro - em virtude de previamente ter sido distribuída pelos membros.--

-----**Após análise e discussão foi a mesma submetida a votação tendo sido aprovada, por
maioria com qualificada, com zero votos contra, duas abstenção e sessenta e seis votos a
favor, estando momentaneamente sessenta e oito membros presentes.** -----

.....**Presidente da Mesa** – Entramos agora no ponto.....

..... 2 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.....

.....Há alguma pessoa que deseje intervir neste período do público?.....
.....Não sendo assim, vamos passar ao terceiro ponto da ordem de trabalhos,

.....Antes de passarmos ao terceiro ponto da ordem de trabalhos eu queria comunicar-lhes
e solicitar-lhes o seguinte:

.....Hoje, no fim dos trabalhos, está programado para um bocadinho antes das sete horas, vai ser feita uma apresentação aqui nesta sala, para a qual todos os membros desta Assembleia estão obviamente convidados, sobre o Parque Tecnológico Brigantia Eco Park, e chamaram-me a atenção de que este Eco Park se escreve no fim com “K”. Ainda não é com certeza influência do novo acordo ortográfico, mas é alguma influência já da globalização. E também será assinado o protocolo da Câmara Municipal de Bragança com a Câmara Municipal de Vila Real e o IPB sobre a adesão à Rede PortusPark.

.....São dois aspectos importantes, são dois assuntos importantes, mas nós que hoje temos uma agenda especial, porque o ponto das contas tem tempos acrescidos, como é do conhecimento de todos, vamos procurar ver se conseguimos terminar a sessão da Assembleia por volta das seis e meia. E para isso, eu naturalmente pedia a vossa colaboração, porque só com a vossa colaboração poderemos chegar a esse desiderato.

.....Posto isto passamos então ao ponto.....

..... **3 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**.....

.....**Presidente da Mesa** – A Mesa recebe inscrições para intervenções no Período de Antes da Ordem do Dia.

.....Senhor membro da Assembleia Guedes de Almeida, tem a palavra se faz favor.

.....**António Almeida** – Muito bom dia a todos, os cumprimentos especiais, uma questão protocolar, ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhora Vereadora, demais membros da Assembleia aqui presentes, e ilustre público, algum jovem que vem apreciar e assistir a este espaço, num órgão que é, neste caso fiscalizador, digamos assim, do Executivo Municipal, e também neste ponto da ordem do dia, trazer e levantar aqui três questões, que são do interesse do Município e sobretudo do interesse dos Municípios e em que a Câmara Municipal, e em concreto o Executivo têm uma relação directa.

.....O primeiro tem a ver, e isto assiste-se diariamente com a nova forma de controle dos parquímetros ou dos parcómetros, como queiram chamar, nas ruas da cidade, que neste momento praticamente há excesso de estacionamento, a medida em si foi boa, no que não é boa é na forma e no modo em que essa fiscalização é feita. O Segundo é dito pelos próprios

agentes da PSP, eles andam ali a ganhar o deles, e isso leva a que efectivamente haja quase todos os dias perseguições, entre aspas, às pessoas que por um ou dois minutos, já aconteceu, ou mesmo sobre a hora, são sujeitos aos autos de contra-ordenação em virtude do controlo rigoroso e em excesso, e que não deixa uma boa imagem para a cidade. Isto é dito por pessoas que, sobretudo na Sá Carneiro que é onde eu me movimento mais, assistem a que anda um polícia permanentemente com a agenda e com o bloco a ver carro por carro, se efectivamente passa o tempo. E acontece muitos casos em que passa um minuto, dois minutos, e efectivamente são levantados esses autos. Ao que se sabe isto tem a ver com a forma como a polícia exerce as suas funções, são funções da polícia, e também da forma como a Câmara contratou esses serviços à Polícia de Segurança Pública, que não é, na minha perspectiva, e julgo que na perspectiva do cidadão comum, a forma mais correcta. Segundo dizem os agentes, são pagos como gratificados, isto é, se estiverem em funções não fiscalizam nada, se estiverem a descansar e tiverem que ganhar, segundo eles, 17,50€ por hora, já trabalham, já fiscalizam. E não é as horas todas durante o dia. Há períodos em que há, digamos assim, ou estão de folga e vêm ou se não podem não vêm, e há ali uns períodos, digamos assim, em que é à balda.

.....Isto já levou a que houvesse agressões a agentes da PSP, ainda muito recentemente na Avenida Sá Carneiro, e acontece um descontentamento quase geral porque efectivamente o rigor vai ao ponto de que se passarem dois minutos, e há casos concretos, dez, quinze minutos, ou se por exemplo foi meio dia menos cinco, passou da hora um, dois minutos, e são levantados os respectivos autos.

.....Neste momento assiste-se a uma fartura de lugares. Evidentemente que há lugares a mais, e em função disso, o que se pergunta segundo dizem os próprios agentes da PSP, que nos primeiros dias terão levantado uma média de seiscentos contos, quinhentos, por dia, de autos de contra-ordenação, porque as pessoas não estavam precavidas, a partir de agora falta saber se efectivamente a Câmara arrecada para pagar aos agentes da PSP.....

.....Efectivamente que há que racionalizar os espaços públicos, no aspecto de evitar a ocupação permanente por parte sobretudo de quem estaciona e não se movimenta, mas há que arranjar outros quadros que evitem efectivamente, que mostrem como mostraram neste fim de semana mais prolongado, em que houve mais gente na cidade, que se assistisse e assistiram, em que os agentes da PSP percorressem veículo por veículo, para verificar os papelinhos que tinham que estar apostos no pára-brisas.

.....Esta será uma medida que deve ser corrigida, isto é uma questão que tem a ver depois com esta Assembleia, de efectivamente Bragança ser das cidades onde as taxas de estacionamento são das mais caras... por exemplo, eu conheço Coimbra, é uma diferença de dez cêntimos por hora, não é muito mas é significativo também relativamente ao poder de compra das populações. Em Coimbra são cinquenta cêntimos por hora, e na maior parte, Figueira da Foz igual, em Bragança sessenta. Isto é de somenos, mas também deverá haver as chamadas correcções relativamente ao poder das pessoas e também à disponibilidade de espaço. Efectivamente que em Bragança há mais espaço para estacionar do que existe noutros locais.

.....Outra coisa tem a ver com algum desconforto que, eu pelo menos sinto, e já levantei aqui esta questão, que me levanta a Câmara Municipal. Eu não estava habituado a que quando chegasse ao fundo das escadas e quisesse subir as escadas, me perguntassem o que é que eu ia fazer. E se me dirijo a qualquer gabinete perguntam-me o que é que vou fazer. Eu julgo que a Câmara de Bragança... não justifica que haja alguém ali, não sei qual é o objectivo dos seguranças logo à entrada no Hall, se é efectivamente controlar quem entra, se é encaminhar as pessoas, eu julgo que esse serviço poderia e deveria ser feito, eventualmente para evitar alguma confusão junto dos corredores, por um funcionário mas não por um segurança, em que nalgumas situações até quase quer pedir o Bilhete de Identidade e a identificação total, o que não está na competência dos seguranças pedir a identificação das pessoas que se dirigem aos serviços municipais.

.....A terceira e última questão, tem também a ver, naquilo que eu considero que é o interesse público municipal, que é com a empreitada das obras da Avenida do Sabor. E o que eu pretendia era tentar saber, requerer a informação, mas pelo menos é do meu conhecimento e gostaria que fosse aqui confirmado no momento próprio, quando o Senhor Presidente falar no Estado e Vida do Município, por exemplo, para evitar que aqui volte a repetir este assunto, que é as obras da Avenida do Sabor. Inicialmente a obra foi posta a concurso público e houve vários opositores, há um consórcio que concorre a essa obra e ganha, que era composto pela CISDOURO e salvo erro pela EPE, e a Câmara nos finais do ano de 2007, terá deliberado, digamos assim, afastar a principal parte desse consórcio, que seria a COSDOURO, e deixar a obra apenas ao consórcio, que cujo alvará não lhe permite concluir as obras. E ao alvará não lhe permitir concluir as obras pode levantar esta questão, face à conclusão por um consórcio que apenas tem um alvará que lhe permite, digamos assim, a

parte eléctrica, o interesse público ficou salvaguardado por esse concurso, ou justificaria na altura que a Câmara fizesse a posse administrativa da obra? Isto tem a ver efectivamente... a obra não sei se está concluída, o que não foi ou não estará assente é ser concluída, digamos assim, por empreiteiro que tenha na sua posse, ou seja detentor de um alvará de construtor que lhe permita executar as obras que estão a ser executadas e cujo alvará, a categoria do alvará era exigido no concurso inicial de adjudicação. São questões de interesse público, porque efectivamente, e também são críticas de quem algo sobre a matéria percebe, e que haverá ali erros sobretudo ao nível dos lancis, que poderão ser, digamos assim, não estarão de acordo com as normas de segurança, quer individuais, quer de tráfego automóvel, que são impostas pela lei.....
.....E era isto.
.....Muito obrigado.

.....**Presidente da Mesa** - Muito obrigado.
.....Senhor membro da Assembleia Luís Vale, tem a palavra se faz favor.

.....**Luís Vale** – Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhora Vereadora, membros da Assembleia, Presidentes de Junta, Público, Comunicação Social, Jovens em especial, um cumprimento a todos, bom dia.
.....**Apresentou, por escrito, a seguinte**

“MOÇÃO

.....Exmos(as). Senhores(as),
.....A actual política de saúde, em especial o encerramento de serviços e o corte de despesas necessárias ao seu bom funcionamento, tem degradado o Serviço Nacional de Saúde: o acesso é mais difícil e a qualidade da assistência está ameaçada.....
.....O Serviço Nacional de Saúde é a razão do progresso verificado nas últimas décadas em muitos indicadores da saúde. O Serviço Nacional de Saúde ao serviço de todos, tem sido um factor de igualdade e coesão social.
.....Os impostos dos portugueses garantem o financiamento do Serviço Nacional de Saúde e permitem que a sua assistência seja gratuita. Não é legítimo nem justificado exigir mais pagamentos.....

.....As autarquias locais, até pela sua proximidade às populações, não podem ficar indiferentes à degradação dos cuidados de saúde.....

..... **Assim, a Assembleia Municipal de Bragança, reunida no dia 28 de Abril de 2008, exprimindo as aspirações populares,**.....

..... **RECLAMA dos poderes políticos medidas de reforço da responsabilidade do Estado no financiamento, na gestão e na prestação de cuidados de saúde, através do Serviço Nacional de Saúde geral, universal e gratuito.**

..... **Esta reclamação deverá ser apresentada ao Sr. Primeiro Ministro e à Sra. Ministra da Saúde.**

.....a) Luís Miguel Vale Fernandes Vale”

.....**Presidente da Mesa** – Isto é uma moção.....

.....Tenho que por a moção à discussão, antes de dar a palavra aos próximos inscritos.....

.....Portanto o Senhor membro da Assembleia Luís Vale leu o texto da moção que quer que seja votada nesta Assembleia, é exactamente isto, não é?.....

.....Muito obrigado.....

.....Senhores membros da Assembleia, vamos fazer inscrições para pedidos de esclarecimento sobre esta moção.

.....Faça o favor.....

.....**Luís Pires** – Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Vereadores, colegas da Assembleia, público, Comunicação Social, muito bom dia a todos.

.....Bom, reconheço que não tive atenção suficiente à moção do Luís, que foi apresentada aqui com uma rapidez inusitada, de qualquer maneira e já agora que ele fala aqui sobre encerramento de serviços, eu vou-lhe fazer o desafio de que nos fizesse a lista dos serviços que forem encerrados.....

.....E já agora, para o esclarecimento de todos, que nos fizesse a distinção do que é o encerramento de um serviço ou de um processo e o que é que é a reorganização ou reestruturação, ou fusão, em sentido ou em prol da racionalidade.

.....Era só isto neste ponto, para já.

.....**Presidente da Mesa** – Não há mais pedidos de esclarecimento.....

.....Senhor proponente da moção, quer responder por favor?

.....**Luís Vale** – Muito bem. Eu percebo o desconforto do Partido Socialista, mas a verdade é que tem sido mais do que visível por todo o País e a comunicação social também serve para isso, a reclamação e a insatisfação por parte das populações, dadas as alterações promovidas por este Governo. E nomeadamente, se quiserem falar de Bragança, e acho que tem todo o sentido, ainda durante este mandato assistimos a um conjunto de iniciativas, na defesa dos interesses da população de Bragança, nomeadamente quando foi a questão da maternidade e da reestruturação dos serviços ou das valências do Hospital de Bragança. Portanto, parece-me que tem todo o cabimento esta moção.

.....**Presidente da Mesa** - Muito obrigado.

.....Abrimos então inscrições para intervenções sobre esta moção.

.....Senhor membro da Assembleia Luís Pires tem desde já a palavra. Faça o favor.....

.....**Luís Pires** – Bom, mais uma vez bom dia a todos.....

.....Eu vou ser muito breve.....

.....Apenas fazer aqui uma reflexão em que toda a gente se recordará que há alguns anos atrás, não muitos, três anos, nós estávamos a viver em Portugal alguns problemas, havia uma falta de credibilidade do nosso país, o nosso país não era visto com seriedade pelos nossos parceiros da Comunidade Europeia, e como é óbvio, o povo Português em eleições deu o mandato ao Partido Socialista no sentido de que fosse para a frente com um projecto. Nessa altura uma palavra que eu ouvi falar e que me chamou muito a atenção foi a palavra de “rumo”, foi necessário arranjar um rumo.....

.....E meus caros, quando nós temos o País numa situação a roçar a degradação, é necessário fazer-se alguma coisa. Foi necessário fazer-se reestruturação, repensar as coisas, eliminar a sobreposição de valências entre serviços, portanto, e tudo isto gera desconforto, é óbvio, nós sabemos isso.

.....Agora, o que é distinto, o que é diferente é olhar-se para uma coisa, como um encerramento puro e duro, ou então pensar-se numa óptica mais global de reorganização de serviços para os por a funcionar. Se as coisas estavam mal, era necessário alterá-las. É óbvio

que isto são processos inacabados, é óbvio que os processos têm todos erros pelo caminho, e vai-se aprendendo com esses erros e vão-se tentando otimizar. Portanto, eu creio que neste momento o que nós estamos a tentar fazer e o que se percebe da actuação do Governo é uma tentativa de reorganizar no sentido de otimizar, agilizar e por tornar com menos desperdício o funcionamento das entidades públicas. Obviamente que se vocês disserem – houve falhas pelo meio – houve falhas pelo meio como é óbvio, como em tudo, não há nenhum sistema que seja perfeito. Agora, se olharmos ao que estava antes e ao que está agora, eu creio que temos razões para considerar que o saldo é concretamente positivo.
.....No que respeita à nossa região, eu creio que também se estão a dar passos no sentido de melhorar-mos muitas das coisas que antes não estavam a funcionar, por isso é óbvio que não podemos concordar com a moção apresentada pelo Bloco de Esquerda, porque claramente parece-me uma moção um bocado formatada a nível nacional, e que não se adequa à nossa região, e como tal não pode ter o nosso apoio.
.....Muito obrigado.

.....**Presidente da Mesa** – Não há mais inscrições para intervenções sobre esta matéria. Sendo assim eu vou por esta moção...

... ..

.....**Presidente da Mesa** – Faça o favor, tem a palavra. Mas os Senhores têm que se inscrever. Não posso adivinhar que querem falar.

.....Luís Afonso – Muito bem Senhor Presidente.

.....Muito bom dia Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, caros companheiros, deputados municipais, Comunicação Social, Juventude.....

.....O Partido Social Democrata nesta matéria e porque ao longo dos anos teve responsabilidades governamentais, e seguramente hoje assim não é, cabe a responsabilidade de dirigir o País ao PS, mas é seguro que dentro de algum tempo o PSD naturalmente voltará a assumir funções de responsabilidade Governativa neste país.

.....Num País onde por vicissitudes diversas, em que há de facto uma grande dificuldade no equilíbrio de contas, há sempre de facto, para quem tem objectivos de governação, ter cuidado com as contas do País, e as contas que envolvem a Saúde e o sistema de Segurança Social são contas muito difíceis nos Países desenvolvidos, onde as taxas de natalidade são baixas, onde de facto se põe em questão o futuro do sistema de segurança social, etc., etc.

.....Concordamos na questão desta moção com o acesso universal à saúde por parte de todos os Portugueses, já nos parece discutível que esse acesso à saúde seja gratuito. Não nos parece. De resto tem sido política do PSD ao longo dos últimos anos ter sempre presente o princípio do utilizador/pagador, moderadamente. Não estou a dizer que quem entra na auto-estrada e tem que utilizar sempre a mesma auto-estrada e pagará sempre a mesma taxa, seja uma pessoa com elevados rendimentos ou menores níveis de rendimento, mas paga pela utilização do mesmo carro a mesma taxa, no acesso à saúde poderá e deverá haver nivelamentos no que diz respeito ao pagamento das taxas de acesso à saúde. Quem tem mais rendimentos deve pagar mais, quem tem menos nível de rendimentos deve pagar menos, mas o princípio do utilizador/pagador está presente na política do PSD. Por isso, nesta matéria como concordamos também no acesso universal à saúde de todos os portugueses, o PSD vai abster-se relativamente à votação desta moção.

.....Muito obrigado.

.....**Presidente da Mesa** - Vamos então passar à votação desta moção/reclamação.....

..... **Após análise e discussão da Moção foi a mesma submetida a votação tendo sido REPROVADA com quinze votos contra, cinquenta e seis abstenções e quatro votos a favor, estando momentaneamente setenta e cinco membros presentes.**

.....**Presidente da Mesa** – Declarações de voto?

.....Senhor membro da Assembleia Luís Pires.

.....**Luís Pires** – O voto do PS relativamente a esta moção fica reforçado até, após a minha solicitação de esclarecimentos ao representante do Bloco de Esquerda que, eu quando lhe fiz o desafio foi para fazer a distinção entre encerramento/reorganização e claramente ele aqui, quando me deu resposta, veio falar num processo de reorganização do Serviço de Saúde e não

encerramento. Portanto, logo desde raiz a moção não tinha sustentação que permitisse que nós votássemos a favor.....

.....**Presidente da Mesa** - Muito obrigado.

.....Senhor membro da Assembleia José Castro, faça o favor para a sua declaração de voto...

.....**José Castro** – Bom dia a todos.....

.....Senhor Presidente, Mesa, Executivo, público, caros colegas.

.....As posições da CDU sobre esta matéria são conhecidas, só chamar a atenção para o que acabamos de assistir aqui, que é nem mais nem menos do que a junção entre o que a gente tem designado pelo Bloco Central de Interesses, a forma vergonhosa como o PSD tem vindo a manifestar o apoio à política de privatização da saúde deste Governo, mais liberal do que qualquer política que o PSD alguma vez tenha posto em campo, e não nos estranha que de facto numa Assembleia em que o Executivo se prepara para aprovar a cedência de uma parcela a um grupo privado na área da saúde, que realmente a posição do PSD só poderia ser esta e não contraditória com a política que tem seguido até agora.

.....Dizer que muito sinceramente às populações só resta continuar a lutar, a vir para a rua para tentar fazer recuar o Governo das suas intenções de destruir completamente o Serviço Nacional de Saúde e temos bons indicadores, sabemos que já houve recuos por parte do Governo relativamente a Macedo de Cavaleiros e outros se seguirão. É só pena termos de assistir a estes actos lamentáveis, em que, por um lado temos um executivo que é capaz de por na rua cinco mil Brigantinos a protestar contra o encerramento dos serviços de saúde e contra o desmantelamento do Hospital público, e logo a seguir cede direitos de propriedade pública a um grupo privado para se instalar e apoia o PS a recusar uma proposta que só visa garantir um Serviço Nacional de Saúde tal como ele está inscrito na Constituição e não como disse aqui Luís Afonso, um serviço nacional de saúde universal, mas a pagar.....

.....Muito obrigado.

.....**Presidente da Mesa** - Muito obrigado.

.....Senhor membro da Assembleia Nuno Reis, faça o favor.....

.....**Nuno Reis** – Muito obrigado.

.....Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhores membros da Câmara Municipal, Senhoras e Senhores membros da Assembleia Municipal.

.....Bom, porque a figura regimental que me trás à tribuna é apenas e somente a declaração do voto relativamente à abstenção do Partido Social Democrata, não cabe nesta sede dar cabal resposta aos devaneios e loucuras do Partido Comunista. E portanto, que de resto são em si mesmo contraditórias atento o início do discurso e o final desse mesmo discurso. Porque ora diz que o PSD colabora com o Pás no desmantelamento do Serviço Nacional de Saúde, ora diz no final da sua intervenção que o PSD com a Câmara de Bragança em particular, com a Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros em particular, ou até mesmo com a Câmara Municipal de Mirandela em particular, põe as populações na rua a combater exactamente esse mesmo desmantelamento. Portanto é um discurso errático, incoerente e portanto não nos merece sequer qualquer tipo de observação.

..... Como disse o Dr. Luís Afonso, membro distinto desta Assembleia, o PSD não poderia fazer outra coisa além de se abster, porquê? Porque se é verdade que o PSD concorda com o Serviço Nacional de Saúde Universal, que deve aprofundar-se, que deve reforçar as suas estruturas, o PSD não pode concordar que esse serviço nacional de saúde seja plenamente gratuito. Isso é no mundo dos sonhos... é no mundo da utopia!

... ..

.....**Nuno Reis** - Não meu caro amigo... vá ler a Constituição. A Constituição diz que deve ser tendencialmente gratuito. Por isso vive no mundo da utopia. E portanto se o mundo fosse perfeito, nós diríamos que o SNS devia ser gratuito, que a Educação devia ser gratuita, que todos os serviços fornecidos pelo Estado deviam ser gratuitos. Como não é possível assegurar essa gratuitidade porque as contas públicas não o suportam, nós entendemos que o esforço deve ser partilhado, deve ser doseado, até como diz o próprio Tribunal Constitucional, já que o Senhor deputado invoca a Constitucionalidade da taxa, como diz o próprio Tribunal Constitucional para refrear os excessos de procura desse Serviço Nacional de Saúde.....

.....Disse.....

.....**Presidente da Mesa** - Muito obrigado.

.....Senhor membro da Assembleia António Morais tem a palavra e com o meu pedido de desculpas de não lha ter podido dar na altura em que já se dirigia para a tribuna.

.....**António Morais – Apresentou, por escrito, o seguinte:**.....

..... Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Bragança, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Bragança, Senhores Membros da Assembleia Municipal, Minhas Senhoras e Meus Senhores, Senhores jornalistas, público em geral e um cumprimento muito especial para os jovens. Venham sempre, é importante também para nós..

.....“Porque a realização desta Assembleia ocorre entre duas datas históricas - 25 de Abril e 1.º de Maio - que aproveitamos para saudar, somos impelidos não só a um olhar crítico sobre os tempos que vivemos, mas outro sim, à formulação perspectivadora de um devir mais justo e mais fraterno.....

.....Não basta, como alguns fazem, perorar sobre o abandono e as carências do interior, se não dermos substância ao discurso, com uma análise e denúncia sobre as razões políticas, emanadas do "Terreiro do Paço" ou de Bruxelas, que sustentam tal situação, e se, em coerência, a nível local, não repudiarmos as mesmas fórmulas e modelos que estão na base do nosso atraso.

.....O discurso não é só retórico porque formalmente balofo, ele é também hipócrita porque não pretende mais do que iludir incautos.

.....Se olharmos, por exemplo, para a ordem de trabalhos de hoje, verificaremos que as alterações ao quadro de pessoal, deixam-nos grandes preocupações porque a prática seguida é por demais conhecida, com particular incidência na área dos técnicos superiores. Como é sabido somos acérrimos defensores de critérios de objectividade e competência.....

.....Aliás idênticas interrogações se colocam quanto ao recrutamento de pessoal de outros serviços públicos sedeados na nossa região.

.....Com efeito, assistimos ao condicionamento político-partidário, como condição primeira e suficiente para o recrutamento e promoção profissional.

.....E se trazemos à consideração este tema, não é só pelo facto de tais práticas nos merecerem o mais vivo repúdio, pois constituem, além do mais, flagrante e primária violação da Constituição, mas ainda, e não de somenos, pelo constrangimento que provocam no recrutamento e atracção da designada massa crítica, tão necessária e fundamental ao nosso desenvolvimento económico, social e cultural.....

.....Desenvolvimento este fortemente comprometido, porque sucessivamente adiado, resultante das políticas até agora seguidas e que teimam em continuar. De notar que o QREN e o PDR, estão já com cerca de ano e meio de atraso na aplicação dos seus fundos, comprometendo gravemente a sua aplicação, com justiça e numa perspectiva de coesão nacional.....

.....Quanto a este assunto, não iludamos retoricamente a questão, a obra feita, ou melhor dito, por fazer, e que os indicadores estatísticos tão gravosamente ilustram e caracterizam, tem protagonistas conhecidos, mas cujas responsabilidades deliberadamente muitos escondem e enjeitam.....

.....São assim preocupantes, devendo merecer da parte desta Assembleia tomada de posição enérgica de repúdio e rejeição, o sucessivo encerramento de serviços públicos (escolas, maternidades, SAP's, tribunais, postos de GNR, entre outros). A Escola Nacional de Bombeiros de Bragança, tantas vezes, com pompa, anunciada a sua reabertura, tudo indica que não virá ser uma realidade.....

.....É por isso no mínimo caricata, a guerra que envolve o Senhor Governador Civil e o Senhor Presidente da Câmara em torno da localização da famigerada loja do cidadão, quando a prática demonstra que este equipamento é mais um engodo para justificar o esvaziamento dos serviços públicos, com consequências penalizadoras para um verdadeiro serviço público de qualidade a prestar às populações.

.....É igualmente preocupante a situação no domínio da saúde. O sofisma da racionalidade, com que o governo nos pretende iludir - e aqui também solidariamente apoiado pelo PSD e CDS - contribuirá para a desarticulação e destruição dos cuidados de saúde (primários e hospitalares). A nossa população não será melhor servida, e a região perderá capacidade de atracção e fixação, nomeadamente dos jovens.....

.....A destruição do Serviço Nacional de Saúde pretende também ser uma porta escancarada para a instalação de serviços análogos, pela mão da dita iniciativa privada, não se coibindo esta de arrebanhar fundos e apoios públicos para o efeito. Aliás, hoje vamos ter nesta Assembleia um exemplo disso mesmo.

.....Já em outras circunstâncias o dissemos e reafirmamo-lo aqui, não nos move qualquer sentido reprobatório quanto ao papel da iniciativa privada, contudo rejeitamos que esta substitua a função que cabe por direito constitucional ao Estado. Os privados devem investir com o seu dinheiro, não com o dinheiro dos contribuintes.

.....Por outro lado, manifestamos o nosso regozijo, pela abortada revisão à Lei Eleitoral Autárquica. Revisão essa atentatória e restritiva da representatividade política nos Executivos Municipais e dos Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia nas Assembleias Municipais. De qualquer forma, sublinhamos, que fica para a história do Poder Local Democrático mais uma tentativa do PS e do PSD de dar mais um golpe nesta conquista do 25 de Abril. De notar que, o PSD só conjunturalmente mudou de posição, porque na votação na generalidade tinha votado favoravelmente.....

.....Por último, não podemos deixar de assinalar a humilhação nacional a que os Partidos do Bloco Central submeteram o nosso País, quando no dia 23 de Abril aprovaram, nas costas do povo, a famigerada Constituição Europeia, fugindo aos seus compromissos eleitorais.....

.....Os mesmos partidos que não cumprem a Constituição da República Portuguesa, comprometem-se agora a cumprir uma Constituição que visa favorecer os interesses das multinacionais e das grandes potências, designadamente a Alemanha e a França, e retira parte da soberania nacional.

.....Disse.....

.....O eleito da CDU.....

.....António Morais”.....

.....**Presidente da Mesa** - Muito obrigado.

.....Faça o favor Senhor Secretário da Mesa. É uma informação útil para os presentes.

.....**Primeiro secretário da Mesa** – Ora bem, eu vou mencionar os Senhores membros da Assembleia que não assinaram, e alguns penso que estarão presentes.....

.....Na bancada do PSD António Almeida Dionísio, Domingos Moura dos Santos, Joaquim do Nascimento Pereira, Luís Manuel Madureira Afonso, Martinho Eduardo do Nascimento.

.....Na bancada do Partido Socialista : Armando Pinto Bento, Vítor Simões Alves.....

.....Na bancada da CDU: António Alberto Morais.

.....Dos Senhores Presidentes de Junta: Senhor Presidente de Junta de Carrzedo – Nuno António Baptista Pousa, Senhor Presidente da Junta de Deilão – Manuel Benites Inácio, Senhor Presidente da Junta de Mós – Anselmo Aníbal Martins, Senhor Presidente da Junta de Salsas – Filipe Osório Caldas e o Senhor Presidente da Junta de Sortes – Juvêncio Alves de Carvalho.

.....**Presidente da Mesa** - Bom, os senhores membros da Assembleia que estavam cá, e é exactamente para isso que está a ser lido, fazem favor de assinar, se quiserem claro.

.....Senhor membro da Assembleia Nuno Reis tem a palavra para intervir no Período de Antes da Ordem do Dia.....

.....**Nuno Reis** – Muito bom dia Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Senhora e Senhor Secretários da Mesa da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara, Senhora e Senhor Vereador, Senhores Presidentes de Junta do Concelho de Bragança, Senhoras E Senhores membros da Assembleia Municipal, distintos convidados.

.....Antes de propriamente entrar na minha intervenção, permitam-me que perca ou ganhe, dependendo da perspectiva, três minutos para prestar aqui reconhecimento a três actividades ou três momentos importantes da vida do Município. São eles, por um lado a inauguração do Centro de Convívio de Oleirinhos, Freguesia de Meixedo; a inauguração da estrada que liga Fontes do Parâmio até à fronteira de Hermisende e a inauguração e a entrada em funcionamento do pavilhão Multiusos de Rebordãos. São três momentos importantes para a Vida do Município por vários motivos, não só porque servem de forma muito útil a vida das populações dessas Freguesias e também do Concelho.....

..... E finalmente permitam-me que faça aqui também reconhecimento à Câmara Municipal, neste caso na pessoa do Senhor Vice - Presidente, que infelizmente não se encontra, para dar nota que me parece muito louvável a iniciativa que a Câmara Municipal de Bragança tem vindo a desenvolver, de distribuição de contentores de lixo... de compostores, ou seja, para a reciclagem de resíduos sólidos urbanos de natureza biológica. Parece-me uma boa iniciativa, que envolve o IPB, é assim que se educam as pessoas, é assim que se envolvem os cidadãos neste processo de salvar o Planeta, e se temos que o salvar começemos exactamente pela nossa casa, começemos pelo nosso Bairro, começemos pela nossa terra. Fica feito este reconhecimento e permito-me entrar directamente naquilo que é o conteúdo da minha intervenção.

.....E permitam Senhores deputados que expresse aqui, perante vós, algum desalento, algum desalento. Porquê? Porque esta é a primeira Assembleia Municipal após o PS ter completado três anos de mandato à frente do Governo do País e ainda por cima pela primeira vez na sua história com maioria absoluta, ou seja, com poderes plenos para desenvolver, para executar uma política.

.....E fiquei desalentado, fiquei triste, fiquei de alguma forma frustrado nas minhas expectativas políticas quando descobro que o PS não tinha inscrito, não tinha vindo perante os olhares e ouvidos dos insígnios representantes dos povos de Bragança, dar conta daquilo que são os resultados de três anos de Governo. E devem ser três anos tão bons, tão bons, tão bons, que o PS já disse que procura recuperar a confiança dos Portugueses no ano que vem reeditando a maioria absoluta. Obviamente que em três anos, mal seria que tudo estivesse mal. Mal seria que tudo tivesse corrido mal. Mal seria que o PS não tivesse feito uma coisinha que fosse para ajudar a facilitar a nossa vida colectiva. Mas era importante para o PS e era importante para qualquer político, apresentar-se aos olhos do povo, fazendo aquilo que qualquer sócio de qualquer empresa com funções de gestão tem que fazer anualmente, que é apresentar aos accionistas, apresentar àqueles que são os seus chefes e neste caso o Chefe do Governo é sempre o Povo, porque é no povo que reside a soberania, vir aqui apresentar resultados. E o silêncio do PS nesta matéria é absolutamente ensurdecedor. Sobre os méritos e resultados obtidos na governação do País, nós ouvimos da boca do PS - zero!

..... Aliás eu chamo aqui a atenção, chamo aqui a atenção, para a intervenção do Líder do Grupo Municipal do PS nesta Assembleia, quando, e já não é a primeira vez que acontece, já não é a primeira vez que acontece, vem de alguma forma querer confundir os presentes, com subtilezas de linguagem. Se estão recordados, o PS relativamente àquela que foi a moção do Bloco de Esquerda, veio aqui dizer: *“bom... esclareçam lá qual é a diferença entre a destruição do SNS ou encerramento de Serviços e aquilo que é a organização de serviços...”*. Nós, que vivemos aqui, que não vemos o Mundo pelos jornais, como os Senhores não vêem, sabemos bem o que isso tem significado. Sabemos bem o que tem significado em termos de serviços de saúde. Sabemos bem o que tem significado na ausência de investimentos, sabemos bem o que tem significado ao nível do desemprego, e os Senhores, que têm responsabilidades na governação do País e que vêem na última fila desta Assembleia, integrando o público desta Assembleia Municipal – jovens – tinham uma obrigação, que era de vir aqui, olhando olhos nos olhos aos nossos concidadãos, olhando olhos nos olhos àqueles jovens, dizer – lhes uma coisa tão simples - o vosso futuro não passa pelo desemprego.

.....O investimento que vocês fazem na vossa educação, se a prosseguirem para o ensino superior, não passa por ter um canudo que não serve rigorosamente para nada nos dias de hoje, contrariamente ao que vai dizendo o Senhor Ministro do Ensino Superior, que vos garante emprego em menos de um ano... Era importante para o PS vir aqui hoje e dizer uma

coisa tão simples quanto esta - a nossa política.... não é de combate ao desemprego, é de promoção do emprego que passa por esta, e esta, e esta, e esta medida.....
..... E desde que este mandato autárquico começou, e coincide de grosso modo com aquilo que é o mandato e com a legislatura actual, eu nunca ouvi o PS vir aqui falar uma vez que seja em políticas de promoção de emprego, em políticas de fomento de emprego. Nunca! É possível que seja defeito meu, admito, mas se for, renovem esse discurso, recuperem a esperança dos Portugueses, digam ao meio milhão de desempregados, muitos deles inscritos nos centros de emprego sem qualquer tipo de alento há mais de um ano, que existe esperança, que existe futuro, que as políticas que o Governo tem vindo a empreender estão muito para além do défice, que perceberam bem a lição que o Dr. Jorge Sampaio deu ao Dr. Santana Lopes enquanto eram respectivamente Presidente da República e Primeiro Ministro, que existe mais vida para além do défice. E ela existe de facto. Existe a vida daqueles jovens, existe a vida de sessenta e cinco mil jovens licenciados que não encontram emprego, existe a vida de cinquenta mil empresários que no ano passado viram encerrar as suas empresas. Existe a vida de estudantes, existe a vida de Professores, cem mil dos quais se manifestaram em Lisboa! Existe a vida de dez milhões de Portugueses que está adiada, à espera de uma alternativa, à espera de uma solução, à espera de poder contribuir na construção do seu País. À espera de construir o futuro colectivo deste país, que já conta com oitocentos anos.....
.....E portanto Senhores deputados devo dizer, deixando aqui uma mensagem final, o DR. Sampaio dizia “há mais vida para além do défice..”. Eu dir-lhes-ei uma coisa tão simples quanto isto: a realidade é muito mais do que virtual. Existe muita vida. Extraordinariamente muita vida para além da Internet, senhores deputados.....
.....Disse.....

.....**Presidente da Mesa** - Muito obrigado.

.....Senhor membro da Assembleia Luís Pires, tem a palavra.

.....Senhor membro da Assembleia Bruno Veloso, tem a palavra.

.....Bom, faz favor, Vítor Prada, faça o favor.

.....Então como é que é? Como é que fazemos?.....

.....**Luís Pires** – Bom dia. Eu estava ali fora a tratar de um assunto urgente que surgiu agora e por isso estava atento só 50%.

.....Bom, eu pedi para intervir neste ponto da ordem de trabalhos apenas para fazer, e podia tê-lo feito de várias formas, podia fazê-lo apresentando aqui uma moção, mas depois corria o risco de ser confrontado com o facto de me dizerem que sou demasiado... como é que eu vou dizer... intransigente, e que não dou azo a que haja aqui uma discussão. E é o seguinte, Senhor Presidente, eu vinha-lhe, em vez de ser por moção, mas em termos de diálogo, solicitar-lhe que fizesse diligências no sentido de nos dias da Assembleia Municipal houvesse a possibilidade de as pessoas que aqui estão presentes terem acesso ao estacionamento ali do parque da Praça Camões, de uma forma gratuita, para ser mais fácil dirigir-nos aqui, porque senão tenho que ir ali fora com alguma frequência colocar moedas lá na maquinazinha, senão daqui a um bocado um daqueles senhores do chapéu e põe-me lá um cheque de trinta euros, e eu não gostava nada disso, não é? Portanto, em vez de ser uma moção a pôr aqui à consideração de toda a gente, preferi falar aqui de forma aberta a ver se era possível fazermos algo nesse sentido, de que o parque nos dias de Assembleia fosse disponibilizado para as pessoas que aqui têm que estar, de forma gratuita para podermos estacionar os nossos automóveis.

.....Muito obrigado.

.....Era só.....

.....**Presidente da Mesa** – O senhor membro da Assembleia Bruno Veloso tem a palavra

.....**Bruno Veloso** – Muito bom dia a todos.

.....Senhor Presidente da Assembleia Municipal, caros colegas, Senhor Presidente de Câmara, Senhores Vereadores.....

.....Eu para poupar um pouco o tempo, vou passar directamente àquilo que me trás aqui que é a apresentação de uma moção que proporia à discussão desta Assembleia.

“MOÇÃO DE RECOMENDAÇÃO

Criação de CMJ

.....Abril devolveu ao País a esperança e a capacidade de Progresso. Foi há 34 Anos que o País iniciou o seu percurso de progresso e democratização, encontrando no poder autárquico o seu maior aliado.....

.....A solidificação da democracia e a consolidação do poder autárquico permitiu uma vasta geração de políticas autárquicas que residiram na aposta clara em infra-estruturas básicas, como o saneamento básico ou o abastecimento de água às populações através da rede pública, vias de comunicação e algum planeamento urbanístico. Urge agora encetar uma nova geração de políticas autárquicas, onde as autarquias têm que se assumir como agentes e parceiros no emprego, nas políticas sociais, na cultura e no Desporto, no desenvolvimento sustentado e sustentável.

.....Tal como há 34 anos o papel da juventude, maximizada na figura dos Jovens Capitães de Abril, abriu espaço à Democratização do País, também hoje a Juventude em toda a sua plenitude e diversidade deve ser considerada na prossecução dos novos horizontes.

Com o 25 de Abril ganhou-se um poder autárquico que funciona como uma verdadeira escola de democracia, mas também muitas outras “regalias” democráticas como o direito ao Associativismo, que permitiu a milhares de cidadãos participar activa e civicamente no seio das suas comunidades.

.....Celebra-se no próximo dia do 30 de Abril o dia Nacional Associativismo Juvenil e que a Assembleia Municipal de Bragança pretende assinalar.

.....Considerando a participação activa dos Jovens como um factor diferenciador e um acrescento fundamental na definição de prioridades, capazes de acrescentar valor ao nosso espaço envolvente, a Assembleia Municipal de Bragança reunida no dia 28 de Abril de 2008 no Auditório Paulo Quintela, recomenda ao executivo:.....

1. A Criação de um Conselho Municipal de Juventude capaz de se constituir como um verdadeiro órgão consultivo da Câmara Municipal de Bragança, visando estimular a participação dos jovens na vida cívica, cultural e política do nosso Município e proporcionar-lhes meios complementares para o estudo e debate sobre diversas temáticas que dizem respeito à juventude.

2. Um Conselho Municipal de Juventude capaz de congregar as diversas associações juvenis e propiciar-lhes um fórum de discussão que deverá ser Presidido pelo Presidente da Câmara Municipal.....

3. Ao Conselho Municipal da Juventude competirá emitir pareceres e recomendações de natureza não vinculativa, sobre todas as questões que digam respeito à Juventude do Município de Bragança.....

4. O Conselho Municipal da Juventude terá ainda por funções estudar, debater, e formular propostas sobre todos os assuntos relacionados com a juventude, nomeadamente:

.....a) Fomento do associativismo juvenil;

.....b) Formação e valorização dos jovens;

.....c) Desenvolvimento social, cultural, político, artístico e científico da juventude municipal;

.....d) Promoção e acompanhamento das acções e projectos de interesse para os jovens do Município.

5. O Conselho Municipal da Juventude deverá reunir Trimestralmente e deverá contar com a participação de um representante de cada Grupo Municipal.

.....a) Bruno Veloso

.....Grupo Municipal do Partido Socialista”

.....**Presidente da Mesa** - Muito obrigado.

.....Senhores membros da Assembleia, está uma moção na Mesa, vamos abrir inscrições para pedidos de esclarecimento.

.....Faço notar que o Grupo Municipal do PSD tem o seu tempo esgotado, nos termos regimentais, sendo uma moção, tem três minutos adicionais para poderem ser utilizados.

.....Também à CDU restam-lhe 30 segundos de tempo, já me foi comunicado que o Senhor membro da Assembleia Engenheiro José Castro quer fazer uma intervenção, não relativamente à moção mas antes dela ser apresentada sobre esta matéria, mas vamos então nestas condições recolher inscrições para pedidos de esclarecimento.....

.....O Grupo Municipal do PSD não quer pedir nenhum esclarecimento? Não quer utilizar... Se não me fazem sinal é porque não quer.....

.....Não há inscrições para pedidos de esclarecimento, é a minha conclusão.

.....Vamos então abrir inscrições.....

.....

.....Os Senhores estão-me a tornar a vida difícil. Francamente estão-me a tornar a vida difícil.....

.....Uns saem e querem falar, outros não se inscrevem e querem pedir esclarecimentos...
Senhor membro da Assembleia Nuno Reis, é para um pedido de esclarecimento. Faça o favor. .

.....**Nuno Reis** – Com o pedido de desculpa do Grupo Municipal e com o pedido de indulgência de Vossa Excelência, prometemos tornar esta Assembleia mais fácil para Vossa Excelência. Mas é o recuperar do ritmo de segunda - feira.

.....Senhor Presidente, nós gostávamos de pedir apenas uns breves esclarecimentos ao PS, que têm que ver com o seguinte: perguntar se a proposta que é feita em termos do ponto de vista político e genérico não nos parece mal, até porque vai na esteira daquilo que é a proposta do Presidente da República feita pelo seu discurso no 25 de Abril. Mas Senhor membro da Assembleia Bruno Veloso, pergunto-me se não existirá uma sobreposição de competências entre aquelas que já são exercidas pelo Instituto Português da Juventude, que penso que também têm órgãos de natureza consultiva que envolvem as Associações de Estudantes e este órgão. E gostava de saber, é uma pergunta, não é uma afirmação, e gostava de saber se existirá algum mecanismo de coordenação entre este órgão e o Instituto Português da Juventude enquanto parceiro.

.....Muito obrigado

.....**Presidente da Mesa** - Muito obrigado.

.....Senhor proponente da moção, quer responder?

.....Faz favor, tem a palavra.....

.....**Bruno Veloso** – Eu desde já peço imensa desculpa, os nossos colegas do Grupo Municipal do PCP, com alguma razão, solicitaram uma cópia da moção que eu não tinha, que a imprimir hoje aqui, pedia ao Senhor residente o favor de lha poder facultar, porque entretanto fui ali para imprimir e não tinha o formato.

.....De qualquer forma, respondendo clara e objectivamente à pergunta do Nuno. Não, nós pretendemos que este Conselho Consultivo seja um Conselho consultivo de âmbito Municipal, capaz de ser presidido pelo Senhor Presidente da Câmara, com um claro intuito, mostrar que a autarquia e a Câmara Municipal de Bragança está disposta a ouvir os jovens. E esse é um factor que acho fundamental. E acho que esta tónica de ser o próprio Presidente da Câmara a reunir periodicamente com os representantes das associações juvenis, das Associações de Estudantes

que possam ser do segundo ou terceiro ciclos do ensino superior, inclusivamente se for caso disso, e se se entender na criação do Conselho Consultivo, com as próprias organizações de juventude partidária existente no nosso Concelho, com o próprio Corpo Nacional de Escutas e os seus representantes, etc, etc, etc, criar-se um verdadeiro fórum de discussão Municipal. Obviamente que se assim o entender na regulamentação própria, que obviamente não serei eu a criar, porque estou de alguma forma a fazer uma sugestão e uma recomendação à Câmara Municipal para criar de facto um órgão ágil e capaz de ser consultado nas diferentes matérias de juventude, se assim o entender, poderá obviamente abrir espaço à participação, também obviamente dos responsáveis do IPJ com responsabilidades no âmbito do associativismo. Eu não estou a falar na criação e no fomento única e exclusivamente no âmbito do associativismo, mas num verdadeiro órgão consultivo para as políticas de juventude do Executivo Municipal, e é disto que se trata, é dar voz aos jovens, não na capacidade de organização e fomento ao associativismo, mas na capacidade de intervenção política e na capacidade que os jovens possam ter de influenciar algumas tomadas de posições e abrir alguns horizontes e novas perspectivas e novos horizontes naquilo que são as definições de política de juventude municipal.....

.....Tenho dito.....

.....**Presidente da Mesa** - Muito obrigado.

.....Não há mais pedidos de esclarecimentos.

.....

.....**Presidente da Mesa** - Só um segundo, só um segundo... deixe-me ver quanto é que o Dr. Nuno Reis... cinquenta e cinco para os três minutos... faça o favor, se é para pedidos de esclarecimentos faz favor, tem a palavra.

.....Dr. Júlio, faça o favor.

.....**Júlio de Carvalho** – Senhor Presidente da Assembleia, Senhores membros da Mesa, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, caros companheiros e amigos.....

.....Eu só queria sugerir isto, eu acho que esta sugestão de um Conselho Municipal presidido pelo Senhor Presidente da Câmara, acho que é excelente. Acho uma ideia brilhante, oportuna

e é uma forma de facto de nós vermos a nossa juventude em contacto com os problemas e dar as sugestões, as suas ideias. Eu só queria sugerir isto, e era por isso que eu pedia para não vir aqui sequer. Há uma Comissão de Economia que pediu para intervir e vai fazer uma intervenção simples e breve, e é uma Comissão de Economia e património. Ao ser constituída e se for efectivamente aprovado este Conselho, que não seja esquecido este órgão permanente, que acho que pode ter também um papel também importante, pelas influências que tem, pelo que tem feito e pode vir a fazer neste Conselho Municipal, que é a Comissão de Economia e Património.
.....Muito obrigado.

.....**Presidente da Mesa** - Muito obrigado.
.....Já há candidatos a serem membros da Comissão.....
.....Vamos então abrir inscrições para intervenções sobre esta moção.
.....Senhor membro da Assembleia Guedes de Almeida tem a palavra.....
.....Ai, não tem a palavra porque não tem tempo... peço desculpa. Não tem tempo, não tem tempo. Não há tempo para o PSD neste assunto já, os três minutos dos pedidos de esclarecimento estão esgotados.....
... ..

.....**Presidente da Mesa** - Não é costume... não é na minha memória de muitos anos, na minha memória de vinte anos de Assembleia Municipal, não há cedências de tempo... Tenho muita pena, mas efectivamente o PSD não tem tempo para intervir, e eu não posso inventá-lo.
.....Então não há inscrições para intervenções sobre a moção?
.....Peço desculpa ao Senhor membro da Assembleia Guedes de Almeida, mas o Regimento é o que é.
.....Vamos então pô-la à votação.

..... **Após análise e discussão da Moção foi a mesma submetida a votação tendo sido APROVADA com um voto contra, três abstenções e setenta e sete votos a favor, estando momentaneamente oitenta e um membros presentes.**

.....**Presidente da Mesa** - Declarações de voto?

.....Senhor membro da Assembleia Guedes de Almeida, faça o favor, tem a palavra.....

.....**Guedes de Almeida** – Eu considero que a proposta na ideia em si é positiva, eu julgo é que não tem enquadramento legal para se designar por Conselho Municipal. O Conselho Municipal está previsto na Lei Autárquica, e não abrange exclusivamente a juventude. Quando muito poder-se-á chamar, sei lá, “Agrupamento de jovens junto do Município”, agora não pode ser Conselho Municipal exclusivamente constituído pela Juventude, porque senão estaremos aqui a abrir um precedente, qualquer actividade profissional, os polidores de calçado podem associar-se e querem também criar um Conselho Municipal, os idosos, os funcionários públicos... Eu julgo que o Conselho Municipal está previsto na Lei e não tem cariz obrigatório, mas poderá, quando nos interesses do município, poderia, digamos assim, enquadrar também a juventude. Porque se está a criar aqui uma estrutura paralela a um organismo que já existe de natureza intrinsecamente pública, como é o Instituto Português da Juventude, e estar a criar em paralelo, sobrepondo-se e isto irá gerar conflitos, poderá gerar conflitos institucionais que não são bons, digamos assim, para a pacificação da vida do Município. Eu julgo que a Câmara Municipal tem que efectivamente zelar pelos interesses dos jovens, como tem que zelar pelos interesses dos mais idosos, com determinadas actividades profissionais, dos agricultores por exemplo, é um problema sério da nossa cidade, também poderiam os agricultores deste distrito que se vêm neste momento desprotegidos querer criar um Conselho Municipal de Agricultores do Conselho de Bragança.

.....Eu julgo que efectivamente está prevista essa figura na Lei, poder-se-á chamar outra designação qualquer, como Conselho Municipal eu julgo que não tem enquadramento legal para estar a ser criado um Conselho Municipal da Juventude no âmbito desta Assembleia.....

.....E é neste momento a minha perspectiva.

.....**Presidente da Mesa** - Muito obrigado.

.....Senhor membro da Assembleia Bruno Veloso, tem a palavra.

.....Peço desculpa, eu tenho que dar primeiro ao Senhor membro da Assembleia José Castro, que me tinha pedido antes para fazer a declaração de voto.

.....**José Castro** – Muito rapidamente Senhor Presidente, dizer que de facto a moção era demasiado grande para poder ser debatida com todo o cuidado, sem ser distribuída aos diversos grupos municipais, dizer que de facto não reconhecemos ao PS depois do ataque que tentou fazer ao poder local democrático, com a tentativa de alteração da Lei Eleitoral Autárquica, vir agora dizer, que de facto o poder autárquico tem aquelas virtudes todas que diz lá na moção, e muito menos um governo que tem acelerado a precarização de emprego e o desemprego a nível dos jovens, vir agora aqui neste fórum realmente dizer que os jovens precisam de atenção, nomeadamente o ataque à escola, à escola pública, e essas coisas todas. Portanto, daí justificar, naturalmente que a juventude tem um papel muito particular na acção da CDU e do PCP, mas não é desta maneira que se deve proceder.

.....**Presidente da Mesa** - Muito obrigado.

.....Senhor membro da Assembleia Bruno Veloso, tem então a palavra como subscritor.

.....**Bruno Veloso** - Em primeiro lugar agradecer e congratular-me pela aprovação desta moção e fazer votos para que o Executivo tome as devidas medidas para que de facto possam reunir os jovens o mais rapidamente possível e os seus representantes através das suas Associações.

.....Depois, e fugindo àquilo que poderia ser uma declaração de voto, elucidar que de facto esta questão dos Conselhos Municipais de juventude não é inédita, é inédita talvez no Distrito de Bragança, mas que pelo país fora, e não querendo discutir com o Senhor deputado Municipal, que tem obviamente mais competências na área jurídica do que eu que não tenho nenhuma, a forma e o modelo, mas o que é certo é eu por todo o país existem várias e variadas formas de Conselhos Municipais, com variadíssimos regulamentos, com variadíssimos estatutos, e com variadíssimas formas de auscultação. Este Conselho Municipal de Juventude que aqui propus pretendo que seja efectivamente um órgão consultivo para as políticas Municipais do órgão executivo que é a Câmara Municipal.

..... Obviamente que também não me espanta muito a posição do PCP, embora obviamente com todo o lirismo e propriedade que se apropriam de tudo o que é poder autárquico, e portanto qualquer elogio que venha de outros daquilo que é o poder autárquico, e o PS tem muito orgulho e muita honra em ter participado pelo País fora em muitas gestões autárquicas

e fazer de facto do Municipalismo e das autarquias em Portugal verdadeiras escolas de democracia. E é com muito orgulho também que salientamos essa forma.....

.....Termino só dizendo, e esclarecendo também que duas soluções se me puseram aquando da apresentação desta moção, a Criação de uma Comissão Municipal da Juventude ou a criação de um Conselho Municipal da Juventude. A minha opção de propor, contrariamente se calhar àquilo que gostariam os nossos colegas do PCP, um Conselho Consultivo, foi exactamente mostrar que queremos dar voz aos jovens junto daqueles que têm o verdadeiro poder executivo que são os órgãos da Câmara Municipal.....

.....Muito obrigado.

.....**Presidente da Mesa** - Muito obrigado.

.....O Senhor membro da Assembleia Júlio de Carvalho informou-me que na qualidade de coordenador da Comissão de Economia tinha uma informação importante a dar à Assembleia sobre matéria que foi tratada no PAOD.

.....Eu dou-lhe a palavra. Faz favor.....

.....O Senhor membro da Assembleia José Castro pediu-me a palavra para?

.....

.....**Presidente da Mesa** - Lembro sim senhor. Tem toda a razão.....

.....Lembro-me muito bem dos trinta segundos.

.....Faça o favor.....

.....**José Castro** – Senhor Presidente, muito obrigado.

.....Trata-se também de chamara a atenção de outro esquecimento do Senhor Presidente. É que na última Assembleia Municipal, há dois meses, perante uma manifestação espontânea do público, o Senhor Presidente apressou-se a informar o público que estava na sala, de que não era permitido ao público manifestar-se durante estas sessões. Hoje, assistimos, depois da infamada antepenúltima intervenção do Nuno Reis, à manifestação efusante do público que está lá atrás, provavelmente por estarem acompanhados pela sua colega de Grupo Parlamentar – Madalena Morgado – e o Senhor Presidente nada fez. Ora bem, estamos a três

dias do 25 de Abril, esta dualidade de critérios não honra minimamente a democracia e particularmente esta democracia local.
.....Era exactamente isto que tinha para dizer.

.....**Presidente da Mesa** - Muito obrigado.
.....Senhor membro da Assembleia, há duas coisas que lhe queria dizer a esse respeito. A primeira é fazer uma confissão. É que não me apercebi que os aplausos... ..

.....**Presidente da Mesa** - Estou-lhe a dizer, o senhor não duvide do que eu estou a dizer... assim como eu não duvidei da sua sinceridade. Não me apercebi que os aplausos tivessem partido do público.
.....A segunda é uma recusa, é o processo de intenção que o Senhor fez, de que tomei uma atitude, porque este grupo desta vez era enquadrado por uma ilustre elemento do partido pelo qual eu fui eleito. Essa não aceito. A primeira posso ter errado, a segunda não a aceito. ..0
.....Senhor membro da Assembleia Júlio de Carvalho, faça o favor.....

.....**Júlio de Carvalho** – Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, caros membros desta Assembleia, caros estudantes.
.....Eu antes de dar esta informação, acho que me sinto no dever, perante aquilo que ouvi, de me referir ao acto mais histórico e mais revolucionário, e mais expressivo que houve no século passado, que foi o Maio de sessenta e oito. Fui membro activo dessa revolução, engajei-me completamente nela, e foi daí que surgiu a liberdade, a democracia em todo o mundo. Que teve repercussão na Rússia, que teve repercussão em Portugal, nos Estados Unidos, na Alemanha, na França e na Espanha – a queda das ditaduras. E o lema era este, “é proibido proibir”.....

.....**Presidente da Mesa** - Dr. Júlio de Carvalho. É proibido proibir, mas o Senhor, o meu querido amigo, deixe-me tratá-lo assim, pediu-me a palavra para fazer uma comunicação na qualidade de Presidente da Comissão de Economia. Eu estou encantado a ouvi-lo, mas não

pode ser é neste âmbito. E com certeza todos nós estamos encantados noutra âmbito. A sessão vai continuar, tem outros pontos, e com certeza que o Senhor terá outras oportunidades. Agora, eu peço-lhe que se restrinja à sua comunicação.
.....Eu só queria dizer que todo o texto bem redigido, e estão aqui bons alunos e bons professores, todo o texto bem redigido tem uma introdução, tem um desenvolvimento e tem a conclusão! Portanto, isso é para os alunos, eu fui professor de Português durante trinta e seis anos em Literatura.

..... **Júlio Carvalho** - Bem, é o Maio de sessenta e oito que eu quero recordar aqui, que quero homenagear.

.....A informação que quero prestar é a seguinte: não está formalizado, em termos de Comissão de Economia, que não houve tempo, nem houve ainda condições para o fazer, mas foi um processo que foi iniciado depois de ouvir e de falar com o Senhor Presidente da Câmara, que concordou e que manifestou todo o seu apoio e todo o seu entusiasmo neste processo, e ao Senhor Presidenta da Assembleia Municipal e alguns membros já, casualmente, dessa Comissão. Que é o seguinte, todos nós sabemos e aqui foi já ventilado isso, que a nossa preocupação é esta, a Escola só tem sentido, e as escolas só têm sentido se tiverem objectivos em termos de futuro dos seus alunos.....

..... E esta Comissão de Economia e esta Assembleia Municipal, e o grande erro deste país todo, foi que ontem, há muito tempo e hoje, se fala em política, se fala em escola, sem objectivos, sem significado, sem sentido. É votar contra ou estar contra porque não sou do mesmo partido. Há ideias, há objectivos a atingir. E por isso mesmo, nós, nesta Comissão de Economia, entendemos que em participação e colaboração com as escolas de Bragança, que devíamos actuar e participar, e levá-las a que os alunos da sua escola tenham um objectivo e tenham um futuro garantido.

..... E por isso, entramos em contacto com uma grande multinacional, talvez a maior multinacional do ramo, e que já tem absorvidos neste momento cerca de trinta engenheiros civis, acabados de licenciar na UTAD de Trás-os-Montes. Dadas as minhas relações pessoais e de grande amizade com os Administradores dessa Empresa, a Comissão de Economia e com o conhecimento da Câmara Municipal, entrou em contacto com eles, para que absorvam em todo o mundo a maior parte dos seus alunos de electrotecnicia, mecânica e engenharia civil.....

..... Um dos Administradores já esteve em Bragança, já teve uma reunião com o IPB, e vai ser elaborado um protocolo, dentro de dias, por forma a que os alunos acabados de licenciar se dirijam imediatamente para essa grande empresa, que tem já estudantes aqui de Bragança

e de Trás os Montes, quer nos Estados Unidos, quer no México, quer na Espanha, quer na Irlanda, quer na Rússia, quer em Países da Antiga Rússia. Portanto, este protocolo vai ser assinado dentro de dias, depois de ser apresentado e discutido pela Comissão de Economia e por forma a que ele, dentro destes âmbitos de uma Câmara Municipal que apoiou esta iniciativa, nós estejamos aqui a trabalhar com sentido, com objectivo. Não contra isto ou aquilo, só porque vem dali ou daqui. Aqui a filosofia é esta, é todos para Portugal e pelo Concelho de Bragança.

.....Muito obrigado.

.....**Presidente da Mesa** - Muito obrigado eu.

.....Senhores membros da Assembleia, vamos passar ao ponto

.....**4 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA COM A SEGUINTE ORDEM DE TRABALHOS:**.....

..... **4.1 – APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, SOBRE O ESTADO E VIDA DO MUNICÍPIO:**.....

.....Dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

.....**Presidente da Câmara** - Cumprimento o Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, Jovens da Escola Miguel Torga, Senhores Vereadores, Comunicação Social.

.....Uma breve explicação, não estão presentes todos os membros do Executivo, não têm que estar obrigatoriamente, basta que esteja o Presidente, ainda assim, a atitude de responsabilidade dos Vereadores que os faz estar, na medida do possível, sempre presentes na Assembleia. No entanto, o nosso Vice-Presidente tem hoje algumas tarefas complicadas, relacionadas com a Loja do Cidadão, relacionadas com a apresentação do Parque Ciência Tecnologia, e alguém tem que estar a fazer coisas fora. Portanto ele, como excelente e grande braço direito no Executivo, está a fazer o que lhe compete.

.....Queria, antes de entrar no Estado e Vida do Município, dar uma nota breve, relacionada com alguns pedidos de esclarecimento do Senhor Deputado Dr. Guedes de Almeida, que me parecem necessários.....

.....O primeiro tem a ver com o estacionamento, no fundo tem a ver com o Estado e Vida do Município e considero-me a dar este esclarecimento neste âmbito, que a disponibilidade de estacionamento à superfície na zona comercial da cidade é absolutamente vital para o comércio. Os comerciantes aplaudiram esta medida, estão satisfeitos, porque quem vai às compras tem espaço disponível.....

..... Tivemos o cuidado de, para os residentes disponibilizar condições especiais de acessibilidade, quer em termos de custo, quer em termos flexibilidade de tempo, fazendo-o de uma forma extremamente simples.

.....A fiscalização desse espaço é necessária. A fiscalização ocorre nos termos da lei, eventualmente uma vez ou outra com algum excesso, as pessoas não são todas iguais, os agentes da autoridade também não são todos iguais entre si, a nossa vontade é que parte desse trabalho se faça prioritariamente no âmbito de uma atitude pedagógica, e sempre que for necessário têm que agir no sentido da punição, mas prioritariamente no âmbito da pedagogia do aconselhamento.....

..... Vamos entrar, penso que na próxima reunião de Câmara, é essa a ideia, iremos aprovar uma outra medida relacionada com a utilização do estacionamento subterrâneo. O estacionamento de superfície está regularizado, há espaço disponível, é preciso agora criar medidas adicionais que facilitem a vida aos comerciantes, que também têm transporte, aos empregados dos comerciantes que também não ganham tanto como isso e aos residentes. E aí vamos tomar medidas significativas. Criar avenças com cerca de 90% de desconto relativamente ao custo normal, ou seja, 10% sensivelmente, em traços gerais.....

.....Não é um acesso gratuito porque eu não sou apologista dessa medida, mas é um acesso em condições verdadeiramente especiais, para os empregados, para os comerciantes e para os residentes. Sem medidas especiais, sem burocracia à volta Vai-se apresentar no serviço, vai ter o seu cartão carregado mensalmente e utiliza o tempo nessas condições.

..... Queremos também disponibilizar para o comércio tickets com desconto de 50% para que o comerciante possa atribuir ao cliente, fidelizar de clientes. Portanto, vamos dar mais esse passo no sentido de ir ao encontro de algumas, digamos, de políticas de ajudas ao comércio tradicional.

.....As obras na Avenida Cidade de Zamora, estão concluídas neste momento, elas estão fiscalizadas com técnicos superiores, os trabalhos estão dados por concluídos e feitos em conformidade com os projectos, a transferência de responsabilidades de um consorciado para

outro ocorreu no âmbito do contrato de consórcio entre as duas empresas, e a decisão da Câmara foi tomada mediante pareceres técnicos e jurídicos que obteve para o efeito. Fizemos, do meu ponto de vista, bem, defendendo prioritariamente o interesse público, e portanto penso que agimos correctamente nesse âmbito.....

.....Relativamente ao Estado e Vida do Município:.....

.....**ESTADO E VIDA DO MUNICIPIO**.....

.....Conforme o previsto na alínea e) do nº.1 do art.º 53 da Lei 5-A/2002, apresento para apreciação a presente informação escrita da situação financeira do Município e das actividades e decisões mais relevantes tomadas pela Câmara Municipal, no período que decorreu desde a última Sessão da Assembleia Municipal que teve lugar a 29 de Fevereiro de 2008, até à presente data.

.....**1 - Assuntos tratados para deliberação ou conhecimento da Assembleia Municipal:** foram tratados assuntos nos termos apresentados para agendamento e que integram a ordem de trabalhos da presente Assembleia.

.....**2 - Principais processos, de entre 246, tratados em cinco reuniões da Câmara Municipal e acções realizadas no âmbito da gestão do plano de actividades e orçamento:**

..... **1 - DEPARTAMENTO DE GESTÃO GERAL E ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA**.....

.....**1.1 - Divisão Financeira**.....

.....**1.1.1 - Secção de Taxas, Licenças, Contra-Ordenações, Execuções Fiscais e Metrologia ..**

Neste período o total da receita arrecadada, no âmbito das atribuições da secção foi de 236.473,30€. No mesmo período do ano anterior a receita arrecadada foi de 213.227,51€, verificando-se um saldo positivo de 23.245,79€ (+10,90%).

.....**1.1.2 - Secção de Contabilidade**.....

Verificamos ao nível do orçamento de receita uma cobrança de 7.397.589,13 euros, proveniente em 75,03%, ou seja 5.550.301,30 euros à cobrança de receitas correntes e 1.847.287,83 euros a receitas de capital. No cômputo global apresenta uma taxa de execução orçamental de 19,22%, proveniente na sua maior parte da execução das receitas correntes com uma taxa de 25,15%.

.....A execução do Plano de investimentos, atingiu até 31 de Março uma execução financeira de 11,03%, com o valor de 1.950.614 euros, provenientes de pagamentos do PPI em 1.823.579 euros e decorrentes do PAM em 127.036. Estas despesas foram orientadas principalmente para as funções sociais, no valor de 1.271.697 euros.

.....1.1.2.1 - **Transferências para as Juntas de Freguesia: Baçal** – 10.500,00€, obras de calcetamento da Rua até à Capela de S. Sebastião na aldeia de Baçal; **França** – 15.000,00€, obras de construção das instalações sanitárias e balneários anexos ao edifício da Casa do Povo e Sede da Junta de Freguesia; **Grijó de Parada** – 10.000,00€, obras de construção dos muros na envolvente da casa de convívio da aldeia de Freixedelo; **Parada** – 15.000,00€, obras de arranjo de passeios e espaços verdes na Rua Principal.....

.....1.1.2.2 - **Subsídios e participações: ADRI – Associação de Desenvolvimento da Região de Izeda** – 12.500,00€, 9.ª Feira do Folar da Vila de Izeda; **AGIMO – Associação ambiental e Recreativa de Caça e Pesca de Gimonde** - 250,00€, realização na aldeia de Gimonde, da “Via-Sacra ao Vivo” – Páscoa 2008; **Associação Cultural e Recreativa Abade de Baçal** - 750,00€, aquisição de 10 fatos e máscaras tradicionais, para o grupo de Caretos da Associação; **Centro Social e Paroquial de Santo Condestável** – 5.000,00€, obras de beneficiação do Centro Comunitário; **Clube de Bragança** - 1.500,00€, diversas obras de reabilitação da sede social do Clube; **Fábrica de Igreja de Santo Estêvão de Espinhosela** – 2.500,00€, obras de restauro do telhado da capela de Nossa Senhora do Rosário da aldeia de Espinhosela.....

..... **1.1.3 - Secção de Tesouraria**

O trabalho decorre com regularidade e conforme os procedimentos previstos em termos de funções, e regulamento de controlo interno, abrangendo o serviço de aceitação de leitura; cobrança de recibos de água; cobrança de guias de receita; emissão de ordem de pagamento; certidões de dívida, débitos, estando o serviço ligeiramente acima do executado no ano anterior em igual período.

..... **1.1.4 – Secção de Património e Aprovisionamento**

.....Durante os meses de Fevereiro a início de Abril de 2008, foram abertos 46 procedimentos referentes a concursos de aquisição de bens e serviços; foram emitidas 682 Notas de Encomenda no valor total de 468.556,58€; inventariados 565 bens móveis; concluiu-se o registo de 3 Lotes, designados de A, B e C e 4 parcelas de terreno, destinadas a complemento de futuros lotes, sitos na Avenida Brigadeiro Figueiredo Sarmento, provenientes do Alvará n.º 12/2007, de 14.02.2008; de uma parcela de terreno para construção com 4.030 m², sito na Quinta da Trajinha - Av. das Forças Armadas.

.....Na rubrica edifícios de habitação, foi efectuado o registo de uma casa de habitação, constituída por r/chão e 1.º andar, sita na Rua dos Batoques, adquirida para eventual ampliação da Casa da Seda, pelo valor de 23.750€; foram realizadas duas escrituras de venda; duas de justificação e a cedência do Direito de Superfície ao “*Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I.P.*” de uma parcela de terreno, com a área de 4.030 m², sito na Quinta da Trajinha, para a construção da “Porta de entrada do Parque Natural de Montesinho”, sede dos Serviços e Centro de Interpretação.

.....Aquisição de uma parcela de terreno para ampliação da Zona Industrial de Mós, com uma área total de 6.450m², pelo valor de 10.542,50€.....

.....No âmbito das cedências de bens imóveis a outras entidades, foi cedida a Escola Primária de Baçal, à Junta de Freguesia de Baçal, para instalação da Sede da Junta de Freguesia.

..... **1.2 - Divisão Administrativa**.....

.....No âmbito desta Divisão, destacam-se como assuntos de maior relevância: além da actividade diária de preparação de agendas para Reunião de Câmara e Assembleia Municipal; produção de certidões; registo e classificação de documentos, neste capítulo de referir a entrada cerca de 5700 documentos e a produção de cerca de 1800 ofícios; registo de faltas e remunerações mensais; atendimento a jovens que se pretendem recensear e a todos os munícipes, em geral.

.....Na **Secção de Recursos Humanos**, salienta-se que decorrem/decorreram os seguintes processos; 25 relativos a concurso externo; 1 relativo a concurso interno; 3 de recrutamento para cargos de direcção intermédia; 7 Aposentação/Pensão de Sobrevivência. Estão a decorrer 2 estágios profissionais ao abrigo do PEPAL (Programa de Estágios Profissionais na

Administração Local) e 11 estágios curriculares, necessários para a conclusão da sua formação académica.

.....No **Sector de Arquivo**, de salientar a incorporação de 43 metros de massa documental, tendo sido avaliada para posterior eliminação, cerca de 55,5 ml de documentos. Do depósito da Biblioteca do Centro Cultural para o edifício do Paulo Quintela, procedeu-se à transferência de cerca de 182ml de documentos.

..... **1.3 - Divisão de Informática e Sistemas**

.....Destacam-se como actividades mais relevantes: efectuada a migração para a versão mais recente do gestor de conteúdos do site da CMB; feitos Upgrades nas aplicações de Armazéns, Rendas e Máquinas; continuidade à implementação e apoio de Gestão de Assiduidade; efectuadas actualizações ao software de help-desk e inventário (Track-It); instalado um acesso ADSL no Museu da Máscara; concluída a reorganização dos bastidores em termos da cablagem; assistência às Escolas (pré-escolar e 1º Ciclo); efectuados inventários; criados alguns scripts/utilitários de apoio à gestão de sistemas nomeadamente para backups e limpeza de caixas de email (spam).....

..... **2 - DEPARTAMENTO SÓCIO CULTURAL**.....

..... **2.1 - Área do Ensino** – nesta área de actividade, destaca-se, o acompanhamento de visitas de estudo; a inventariação, informação e tratamento de várias necessidades dos estabelecimentos de ensino; reunião do Conselho Municipal de Educação; a realização da Semana da Leitura em escolas EB1 da cidade; distribuição pelas escolas de mobiliário novo; reunião da Comissão Fiscalizadora da Manutenção dos Parques Infantis. Na Escola Fixa de Trânsito, decorreu a final distrital da Taça Escolar de Educação Rodoviária, iniciativa promovida pelo Instituto Português da Juventude com a colaboração da Câmara Municipal de Bragança e Polícia de Segurança Pública.

.....Apoio financeiro no valor de 250,00€, destinado ao primeiro classificado do prémio Literário “Emídio Garcia”, II Concurso Nacional instituído pela Escola Secundária de Bragança, com o mesmo nome; aprovado o Regulamento Prémio Literário da Lusofonia 2008 - Câmara Municipal de Bragança.

..... **2.2 - Área Cultural** – Nas salas de exposição 1 e 2 do Centro Cultural estiveram as seguintes exposições: de 14 de Fevereiro a 02 de Março, um conjunto de 40 obras das reservas da Câmara Municipal; “Evas”, inaugurada no dia 08 de Março, no Dia Internacional da Mulher, conjunto de 28 de quadros, onde se registam apenas figuras femininas. No mês de Fevereiro, na sala Polivalente, esteve patente uma exposição colectiva de pintura

.....O Museu Ibérico da Máscara e do Traje recebeu a visita de cerca de 1241 pessoas, das quais cerca de 960 nacionais, sendo de referir que no primeiro ano de abertura cerca de 25 000 pessoas visitaram o Museu.....

..... No Teatro Municipal de Bragança, realizaram-se, entre Fevereiro e Março, 17 espectáculos, com a participação de cerca de 4600 pessoas, o que representa uma média de 270 pessoas por espectáculo, com especial destaque para a grande participação dos alunos das Escolas Secundárias da Cidade, consequência de mais uma mostra de Teatro Escolar, com elevada qualidade e adesão do público, nos espectáculos: Escola Secundária Abade de Baçal: Romeu e Julieta; Escola Superior de Educação: Imagine-se! Escola Secundária Emídio Garcia: Graças Transmontanas; Escola Secundária Miguel Torga: A birra do morto e Teatro de Estudantes de Bragança: O jogo do Amor e do Acaso.

.....Foi aprovado protocolo de Cooperação entre o Município de Bragança e os Agrupamentos de Escolas; Escolas Secundárias; Escola Superior de Educação e o Teatro de Estudantes de Bragança, tendo como objectivo fomentar o interesse cultural dos alunos pelas diferentes artes do espectáculo, nomeadamente Teatro e Música através da participação na “Mostra de Teatro Escolar” e na “Gala das Escolas”, para o ano lectivo de 2007/2008.

.....Retomando parcerias, O Vinte e Sete – Festival Internacional de Teatro é uma organização do Teatro de Vila Real, Bragança e Associação Chaves Viva, a Academia de Música de Espinho e a Urze-Teatro, com o apoio da Direcção Regional da Cultura do Norte. Este Festival junta este ano vinte companhias e grupos, com origem em cinco países distintos.

.....Na Biblioteca Municipal, durante os meses de Fevereiro e Março, 5592 utilizadores beneficiaram dos serviços da biblioteca. Na secção infantil decorreram actividades (hora do conto e projecção de filmes), com a presença de 617 crianças. Continuam os trabalhos de tratamento documental e catalogação do acervo documental.

..... **2.3 - Área do Desporto** – Gestão da distribuição das instalações desportivas; apoio à realização de torneios e competições oficiais; organização e apoios às actividades orientadas

na Piscina Municipal; realização do campeonato regional de Inverno de natação; apoio à realização de caminhadas rurais e urbanas; apoio ao Programa Mexa-se (A diabetes Tipo II) e na organização na actividade de Educação Física (AEC) no 1º do Ensino Básico; preparação do encontro de “Jogos Tradicionais”; Férias Desportivas e Culturais; Torneio Internacional de Natação Cidade de Bragança; Torneio da Função Publica e Dia do Desporto. As piscinas tiveram 10452 utentes, os dois pavilhões municipais 12057 utentes. *Portanto uma actividade desportiva intensa, significa que há muitos cidadãos no nosso Concelho, há muitas Associações, há muita actividade desportiva, há muitos jovens e jovens de todas as idades que cada vez mais dedicam algum tempo à prática e ao exercício físico.*

..... **2.4 - Área de Habitação e Acção Social** – Atendimento social destinado aos utentes que desejam obter informações e/ou requerer os apoios sociais que a autarquia promove; realização de visitas domiciliárias nas freguesias rurais e urbanas para emissão de pareceres sobre os vários processos candidatos a apoios sociais.

.....Trabalhos desenvolvidos, no âmbito da Acção Social Escolar; acompanhamento e intervenção em processos relativos à CPCJ de Bragança, e participação nas reuniões da Comissão Restrita e da Comissão Alargada; colaboração em processos do Rendimento Social de Inserção (RSI);

.....Gestão de processos relativos aos Bairros Sociais, salientando a Instrução dos processos individuais/por imóvel dos beneficiários, com documentação actualizada e comprovativa da situação actual dos elementos do agregado familiar; instrução jurídica e processual sobre casos de ilegalidade ou infracção de inquilinos residentes em imóveis pertencentes à CMB; articulação de intervenções do domínio da acção social com instituições de solidariedade social que actuam nas áreas territoriais dos bairros; aprovação de 9 agregados familiares para realojamento de emergência; aprovação de 3 agregados familiares para transferência de fogo. Foram aprovados os pedidos de apoio para recuperação de uma habitação pertença de uma família economicamente carenciada residente na aldeia do Zoio e outra na aldeia de Martim, respectivamente, nos montantes de 10.000,00€ e 12.000,00€.

..... **2.5 - Área do Turismo** – Durante este período foram atendidos no posto Turismo de venda Municipal 536 turistas, dos quais 187 portugueses. Em Março ocorreu a reabertura do

Posto de Turismo da Av. Cidade de Zamora, tendo sido atendidos, até final desse mês, 515 turistas, dos quais 225 portugueses.....

.....3 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO.....

..... 3.1 - *Divisão de Urbanismo*

.....Muito embora o número de solicitações (entrada de requerimentos) à Divisão de Urbanismo se mantenha estável (média mensal de 450), verifica-se a tendência de decréscimo na construção privada, reflectindo a crise generalizada no sector da construção civil relativamente aos últimos três anos: o número de processos novos diminuiu cerca de 20%; o número de licenças de construção diminuiu cerca de 10%; o número de licenças de utilização diminuiu cerca de 12%, tendência que acompanha a situação no país.

3.2 – *Divisão de Obras*.....

.....No âmbito das obras de empreitada, foram, neste período, abertos dez concursos, envolvendo as tarefas correntes de elaboração e validação de projectos e acompanhamento de obras.

.....Para além das tarefas correspondentes ao acompanhamento técnico, administrativo e financeiro das várias obras em curso, foram aprovados os seguintes assuntos: Adjudicação definitiva da proposta de apoio à criação e dinamização de uma rede de cidades que promova a competitividade e inovação na região de Alto Trás-os-Montes, à empresa SPI, Sociedade Portuguesa de Inovação - Consultadoria Empresarial e Fomento de Inovação, S.A., pelo valor de 74.500,00€, acrescido de I.V.A. à taxa legal em vigor.....

.....Aprovado o Projecto, Programa de Concurso, Caderno de Encargos e autorizada a Abertura de Concurso Público, da empreitada de pavimentação da via municipal da E.N.217, (Penacal) a Freixedelo, estimando-se em 312.000,00€+IVA o valor dos trabalhos a executar; abertura do concurso público para Pavimentação da E.M.502 à E.N.308-3 (Meixedo/Carragosa) e E.M.502 (da E.N. 103-7 a Meixedo) estimando-se em 215.000,00€+IVA o valor dos trabalhos a executar.....

..... Adjudicação definitiva da empreitada de repavimentação de Bairros em Bragança - Mãe D'Água e Coxa, à empresa Jeremias de Macedo & C.ª, Lda., pelo valor de 390.879,40€, a que acresce o IVA à taxa legal em vigor.....

.....Aprovado o projecto de Beneficiação/Rectificação do C. M. 1061 entre Mós e Paredes; aprovado o projecto de remodelação da Avenida Humberto Delgado, com uma estimativa orçamental na 1.ª fase - Escola Secundária Abade de Baçal até ao final do Bairro do Campelo (envolvendo também o cruzamento desnivelado com a Rua Dr. Manuel Bento, junto aos BVB) de 3.920.782,35€, e a 2.ª fase - ligação com a rotunda da avenida Abade de Baçal de 3.280.280,12€.

.....Adjudicação definitiva da execução de um troço de saneamento em Izeda, à firma Medida XXI, Sociedade de Construções, Lda., pelo valor de 20.486,00€+IVA.....

.....Abertura do concurso público para beneficiação da Casa do Povo de Izeda, estimando-se em 375.000,00€+IVA o valor dos trabalhos a executar; Intenção de adjudicação da empreitada de construção de infraestruturas na Zona Industrial de Mós - 2.ª fase ao consórcio Construtora Mirandesa, Lda./Diamantino Augusto Lopes pelo valor de 258 678,63€+IVA.

.....Intenção de adjudicação da empreitada de Conservação das Instalações Municipais - Remodelação do Edifício do Antigo Banco de Portugal (frente ao Governo Civil), à firma Madureira Azevedo, Construções e Obras Públicas, Lda., pelo valor de 119 836,73€+IVA.

.....Adjudicação da elaboração do projecto do Centro Escolar de Santa Maria e da Sé, à firma Engitâmega – Construções, Projectos e Consultoria, Lda., respectivamente, pelos valores de 29.990,00€+IVA e 39.990,00€+IVA.

.....No que se refere a obras de administração directa, a equipa de conservação de vias urbanas, realizou 10 intervenções com destaque para a remodelação das instalações do sector de águas e diversas intervenções em espaço público. A equipa de conservação de edifícios, realizou 14 intervenções com destaque para a recuperação de fogos no Bairro social da Coxa e Mãe D'Água.....

3.3 - Divisão de Equipamento

..... No âmbito desta Divisão foram elaborados concursos para aquisição de diversos materiais (Tintas, Sanitários, Pré-Fabricados de Betão e Barro, Tubos, Material de Agua e Saneamento, Biodiesel, Madeiras, Massas Betuminosas, Emulsões Betuminosas, Inertes, Betão, Cubos, Contadores, Cimento, Grelhas, Óleos e Pneus) bem como a aquisição de uma viatura Híbrida para o Gabinete de apoio à Presidência.....

..... No sector de Equipamentos procedeu-se aos trabalhos de aterro junto à ponte de Vila Boa – Carçozinho; Limpeza de caminhos agrícolas nas freguesias de Quintela, Salsas, Samil, São Pedro e Alfaião;

Limpeza de aceiros Florestais nas freguesias de Pombares, Quintela e Serapicos; Reparação da barragem de Mós; Enchimento de caminhos em Izeda; limpeza e regularização de valetas e bermas nas estradas de Rossas - Pinela, Fermentãos, Pombares, Veigas, Sendas, Rebordainhos - limite do Concelho e Estrada do Turismo; Manutenção de pavimentos na rede viária municipal nas freguesias de Laviados, Rebordainhos, Grandais, Meixedo, Quintas de Montesinho, Refega, Sortes – Valverde e diversos arruamentos da cidade..

..... Foi garantido apoio diverso às Juntas de Freguesia com equipamentos e materiais diversos, e foram asseguradas tarefas relacionadas com a segurança e protecção civil.

..... Quanto ao sector de armazém, esta em fase de conclusão as obras de remodelação do edifício e área envolvente.....

..... No sector de oficinas, está em execução o novo sistema de gestão de frotas, para um melhor controlo dos consumíveis e veículos.....

4 - DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS MUNICIPAIS

..... 4.1 - Divisão de Saneamento Básico

.....O abastecimento de água a todos os sistemas cujo fornecimento assenta na água proveniente da estação de tratamento do Alto Sabor, é garantido, desde o dia 2 de Janeiro de 2008, exclusivamente, da adução efectuada a partir do açude localizado no lugar do Porto Sabor, complementado em algumas linhas de água.

.....A empresa Multimunicipal Águas de Trás-os-Montes e Alto-Douro, deu início à empreitada de execução das condutas adutoras, reservatórios e estações elevatórias do Subsistema do Alto Sabor.

.....Esta empreitada compreende a execução de um conjunto de obras de adução, elevação e reserva, a executar no Concelho de Bragança, para transporte de caudais captados nas albufeiras das barragens de Serra Serrada e Veiguiñas, os quais serão tratados na Estação de Tratamento de Águas de França.

.....No âmbito da **Secção de Águas**, relativamente à área urbana realizou-se uma importante intervenção na Av. Dinastia de Bragança, onde se procedeu à substituição da conduta de água, devido a recorrentes rupturas da mesma.

.....Na área rural, destacam-se os trabalhos executados em Parada - substituição/ampliação da rede de abastecimento de água - fornecimento e colocação de 500 metros de tubo; Colocação de contadores nas localidades de Rabal, Deilão, Vila Meã, Petisqueira, Palácios, S. Julião,

Caravela, Rio de Onor e Guadramail, num total de 950 novos contadores; S. Comba de Rossas – início dos trabalhos de colocação de contadores no exterior das habitações.

.....Outros trabalhos relevantes: abertura do concurso: “Ligação do furo ao reservatório na aldeia de Babe”, trabalho que vai permitir o reforço no abastecimento de água à localidade de Babe sendo que em simultâneo irá ser colocado cabo eléctrico para controlo do nível de água aduzido ao reservatório.

.....A Secção de Águas procedeu, para além dos trabalhos correntes de manutenção das redes, aos seguintes trabalhos: mudanças de nome de cliente – 56 processos; execução de novas ligações – 40; substituição de contadores – 53; contadores abatidos – 62; contadores reparados – 8; fugas/reparações – 10; desistências – 50; ligações de corte após pagamento – 10; rupturas na rede pública – 16.

.....No âmbito da **Secção de Saneamento**, realizaram-se os seguintes trabalhos: manutenção da rede situações de substituição de tampas e grelhas; execução de ramais domiciliários; desobstrução de colectores e limpeza de 22 limpezas de fossas na área rural do Concelho.....

.....Na área rural na aldeia de Rebordãos está em execução a ampliação, em cerca de 250m, da rede de drenagem de águas residuais que irá beneficiar o polidesportivo, em construção na referida localidade, bem assim como mais seis habitações existentes na envolvente do mesmo. Outros trabalhos em execução, no âmbito desta secção: “Execução de um troço de saneamento em Izeda”, numa extensão aproximada de 400m, teve como objectivo principal a substituição do colector existente, o qual, por estar instalado em leito de ribeira, apresentava elevadas infiltrações de águas.

4.2 - Divisão de Defesa do Ambiente

.....A Divisão de Defesa do Ambiente, nas suas actividades concernentes à prestação de serviços à população, executou trabalhos no âmbito do sector Jardins e Cemitérios, sector de Mercados e Feiras e no sector da Manutenção Urbana.

.....No sector de espaços verdes existentes (45 hectares - 11,32 m²/hab.), foi realizada a sua manutenção, tendo sido plantadas 110 árvores (comemoração do Dia Mundial da Árvore, nas escolas do 1º ciclo da cidade e da área rural do Concelho) e 312 arbustos, na execução dos canteiros junto ao Mercado Municipal.....

.....No âmbito da execução de espaços verdes, destacando-se a conclusão da requalificação do separador e canteiros da avenida Fernando Pessoa e de duas pracetas no Bairro do Sol; início dos trabalhos de paisagismo dos espaços verdes envolventes ao loteamento da Rica Fé.....

.....Procedeu-se, também, à limpeza (com roçadora) de diversos espaços não ajardinados. De referir, ainda, a realização de outros trabalhos, com destaque para: apoio na captura e abate de cães (15); aplicação de herbicida selectivo no relvado do estádio Municipal; e no Viveiro a prorrogação vegetativa de arbustos e herbáceas por estacaria, 8100 unidades.

.....No sector da manutenção urbana com três áreas de intervenção: controlo de fiscalização da R.S.U., manutenção e sinalização urbana e actividade de cemitérios e sanitária veterinária, de salientar a colocação de 39 sinais de trânsito e placas adicionais, das quais 18 recolocações de sinais e 10 prumos, por vandalismo; 5 pilaretas; a execução de 3 reentrâncias resguardo e rebaixamento de 36 passeios, junto a passadeiras de peões; 100m de redutores de velocidade. De salientar, ainda, a instalação do Parque de Manutenção da 3ª Idade, junto ao Parque Infantil do Polis. Foram realizadas 40 inumações, 16 das quais no Cemitério do S. Condestável.....

.....Relativamente ao sector de gestão florestal, de salientar, acompanhamento do projecto Riscos Naturais e Tecnológicos, nomeadamente na elaboração das Cartas de Riscos Naturais e Tecnológicos e Manual pedagógico sobre riscos Naturais e Tecnológicos, no âmbito da CMDFCI; análise, aprovação e execução de plano de fogo controlado; feito o levantamento e digitalização das áreas ardidas em 2007 e elaborado o Plano Operacional Municipal -2008 de Defesa da Floresta Contra Incêndios.

..... No município, no sector de Resíduos Sólidos Urbanos, foram recolhidas 2.497,24 toneladas de RSU's, no que se refere à recolha selectiva, foram recolhidas 117.44 toneladas, das quais 52% de papel e cartão, 31% de Vidro e 17% de plástico. Ainda neste âmbito, de referir que, considerando os valores de 2006, a produção de RSUs em 2007 aumentou 3%, correspondendo a um aumento de produção diária per capita de 1,23Kg para 1,27Kg.

..... **ECO XXI** - o Município de Bragança recebeu no passado dia 31 de Março, pelo segundo ano consecutivo, a Bandeira Verde ECOXXI. O Município subiu para o 11.º lugar (Alcançou os objectivos definidos para 2007); em 2006/2007 encontrava-se no 15.º lugar.

.....Este galardão reconhece o trabalho efectuado em prol da sustentabilidade e boas práticas ambientais e de ordenamento do território, através da análise de 23 parâmetros por entidades públicas especializadas nas matérias.

4.3 - Divisão de Transportes e Energia

..... No âmbito desta Divisão, destaca-se a manutenção corrente das instalações eléctricas, incluindo os sistemas semaforicos, os sistemas de bombagem, fontes luminosas, sistemas de aquecimento e centrais hidroeléctricas.

.....Ao nível da energia, salienta-se que a produção de energia no primeiro trimestre de 2008, foi de 186.285,89€, representando uma diminuição de 34,63%, relativamente a igual período do ano transacto; ao nível da iluminação pública, foram colocados 63 pontos de luz 17 postes, num investimento de 4.042,35€+IVA; os gastos com gás natural aumentaram 17% nos edifícios municipais (71.312,70€), sendo a comparticipação das piscinas e pavilhão municipal de cerca de 50% (35.405,30€) e no que se refere às EB1 e Jardins-de-infância constatou-se um aumento de 13.8%.

.....No que respeita aos transportes e estacionamento, nas linhas de STUB verificou-se uma reestruturação nas linhas rurais, com início a 3 de Março, tendo sido realizados investimentos na colocação de mais 8 abrigos de passageiros. Foram adquiridos 3 mini-autocarros Mercedes-Benz Sprinter City 65 destinados à frota do STUB, representando um investimento total de 482.321,69€.

.....Quanto aos trabalhos de realização do projecto de revisão do Plano Director do Aeroporto e projectos de expansão, os trabalhos têm evoluído bem, estando consolidadas as orientações para investimentos na primeira e segunda fase.

.....No que se refere aos parques de estacionamento subterrâneo, da Praça Camões e da Praça cavaleiro de Ferreira, verificou-se diminuição de utilização, compensada por uma melhor gestão do estacionamento pago de superfície.

5- Outros assuntos.....

.....Aprovado Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Bragança e a Associação Brigantina Protectora dos Animais, tendo em vista o apoio financeiro no montante de 62.500,00€ para apoiar a execução das obras de adaptação de edifício cedido, para futuro canil da Associação.....

Foram iniciados contactos com o operador aeronáutico RYANAIR, em reunião no Instituto da Aviação Civil (INAC), com o objectivo de aferir a possibilidade daquela empresa poder operar no Aeroporto Regional de Bragança, contactos que deverão ser mantidos.

.....Aprovado Protocolo para a implementação da rede de parques de ciência e tecnologia em Trás-os-Montes e Alto Douro, envolvendo as entidades Associação do Parque de Ciência e

Tecnologia do Porto, Rede de Parques de C&T e Incubadoras PortusPark, o Município de Vila Real, A Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, O Município de Bragança e O Instituto Politécnico de Bragança, com vista a dar início aos trabalhos de implementação de dois pólos da rede de Parques de Ciência e Tecnologia da Região do Norte de Portugal. Um dos pólos será instalado em Vila Real e o outro em Bragança.

.....Aprovado Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Bragança e o Instituto Gulbenkian de Ciência, tem como objectivo estabelecer as condições de cooperação entre as duas instituições para a realização em 2008 e anos seguintes, com a periodicidade que vier a ser, de comum acordo estabelecida entre as duas entidades, do Primeiro Encontro Ibérico de Neurociências (EIN) em Bragança.

.....Aprovado o Protocolo Genérico de Colaboração entre o Município de Bragança e os Parceiros: CESPU – Cooperativa de Ensino Superior, Politécnico e Universitário C.R.L.; INSTIM – Serviços de Saúde, S.A.; ENSIBRIGA – Educação e Formação, Lda.; e, ISLA – Imobiliária II, Lda., tendo como objectivo a criação de um projecto de ENSINO, FORMAÇÃO, SAÚDE E SERVIÇOS....

.....Aprovado Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Bragança e a Junta de Freguesia de Santa Comba de Rossas, para a execução da empreitada “Loteamento da GALP - Execução de Pavimentação, Rede de Águas e Esgotos, Infraestruturas Eléctricas”, envolvendo um apoio financeiro no montante de 60.000,00€, corresponde a cerca de 50% do investimento.

.....Aprovado o documento “Plano de Acção da Agenda 21 Local”, constituindo-se como um plano abrangente, consequente e que traduz de forma responsável uma política de desenvolvimento estratégico de cidade que este executivo tem vindo a promover, no âmbito da Agenda 21 Local e da consequente implementação do conceito Eco-Cidade e Eco-Região.

.....Aprovado o Protocolo de Colaboração entre o Município de Bragança e o Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ICNB), pelo qual o primeiro outorgante reconhece interesse municipal na criação da PORTA do Parque Natural de Montesinho, comprometendo-se a ceder uma parcela de terreno na Quinta da Trajinha, com área de 4.030,00m², para aí ser instalada a PORTA do Parque Natural de Montesinho, e ainda, conceder um apoio financeiro no montante de 5% do investimento previsto para a referida construção.....

.....Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Bragança (CMB) e a Associação Comercial e Industrial e Serviços (ACISB), tendo em vista a realização da Feira das Cantarinhas

2008 e da XXII Feira de Artesanato, a ter lugar, respectivamente nos dias 2 e 3 de Maio e no período compreendido entre 30 de Abril e 4 de Maio, esta última na Praça da Sé e Rua Alexandre Herculano, comprometendo-se a Autarquia com um apoio financeiro no montante de 15.000€.

.....Aprovado Protocolo de Colaboração entre o Município de Bragança e a Junta de Freguesia de Deilão tendo em vista a cedência a título precário das instalações onde funcionou a Escola EB1 de Deilão, no presente desactivada, para futura instalação do Centro de Dia para apoio aos idosos da Freguesia.

.....Foram preparadas 22 candidaturas a apoios comunitários, sendo 17 no âmbito do programa INTERREG e cinco ao QREN PONorte.

..... **INTERREG**

.....1 - **ESTRATÉGIA AMBIENTE**

..... **AGRO-RED, sendo** Chefe de Fila a Diputación de Zamora e parceiros os municípios de Bragança, Vinhais, Vimioso, Miranda do Douro e Mogadouro; valor global de Valor da Candidatura – 750.000,00€; **ECOLOGIA URBANA, sendo** chefe de Fila o município de Bragança e parceiros os Ayuntamientos de Zamora e León, sendo o valor da candidatura de 1.000.000,00€;

.....**FOMENTO DA POUPANÇA ENERGÉTICA E DA PRODUÇÃO BASEADA NOS RECURSOS NATURAIS TRANSFRONTEIRICOS, sendo** chefe de fila – CEOE-CEPYME de Zamora e parceiros, o município de Bragança, NERBA e Diputación de Zamora e o valor da candidatura de 2.450.000,00€;

.....**BIOSFERA TRANSFRONTEIRIÇA – PROMOÇÃO E PRESERVAÇÃO DAS ÁREAS NATURAIS E DO SEU PATRIMÓNIO ETNOGRÁFICO, sendo** chefe de fila a AMTFNT e parceiros a Diputación de Zamora e Salamanca, AMTQ, AMDS e Ayuntamientos de Puebla de Sanabria, Requejo e Villafáfila e o valor da candidatura: 1.290.000,00 €;

..... **ARCOS - ASSOCIAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA DA RAIÁ PARA O APROVEITAMENTO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS, sendo** chefe de fila a Diputación de Salamanca, tendo como parceiros as Diputaciones de Badajoz, Zamora e Cáceres, ICNB, AMTFNT, AMTQ, AMDS, AMNA, Associação de Desenvolvimento Regional do Alentejo, Câmara Municipal de Vila

Pouca de Aguiar e Agrupación de Desarrollo Sostenible y la Promoción del Empleo Rural, sendo o valor da candidatura de 2.240.000 €;

..... **RETAILER – REDE TRANSFRONTEIRIÇA DE AUTORIDADAS LOCAIS EM ENERGIAS RENOVÁVEIS**, sendo chefe de fila a Diputación de Badajoz, tendo como parceiros as Diputacións de Cáceres, Huelva, Orense, Salamanca e Zamora, AMTFNT, AMDE, AMNA, Associação de Municípios de Cova da Beira e Associação do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular e valor de candidatura de 2.086.000 €;

.....2 - ESTRATÉGIA COESÃO SOCIAL.....

..... **EMPREGO VERDE**, sendo chefe de fila o Ayuntamiento de Benavente, tendo como parceiros, os municípios de Bragança e Vinhais, Ayuntamiento de Zamora, e valor de candidatura 750.000,00€;

.....3 - ESTRATÉGIA CULTURA

..... **SOLSTÍCIO**, sendo chefe de fila o município de Bragança, tendo como parceiros, os municípios de Vinhais, Mogadouro, Miranda do Douro e Vimioso e os Ayuntamientos de Zamora, Fermoselle, Alcañices, Pedralba de La Ribera e Puebla de Sanábria, e valor de candidatura 1.200.000,00€; **MUSEUS EM REDE**, sendo chefe de fila a Diputación de Coruña e parceiros os municípios de Bragança, Valença, Póvoa de Lanhoso, Paredes de Coura e Montalegre, Ayuntamientos de Astorga, Cacabelos e Lugo, valor de candidatura 1.800.000,00€;

..... **PORTAS – PORTAS DE PATRIMÓNIOS NOS (INTER) TERRITÓRIOS**, sendo chefe de fila a Diputación de Ávila e parceiros os municípios de Bragança e Mirandela, e valor de candidatura 800.000,00€;

..... **LENMITOS- LENDAS, MITOS E MANIFESTAÇÕES CULTURAIS NO TERRITÓRIO ENTRE TRÁS-OS-MONTES E GALIZA**, sendo chefe de fila o município de Mirandela e parceiros o município de Bragança e Ayuntamientos de Celanova e Xinzo de Límia, valor de candidatura 630.000,00€;

4- **ESTRATÉGIA COMPETITIVIDADE PROMOÇÃO DE CENTROS EMPRESARIAIS DE DINAMIZAÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DO TECIDO SÓCIO-ECONÓMICO TRANSFRONTEIRIÇO**, sendo chefe de fila a Diputación de Zamora e parceiros, os municípios de Bragança, Vinhais e Vimioso, valor de candidatura 650.000,00€;

COOPERAÇÃO E GESTÃO CONJUNTA PARA O FOMENTO DA COMPETITIVIDADE E PROMOÇÃO DO EMPREGO, sendo chefe de fila a Fundação Rei Afonso Henriques, tendo como parceiros, o

município de Bragança, Ayuntamiento de Zamora, NERBA, NERVIR, Câmara de Comércio e Industria de Zamora, CEOE – CEPYME de Zamora, IPB e Fundación General Universidad de Salamanca, sendo o valor da candidatura de 1.500.000,00€;

5 - **ESTRATÉGIA ACESSIBILIDADES**

.....**INFRAESTRUTURAS LOCAIS DE COMUNICAÇÃO**, sendo chefe de fila a Diputación de Zamora, tendo como parceiros, os municípios de Bragança, Vinhais, Vimioso e Miranda do Douro, valor de candidatura de 1.500.000,00€;

..... **ESCOLA FRONTEIRIÇA DE PILOTAGEM E MANUTENÇÃO AERONÁUTICA**, sendo chefe de fila a Diputación de Orense, tendo como parceiros, o município de Bragança e Ayuntamiento de Orense, valor de candidatura 2.400.000,00€;

.....**6 - ESTRATÉGIA TURISMO**

..... **GUIA DE RECURSOS TURÍSTICOS DO NORDESTE TRANSMONTANO E DA PROVÍNCIA DE ZAMORA**, sendo chefe de fila a Diputación de Zamora e parceiros, as AMTFNT e AMTQ, valor de candidatura 500.000,00€;

..... **LEGADOS – REDE TRANSFRONTEIRIÇA DE POVOS PARA COOPERAÇÃO EM PATRIMÓNIO RURAL NATURAL E HISTÓRICO-CULTURAL**, sendo chefe de fila o Ayuntamiento Puebla de Sanabria, tendo como parceiros, os municipios de Vinhais e Vimioso, AMTFNT, Ayuntamientos de Mesquita, Lubian, Benavente, Villariño de Conso, Hermesinde, ADRAT, valor de candidatura 2.454.000,00 €.

..... **CANDIDATURAS AO QREN – PO NORTE**.....

.....**1 - REQUALIFICAÇÃO DA REDE ESCOLAR** - Construção dos Centros Escolares de Santa Maria e Sé. Valor da Candidatura: 3.900.000,00€, financiado em 70%; Requalificação da Escola Primária de Quintanilha e Rebordãos, Valor da Candidatura: 600.000,00€.

.....**2 - REGENERAÇÃO URBANA** - Regeneração urbana do Bairro da Mãe d'Água, Objectivo - Promoção da coesão e da inclusão sociais, da integração e da igualdade de oportunidades. Revitalização sócio-económica da área, qualificação do ambiente urbano e incremento da cidadania. Valor da Candidatura: 6.500.000,00€.

.....**3 - CENTRO DE SAÚDE DE SANTA MARIA**, Construção do Centro de Saúde de Santa Maria Objectivo - Melhoria do acesso e qualidade e da humanização dos cuidados, reforço e promoção da saúde na respectiva área de influência. Valor da Candidatura: 1.950.000,00€.

.....4- **PORTA DE MONTESINHO** Chefe de Fila – ICNB, Parceiros – Câmara Municipal de Bragança, Objectivo – Instalação da Porta de Montesinho, compreendendo a instalação da Sede do PNM, Centro de Interpretação da Natureza e estrutura de promoção dos produtos regionais. Recuperação e promoção da Casa Abrigo da Lama Grande e Centro Hípico de França. Valor da Candidatura: 1.200.000,00 €, sendo o valor da CMB: 125.000,00 €;

.....5 - **MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA**, Chefe de Fila – AMAT, tendo como parceiros a AMTFNT e AMTQ, Objectivo – Melhoria das condições tecnológicas nos municípios abrangidos, contribuindo para a melhoria do serviço público e aumento da eficiência, compreendendo mecanismos como Serviços On-Line, administração electrónica, *workflow*, gestão documental, extranet para parceiros e melhoria das aplicações e funcionalidades das aplicações municipais. Valor da Candidatura: 8.207.680,00 €, sendo o valor da AMTFNT: 1.311.158,00 €.

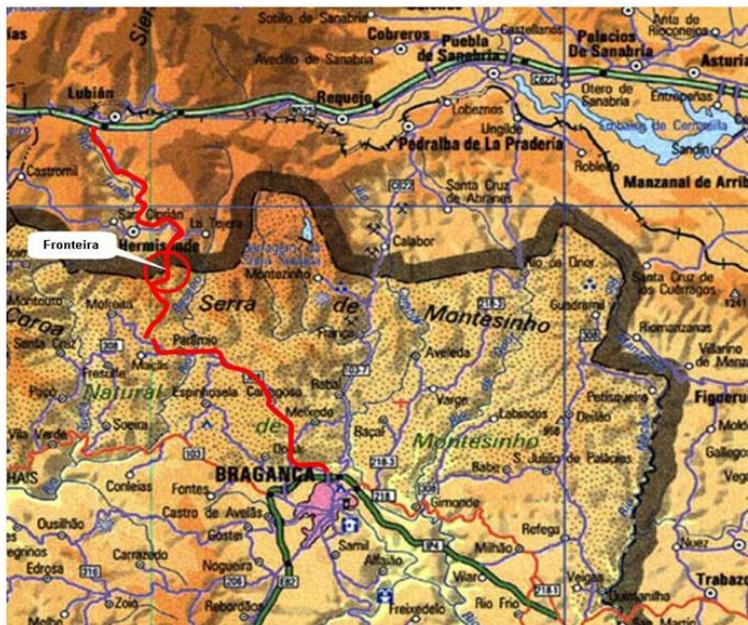
.....E assim, farei uma parte da apresentação que incidirá sobre o seguinte:

.....Foi feita a seguinte apresentação Power Point.....



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

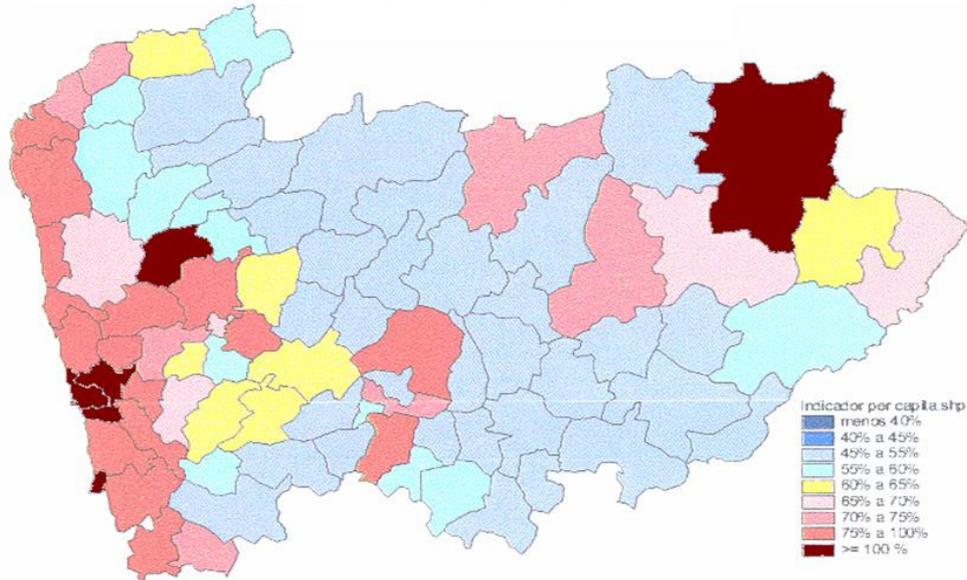
“RASGAR
FRONTEIRAS,
UNIR OS
POVOS”



.....Trata-se de uma estrada de Fronteira que foi concluída, respectivamente do Parânio a Hermisende, foi inaugurada no 25 de Abril.



QUADRO n.º 10
Índice de poder de compra *per capita* - 2005



FONTE: INE/PONORTE
MARÇO 2008

.....Dar uma nota, na última Assembleia Municipal, informei os Senhores deputados de algumas das principais actividades desenvolvidas no âmbito da preparação de Projectos, de lançamento de obras, quero hoje também deixar-vos, enfim, uma ideia acerca da continuação desse trabalho e avanço do que é feito.....

.....A título de introdução, apresento este mapa da zona norte, dos oitenta e seis municípios, mapa que integra o Plano Regional de Ordenamento do Território para a zona norte, é um documento que brevemente irá para discussão pública, e onde sobressai a evolução da economia em Bragança.



PROJECTOS DE REQUALIFICAÇÃO URBANÍSTICA DE SANTUÁRIOS



FONTE: CMB

S. BARTOLOMEU – SAMIL

.....Falar sobre alguns projectos que estão concluídos ou em fase de conclusão, por exemplo, isto é um arranjo do Cabeço de S. Bartolomeu, da zona do Santuário de S. Bartolomeu, é um trabalho que a Junta de Freguesia de Samil irá iniciar por administração directa, com o apoio da Câmara Municipal, por fases, naturalmente que não temos dinheiro para fazer na sua totalidade, mas pretendemos ordenar aquele espaço, conferir-lhe qualidade, porque certamente será um espaço cada vez mais visitado para quem vem de fora, a partir daí tem condições únicas para observar a cidade.



PROJECTOS DE REQUALIFICAÇÃO URBANÍSTICA DE SANTUÁRIOS



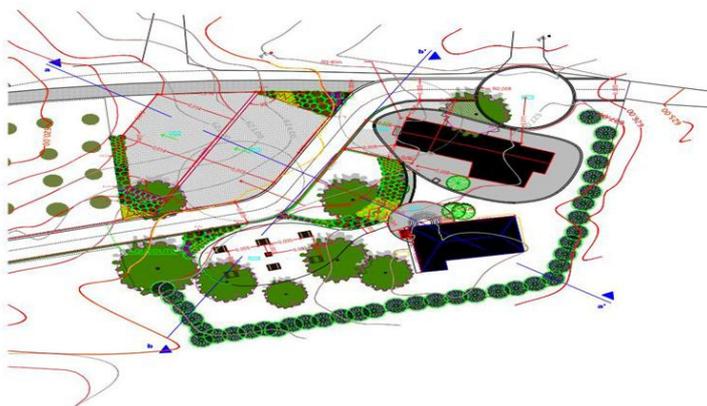
FONTE: CMB

SENHORA DO AVISO - SERAPICOS

.....Também um arranjo da senhora do Aviso, dar uma perspectiva de que a construção e o investimento que vai sendo realizado deverá ter uma lógica de organização, de estruturação, esse trabalho é um trabalho em parceria com a Junta de Freguesia de Serapicos.....



PROJECTOS DE REQUALIFICAÇÃO URBANÍSTICA DE SANTUÁRIOS



FONTE: CMB

SENHORA DO REMÉDIOS - FRIEIRA

.....O trabalho seguinte é no Santuário da Senhora dos Remédios em Frieira, é um trabalho que envolverá a respectiva Comissão e a Junta de Freguesia, à semelhança dos anteriores.....



PROJECTOS DE CENTROS ESCOLARES – SÉ e SANTA MARIA



FORNTE: CMB

.....Também referir-lhes que está em fase de finalização e elaboração do projecto para dois centros escolares, que estão referenciados, não estão bem, esta bolinha amarela devia estar ao lado dos bombeiros, é um bocadinho em cima, e o outro é em S. Sebastião, dois centros escolares com 10 salas do primeiro ciclo e quatro salas do ensino pré-primário, respectivamente encostadas, próximas ou contíguas à Escola Paulo Quintela e à Escola Miguel Torga, para que algumas das infra-estruturas existentes desses centros escolares se aproveitem, como seja o caso dos pavilhões e eventualmente as cantinas.



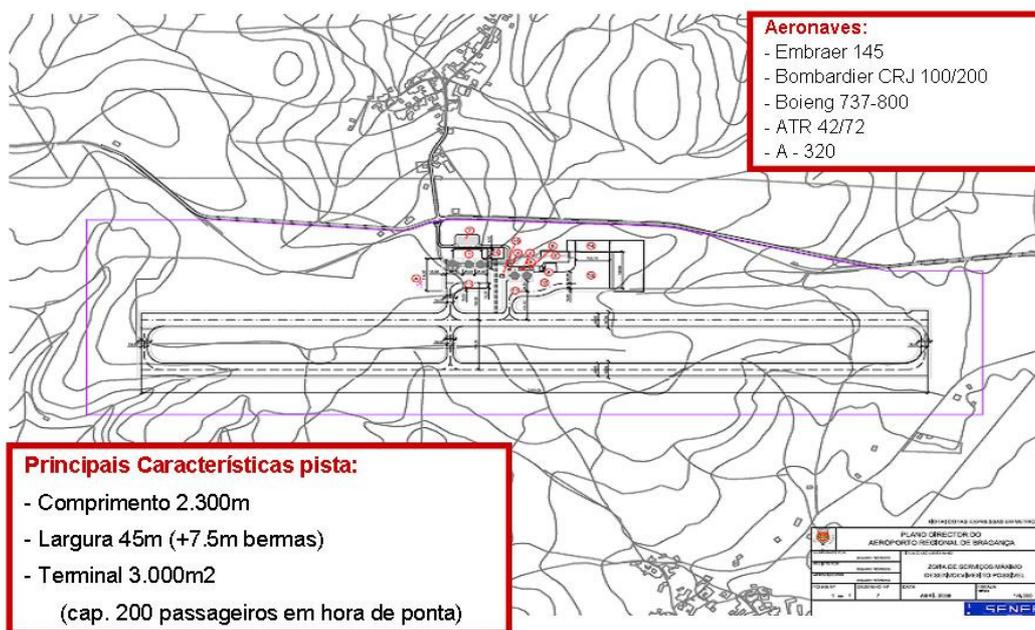
PROJECTOS DE CENTROS ESCOLARES



.....Esta é uma imagem do Centro Escolar de Santa Maria, portanto junto à Escola Miguel Torga.



AEROPORTO REGIONAL



.....Também dar-vos uma nota de que há uma evolução relativamente ao projecto do aeroporto, portanto há aqui uma clara consolidação neste momento, digamos, da estratégia, relativamente àquilo que eu tinha apresentado na última Assembleia. Na sequência de uma reunião tida com o responsável técnico da RYANAIR decidimos fazer algumas evoluções nesta matéria, evoluções coordenadas com o INAC. Assim, toda esta parte do terminal, placas de estacionamento e a zona industrial mantém-se conforme aquilo que já tinha indicado na Assembleia anteriormente. A pista passa a ter mais cem metros deste lado, e mais quinhentos deste lado, ou seja, a pista passará a dois mil e trezentos metros de extensão, o que permitirá operar qualquer uma das categorias destas aeronaves, respectivamente Embraer 145, Bombardier CRJ 100/200, Boieng 737-800, ATR 42/72, A – 320, operar no espaço europeu até mil e quinhentas milhas náuticas sem restrições. Isso corresponderá à primeira fase, o que obrigará a fazer a correcção deste traçado da estrada nacional, e também naquela zona para criar faixas de segurança.

.....Quando numa segunda fase o movimento se justificar, então sim será construída uma segunda pista, funcionando esta pista de 45 metros de largura, actualmente tem 30, como caminho de acesso à pista principal. Portanto esta é definitivamente a versão sob a qual vão ser desenvolvidos os projectos de execução do aeroporto regional de Bragança com a aceitação e a aprovação do INAC, já obtida neste momento.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL – SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE ABRIL DE 2008

2 – AEROPORTO REGIONAL

Resumo dos Investimentos

No quadro seguinte compilam-se os valores estimados dos investimentos a realizar para o desenvolvimento previsível do Aeroporto de Bragança para servir um volume de 40.000 passageiros/ano.

| Id | Rubrica | Unidades | Dimensões | Preço Unitário (€) | Custo Total (€) |
|----|-------------------------------------|----------|-----------|--------------------|------------------------|
| 1 | Pista de Voos | | | | 14.106.000,00 € |
| 2 | Nova Plataforma de Estacionamento | | | | 2.122.000,00 € |
| 3 | Ampliação da Plataforma A.G. e Man. | | | | 2.190.000,00 € |
| 4 | Caminho de Circulação | | | | 254.400,00 € |
| 5 | Edifício Terminal | | | | 8.867.500,00 € |
| 6 | Remodelação Edifício Actual | | | | 123.500,00 € |
| 7 | Urbanização e Acessos | | | | 1.222.500,00 € |
| 8 | Aparcamento | | | | 121.500,00 € |
| 9 | SSEI | | | | 220.000,00 € |
| 10 | Instalações de Serviços Básicos | | | | 706.000,00 € |
| 11 | Adquisição de Terrenos | | | | 255.000,00 € |
| | TOTAL | | | | 27.988.400,00 € |

Os investimentos totais a realizar no Aeroporto de Bragança ascendem a 27.988.400,00 € de euros.

.....O preço avaliado neste momento par este investimento na primeira fase é de 27.988.400.00€, portanto não se trata de um investimento elevado, comparativamente àquilo que é habitual investir-se nos aeroportos principais, no fundo o que nos estamos a apostar é Bragança dispor da quarta infra-estrutura aeroportuária do país, com investimentos relativamente acessíveis, 27 milhões de euros é o custo de trabalhos a mais no terminal do Aeroporto Francisco Sá Carneiro, independentemente de todo o resto dos trabalhos. E portanto, daremos informação continuada dos desenvolvimentos deste projecto, mas estamos a apostar algum do tempo e dos recursos nesse projecto, que é um projecto de estruturação no curto/médio e eventualmente longo prazo.



PAVIMENTAÇÕES DIVERSAS - CIDADE



“REQUALIFICAÇÃO DA ENVOLVENTE DA MÃE D'ÁGUA DO LORETO”

(incluindo envolvente da Igreja do Sr. Dos Aflitos)

Concurso: Preço Base – 95.000€+IVA Data - Maio 2008

.....Informação relativamente a alguns trabalhos que foram postos a concurso recentemente. Pusemos a concurso o arranjo da zona do depósito da antiga Mãe D`Água na zona do Loreto, o envolvente da Igreja do Loreto, com a pavimentação do adro, a iluminação e também a criação de um espaço com a criação de um espaço de acesso entre esta rua – a Rua Dr. Damasceno de Campos para a Rua do Loreto, em cima. Portanto será este espaço aqui ao lado, uma obra que pensamos estará feita até ao final do ano, é um arranjo necessário.....



PAVIMENTAÇÕES DIVERSAS - CIDADE

“CONSTRUÇÃO DO PARQUE E PASSEIOS NA ZONA ENVOLVENTE À IGREJA DOS FORMARIGOS”

Concurso: Preço Base – 100.000€+IVA Data - Maio 2008



.....Também o arranjo da área envolvente da Igreja localizada próximo do Bairro dos Formarigos, portanto é uma obra também cujo concurso está a decorrer.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL – SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE ABRIL DE 2008

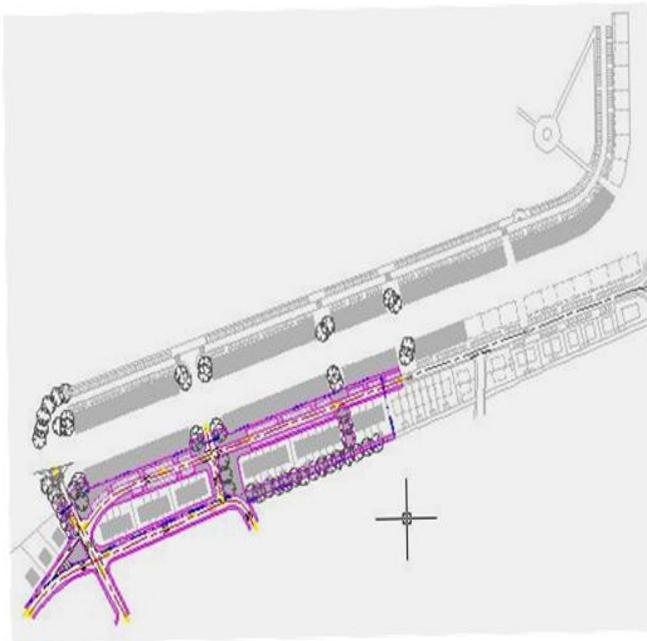
PAVIMENTAÇÕES DIVERSAS – CIDADE



.....A repavimentação de 52 ruas na cidade, envolvendo o Bairro de São Tiago, o Bairro do Pinhal, Bairro do Campelo, Bairro da Mãe D`Água, algumas ruas também nesta zona da Coxa, não estão sinalizadas, há outras ruas pontuais noutros espaços da cidade, mas a totalidade são 52 ruas na cidade que vão ser repavimentadas. Está feita a adjudicação, é uma questão de tempo agora e de angariar dinheiro para esse efeito.



LOTEAMENTO MUNICIPAL DO BAIRRO DE S. TIAGO – 1ª FASE



28 Lotes para Moradias Unifamiliares

(16 em Banda e 12 Geminadas)

Prazo de execução

12 meses

Valor

508.410,20€+IVA

Adjudicatário

SINCOF – Soc. Ind. de Constr. Flaviense, Lda.

Consignação

25 de Março de 2008

.....Também um loteamento novo na Zona de Santiago, um trabalho que foi adjudicado, está iniciado, 500.000€ mais IVA, com vista a disponibilizar este conjunto de lotes para vivendas e mais tarde este conjunto de lotes para habitação multifamiliar, aqui será a continuação da Avenida de ligação da saída para Vinhais e de seguida este conjunto de blocos também para habitação multifamiliar.



REPAVIMENTAÇÕES DE BAIROS EM BRAGANÇA – MÃE D'ÁGUA E COXA

Adjudicatário – Jeremias de Macedo & Cª, Lda.

Prazo de execução – 6 meses

Valor – 390.879,40€+IVA

Repavimentação – 74.000 m²

Ruas intervencionadas - 32

Consignação – 10 de Abril de 2008



.....Esta é a indicação das ruas no bairro da Mãe D'Água, indicação de Ruas na Coxa, toda aquela zona da Coxa.....



REPAVIMENTAÇÕES DE BAIROS EM BRAGANÇA – MÃE D'ÁGUA E COXA

Bairro da Mãe D'Água (Ruas)

- Augusto Trajano de Oliveira
- António Caetano Oliveira
- do Souto
- Abade Cicouro
- Dr. Fernando Namora
- Dr. Campos Monteiro
- dos Olmos
- do Arnieiro
- do Teixeira
- junto à Igreja do Sto. Condestável

- Terra Fria
- Dr. Pires Quintela
- Inácio de Moraes
- Dr. João António Pires Vilar
- Martim Velho da Fonseca
- Dr. Eduardo José Coelho
- Moraes Pessanha
- Dr. José João de Freitas
- António Augusto Gonçalves Braga
- Prof. Egas Moniz (e travessa)



REPAVIMENTAÇÕES DE BAIROS EM BRAGANÇA – MÃE D'ÁGUA E COXA

Bairro da Coxa (Ruas)

- Dr. António Moutinho
- Dr. João Castro
- Dom Julião D'Alva
- Ribeiro da Silva
- Dr. Deocleceano de Carvalho
- Manuel Madureira
- Dr. Eurico Carrapatoso
- Dra. Maria Guardiola



REPAVIMENTAÇÕES DE BAIROS EM BRAGANÇA – MÃE D'ÁGUA E COXA

Estádio Municipal

- Rua Correia Araújo

Campo Redondo

- Rua Visconde da Ribeira Brava

Formarigos

- Transversal

Vale Churido

- Rua Sr. dos Perdidos



.....Outras ruas dispersas, a Rua do Estádio, há aqui uma rua pela zona do Vale Churido e vai em direcção a Samil, portanto é uma rua que está bastante danificada. Há uma rua no Campo redondo que está em terra batida, e há aqui um pequeno troço nos formarigos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL – SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE ABRIL DE 2008

REPAVIMENTAÇÕES DE BAIROS EM BRAGANÇA – S. TIAGO E CAMPELO (*)

Adjudicatário – Jeremias de Macedo & C^a, Lda.

Prazo de execução – 8 meses

Valor – 679.194,20€+IVA

Repavimentação – 68.240 m²

Ruas intervencionadas - 20

Consignação – 1 de Abril de 2008

(*) – A EMPREITADA ENVOLVE A REPAVIMENTAÇÃO DAS RUAS E SUBSTITUIÇÃO DA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA



.....Aqui temos o Bairro de Santiago, onde está a ser feita a remodelação total de rede de águas, e será feita a repavimentação total.

.....Também aqui uma zona no Bairro do Pinhal, nesta zona em baixo, a praceta, aqui a zona para o Dragão, e esta zona que atravessa o bairro do Pinhal, é a rua mais danificada, com mais movimento de acesso ao Bairro de Santiago.....

.....Toda a zona do bairro do Campelo, com reestruturação da rede de águas.



REPAVIMENTAÇÕES DE BAIROS EM BRAGANÇA – S. TIGO E CAMPELO (*)

Bairro de S. Tiago (Ruas)

- Campo de Aviação
- Dr. Mário Costa
- Poças Figueiredo
- Almirante Gago Coutinho
- Sacadura Cabral
- de Macau
- Pedro Nunes
- Garcia de Orta
- Ricardo Abreu
- Largo Santiago



Bairro do Pinhal (Ruas)

- Adolfo Ramires
- Cândida Florinda Ferreira
- Alexandrina Calaiinho
- D. Pedro IV
- Largo Pe. Firmino Martins



REPAVIMENTAÇÕES DE BAIROS EM BRAGANÇA – S. TIAGO E CAMPELO (*)

Bairro do Campelo (Ruas)

- Prof. Dr. António Augusto Gonçalves
- Custódio Ribeiro
- Costa Francisco Lobo
- Abade de Medrões
- António Jorge
- (acessos às garagens)





EXECUÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS ELÉCTRICAS E DE ILUMINAÇÃO DO ESTÁDIO DE FUTEBOL MUNICIPAL

Adjudicatário – Pinto & Bentes, S.A.

Prazo de execução – 90 dias

Valor – 194.011,10€+IVA

Consignação – 7 de Abril de 2008



.....A iluminação do Estádio Municipal também está adjudicada.....



OBRAS DE SANEAMENTO NA ÁREA RURAL



FERMENTÃOS



POMBARES

.....Também a empreitada de saneamento na área rural, respectivamente em Fermentãos, Pombares, Veigas, Sendas, Sanceriz, são obras que estão em fase de finalização, eu penso que no próximo mês estarão as Mini Etar`s a funcionar, ou pelo menos a obra fechada.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL – SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE ABRIL DE 2008

OBRAS DE SANEAMENTO NA ÁREA RURAL



ASSEMBLEIA MUNICIPAL – SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE ABRIL DE 2008

TRABALHOS DE LIMPEZA DO CANAL DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO ALTO SABOR

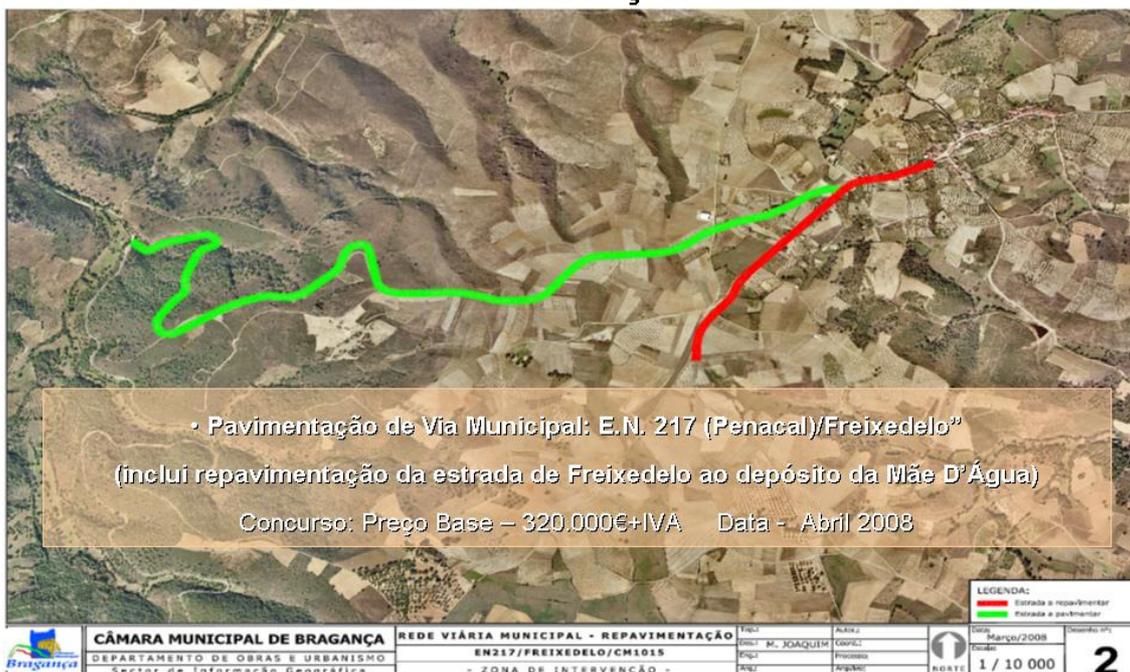


.....Procedeu-se este mês a uma limpeza extensiva do canal do Alto Sabor, de alimentação da tomada de carga para a Central de Gralhas, portanto, havia plantas que nasceram dentro do canal, estamos a fazer uma limpeza interior e exterior e toda a limpeza do canal está a ser feita neste momento.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL – SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE ABRIL DE 2008

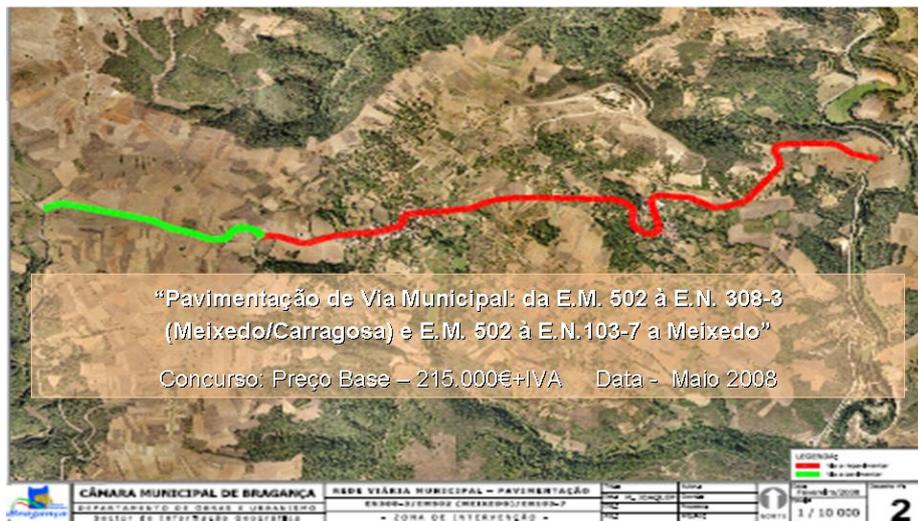
PROJECTOS DE REPAVIMENTAÇÃO DE VIAS MUNICIPAIS



.....Procedeu-se ao concurso, está a decorrer o concurso público da repavimentação do acesso a Freixedelo, esta zona de acesso está bastante danificada e a construção desta via nova até à zona do Penacal, a Estrada Nacional 217, portanto é uma obra com o preço base de 320.000€ mais IVA, é uma obra cara, mas uma obra que aquela população aguardava já há anos e sistematicamente se fala sobre essa obra.....



PROJECTOS DE REPAVIMENTAÇÃO DE VIAS MUNICIPAIS



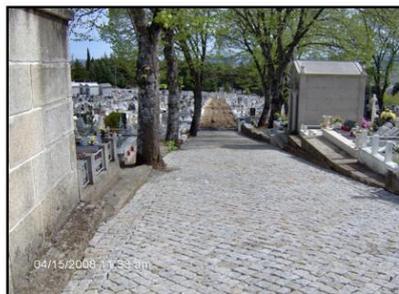
.....Também na Estrada Nacional 103, que vai para o Portelo, a ligação para Oleirinhos, para Meixedo e a ligação de Meixedo para Carragosa, um caminho em terra batida que fará a ligação aqui à estrada nacional, também um trabalho que nos parecia interessante e necessário.



OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO DO CEMITÉRIO DO TOURAL

• “Pavimentações DAS Ruas do Cemitério Municipal do Toural”

Preço Base – 41.050,00€+IVA Consignação - 27 Março 2008 Prazo – 2 meses



.....Está a decorrer uma empreitada de pavimentação de ruas no Cemitério velho da Cidade, não ficará tudo concluído mas damos um avanço significativo ao arranjo do cemitério. Os cemitérios das aldeias estão melhores, quase todos, do que este cemitério da cidade, portanto este trabalho está a decorrer. Simultaneamente haverá outra empreitada que será a limpeza dos muros, pintura e construção de instalações sanitárias dentro do cemitério.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL – SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE ABRIL DE 2008

OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO NA ÁREA RURAL

- “Pavimentações diversas – Nogueira, Lanção, Sarzeda, Sortes, Viduedo e Zoio”

Preço Base – 86.155,99€+IVA Consignação - 7 Janeiro 2008 Prazo – 5 meses



.....Tínhamos também uma outra empreitada de pavimentações, que terminou, foi em Nogueira, foi em Sarzeda, num bairro de etnia cigana, onde moram cinquenta e cinco famílias. Em sortes também num bairro de etnia cigana, e no Zoio que não está aqui referenciado. Essa obra terminou há cerca de uma semana.



PROJECTO DA CASA DO POVO DA VILA DE IZEDA



Projecto em fase de Concurso Público no montante estimado de 370.000,00€+IVA

.....Também foi aberto concurso público, está a decorrer, para a construção do Centro de Convívio de Izeda, com o valor de 370.000€ mais IVA. Portanto é uma obra significativa, muito interessante, que irá ser uma obra que dignifica a Vila.



CIRCULAR INTERNA DE BRAGANÇA

Valor – 2.164.789,85€

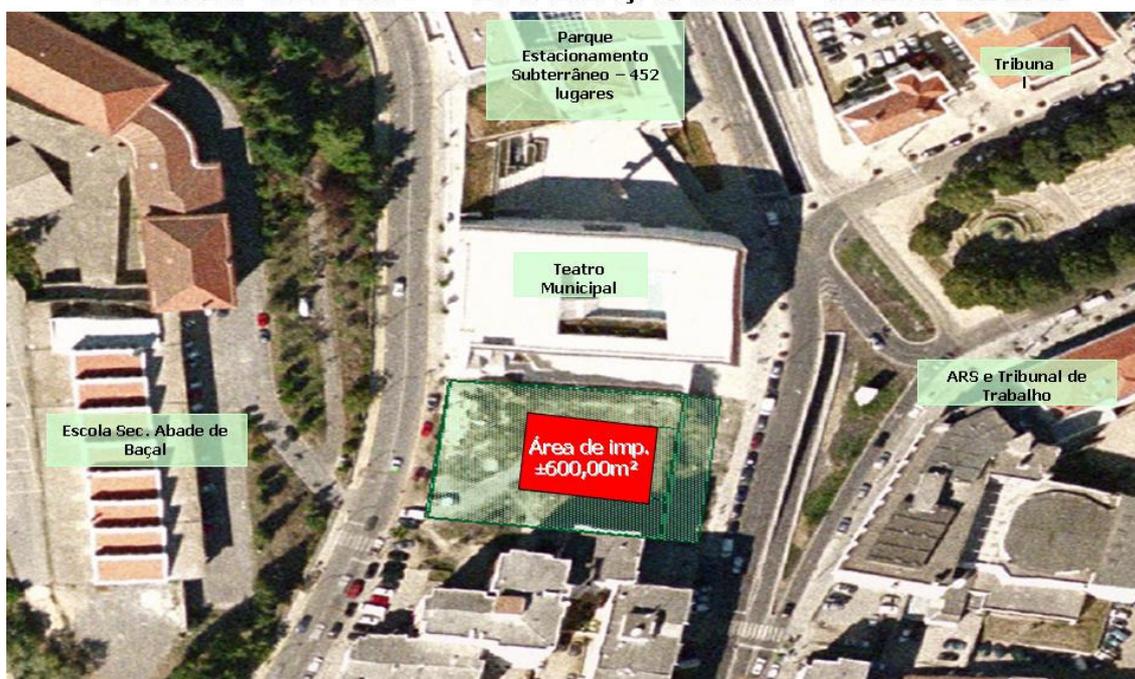
Prazo de execução – 18 meses

.....Temos também uma imagem sobre a circular interior, a obra está a decorrer normalmente, os prazos estão a ser antecipados, a obra prevê-se que, segundo o prazo contratual, termine sensivelmente em Maio/Junho de 2009, vamos ter uma reunião no próximo dia 5 no sentido de antecipar a conclusão para Novembro deste ano. Vamos tentar fazer essa tentativa.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL – SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE ABRIL DE 2008

LOJA DO CIDADÃO - LOCALIZAÇÃO INICIAL – JANEIRO DE 2008



.....Também uma nota que queria dar aos Senhores deputados, é que no âmbito da criação da Loja do Cidadão e independentemente de se saber se a criação da Loja do Cidadão extingue postos de trabalho nos Serviços públicos ou não, há uma questão que é indispensável, é necessário disponibilizar serviços de mais qualidade, em condições de maior acessibilidade para os cidadãos, com menos burocracia e a custos mais baixos. Esse é um desafio que qualquer pessoa não pode recusar.

.....Tentámos uma localização o mais próxima possível da Cidade, que foi o terreno ao Lado do teatro, face à impossibilidade de encontrar qualquer espaço no centro da cidade ou qualquer edifício disponível com dimensão, eu fiz esse trabalho de avaliação com o Senhor Governador Civil e com Técnicos da Agência de Modernização Administrativa, no entanto mais

tarde veio a surgir, e portanto aqui com um bom parque de estacionamento ao lado, 452 lugares públicos, ninguém podia questionar que não se trata de um espaço acessível, no entanto, a Agência de Modernização Administrativa não dispõe de verbas para construir. Dispõe de verbas para remodelar, para decorar no âmbito de apoios comunitários, mas não para construir. Então, nós não cruzamos os braços, porque nos parece um projecto interessante e que permitirá melhorar as condições de funcionamento de uma parte dos serviços públicos da cidade, não todos, nem todos vão para a Loja do Cidadão, nem faz sentido que vão, porque isso seria um disparate, mas para melhorar as condições deles, no entanto, surgiu na Câmara um processo de reconstrução de um edifício.....



LOJA DO CIDADÃO - LOCALIZAÇÃO INICIAL – JANEIRO DE 2008



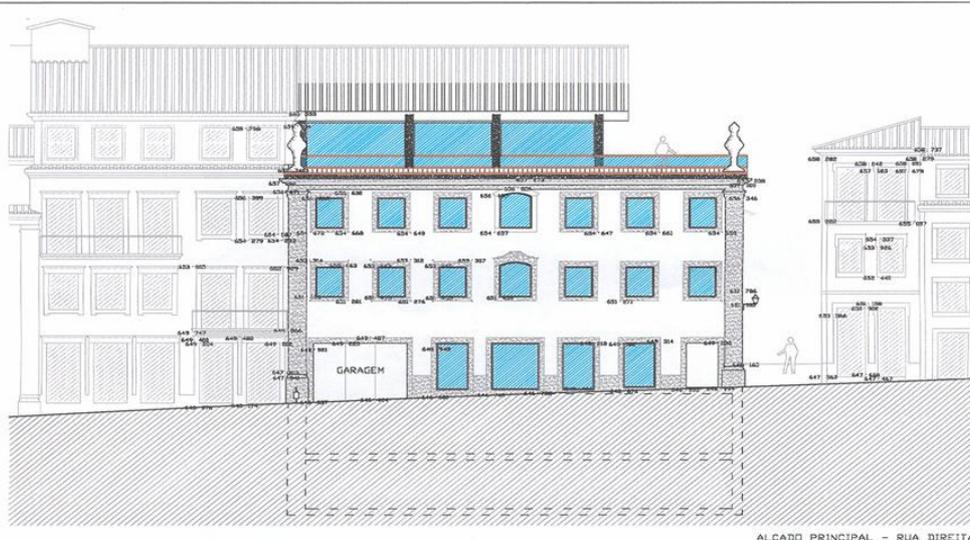
.....Este edifício onde estava a Casa do Benfica, salvo erro, tem o parque de estacionamento da Praça Camões ao lado, eu reuni com o construtor, reuni já com a Agência de Modernização Administrativa, avaliamos as áreas do edifício, em princípio responde em termos de uma coisa que é importante, centralidade, acessibilidade, com um parque de estacionamento público,

não tem problema absolutamente nenhum, e está no centro da cidade. Era um pedido que os comerciantes fizeram, nós não cruzamos os braços, a partir do momento que eu vi a entrada desse projecto na Câmara, abriu-se uma luz, eu percebi, há aqui um edifício que tem dimensão para poder ser estudada a instalação da Loja do Cidadão, esse trabalho foi feito com o promotor, foi feito com a Agência de Modernização Administrativa, hoje deverão estar técnicos da Agência de Modernização Administrativa em Bragança. A questão do negócio, do arrendamento, como é que se faz? É um problema entre a Administração Central e o Promotor, não é uma situação que a Câmara possa resolver, mas nós fizemos este trabalho e continuaremos a fazer tudo o que seja necessário para que Bragança, uma Capital de Distrito, disponha de uma Loja do Cidadão, onde o cidadão consiga dirigir-se e com facilidade e em tempo célere, obter todos os documentos que precisa, a informação necessária como se obtém noutras parte do País e noutros países desenvolvidos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL – SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE ABRIL DE 2008

LOJA DO CIDADÃO - LOCALIZAÇÃO INICIAL – ABRIL DE 2008





LOJA DO CIDADÃO - LOCALIZAÇÃO INICIAL – ABRIL DE 2008



.....Em traços gerais sobre o Estado e Vida do Município, eu termino neste momento.

.....Muito obrigado.

.....Município de Bragança, 21 de Abril de 2008.

.....O Presidente da Câmara Municipal.

.....António Jorge Nunes, Eng.º Civil.

.....**Presidente da Mesa** - Muito obrigado Senhor Presidente.

.....Vamos registar inscrições para pedidos de esclarecimentos ao Senhor Presidente da Câmara.

.....Senhores membros da Assembleia : Vítor Pereira, Luís Filipe e José Castro.

.....Senhor membro da Assembleia Vítor Pereira, faça o favor, tem a palavra.

.....**Vítor Pereira** – Muito bom dia.

.....Excelentíssima Mesa, Excelentíssimo Executivo, senhores deputados, uma palavra muito especial aos alunos da Escola Secundária Miguel Torga, bem-vindos a esta Assembleia.

.....Eu vou, de certa maneira, não pedir esclarecimentos, mas dar esclarecimentos, dado que na altura nós não tínhamos tempo, não tínhamos tempo no PAOD, mas no Estado e Vida do Município, também penso eu que, diz-nos respeito a todos, e portanto, parece-me que será uma altura para eu dar um esclarecimento aqui ao meu amigo Nuno Reis.....

.....Eu entendo... ..

.....**Presidente da Mesa** - Meu querido amigo, deixe-me dizer-lhe o seguinte, eu deixo-o dar o esclarecimento, mas por favor, pelo menos, quando não cumprirem o Regulamento, façam-no com uma habilidade suficiente que não seja tão evidente que ele não é cumprido...

.....**Vítor Pereira** – Senhor Presidente não há nada como a sinceridade... eu estou a ser sincero, estou a dizer que como não tínhamos disponibilidade de tempo no PAOD, uso algum do nosso tempo muito telegráfico, para dar aqui algum esclarecimento ao Dr. Nuno Reis, porque, merece-me, ele fez-me um desafio, eu terei que lhe responder.....

.....Primeiro ponto, o Governo do PS quando foi incumbido de governar este país há três anos, foi porque o povo achou, o povo soberano como muito bem disse, achou que o Governo do Partido Socialista, seria o Governo mais capaz de levar a cabo as tais reformas que é preciso fazer e que toda a gente neste país reconhece que é preciso fazer. E é exactamente isso que o Governo do Partido Socialista esta a fazer.

.....É evidente que o Governo do PS vai ser julgado dentro de um ano, um ano e pouco, e aí iremos ver se o Governo do PS fez bem ou fez mal, cumpriu ou não cumpriu o seu programa. É evidente que, Nuno, eu entendo, eu entendo... vocês, e eu não queria entrar por aqui, vocês estão num período que eu percebo... O PS com certeza faria melhor se estivesse numa posição muito mais forte, mais aguerrida, mais competente. Mas infelizmente, neste momento não tem. Eu espero é que vocês tenham um óptimo processo interno, que apareçam com mais força, porque o PS também agradece e assim ajudareis o PS a fazer o melhor Governo deste País. ...

.....Muito obrigado.

.....**Presidente da Mesa** – Senhor membro da Assembleia Luís Filipe.....

.....**Luís Fernandes** – Ora muito bom dia a todos.....

.....Digníssima Mesa, Senhores Vereadores, o Senhor Presidente da Câmara não está, caros amigos.

.....Estas perguntas, eu gostava de dirigir directamente ao Senhor Presidente, mas já que não está, agradecia que alguém lhas fizesse chegar por favor.....

.....Concretamente, no Estado e Vida do Município, na página 7, o Senhor Presidente diz-nos aqui que as Águas de Trás-os-Montes estão a implantar uns tubos lá para o sul do Concelho, para supostamente servirem para transportar água, e aqui diz “*para transportes de caudais captados nas albufeiras da Serra Serrada e Veiguinhas*”. Ora Veiguinhas ainda é uma perspectiva... penso eu. Ou será que esta Barragem já está aprovada e o Senhor Presidente sabe mais que nós não sabemos, ou vamos ter que esperar que essas condutas tragam mesmo a água de Veiguinhas e para quando é que isso está previsto. Porque as populações já estão ansiosas, os tubos estão enterrados, e toda a gente está à espera que a água chegue rapidamente.

.....Também gostava de perguntar, porque disseram-me que na Freguesia de Grijó de Parada há um projecto que as pessoas estão ansiosas, estão à espera, que é o Centro de Convívio mais a sede da Junta de Freguesia, parece que está com alguns problemas, já teve problemas o projecto, depois foi entregue ao empreiteiro, o empreiteiro entretanto está a demorar o início da obra, gostava que o Senhor Presidente da Câmara nos pudesse dizer em que ponto é que esse projecto se encontra e para quando o início da obra.

.....Também já que falou aqui naquele projecto da implementação da ETAR de Sanceriz, eu sinto uma grande revolta na população da aldeia de Frieira quanto à implementação dessa estação de tratamento. Já que essa estação de tratamento está implantada perto do leito cheia de uma ribeira, que a jusante tem implantada uma captação de água, que é exactamente onde a população de Frieira é abastecida. Todos nós sabemos que essas estações de tratamento, as chamadas estações de tratamento compactas, funcionam bem quando funcionam. Qualquer problema que essa ETAR tenha vai contaminar, vai trazer problemas à qualidade de água dessa ribeira, que pode prejudicar o abastecimento público da aldeia de Frieira. Portanto, gostava também de perguntar ao Senhor Presidente se a manutenção da ETAR de Sanceriz está acautelada e se não irá haver problemas para essas populações.....

.....Uma dúvida que tenho também e que gostava que me esclarecesse é se, no regulamento do estacionamento de superfície, está previsto ou é possível, é uma dúvida que tenho, um qualquer privado, uma loja ou qualquer Instituição próxima do estacionamento, se

pode pedir a cativação de lugar para ela? Eu também aqui não sei em que ponto ficou a questão dos hotéis, se os hotéis foram contemplados ou não com estacionamentos próprios para eles.
.....E para já é tudo.

..... **Presidente da Mesa** - Muito obrigado.
.....Senhor membro da Assembleia José Castro, faz favor.

.....**José Castro** - Muito obrigado Senhor Presidente.
.....Como ponto prévio dizer que gosto sempre de ouvir as pessoas manifestar-se, tal como é apanágio do meu partido, e portanto se há bocado lhe passou essa ideia, reforço-a agora sempre e quando manifestem realmente expressão própria do querer dessas mesmas pessoas.
.....Ouvimos e lemos com todo o cuidado o Estado e Vida do Município, e temos alguns reparos, sugestões a fazer relativamente ao Estado e Vida do nosso Município.
.....Uma primeira sugestão é, tem chegado ao nosso conhecimento a existência de uma série de abaixo assinados relativamente a diversos problemas que vão ocorrendo no Concelho, e que as populações, nomeadamente as do meio rural, dirigem com toda a sinceridade e com toda a propriedade, à Câmara Municipal, solicitando que se pronuncie para que actue sob os seus problemas. Muitas dessas populações relatam-nos que não têm qualquer resposta a esses abaixo assinados. Ora bem, eu julgo que provavelmente não há melhor auscultação do pulsar de um município do que propriamente saber da existência desses abaixo assinados e sobretudo do encaminhamento que eles levam. E portanto, a sugestão que a CDU deixava aqui era para que, ainda que não estando regulamentado, que o Estado e Vida do Município passe a incorporar realmente uma secção a dizer quais são os abaixo assinados que chegam, de quem, e qual foi o encaminhamento que eles levaram. Julgo que há uma transparência acrescida nessa situação, e nesse sentido, perante a inexistência de um provedor no nosso município, julgo que era um avanço grande para a nossa democracia local.
.....Em segundo lugar, tivemos também conhecimento de que, o que o ICN pretende fazer com o PNM em Bragança, Bragança e Vinhais na área de influência, não é necessariamente transferir a sua sede, mas sim transformar a sua sede em dois centros de interpretação. E

portanto, não como está aqui, a parcela para ser sede e centro de interpretação. Gostávamos de saber realmente o que é que está em causa, se a parcela vai ser para sede ou só para centro de interpretação, porque se fala nas implicações relativamente à transferência de técnicos daqui para Vinhais, e sobretudo que esclarecesse qual é a coerência que tem quando um partido faz uma promessa que depois não cumpre, transferir a sede do ICNB para Bragança, e, o que assistimos é ao não cumprimento dessa promessa, e depois a Câmara Municipal do mesmo partido colaborar com o Governo na passagem da Sede do Parque para um Centro de Interpretação.

.....Também uma referência às ligações aéreas, têm atravessado um período conturbado, todos nós temos saudades da extinta LAR, que era uma subsidiária da nossa companhia de bandeira, da TAP, sabemos a importância que teve a companhia de bandeira a assegurar as ligações relativamente às regiões autónomas da Madeira e dos Açores, gostava de ouvir uma opinião, se de facto a opção melhor não seria de facto voltarmos a ter ligações enquanto serviço público, e não propriamente estar sempre dependente do capricho da oferta privada que há para se prestar esse serviço público.

.....Por outro lado já há muito tempo que não se ouve falar do Conselho Municipal de Educação, é um Conselho Municipal importante, sabemos as convulsões que tem havido a nível da educação, nomeadamente com os casos de indisciplina pontuais, que inclusivamente tiveram alguma repercussão cá em Bragança, gostávamos de saber no fundo se têm reunido, se se têm pronunciado, como é que têm actuado, era bom também esclarecer isso.

.....Também por requerimento da CDU ficamos a saber como são remunerados os agentes que se encarregam de por em prática o regulamento do estacionamento na cidade de Bragança. É chocante saber que são remunerados para fazer esse serviço, que já várias pessoas aqui apontaram que tem sido uma actuação profundamente prossecutória da vida normal do Município, e quando ficamos a saber que é da ordem de grandeza ou superior ao que se paga em termos de horários pelas actividades extra-curricular aos professores, que de facto as desempenham, ficamos tristes com essa situação.

.....Relativamente a diversas incidências, gostávamos também de saber se passados já alguns anos da entrada em funcionamento do túnel e de termos aquela saída, portanto a norte

do túnel, qual é a avaliação que a Câmara Municipal faz da solução que encontrou, a saída em curva, perante aquele canteiro redondo, se de facto foi uma boa solução, se é novamente a solução possível, se vai haver alteração ou não.

.....Relativamente à Ponte de Quintanilha é outro escândalo, consideramos um escândalo que um investimento de sete ou oito milhões de euros, continue ali pendurado, e sem continuar a haver uma solução para a sua utilização, será que vamos esperar um ano com um viaduto daquela importância ali construído, sem utilização e no momento em que se faz tanta pompa e circunstância por uma estrada que vai seguramente servir e muito bem as populações da Freguesia do Parâmio e as suas ligações a Espanha? Pois julgamos que era importante que de facto se envidassem esforços também para proceder à abertura deste viaduto.

.....Não largaremos a Escola de Bombeiros, as promessas que foram aqui feitas, a demagogia que foi feita, o populismo para que serviu isso e portanto continuaremos a perguntar qual é o estado da situação relativamente à Escola de Bombeiros, afinal quem é que tem falhado na intenção de continuar com a Escola de Bombeiros.....

.....Um apontamento que nos tem chegado também é relativamente à feira, à feira do 3, 12e 21, continua a ser um espectáculo deprimente o que fica depois dos feirantes levantarem as suas tendas, sabemos que é com alta eficiência que realmente os serviços da Câmara passado algumas horas eliminam aquele lixo todo que lá fica, para quando uma solução, não esta solução que não é sustentada, para quando uma solução sustentada de sensibilização e mobilização dos feirantes para terem outro tipo de atitude relativamente à sua utilização, sem prejudicar nunca a actividade comercial.

.....E por fim algumas pavimentações, nós vimos aqui na apresentação alguns casos repetidos, parece-me, se não for assim peço desculpa, mas a Casa do Povo de Izeda tenho ideia de a ter visto já há dois meses atrás, se não for corrija-me, entre outros, mas agora, uma coisa particular relativamente às pavimentações é o Bairro do Campelo. O Bairro do Campelo, já viemos aqui reclamar, já viemos aqui agradecer porque vimos o concurso aberto no jornal, e tornamos a ver aqui anunciado que agora é que vai ser a repavimentação do Bairro do Campelo e dos outros Bairros... Estamos em crer que qualquer dia vai ser preciso repavimentar

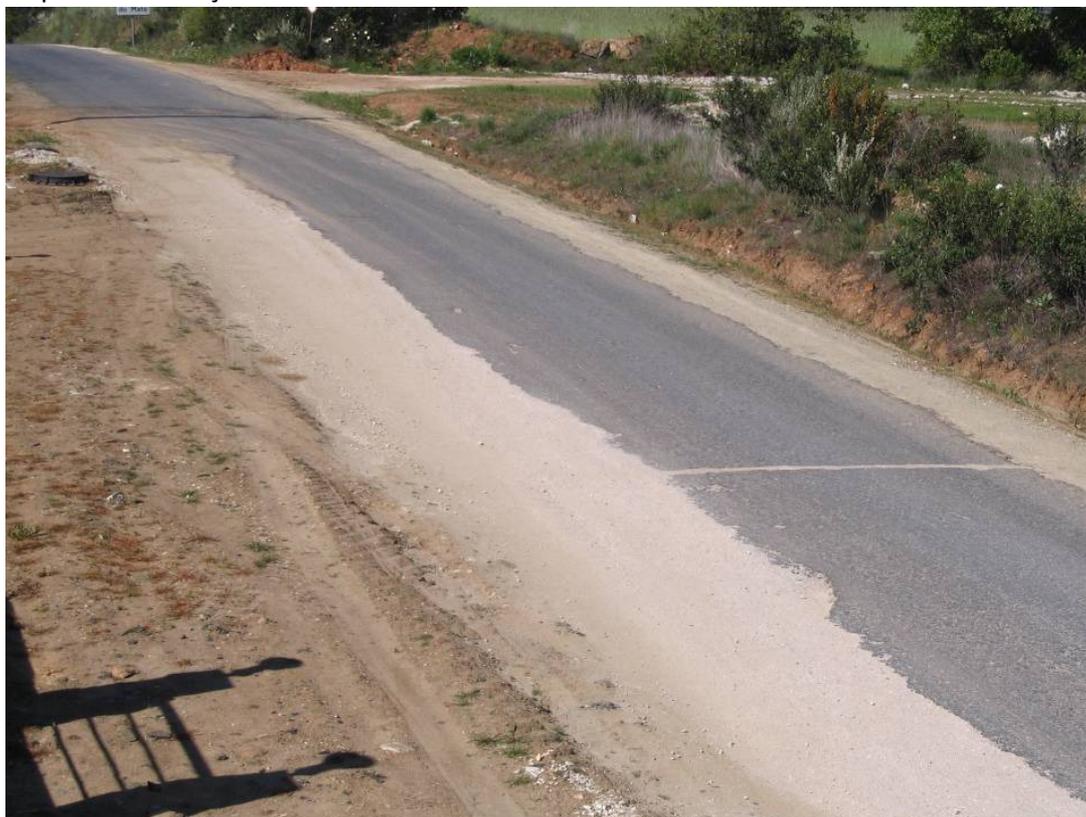
outra vez as Cantarias, a Avenida Humberto Delgado e o Campelo continuará por repavimentar.

.....E por fim, e por causa do especial significado que tem, gostava de trazer a esta Assembleia um caso que já é a terceira vez que vimos aqui trazer, e que de certa maneira não tem sido muito dignificante para a vontade que as populações têm e a vontade que encontram da Câmara de resolver os seus problemas.

.....Há duas Assembleias atrás, portanto há cerca de quatro meses, trouxemos aqui o problema que foi a obra que se fez nos acessos à aldeia de Macedo do Mato, portanto no extremo do Concelho que liga com Macedo de Cavaleiros. É uma aldeia que tem muitas particularidades, já sei que o Senhor Presidente da Junta de Macedo do Mato vai ficar muito zangado comigo, mas estas coisas têm que se dizer, a Câmara encarregou-se realmente de fazer a obra dessa repavimentação, não é fácil... não é fácil porquê? Esta Freguesia ou esta Capital de Freguesia, esta aldeia tem uma particularidade bastante interessante, que é, o seu único acesso por estrada é feito pelo Concelho de Macedo de Cavaleiros, ou seja, não tem uma ligação estrada directa à capital de Concelho, e tem de ser feita por Macedo de Cavaleiros, e portanto exige uma coordenação muito grande entre os dois concelhos, para que as obras que um concelho faz não prejudiquem as obras de outro Concelho. E na altura chamamos a atenção que nos parecia estranho que essa obra tivesse sido feita com coordenação das duas Câmaras Municipais. E o Senhor Presidente da Câmara foi muito rápido a responder, sim senhor, que teria havido a coordenação e que ela teria acontecido.

..... Voltamos à carga, na última Assembleia Municipal há dois meses, precisamente porque havia um abaixo assinado da população a dizer que as coisas continuavam a não estar como deviam, e claro, fomos um pouco mais fundo, fomos ao terreno, e sobretudo actuamos também no outro concelho, porque agora há uma novidade neste mandato, é que também há CDU do outro lado e portanto as coisas facilitam. Portanto há CDU na Assembleia Municipal de Bragança e CDU na Assembleia Municipal de Macedo de Cavaleiros. E fizemos exactamente a mesma pergunta. Há um Presidente da Câmara que também é do seu partido, e que seguramente tem tido colaboração em certos aspectos, como por exemplo a actividade

cinagética e essas coisas todas, mas que neste momento nos parece que não tem havido qualquer coordenação embora o Senhor Presidente o volte a afirmar.



.....Esta fotografia foi tirada ontem, e revela o estado em que a estrada está já há seis meses, há meio ano. Portanto, já houve duas Assembleias Municipais, ela continua assim. O que é que se passa? Vê-se bem a diferença que existe entre os dois tipos de pavimentação, a pavimentação do lado de lá é a pavimentação que corresponde à parte do Município de Bragança, ou seja, a fronteira entre o Município de Bragança e Macedo de Cavaleiros vai onde é visível vemos a mudança de pavimentação. Está pavimentado, é uma pavimentação muito estreita, que foi feita sem o cuidado do alargamento, pelo menos necessário ao cruzamento de duas viaturas, não necessariamente pesadas, mas do tipo de duas carrinhas, tipo Toyota Dyna, esse tipo de género, que não conseguem, têm de ir com as rodas para a valeta, não tem bermas feitas, não tem escoamento de água feito, e portanto sempre que há riscos de gelo há um perigo muito grande.

.....Do lado de cá, foi feito exactamente pela mesma empresa, não sei qual foi o acordo que houve entre as duas Câmaras, o que acontece é que a coordenação foi tão boa que, logo após a empresa ter feito a pavimentação do lado de Macedo de Cavaleiros, a Câmara de Macedo de

Cavaleiros lembrou-se ou teve que instalar o seu saneamento, e então veio instalar o seu saneamento e teve que destruir parte da pavimentação que foi feita, que é precisamente isto, ou seja, neste preciso momento um carro ligeiro tem dificuldades em ter os dois rodados em cima do asfalto. É claro que isto é um imbróglio muito grande, não é? Porquê? Afecta seguramente populações do nosso Concelho, nossos Municípios, que para ter acesso à sua aldeia, têm de, e isto é uma subida importante, no Inverno este solo argiloso realmente dificulta muito a passagem das viaturas e tem os acessos neste estado.

..... Questionada a Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, o que eles disseram foi exactamente isso, ou seja, que não foram consultados sobre esta coordenação, que a empresa avançou para o terreno e fez a pavimentação, e eles depois tiveram de destruir para meter o saneamento e que neste momento estariam à espera de uma iniciativa da Câmara Municipal de Bragança para repor o que eles tiveram que destruir. Isto é um imbróglio muito grande, não é? E de uma vez por todas, o apelo que a CDU fazia era, ainda para mais são do mesmo partido, não devem ter dificuldade em falar, mas pelo menos não penalizem mais as populações de Macedo do Mato, que tem, para ter acesso à sua aldeia, de passar por esta situação.

.....E é tudo

.....Muito obrigado.

.....**Presidente da Mesa** - Muito obrigado.

.....Senhor membro da Assembleia Júlio de Carvalho.....

.....Faça o favor.....

.....Informaram-me que os alunos da Escola Miguel Torga querem retirar-se agora, é assim?

.....Fazem favor.....

.....**Júlio de Carvalho** – Senhor Presidente, eu queria formular duas perguntas ao Senhor Presidente da Câmara, sobre a Vida do Município, e que são as seguintes:.....

.....Sinto que no Plano de Actividades que foi apresentado e que foi aprovado, e agora nesta informação que prestou sobre a Vida do Município, há alguma preocupação com uma política de desenvolvimento local. Não é tão suficientemente esclarecedor no entanto, esta informação que deu, em face daquilo que é pelo menos do meu conhecimento, e daquilo que

tenho sentido, enfim, nas breves e rápidas conversas, que o Senhor nem tempo para conversar com as pessoas, que realmente há mais alguma coisa na Vida do Município.....

..... A minha pergunta é esta, o Senhor Presidente apresentou aqui um plano de desenvolvimento do Aeroporto de Bragança, de grande escala, de grande profundidade, de grande alcance. E a pergunta é esta, será que, e eu quando falo de planos e de desenvolvimento, não quero saber, nem de partidos nem de ninguém, sou demasiado pragmático e sei que o Senhor também o é, não venho aqui com demagogias, nem atacar ninguém só porque é de outro partido, a vida política é essencialmente pragmática, rigorosa e assente em valores, de ideologias, de princípios e de objectivos. E quem não tem valores, não tem ideologias e não tem objectivos definidos em termos políticos, então não anda aqui a fazer nada... então eu não gosto de pertencer a grupos federados que andam pendurados ou querem estar pendurados ao seu serviço e não da comunidade da sociedade.

.....Sei que o Senhor Presidente tem um grande objectivo nisso, tem uma visão pragmática da sociedade, e a pergunta é esta, o Senhor Presidente está a enquadrar este processo num plano de desenvolvimento local, porque existem planos de desenvolvimento regional e nacional, e as Câmaras e nós não podemos estar alheados desses planos, e se o está, que medidas é que estão a ser feitas no sentido de valorizar esse património, no sentido eficaz e de o considerar eficaz, há algum plano global a nível local de construção, ou de ampliação de uma zona industrial, por exemplo naquela área, e sei que o Senhor já fez algumas diligências, ainda não as conheço em pormenor, no sentido de fixar, de radicar aqui as pessoas?

.....Há alguma preocupação em com o IPB, com as escolas e com as empresas, de facto, dinamizar este Concelho por forma a que ele seja um ponto de referência a nível nacional? Será que há alguma preocupação, ou está a ser feita alguma coisa, no sentido por exemplo, de nós, de forma racional e de forma sustentável obtermos através do diálogo com Instituições, nomeadamente com o ICN, de aproveitamento dos seus recursos naturais, que estão ali abandonados, que estão ali esquecidos, ou que estão ali proibidos? E em relação a eles eu continuo a dizer que a minha filosofia, a do Maio de sessenta e oito, é proibido proibir, no sentido de facto de valorizarmos este Concelho e a região, no sentido de a tornar de facto aquilo de que ela é merecedora e digna.

.....Será que há alguma preocupação e neste todo, de conseguir que de facto a nossa juventude tenha assegurado um futuro risonho, um futuro de desemprego a nível zero? Não teremos nós condições aqui a nível concelhio, através de uma política eficaz, uma política

pragmática, uma política rigorosa, dentro daquilo que o Senhor Presidente, da visão que tem do concelho, é este projecto, está englobado, está previsto, está enquadrado em objectivos mais amplos e globais por forma a transformar-mos o Concelho de Bragança num ponto de referencia e estratégia nacional?

.....Sei que fez, e não sei em que estado está, o objectivo de ligar Bragança às Rias baixas, que é uma zona de investimento e desenvolvimento industrial e comercial de Léon.

.....Quer dizer, a minha ideia é esta, há um plano geral, há um plano global, há um plano pelo menos concreto, ou a concretizar neste sentido? Porque senão um 723 em Bragança, ou um avião dessa dimensão não tem viabilidade, é vocacionado ao fracasso, ao insucesso... Portanto, eu só vejo isso, ou melhor, só posso compreender a posição do Senhor Presidente e essa sua obsessão por este aeroporto regional, num sentido mais amplo, mais vasto a nível local.

.....E é isso que eu pretendia saber Senhor Presidente, se tem realmente esse projecto, se está na sua mente, e o que é que está a ser feito no sentido de transformá-lo de facto num projecto nacional de grande interesse.....

..... A política é isso, não é teoria nem é retórica, é ser prático, é ser realista, é ser objectivo, é ter uma função social e eu como social democrata tenho impressão que tem esse objectivo na sua mente.

.....Muito obrigado.

.....**Presidente da Mesa** - Muito obrigado.

.....Esgotados os pedidos de esclarecimento, Senhor Presidente da Câmara, quer responder aos pedidos de esclarecimento? Tem cinco minutos de tempo.

.....Faça favor.....

.....**Presidente da Câmara** – Queria dar uma nota que me passou quando fiz a apresentação sobre o Estado e Vida do Município. Há uma área de envolvimento da Câmara que não é de desprezar, que envolve muito tempo, muita reflexão da parte do Executivo, da parte das estruturas técnicas e de assessorias técnicas também, têm a ver com candidaturas a apoios comunitários. O nosso orçamento vive um pouco também com uma percentagem relevante nesse âmbito.



**RESUMO DAS CANDIDATURAS APRESENTADAS A
APOIOS COMUNITÁRIOS: INTERREG e QREN/PO NORTE**

TOTAL DE CANDIDATURAS – 22 MONTANTE GLOBAL – 46.157.680,00€



| ÁREA ESTRATÉGICA | N.º CAND. | VALOR GLOBAL (€) | COMPART. CMB (€) (*) |
|---------------------|-----------|----------------------|----------------------|
| 1 - AMBIENTE | 6 | 9.916.000,00 | 725.000,00 |
| 2 – COESÃO SOCIAL | 1 | 750.000,00 | 150.000,00 |
| 3 - CULTURA | 4 | 4.130.000,00 | 570.000,00 |
| 4 - COMPETITIVIDADE | 2 | 2.150.000,00 | 300.000,00 |
| 5 - ACESSIBILIDADES | 2 | 3.900.000,00 | 1.480.000,00 |
| 6 - TURISMO | 2 | 2.945.000,00 | 47.200,00 |
| TOTAL | 17 | 23.800.000,00 | 3.252.200,00 |

(*) – Financiado em 75%

.....Fizemos dezassete candidaturas ao INTERREG, sendo parceiros numas, chefe de fila noutras, na área do ambiente fizeram-se seis candidaturas para este montante de envolvimento do Município de Bragança; na Coesão Social fez-se uma; na Cultura fizeram-se quatro; competitividade fizeram-se duas candidaturas; nas acessibilidades - duas; no Turismo - duas, para um total de 3.252.200.00€ da parte do Município de Bragança, num conjunto, num pacote de vinte e três milhões de euros.

.....Uma das candidaturas que queria salientar, no âmbito das candidaturas fronteiriças, algumas são muito importantes, teremos sessenta por cento recusadas, provavelmente, porque não há dinheiro, não é porque as candidaturas não tenham valor, algumas serão aprovadas, uma delas tem a ver com uma escola aeronáutica fronteiriça, numa parceria com o Ayuntamiento de León, e com a Diputación de León. Esse projecto, se for aprovado, é um projecto sobre o qual voltaremos a falar e penso eu, com muito interesse.



RESUMO DAS CANDIDATURAS APRESENTADAS A
APOIOS COMUNITÁRIOS: **INTERREG** e **QREN/PO NORTE**



| CANDIDATURA | VALOR GLOBAL (€) | COMPART. CMB (€) |
|------------------------------------|----------------------|----------------------|
| 1 – REQUALIFICAÇÃO DA REDE ESCOLAR | 4.500.000,00 | 4.500.000,00 (*) |
| 2 – REGENERAÇÃO URBANA | 6.500.000,00 | 6.500.000,00 (*) |
| 3 – CENTRO DE SAÚDE DE SANTA MARIA | 1.950.000,00 | 1.950.000,00 (*) |
| 4 – PORTA DE MONTESINHO | 1.200.000,00 | 125.000,00 |
| 5 – MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA | 8.207.680,00 | 262.031,60 |
| TOTAL | 22.357.680,00 | 13.337.031,60 |

(*) – Financiado em 70%

.....Ao nível do ON, candidatamos os centros escolares, a requalificação; uma candidatura para a regeneração urbana, de 6.5000.000.00€; o Centro de Saúde de Santa Maria; a Porta de Montesinho, é uma parceria com o ICNB; e para a modernização administrativa. Portanto um total de 13.337.031.60€.

.....Estamos a preparar outras candidaturas, estamos a preparar e vou de imediato à resposta a algumas das questões que colocou o Sr. Dr. Júlio de Carvalho.

.....Estamos a preparar uma candidatura para o Eixo1 – Competitividade e Inovação, é o Eixo que está mais dotado no QREN, te mais valor entre todos, 29,2%, e aí iremos apresentar uma candidatura para o Parque Ciência e Tecnologia. Portanto, hoje teremos uma sessão no final do dia, onde ficará muito explícita já a dimensão e o envolvimento, e a estratégia subjacente em termos de qualificação da economia, de desenvolvimento regional, face a um posicionamento que temos que explorar, que é um posicionamento estratégico no contexto ibérico, num quadro de novas acessibilidade que desencrava a região e que a região tem que aproveitar em termos de oportunidades para a economia, para a fixação de emprego qualificado, para a sustentabilidade. E aqui tem que se avançar com alguns projectos, que têm que ser projectos de âncora. Um parque de ciência e Tecnologia é um projecto âncora nesse

âmbito, é um projecto de futuro, e na área que o Município elegeu, seguramente que será um projecto com futuro.

.....O Aeroporto Regional temos que vê-lo dentro de uma lógica de planeamento regional e nacional. Esta não será mais uma infra-estrutura municipal. Já não é hoje uma infra-estrutura Municipal, é uma infra-estrutura da rede secundária de aeródromos do país e é o primeiro dentro da rede secundária, fruto do empenho e do impulso que a Câmara tem dado às infra-estruturas e à aceitação em termos de parte das entidades aeronáuticas.

.....Bragança tem que assumir ser a segunda porta de entrada aérea no norte de Portugal. Não podemos dizer assim, serão outras? Não! Bragança tem que ser, ponto final! E não vale a pena andar com rodeios. E para isso é preciso avançar com os projectos, é preciso conquistar apoios institucionais, é preciso conquistar apoios financeiros para não hesitar, porque se nós não o fizermos, outro terá que o fazer. Portanto é assim, é dentro desta lógica que nós pensamos. E depois há projectos que por serem projectos âncora que arrastam outros projectos. Um projecto desta natureza arrasta necessariamente uma área de logística significativa para o futuro.

.....Nós temos essa previsão no PDM que iremos apresentar proximamente, com cerca de cem hectares.....

..... Portanto, para lhe responder, trabalhamos de facto esta perspectiva do aeroporto numa lógica de planeamento regional e inserida numa estratégia nacional, porque consideramos tratar-se de uma infra-estrutura de âmbito nacional e não numa perspectiva local ou supra municipal.

.....Acresce que a nossa visão é uma visão no quadro ibérico, não é uma visão no quadro nacional, o nosso posicionamento como cidade fronteiriça, mais próxima do norte e centro da Europa, não pode esquecer esse pilar e essa dimensão, seja nas parcerias institucionais, seja nas parcerias científicas, tecnológicas, e logo com a apresentação do Parque de Ciência e Tecnologia daremos prova dessa visão e dessa capacidade de concretização.

.....Apresentámos o Bairro do Campelo, já com uma nota diferente à anterior. Anteriormente avançamos com o concurso, e agora dissemos, adjudicamos e começamos as obras. É a mesma empreitada, dissemos o prazo, começaram pelo Bairro de Santiago, não começam pelas ruas todas ao mesmo tempo, como é compreensível. E portanto não andamos aqui a fazer passes de mágica com isso. Eu entendo, entendemos no Executivo, eu acho que é

entendimento conjunto, que a política é a arte de bem fazer, fazendo-o com verdade e portanto nós estamos a fazer com verdade perante a Assembleia Municipal.

.....Questão dessa ligação, enfim, que tanto impressionou os senhores deputados, para Macedo do mato, Bragança colocou o tapete na parte da estrada que é a que lhe compete, que é a que está sobre a nossa jurisdição. Não podemos actuar colocando o tapete sobre a parte da estrada que está sob a jurisdição da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros. Evidentemente que quando a Câmara de Macedo de Cavaleiros acabou de executar o saneamento, as condições climatéricas não permitiam aplicar tapete. Portanto, a gente também tem que ser razoável, sensata e equilibrada nas declarações e na abordagem que faz aos temas.

.....Há um conjunto de sugestões interessantes que o Senhor deputado deixou, baixo assinados – tratamos de todos. A revista proteste trouxe recentemente uma avaliação de como reagiam as Câmaras, um conjunto de Câmaras, por amostragem às reclamações dos cidadãos. A nossa Câmara, conjuntamente com outra no País, eram as duas únicas que tinham respondido a todas as reclamações dos cidadãos.

.....Frieira, um problema mais sensível, o problema de abastecimento de água... Frieira pode dispor imediatamente do abastecimento do Azibo, não há sequer riscos de contaminação de água, além de que a Câmara controla através de contratação de serviços externos, permanentemente a qualidade da água. Não podemos correr o risco em sentido contrário.

.....**Presidente da Mesa** - Muito obrigado.

.....Senhores membros da Assembleia, vamos abrir inscrições para intervenções neste período.

.....Registo o Senhor membro da Assembleia Luís Pires, que me tinha já mencionado, Bruno Veloso e Luís Afonso.

.....Senhor membro da Assembleia Luís Pires, faça o favor, tem a palavra.

.....**Luís Pires** – Bom, mais uma vez muito bom dia a todos.

.....Eu faço uma intervenção até no sentido de alguma novidade que nos foi apresentada aqui hoje pelo Senhor Presidente, relativamente à Loja do Cidadão de Bragança, e realmente há uma coisa que me tenho apercebido já há algum tempo, infelizmente, e creio que todos vocês que eram “habitués” de dar uma volta pelo centro da nossa cidade há alguns anos e que

vão dando neste momento, creio que todos vós reparais na falta, da não existência de pessoas a andarem no centro da cidade de Bragança. É algo que me deixa particularmente triste, porque aquele fervilhar de pessoas que se viam à noite, na hora do café, no centro da cidade, não existe mais. O Centro da Cidade está deserto. Acresce a isto tudo que também durante o dia, e não só à noite, eu vejo pouca gente a circular na cidade de Bragança.

.....Tenho-me questionado sobre eventuais razões, eventuais motivos dessa falta de pessoas, entre vários há um que claramente salta à vista, e que é o facto do que é que as pessoas vêm fazer ao centro da cidade? Neste momento não há qualquer tipo de razão para as pessoas virem ao centro da cidade, e por isso fiquei bastante satisfeito, embora tenha a noção de que é apenas uma proposta, mas fiquei satisfeito com a possibilidade aqui apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara de que a Loja do Cidadão fosse no centro da cidade. Aliás, creio que essa é uma postura que deve ser transversal a todos nós, uma vez que poderia trazer a tal massa humana para o centro da cidade e tornar outra vez o centro da cidade uma parte viva.

.....Também, e aproveitando isto, e é obvio, isto é um espaço de debate político, portanto, eu só tenho pena que este tipo de actuação e esta viragem de actuação por parte do Executivo tenha demorado dez anos. Até porque, se o centro da cidade está assim, também culpa dele estar assim é da Câmara Municipal, que, em devido tempo não tomou medidas, como está tão em moda dizer-se, “pró-activas”, no sentido de eliminar esse tipo de situação.....

..... Recordo-vos que já aqui falámos e era proposta inclusivamente de uma candidatura à Câmara Municipal de Bragança, há algum tempo, de que o actual Centro Cultural, o antigo ciclo, a Augusto Moreno, fosse o local onde a Câmara Municipal deveria estar a funcionar com os seus serviços, onde as pessoas teriam que vir, teriam que circular, teriam que pagar as suas coisas, teriam que pedir documentos, etc., e havia espaço, como está manifesto neste momento para estacionar os carros. Eu quando digo isto falo dos serviços da Câmara, não falo das oficinas, como é óbvio, mas lamento, lamento e fico contente, porque mais vale tarde do que nunca, lamento que tenha demorado dez anos, mas fico contente que ao fim deste tempo comece a haver uma sensibilidade para as questões que nós aqui vimos debatendo ao longo destes últimos anos nesta Assembleia e que só agora é que se comecem a ser apercebidas por parte do Senhor Presidente da Câmara.

.....Aproveitava também para lhe focar aqui um aspecto que tem a ver com a apresentação que vai haver hoje ao final do dia, e que realmente eu acho que a nível de forma, ou de

formato desta apresentação, seria interessante ter havido aqui na Assembleia se calhar um pouco mais de explicação, do que vai acontecer, o que é que é o Parque, o que é que já está previsto, ou seja, abrirem-nos um bocadinho mais o véu, e não ficarmos a saber, enquanto elementos da Assembleia Municipal, o que é que se vai passar, juntamente com as outras pessoas. Acho que devíamos ter, e permitam-me a imodéstia, um bocadinho mais de privilégio nesse acesso à informação. Portanto, gostava de ter conhecimento um bocado mais atempado e depois sim, faria todo o gosto em assistir à cerimónia pública, mas gostava de ter mais informação, até porque acho que cada um de nós poderia intervir aqui no espaço de debate e manifestar-se sobre esse tema.

.....Relembra-lhe também, Senhor Presidente, já agora, relativamente a uma questão que já andamos a falar aqui há algum tempo, a questão da logística. Já lhe lancei aqui o desafio para que fizesse um pouco, um estudo, digamos assim, sobre a possibilidade de Bragança fazer uma parceria com a cidade de Zamora, no sentido de fazermos uma plataforma multimodal, no sentido de aproveitar os caminhos de ferro de Zamora e de aproveitar aquele projecto que eu tanto apoio, que é o Aeródromo de Bragança. Eu acho que devíamos ser céleres nesse tipo de projecto, fazer pelo menos um estudo, até porque tive conhecimento que se está a fazer aqui à beira, e mais uma vez temos de tomar cuidado, um estudo semelhante para fazer uma plataforma multimodal no Pocinho, com um município que é aqui muito vizinho nosso. Portanto será interessante darmos aquilo que se costuma dizer “ a corda aos sapatos” e começarmos a fazer alguma coisa antes que mais uma oportunidade vá ao ar, até porque como todos sabem no que toca a esse tema Chaves e Guarda já tem as plataformas logísticas, ainda pouco desenvolvidas e ainda poderão ser ultrapassadas por uma que tivesse maior dinâmica e que fosse muito bem pensada.

.....Já agora também deixar-lhe nesse campo a sugestão de que contemplasse como pressuposto nesse estudo a questão de Valladolid já ter o TJV e o facto de em Zaragoza estar a ser construída uma cidade logística. Como vocês sabem Espanha tem dois ou três pontos logísticos mais importantes, um deles está a ficar muito saturado, que é em Barcelona e está-se a criar uma cidade enorme logística em Zaragoza, seria interessante assegurar, desde já, nesse sentido, numa perspectiva estratégica, alguns protocolos no sentido de contemplar a ligação Bragança com Zaragoza inclusivamente por via aérea se tivermos o tal Aeródromo.....

.....Para já era só.....

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

.....Senhor membro da Assembleia Bruno Veloso faça o favor.

.....**Bruno Veloso** - Mais uma vez muito bom dia.....

..... A minha intervenção é curta e breve e depois de algumas reflexões que o meu camarada Luís Pires fez não me deixa muito mais para dizer.

.....Gostaria só de salientar um pequeno pormenor que ocorre com frequência na cidade de Bragança. Frequentemente temos assistido a obras de carácter público e outras de carácter particular em que obviamente trás os necessários problemas acrescidos à circulação de pessoas e também de veículos.

.....O que acontece com muita frequência nomeadamente na construção de alguns edifícios urbanos é que, parece-me a mim, haver pouca fiscalização e pouco bom senso, às vezes, da parte de quem faz determinadas coisas e isto a propósito daquilo que eu tenho passado, por exemplo. Dou um exemplo muito concreto, até porque o ano passado celebrou-se o Ano Europeu da Mobilidade e muito têm feito, quer os organismos estatais, quer também a nível particular, para facilitar o acesso a determinados edifícios por parte dos cidadãos portadores de deficiência e portanto também a nossa cidade e as nossas características urbanas e mesmo em tempo de obras devem pautar por ter esse respeito para com os munícipes que têm maior dificuldade na locomoção.

.....E dou um caso concreto daquilo que se passa na Rua 5 de Outubro onde está a ser construído um prédio, depois da demolição, temos uma coisa altamente caricata. É normal que a colocação de taipais, depois quando passa um pouco para a estrada, protejam os peões e que façam uma berma depois com os próprios taipais. O que acontece numa questão da 5 de Outubro é que é caricato, é que a parte do taipal ocupa quase a totalidade do passeio onde mantêm inclusivamente os próprios mecos, ou pinos, o que dificilmente passa uma pessoa com características normais, a pé, muito menos passará algum cidadão com deficiências.

..... E este tipo de situações acho que é importante a Câmara Municipal através dos seus fiscais estarem mais atentos, porque de facto temos que preservar as questões da mobilidade das pessoas e segurança também, isso parece-me fundamental.

.....Eu dei este exemplo, poderá porventura haver outros, e há-os com certeza, inclusivamente quando se fazem obras, muitas vezes não se dedica a parte do espaço aos peões e portanto eu acho que estas situações devem merecer um cuidado especial.....

.....Muito obrigado.

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

.....Senhor membro da Assembleia Luís Afonso, tem a palavra.

.....**Luís Afonso** – Muito obrigado Senhor Presidente.....

.....Uma nota introdutória de felicitações ao senhor Presidente da Câmara por uma apresentação visual, que hoje fez aqui, das obras que a Câmara Municipal de Bragança está a desenvolver. Vemos muitas vezes as obras escritas apresentadas em texto mas a observação visual que o Senhor permitiu que a Assembleia o fizesse hoje aqui, permitiu fazer um raciocínio mais rápido da localização das obras e portanto me pareceu feliz essa apresentação porque de facto permite-nos ganhar mais consciência daquilo que a Câmara faz e de resto mais consciência daquilo do que bem a Câmara, quer em quantidade como já nos foi habituando ao longo dos anos dos eus mandatos, em quantidade e qualidade.....

.....De resto é uma nota positiva para depois de uma década já , de um ciclo histórico que não se completa, a história da cidade do concelho de Bragança registará para sempre este período que se iniciou em mil nove centos e noventa e oito e que pese embora as dificuldades económicas graves do País em termos das finanças públicas, das finanças dos cidadãos, a Câmara de Bragança continua a registar uma dinâmica de investimento na criação de equipamentos públicos que não têm grande comparação no nosso Portugal, de resto, na intervenção escrita que o Senhor Presidente deu na Conta de Gerência diz mesmo que em termos comparativos feita uma análise ao investimento dos anos de dois mil e três, dois mil e quatro, verifica-se que em dois mil e três só dezassete municípios do norte de Portugal investiram mais do que o de Bragança, apesar de trinta e seis terem realizado despesa global superior.

.....De facto a Câmara de Bragança desde mil novecentos e noventa e oito nos tem habituado a um volume que não regista um abrandamento que é de realçar e de facto a história, repito-me, a história já gravou e vai ficar de facto na mente de todos aqueles que vão poder no futuro olhar para trás aquilo que foi feito em termos do Município de Bragança e ver como uma nota muito positiva esta década, já uma década, mil novecentos e noventa e oito/ dois mil e oito, uma década de trabalho, de bem fazer como o Senhor Presidente dizia há pouco.....

.....Portanto parabéns para si Senhor Presidente da Câmara pelo trabalho já realizado mas também por aquilo que tendo apresentado hoje um conjunto de iniciativas que algumas delas esperadas há muitos anos, a estrada de acesso a Freixedelo era uma estrada já desejada há muitos anos também e portanto hoje vê-mo-la aqui contemplada. Os bairros da cidade que estavam de facto, depois de ter pavimentado cerca de oitenta e tal ruas na última década, agora são mais cinquenta e tal. Antigamente em terra batida mas agora com as repavimentações nalgumas áreas que é o caso do Bairro do Pinhal que o pavimento já está muito degradado, não passa de uma manta de retalhos, ainda bem que o Senhor Presidente optou por fazer, na gestão do Município, a repavimentação daquele bairro.....

.....Portanto parece-nos de louvar esta iniciativa da Câmara, uma permanente preocupação em manter o Município com uma acção de qualificação do meio urbano, que não pára, e portanto numa situação em que o País se enfrenta com dificuldades o Senhor Presidente continua a fazer bem e portanto é uma situação que apraz registar, que continue com essa vontade de fazer, vontade de fazer e que tem uma linha estratégica e um pensamento estratégico para o Concelho.

.....Quando o senhor Presidente apresenta aqui, que não é, entendo eu, uma obsessão, na parte negativa que se podia dar a essa... que foi a palavra usada pelo Dr. Júlio de Carvalho, “ uma obsessão” para o Aeroporto Regional, entendo que podia haver alguma carga, alguma leitura negativa, uma obsessão, não! O Senhor Presidente tem de facto uma visão muito marcada de quanto representa aquele investimento, aquele equipamento para o Concelho e para a Região do Alto de Trás-os-Montes e Interior. E portanto, Senhor Presidente, também além das restantes obras que aqui apresentou que são do dia a dia e que vão melhorar significativamente a qualidade de vida dos cidadãos, continue a olhar de facto para o futuro no sentido daquele projecto do Aeroporto Regional que é naturalmente um projecto âncora para o desenvolvimento de muitas outras actividades no Concelho.

.....Eu gostava de referir aqui uma situação que foi comentada pelo representante do Partido Socialista referindo alguma intranquilidade por uma diminuição do acesso dos cidadãos ao centro da cidade. Lamentavelmente nas cidades esse processo é um problema grave nas cidades em todo o Portugal e no resto da Europa , até recordo-me que havia programas comunitários direccionados para se poder combater essa situação que era um facto concreto nas cidades europeias em que os centros históricos perdiam população, pelo envelhecimento das pessoas, perdiam de facto dinâmica . E o Partido Socialista pela voz do seu

representante aqui dizia que estava triste, lamentava-se com essa situação e que agora ao fim de algumas insistências aqui de intervenções feitas pelo Partido Socialista nesta Assembleia – agora sim - o Senhor Presidente aqui, ali, acolá, tinha algumas iniciativas, julgo que essa iniciativa da Loja do Cidadão era o alvo do aspecto positivo aqui pelo Partido Socialista.

..... Mas eu quero lembrar de facto que foi o Partido Socialista que ao longo dos anos esqueceu o centro da cidade, eu devo recordar aos presentes que só depois de mil novecentos e noventa e oito é que assistimos a um olhar de frente para o centro da cidade, para além das acções, e bem, que o Senhor Presidente da Câmara no seguimento da política desde mil novecentos e noventa e oito fez para o Concelho, como um todo, porque o que vimos hoje aqui não foram só acções de investimento na Cidade de Bragança: a circular de Bragança, o Aeroporto Regional, a repavimentação de várias ruas na cidade, mas também as acções que estão sendo feitas nas aldeias. Veigas de Quintela, ainda agora estão a fazer, o Senhor Presidente deu o exemplo, é uma aldeia que está sobre uma intervenção profunda neste momento, muitas outras aldeias do Concelho.

.....Para além da intenção e da acção deste Município liderado pelo Engenheiro Jorge Nunes, do Partido Social Democrata, ao longo desta década, uma intervenção global para a Cidade e para o Concelho é de registar e de olhar para trás, que facto é o Partido Social Democrata que a partir de mil novecentos e noventa e oito olhou de facto de frente para o centro da cidade.

.....Já não nos lembramos bem como estavam as ruas no centro da cidade, como estava o comércio no centro da cidade, pese embora as dificuldades inerentes à instalação autorizada pelo Partido Socialista na cidade de Bragança de mais do que uma grande superfície comercial, autorizações concedidas pelo Partido Socialista, que fragilizaram enormemente o comércio de Bragança. Essa responsabilidade tem que ser alencada ao Partido Socialista e não ao Partido Social Democrata, isso fragilizou o comércio tradicional, mas foi a Câmara Municipal de Bragança que a partir de mil novecentos e noventa e oito olhou para o centro da cidade, repavimentando o centro da cidade, melhorando os passeios, a iluminação pública, os equipamentos por via do projecto PROCOM, tão criticado na altura, que criou os espaços de estacionamento na cidade que permitiu aos cidadãos vir ao centro da cidade com a criação do estacionamento subterrâneo, situação que nunca tinha sido considerada pelo Partido Socialista enquanto teve a gestão camarária. Falavam que os Serviços da Câmara deviam ter sido colocados no antigo Ciclo Preparatório. O Partido Socialista, lembro, praticamente deixou cair

aquele edifício, foi degradante. Eu lembro-me de ter entrado naquele edifício com o telhado caído, em estado total ruína aquele edifício. A Câmara de Bragança recuperou aquele edifício, para Conservatório de Música, a Biblioteca Municipal, os Serviços Culturais da Câmara, não só recuperando o Património mas ajudando dessa forma a cativar os cidadãos para o centro da cidade e no entanto depois de sucessivas promessas e até o Partido Socialista na altura como responsável da gestão da Câmara Municipal ter feito um pedido de empréstimo para a compra do antigo banco de Portugal, nem sequer isso foi capaz, concedeu-se autorização através da Assembleia Municipal ao Partido Socialista para fazer a contracção de um empréstimo para fazer a compra do Banco de Portugal, nem isso foi capaz de fazer. Já a Câmara do Partido Social Democrata teve que adquirir de facto, realmente, o património do antigo edifício do banco de Portugal e instalar ali, com obra que está praticamente concluída, o Centro de Arte Contemporânea.

.....Quer dizer, quem é que ao longo dos anos tem falado verdade aos cidadãos de Bragança? Com obra feita. Quem é que ao longo dos anos não fazia obra? Claro que já houve tempo, no passado, em mil novecentos e noventa e sete, e depois seguidamente em dois mil e um e dois mil e cinco, para os cidadãos de Bragança aquilatarem de facto, de quem fala verdade e de quem faz bem, presenteando, digamos no acto eleitoral a gestão camarária liderada pelo Engenheiro Jorge Nunes.

.....Quem tem de facto uma visão em favor do desenvolvimento e fazendo naturalmente o que pode e que é da sua responsabilidade no centro da cidade, tem sido a gestão do Partido Social Democrata e a gestão do Partido Socialista não o fez enquanto teve a responsabilidade da gestão camarária.

.....Por isso termino dizendo no que diz respeito ao Estado e Vida do Município que fico satisfeito e penso que posso desta forma expressar a vontade e o sentimento da Bancada do Partido Social Democrata que tendo em consideração as enormes dificuldades económicas que o País apresenta, a Câmara de Bragança não pára com as iniciativas de investimento. Portanto sabemos o que já aconteceu de mil novecentos e noventa e oito até dois mil e oito, temos já aqui noção do que vai acontecer em dois mil e oito para dois mil e nove, seguramente dois mil e dez e anos seguintes.

..... Portanto está de parabéns o Senhor Presidente da Câmara, está de parabéns a gestão do Partido Social Democrata e depois, Senhor Presidente, depois do que nos habituou ao

longo destes anos não podíamos esperar de forma diferente a sua atitude permanente de bem fazer.

.....Muito obrigado.

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

.....Senhor membro da Assembleia Luís Pires, para segunda intervenção restam-lhe quatro minutos de tempo.....

.....**Luís Pires** - Desculpem lá maçar-vos antes do almoço mas tem que ser.

.....Meu caro Luís Afonso, é óbvio que compreenderá que nós não estamos aqui nesta Assembleia com ingenuidade e há coisas que têm que ser ditas e têm que ser entendidas e têm que ser reconhecidas como sendo verdade. É óbvio que todos nós conseguimos fazer obras, conseguimos fazer projectos, conseguimos fazer seja o que for sempre em função dos meios que temos ao nosso dispor para conseguir fazer as coisas, e compreenderá e sabe perfeitamente que as ferramentas que estavam ao dispor da Câmara Municipal que então o PS dirigia até noventa e sete eram completamente distintas das condições que daí para a frente aconteceram.....

.....Passava a relembrar-lhe algumas coisas. Uma delas é daquelas que não é explícita mas é implícita e é um facto que me agrada muito, e vou dizê-lo abertamente. Houve uma preparação do governo do PS no sentido que a Câmara de Bragança se mantivesse nas mãos do Partido Socialista e houve um conjunto de medidas financeiras que se calhar foram orientadas para virem para a cidade de Bragança. O PS ficou no Governo, a Câmara ficou nas mãos do PSD, se o PS fosse um partido irresponsável, que não quisesse o bem das populações provavelmente aquelas verbas que estavam destinadas poderiam ser desviadas e não aconteceu nada disso. Houve, primeira saliência, uma boa colaboração entre o governo do PS com o Executivo camarário do PSD que permitiu fazer o Parque do Eixo Atlântico e outras obras que na altura eram apresentadas também como emblemáticas. Portanto não foi por aí que houve irresponsabilidade por parte do Partido Socialista.....

.....A seguir houve um conjunto de programas a nível nacional que foram colocados às câmaras, muito bem a Câmara de Bragança concorreu, há que lhe dar esse mérito, conseguiu mostrar projectos que se enquadravam dentro desses projectos mais nacionais, mas não se esqueçam que os dinheiros também vieram de PROCOMs, Polis e outras coisas do género.

Portanto reparem que existiu um planeamento pela Câmara mas houve sempre uma boa colaboração institucional por parte do Partido Socialista. Isto tem que ser considerado, tem que ser reconhecido e não vamos andar aqui agora sempre a falar do período antes de noventa e oito, porque isso não pode ser.

.....Já agora só mais uma coisinha muito rápida que é assim. Aquela questão que se fala que as cidades têm problemas no seu centro histórico, é verdade! Há muitas cidades europeias que têm problemas nos centros históricos. Eu fiquei deprimido quando vi Milão, Roma, e coisas no género, há noite há zonas em que não há ninguém, mas não estamos a falar numa cidade com o número de habitantes que tem Bragança! Não podemos crer ter em Bragança os mesmos problemas e resolver os mesmos problemas que as cidades de maior dimensão, esse tipo de problemas põe-se, isso está escrito, não é um número à sorte, a partir de oitenta mil habitantes, com números inferiores a isso, isso não acontece. Bragança não tem que ter esse tipo de problemas, aliás nem os devíamos estar aqui a falar, Bragança não tem que ter esse tipo de problemas.

.....Relativamente, mais uma questãozinha só, que foge um bocado a esse âmbito, eu gostava de saber porque é que os parques de estacionamento subterrâneos estão vazios? Porque? Porque é que não há lá ninguém? Eu vou ao parque e estaciono sempre à vontade, neste aqui na Praça Camões, é sintomático.

.....Já agora e nesse tema de voltarmos ao passado e lembrarmo-nos de coisas, eu recordo-vos que surgiu um documento muito interessante, há poucos dias, e reconheço aqui que é interessante e ainda não tive tempo de o ler todo porque é muito extenso e adensado, que é o documento da Agenda 21. Eu só lamento e tenho pena que seja hoje, nesta altura, que está a surgir este documento quando ele já devia ter uns oito anos, por exemplo.

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

.....Para uma segunda intervenção o Senhor membro da Assembleia Luís Afonso. Tem quinze minutos, espero que não os utilize.

.....**Luís Afonso** - Os factos não podem ser relativos. Quando vem aqui dizer que o Partido Socialista, o Governo Central, deu as condições à Câmara gerida pelo Partido Social Democrata para fazer obra, até tinha alguma lógica se fosse num espaço de tempo algo relevante. Falou do Polis, esse processo veio um pouco mais adiante.

.....Eu vou só lembrar um número que é exemplificativo da incapacidade na altura da gestão liderada pelo Partido Socialista.

.....Foi feita uma alusão de que o Partido Social Democrata na gestão da Câmara Municipal de Bragança fazia bem, não foi colocada a questão de que não fazia bem, que fique registado, portanto fez bem, porque o Partido Socialista do governo central dava as condições para que o Partido Social Democrata, Presidente da Câmara e Câmara Social Democrata de Bragança, fizessem-no.

.....Eu quero dizer um dado muito importante, e depois da sua intervenção compulsei aqui os documentos da Conta de Gerência e reparem que o senhor Presidente já não regista uma grande parte dos gráficos do ano de mil novecentos e noventa e sete, já aparecem aqui dados de mil novecentos e noventa e oito para diante. Por acaso é pena porque servia para vocês olharem para o documento e verem. No acesso aos fundos europeus em mil novecentos e noventa e sete com a gestão do Partido Socialista, números que agora eu recordo em grosso, sem a devida precisão, foram cerca de oitenta mil euros no ano de mil novecentos e noventa e sete, e o senhor Presidente há-de ter os dados mais concretos na sua memória.

.....Em mil novecentos e noventa e sete o Partido Socialista na sua gestão da Câmara consegue aceder a oitenta mil contos de fundos comunitários. O Partido Social Democrata, o Engenheiro Jorge Nunes em mil novecentos e noventa e oito, uma no depois, consegue ir buscar seiscentos e tal mil contos, cerca de seiscentos por cento mais, não é porque é fundos comunitários, são fundos comunitários não têm a obrigação nem a responsabilidade directa do Partido Socialista enquanto gestão das finanças do País.

.....A Câmara de Bragança então liderada pelo então Dr. Luís Mina e o Partido Socialista acede a oitenta mil contos no ano de mil novecentos e noventa e sete, o Partido Social Democrata um ano depois regista um acesso a seiscentos mil contos, o crescimento é de seiscentos por cento mais. E isso acho que é exemplificativo do que é bem fazer e sem estar pendurado nas contas do governo, não esquecendo pelo meio, também o Partido Social Democrata esteve no governo. Também não temos nalgumas áreas uma boa memória desse tempo, não temos também, concedemos o direito a ter que se lembrar que o Partido Social Democrata nalgumas áreas não foi bom para com este Concelho. A questão de Veiguihas, por exemplo, temos de dizer a verdade. Como dizia há bocado o Dr. Júlio, é bom que a gente fale de outra forma pragmática e não esteja aqui sistematicamente com ámen, ámen, andarmos sempre no nosso caminho, no nosso interesse.

..... Mas nesta matéria do bem fazer e do investimento e da capacidade de construção de equipamentos e modernização da melhoria da qualidade de vida da população do concelho de Bragança temos que dar a mão à palmatória, o Partido Socialista e a CDU devem fazer uma reflexão e dar a mão à palmatória, e dizer - esses indivíduos fizeram bem - não é possível dizer o contrário. Os equipamentos culturais e desportivos nesta cidade observados nestes últimos dez anos, que não há...é ímpar no estado de Bragança. E não quero reflectir aquilo que foi legado ao abandono pelo Partido Socialista.

.....Bom, parques de estacionamento vazios - Bem, isto faz-me lembrar uma coisa, vou recuar agora para aí uns duzentos anos, se calhar. Mas Marques de Pombal quando fez , e não é uma justificação inteira para aquilo que se passa com os estacionamentos. Diz-se que o estacionamento está vazio. Vamos admitir que está cheio, que o estacionamento está vazio. É bom, significa que há espaço para o fazer e para o futuro. Quando o Marques de Pombal depois do terramoto em mil setecentos e cinquenta e cinco reconstruiu a baixa de Lisboa chamaram-lhe louco porque estava a fazer ruas que não havia movimento para aquelas ruas. Bem, duzentos anos depois de facto ainda hoje, enfim, aguenta um pouco o trânsito que lá passa.

.....O concelho de Bragança gerido pelo Engenheiro Jorge Nunes tem uma visão de futuro não está a construir para ontem, aliás o Partido Socialista nem sequer construiu para ontem porque nem sequer construiu para hoje. O Partido Social Democrata está construído para hoje e para o futuro.

.....O estado da economia nacional nos anos de governação do Partido Socialista a economia não está boa, está mal! A vida económica dos cidadãos está mal, as pessoas não têm dinheiro, independentemente do Engenheiro Sócrates ter prometido ao País que não mexia nos impostos, antes do acto eleitoral - não vou subir nos impostos – e subiu os impostos, subiu o IVA de 19 para 21%.

.....De qualquer forma se calhar, o parque de estacionamento estar vazio não sei se isto terá a ver com o movimento de automóveis por via da má situação financeira dos portugueses e portanto menos acesso ao consumo de combustíveis.

.....Senhor Presidente eu gostava que você referisse à Assembleia, se for o caso, se tiver mais presente os números. Seiscentos por cento a mais de investimento num ano só, isso diz tudo. Está bom?

.....**Presidente da Mesa** – Senhores membros da Assembleia vamos interromper a nossa sessão, está terminado este ponto da ordem de trabalhos. Estamos de acordo em recomeçar às duas da tarde? Então vamos recomeçar às duas horas da tarde e peço a vossa pontualidade para podermos terminar a ordem de trabalhos.

..... **INTERVALO PARA O ALMOÇO** – Neste ponto da agenda de trabalhos foi interrompida a sessão, tendo-se reiniciado novamente, depois de verificada a existência de quórum , cerca das catorze horas.....

.....**Presidente da Mesa** - Informam-me que há cinquenta e um membros da Assembleia na Sala e portanto estamos em condições de retomar os nossos trabalhos.
.....Vamos entrar no ponto

4 .2 – DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE AS SEGUINTE PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA:

4.2.1- DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVOS AO ANO DE 2007 E PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.

.....Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros:.....

I – CERTIDÃO

.....MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Directora do Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira do Município de Bragança:

.....Certifica que na Acta da Reunião Extraordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia nove de Abril do ano de dois mil e oito, devidamente aprovada, e com a presença dos Srs., Presidente, Eng.º António Jorge Nunes e Vereadores, Eng.º Rui Afonso Cepeda Caseiro, Arqt.º Armando Nuno Gomes Cristóvão, Dr.ª Maria de Fátima Gomes Fernandes, Dr.ª Isabel Maria

Lopes, Prof. António José Cepeda e Dr.ª Maria Idalina Alves de Brito, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

..... DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVOS AO ANO DE 2007 E PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

.....Pelo Sr. Presidente foram apresentados os Documentos de Prestação de Contas, relativos ao ano de 2007 e Proposta de Aplicação de Resultados, tendo efectuado uma apresentação do conteúdo dos referidos documentos:

.....“Em cumprimento do estabelecido na alínea e) do n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, foram presentes para aprovação os Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano de 2007, elaborados no âmbito do POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, com as sucessivas alterações e de acordo com a resolução n.º 04/2001 – 2.ª Secção, Instruções n.º 01/2001 do Tribunal de Contas.

.....Os referidos documentos são constituídos pelo Relatório de Gestão e Mapas e Anexos às Demonstrações Financeiras, comportando estes últimos o Balanço, a Demonstração de Resultados e os Anexos às Demonstrações Financeiras.

.....Os documentos em apreciação, elencados no ANEXO I, das Instruções n.º 01/2001 do Tribunal de Contas, encontram-se integralmente elaborados e devidamente arquivados, estando disponíveis para consulta, quando para tal for solicitado. Destes não constam o mapa dos Subsídios Concedidos (ponto 8.3.4.3 do Pocal), e os mapas dos Activos de Rendimento Fixo e Variável (pontos 8.3.5.1 e 8.3.5.2 do Pocal) pelo facto de os mesmos não assinalarem movimentos.

..... O Balanço do ano de 2007 apresenta um activo líquido no valor de 147.044.814,63€, registando os fundos próprios e o passivo igual montante.

.....A demonstração de resultados apresenta custos na ordem dos 27.115.968,73€ e proveitos no montante de 27.447.382,10€, originando um resultado líquido do exercício positivo de 331.413,37€.

..... No mapa dos fluxos de caixa estão discriminadas as importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos ocorridos no exercício, quer se reportem à execução orçamental quer às operações de tesouraria, onde se evidenciam também os correspondentes saldos (da gerência anterior e para a gerência seguinte) desagregados de acordo com a sua proveniência.

Este mapa apresenta, na gerência de 2007, os seguintes valores:

..... Um total de recebimentos no valor de 32.815.568,43€, que compreendem 450.019,94€ do saldo da gerência anterior, 31.227.557,59€ de receita orçamental (receitas correntes no montante de 21.964.942,33€, receita de capital no montante de 9.253.223,99€ e o valor de 9.391,27€ relativo a outras receitas) e 1.137.990,90€ de operações de tesouraria.

..... Foram efectuados pagamentos no valor total de 32.704.929,09€, correspondendo 31.566.194,08€ a despesas orçamentais (despesas correntes no montante de 17.315.588,58€ e 14.250.605,50€ de despesas de capital), e 1.138.735,01€ relativo a operações de tesouraria. ...

.....Estes valores evidenciam um saldo de 110.639,34€ a transitar para a gerência do ano seguinte, sendo o seu valor de 27.072,88€ referente à execução orçamental e 83.566,46€ referente a operações de tesouraria.

.....Assim, propõe-se que a aplicação do resultado líquido do exercício no valor de 331.413,37€, seja aplicado da seguinte forma: constituição de reservas legais no valor de 16.570,67€ e o restante no valor de 314.842,70€ para reforço do Património.”

..... **O Sr. Presidente, antes da votação, solicitou aos Srs. Vereadores que se pronunciassem sobre os mesmos:**.....

..... **Intervenção do Sr. Vice-Presidente, Eng.º Rui Afonso Cepeda Caseiro**.....

.....“Voto favoravelmente, pois o documento em análise traduz o resultado de uma gestão séria e rigorosa do executivo no ano de 2007.

.....Mais uma vez as contas de exercício de 2007 demonstram a política deste Executivo de privilegiar o investimento conseguindo direccionar receitas correntes para despesas de investimento.

.....Registou-se uma diminuição significativa da dívida total do Município, enquanto que o Património aumentou.

.....De salientar que em 2007 se registou o menor número de colaboradores da autarquia dos últimos 7 anos.”

..... **Intervenção Sr. Vereador, Arqt.º Armando Nuno Gomes Cristóvão**.....

.....“Os resultados apresentados demonstram de forma significativa uma gestão responsável, sendo de relevar os valores positivos nas receitas correntes, no crescimento patrimonial e na diminuição da dívida global, mantendo um importante incremento no investimento, reflectindo desta forma o excelente trabalho desenvolvido durante os últimos 10 anos.”

..... **Intervenção da Sra. Vereadora, Dra. Maria de Fátima Gomes Fernandes**

.....“A análise do documento permite verificar o rigor e boa capacidade de execução financeira, havendo um bom equilíbrio global no orçamento com um decréscimo da dívida, continuando contudo, a crescer no investimento.

..... **Intervenção da Sra. Vereadora Dra. Isabel Maria Lopes**.....

.....Do documento em análise destacam-se os seguintes factos:

.....- A execução orçamental, supera em muito a média dos municípios do país, o que é um factor positivo.

.....- Elevado rigor na gestão orçamental.

.....- Diminuição da dívida total do município, curto/médio e longo prazo.....

.....- Crescimento do activo líquido relativamente à estrutura e evolução patrimonial da autarquia.

.....- Aumento dos quadros técnicos, profissionais e superiores.

.....- Aumento da receita corrente e do investimento.

.....- Menor dependência do município em relação às transferências de fundos da Administração Central e aumento de apoios comunitários.

.....Por todos estes factores o meu voto é favorável.”

..... **Srs. Vereadores, Prof. António José Cepeda e Dr.ª Maria Idalina Alves de Brito**

“Dado que no Plano e Orçamento nos abstivemos e, em coerência com essa decisão, e, agora verificados os relatórios de prestação de contas, da evolução económico-financeira e, em particular, a certificação legal das contas abstemo-nos na votação do relatório e contas 2007...

.....Além do mais, uma grande parte das políticas seguidas, designadamente em matéria de sustentabilidade futura da economia local não se encontra em harmonia com o programa de acção que defendemos.”

..... Intervenção do Sr. Presidente.....

“Voto favoravelmente os documentos de prestação de contas, visto:.....

.....Tem ocorrido uma boa execução orçamental 81,62%; um aumento no investimento em 12,17% relativamente ao ano anterior o que evidência um continuado bom desempenho do município; despesa com pessoal a níveis baixos relativamente aos limites legais; redução da dívida global em 22,31%, sendo reduzidos os níveis de endividamento relativamente aos limites legais; o activo líquido cresceu 15,39%; as qualificações profissionais do pessoal técnico-profissional e superior cresceram em meio ano, 53,70%, sinal da aposta na qualidade dos serviços prestados.

.....Saliento que a boa evolução dos resultados do município estão em sintonia com a evolução do índice do poder de compra “per capita”, estando Bragança, em 2005 na sexta melhor posição de entre os 86 municípios da zona Norte, com uma subida de 20,6 pontos percentuais em 10 anos, resultando da boa conjugação de esforços entre cidadãos e instituições.

.....Saliento ainda de um modo geral o empenho e sentido de responsabilidade dos colaboradores do município que no dia a dia ajudam aos bons resultados da gestão municipal.”

Assim os Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano de 2007 e Proposta de Aplicação de Resultados, foi deliberado, com cinco votos a favor, dos Srs., Presidente, Eng.º António Jorge Nunes, e Vereadores, Eng.º Rui Afonso Caseiro, Arqt.º Armando Nuno Gomes Cristóvão, Dr.ª Maria de Fátima Gomes Fernandes, Dr.ª Isabel Maria Lopes, e duas abstenções dos Srs., Vereadores. Prof. António José Cepeda e Dr.ª Maria Idalina Alves de Brito, aprovar os documentos de Prestação de Contas de 2007 e Proposta de Aplicação de Resultados, ficando

um exemplar arquivado em Pasta Anexa ao Livro de Actas, cujo teor se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais.....

.....Mais foi deliberado, por unanimidade, submeter à Assembleia Municipal para aprovação a Aplicação do Resultado Líquido do Exercício e para apreciação os referidos documentos, nos termos da alínea e) do n.º 2 do art.º 64.º e da alínea c) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

.....O Executivo Municipal, ainda apreciou, nos termos do n.º 2 do art.º 47.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, a Análise Económico-financeira e a Certificação Legal de Contas do Município de Bragança, documentos reportados a 31 de Dezembro de 2007, apresentados pela empresa de auditoria externa, Fátima Pereira & Carlos Duarte, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, nomeada por deliberação da Assembleia Municipal em Sessão Ordinária realizada no dia 29 de Junho de 2007, previamente distribuídos aos Srs. Vereadores, ficando um exemplar arquivado em Pasta Anexa ao Livro de Actas, cujo teor se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais.....

.....Dando cumprimento ao disposto no n.º 2 do art.º 47.º e alíneas d) e e) do n.º 3 do art.º 48.º da citada Lei, foi deliberado, por unanimidade, remeter os referidos documentos à Assembleia Municipal.”.....

.....Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

..... **Bragança e Paços do Município, 14 de Abril de 2008.**

.....a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier.....

II – DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS/2007

----- **Presidente da Mesa** - O Senhor Presidente da Câmara quer fazer uma apresentação do documento. Tem a palavra.-----

----- **Presidente da Câmara** – Vou dar início à apresentação conforme solicitação do senhor Presidente da Assembleia Municipal.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL – SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE ABRIL DE 2008

QUADRO n.º 1 - A
Mapa de Controlo Orçamental da Receita e da Despesa do ano de 2006

| Descrição | ORÇAMENTO DE RECEITA | | Receita Cobrada Bruta (RCB) | Receita Cobrada Líquida (RCL) | Desvio % (RCL-DC) | Tx. execução (RCL) | | |
|--|------------------------|--------------------------|-----------------------------|-------------------------------|----------------------|--------------------|---------------------|---------------|
| | Dotações Iniciais (DI) | Dotações Corrigidas (DC) | | | | Dotações Iniciais | Dotações corrigidas | |
| Receitas Correntes | | | | | | | | |
| Impostos Directos | 4.336.500,00 | 4.336.500,00 | 4.871.449,39 | 4.748.021,51 | 9,49% | 109,49% | 109,49% | |
| Impostos Indirectos | 369.100,00 | 369.100,00 | 478.808,58 | 478.746,96 | 29,71% | 129,71% | 129,71% | |
| Taxas, Multas e Outras Penalidades | 1.022.800,00 | 1.022.800,00 | 849.510,83 | 848.961,98 | -17,00% | 83,00% | 83,00% | |
| Rendimentos de Propriedade | 1.304.000,00 | 1.304.000,00 | 1.552.716,73 | 1.552.716,73 | 19,07% | 119,07% | 119,07% | |
| Transferências Correntes | 9.235.300,00 | 9.235.300,00 | 9.889.907,38 | 9.889.907,38 | 7,09% | 107,09% | 107,09% | |
| Venda de Bens e Serviços Correntes | 3.652.400,00 | 3.652.400,00 | 4.291.940,63 | 4.288.943,19 | 17,43% | 117,43% | 117,43% | |
| Outras Receitas Correntes | 30.400,00 | 30.400,00 | 30.608,79 | 30.608,79 | 0,69% | 100,69% | 100,69% | |
| Sub-total: | 19.950.500,00 | 19.950.500,00 | 21.964.942,33 | 21.837.906,54 | 9,46% | 109,46% | 109,46% | |
| Receitas de Capital | | | | | | | | |
| Venda de Bens de Investimento | 2.649.300,00 | 2.649.300,00 | 373.634,69 | 373.634,69 | -85,90% | 14,10% | 14,10% | |
| Transferências de Capital | 15.502.400,00 | 16.915.000,00 | 8.871.441,15 | 8.871.441,15 | -47,55% | 57,23% | 52,45% | |
| Activos Financeiros | 1.500,00 | 1.500,00 | 0,00 | 0,00 | -100,00% | 0,00% | 0,00% | |
| Passivos Financeiros | 500,00 | 500,00 | 0,00 | 0,00 | -100,00% | 0,00% | 0,00% | |
| Outras Receitas de Capital | 1.500,00 | 1.500,00 | 8.148,15 | 8.148,15 | 443,21% | 543,21% | 543,21% | |
| Sub-total: | 18.155.200,00 | 19.567.800,00 | 9.253.223,99 | 9.253.223,99 | -49,03% | 50,97% | 47,29% | |
| Outras Receitas | | | | | | | | |
| Reposições não Abatidas nos Pagamentos | 500,00 | 500,00 | 9.391,27 | 9.391,27 | 1778,25% | 1878,25% | 1878,25% | |
| Saldo da Gerência Anterior | 0,00 | 366.700,00 | 0,00 | 0,00 | -100,00% | 0,00% | 0,00% | |
| Sub-total: | 500,00 | 366.200,00 | 9.391,27 | 9.391,27 | -97,44% | 1878,25% | 2,56% | |
| FONTE: CMB | TOTAL: | 38.106.200,00 | 39.884.500,00 | 31.227.557,59 | 31.100.521,80 | -22,02% | 81,62% | 77,99% |

RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS - ANO 2007

Saliento que a receita corrente atingiu 21,8 milhões de euros com uma realização de 69,46% , a receita de capital atingiu uma realização de 9,2 milhões de euros com uma realização de 47,3%.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL – SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE ABRIL DE 2008

QUADRO n.º 1 - B
Mapa de Controlo Orçamental da Receita e da Despesa do ano de 2006

| Descrição | Dotações Iniciais (DI) | Dotações Corrigidas (DC) | Despesa Paga (DP) | Desvio % (DP-DC) | T.x. execução | | |
|------------------------------|------------------------|--------------------------|----------------------|----------------------|-------------------|---------------------|---------------|
| | | | | | Dotações Iniciais | Dotações corrigidas | |
| Despesas Correntes | | | | | | | |
| Despesas com o Pessoal | 7.288.300,00 | 6.520.460,00 | 6.508.285,00 | -10,53% | 89,47% | 99,74% | |
| Aquisição de Bens e Serviços | 8.647.400,00 | 10.213.200,00 | 9.136.007,80 | 5,65% | 105,65% | 89,45% | |
| Juros e Outros Encargos | 372.400,00 | 409.010,00 | 408.662,75 | 9,74% | 109,74% | 99,92% | |
| Transferências Correntes | 873.700,00 | 1.131.290,00 | 1.005.508,04 | 15,09% | 115,09% | 88,89% | |
| Outras Despesas Correntes | 395.600,00 | 275.500,00 | 262.124,99 | -33,74% | 66,26% | 95,15% | |
| Sub-total: | 17.557.400,00 | 18.549.400,00 | 17.315.588,58 | -1,58% | 93,62% | 93,35% | |
| Despesas de Capital | | | | | | | |
| Aquisição de Bens de Capital | 16.795.800,00 | 17.123.800,00 | 10.550.010,34 | -37,19% | 62,81% | 61,61% | |
| Transferências de Capital | 1.404.200,00 | 2.047.500,00 | 1.698.059,42 | 20,93% | 120,93% | 82,93% | |
| Activos Financeiros | 800.000,00 | 615.000,00 | 461.268,22 | -42,34% | 57,66% | 75,00% | |
| Passivos Financeiros | 1.548.800,00 | 1.548.800,00 | 1.541.267,52 | -0,49% | 99,51% | 99,51% | |
| Sub-total: | 20.548.800,00 | 21.335.100,00 | 14.250.605,50 | -30,65% | 69,35% | 66,79% | |
| FONTE: CMB | TOTAL: | 38.106.200,00 | 39.884.500,00 | 31.566.194,08 | -17,16% | 82,84% | 79,14% |

RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS – ANO 2007

Temos uma síntese das principais rubricas relacionadas com a despesa corrente, as respectivas dotações iniciais, corrigidas, a despesa paga, os desvios. O mesmo no que diz respeito à despesa de capital, tendo assim paga despesa no valor de 31,57 milhões de euros.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL – SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE ABRIL DE 2008

QUADRO n.º 2
Estrutura da Execução Orçamental

| Descrição | Valor | Coef. % |
|-------------------------|---------------------|----------------|
| Receitas Correntes | 21.964.942 € | 70,34% |
| Receitas de Capital | 9.253.224 € | 29,63% |
| Outras Receitas | 9.391 € | 0,03% |
| Total da Receita | 31.227.558 € | 100,00% |
| Despesas Correntes | 17.315.589 € | 54,85% |
| Despesas de Capital | 14.250.606 € | 45,15% |
| Total da Despesa | 31.566.194 € | 100,00% |

FONTE: CMB

RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS – ANO 2007

Tivemos assim, em síntese, em receita corrente, 21,9 milhões de euros, em receita de capital 9,2 , total 31,2 e despesa de igual valor.....



ASSEMBLEIA MUNICIPAL – SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE ABRIL DE 2008

**QUADRO n.º 3
Evolução da Estrutura das Receitas Totais – 1998/2007 por financiamento**

| <i>Anos Períodos</i> | | | | | <i>Apóios Comunit. e Outros</i> | | <i>Receitas Próprias</i> | <i>Total</i> |
|--------------------------|------------|------------|--------------|------------|---|-----------|------------------------------|--------------|
| | <i>FEF</i> | <i>FSM</i> | <i>PFIRS</i> | <i>LOE</i> | <i>Emprestimos</i> | | | |
| <i>1998</i> | 7.176.530 | | | | 3.082.277 | 2.992.787 | 6.611.716 | 19.853.309 |
| <i>1999</i> | 6.532.462 | 1.644.686 | | | 4.046.907 | 997.596 | 9.737.383 | 22.959.044 |
| <i>2000</i> | 7.268.308 | 1.925.894 | | | 3.308.686 | 1.496.394 | 8.760.382 | 22.759.664 |
| <i>2001</i> | 8.371.450 | 1.504.883 | | 890.863 | 3.739.623 | 312.961 | 10.153.306 | 24.973.085 |
| <i>2002</i> | 8.866.189 | 2.318.217 | 993.085 | | 5.158.507 | 2.062.833 | 8.238.192 | 27.637.022 |
| <i>2003</i> | 9.085.329 | 2.481.155 | 1.028.836 | | 10.165.341 | 3.895.039 | 10.344.703 | 37.000.403 |
| <i>2004</i> | 9.848.042 | 2.271.477 | 1.078.295 | | 4.024.778 | 497.738 | 11.243.358 | 28.963.687 |
| <i>2005</i> | 10.753.487 | 1.618.078 | 1.090.205 | | 4.322.802 | 1.664.175 | 11.134.415 | 30.583.162 |
| <i>2006</i> | 11.484.514 | 899.988 | 1.080.288 | | 3.165.259 | 0 | 11.085.577 | 27.712.606 |
| <i>2007</i> | 11.757.792 | 491.976 | 1.212.002 | | 5.299.579 | 0 | 12.466.209 | 31.227.588 |

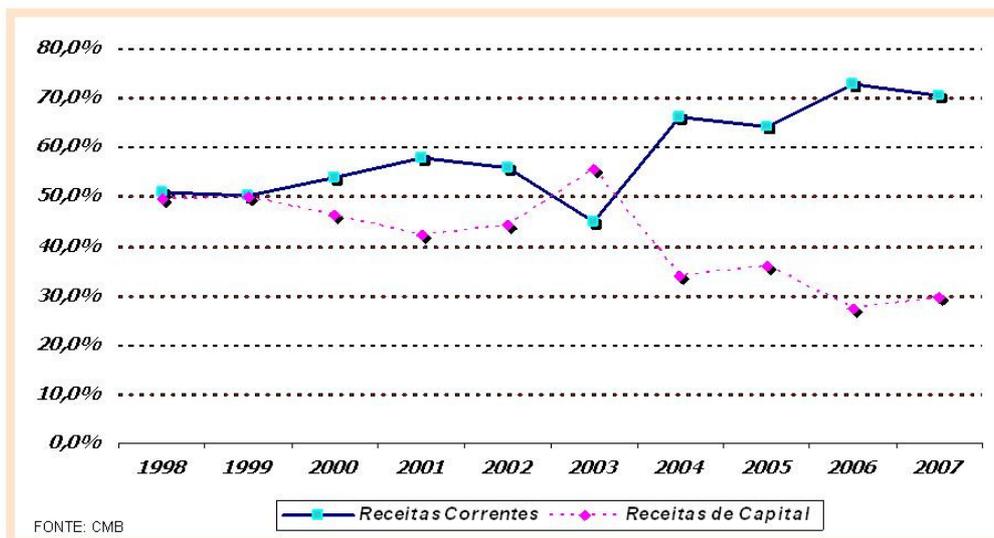
FONTE: CMB

RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS – ANO 2007

Está um mapa comparativo com a estrutura da evolução das receitas totais desde 1998 a 2007, consta da Conta de Gerência.



GRÁFICO n.º 1
Evolução das Receitas Correntes e de Capital (em percentagem)

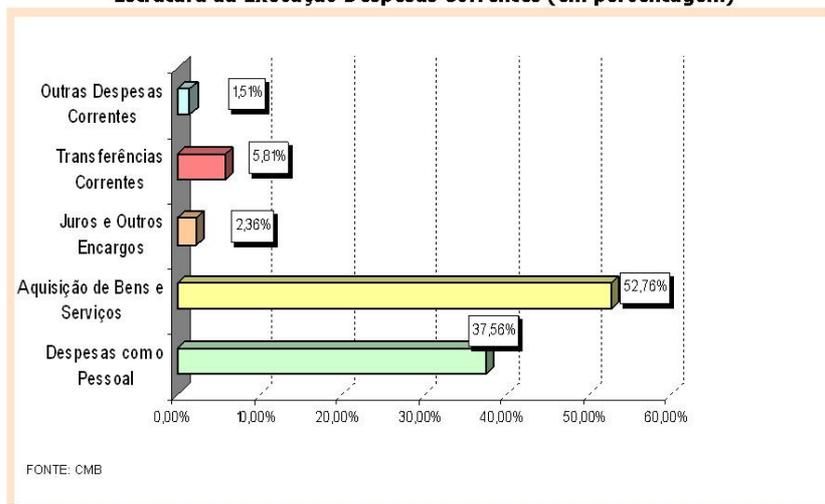


RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS – ANO 2007

Também um gráfico comparativo entre a evolução das receitas correntes e das receitas de capital.....



GRÁFICO n.º 2
Estrutura da Execução Despesas Correntes (em percentagem)



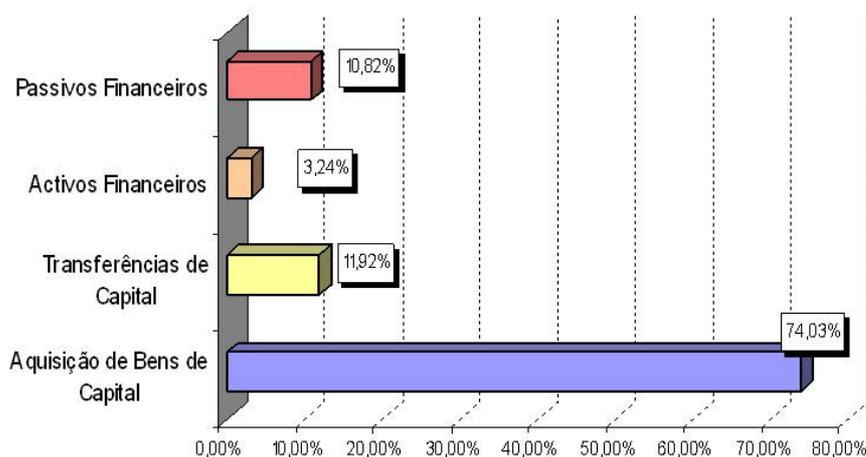
RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS – ANO 2007

Distribuição da execução da despesa, despesa com o pessoal, aquisição de bens e serviços, em termos de despesa corrente, juros e encargos, transferências correntes e outras despesas.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL – SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE ABRIL DE 2008

GRÁFICO n.º 3
Estrutura das despesas de Capital (em percentagem)



FONTE: CMB

RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS – ANO 2007

A mesma indicação no que diz respeito à estrutura da despesa de capital, aquisição de bens de capital, que representa o essencial da despesa; transferências de capital que têm a ver com as transferências para as Juntas de Freguesia, fundamentalmente; activos financeiros, parte da realização de capita social nas empresas e passivos financeiros, parte de amortização de empréstimos.



QUADRO n.º 3
Despesas com pessoal

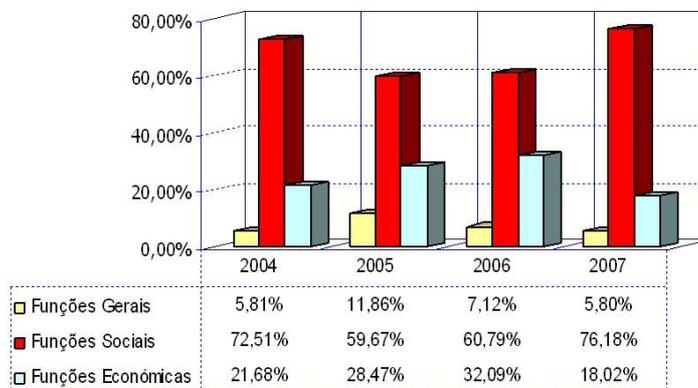
| <i>Descrição</i> | <i>Limite legal</i> | <i>Despesa paga</i> |
|------------------------------------|--|---|
| Pessoal do Quadro | 60% das Rec. Correntes do ano anterior 20.189.166,01 € 12.113.499,61 € | 4.430.783,80 36,58% do limite legal |
| Pessoal em qualquer outra situação | 25% do limite das Despesas com Pessoal dos Quadros 12.113.499,61 € 3.028.374,90 € | 429.067,14 14,17% do limite legal |

FONTE: CMB

Temos também uma indicação relativa à despesa com pessoal, respectivamente a despesa paga para pessoal do quadro, correspondente a 36, 58% do limite legal; pessoal em qualquer outra situação com um valor de 14,7% do limite legal imposto para a despesa com pessoal, portanto valores relativamente baixos.....



GRÁFICO n.º 4
Repartição das Despesas do Plano Plurianual de Investimento no período 2004/2007



FONTE: CMB

.....Quanto à repartição da despesa pelo Plano de Actividades, por funções gerais, funções sociais e económicas, temos uma indicação da repartição em termos percentuais deste o ano 2004 a 2007.....



ASSEMBLEIA MUNICIPAL – SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE ABRIL DE 2008

GRÁFICO n.º 4
Evolução da Dívida do Município no período 1997 a 2007

| | 1997 | 1998 | 1999 | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 |
|--|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| <i>Valor da dívida a 31 de Dezembro (Conta de Gerência)</i> | 14.684.840 | 12.430.961 | 11.260.791 | 11.488.889 | 10.912.845 | 13.637.402 | 14.288.667 | 14.063.578 | 16.190.663 | 15.289.444 | 11.343.637 |
| <i>Valor da dívida actualizada a 31 de Dezembro de 2007</i> | 19.654.964 | 16.185.064 | 14.331.874 | 14.172.944 | 12.928.739 | 15.995.169 | 15.784.726 | 15.203.865 | 17.109.888 | 15.640.930 | 11.343.637 |
| <i>Valor percentual da taxa de actualização (fonte: INE)</i> | — | 2,80% | 2,30% | 2,90% | 4,40% | 3,60% | 3,30% | 2,40% | 2,30% | 3,10% | 2,50% |

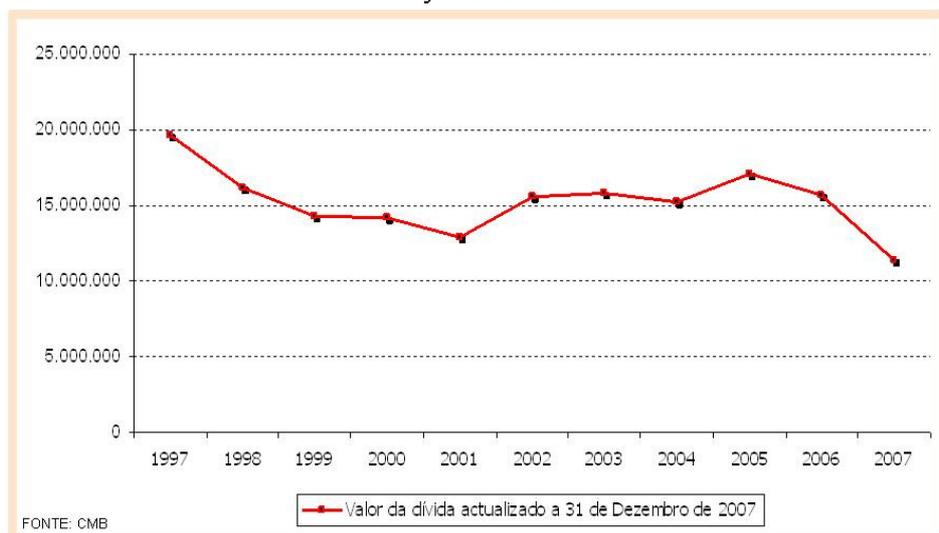
FONTE: CMB

RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS – ANO 2007

.....Temos também uma outra nota relacionada com a evolução da dívida no período de 1997 a 2007, valor da dívida em 31 de Dezembro de cada um dos anos e feita a actualização para 31 de Dezembro de 2007. Teríamos em 1997 - 19, 7 milhões de euros contra 11,4 milhões de euros em 2007. Portanto uma redução significativa.



GRÁFICO n.º 5
Evolução da Dívida



RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS – ANO 2007

.....Este gráfico dá também uma nota da evolução da dívida global do Município desde 1997 a 2007.....



QUADRO n.º 5
Estrutura e Evolução da Dívida a Terceiros no período de 2002-2007

| Anos | Dívidas a Médio e Longo prazos | Dívidas a Curto prazo | TOTAL | Var. % |
|------|--|---|-------------|---------|
| | <i>Empréstimos de M/L prazos e Fornecedores de imobilizado c/c</i> | <i>Fornecedores c/c Fornecedores de imobilizado c/c EOP, O Credores e Credores de Cauções</i> | | |
| 2002 | 9.984.183€ | 4.306.826€ | 14.291.009€ | — |
| 2003 | 13.678.272€ | 2.516.800€ | 16.195.072€ | 13,72% |
| 2004 | 12.531.909€ | 3.231.034€ | 15.762.942€ | -2,67% |
| 2005 | 12.537.232€ | 5.343.365€ | 17.880.597€ | 13,43% |
| 2006 | 11.304.907€ | 6.027.209€ | 17.332.116€ | -3,07% |
| 2007 | 9.678.702€ | 3.785.881€ | 13.464.583€ | -22,31% |

Fonte: CMB

RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS – ANO 2007

.....Temos ainda a estrutura da dívida, dívidas de médio e longo prazo, os valores estão indicados, 9,6 milhões de euros, temos as dívidas de curto prazo: fornecedores, conta corrente, imobilizado, outros credores e credores de cauções. Portanto passámos no ano de 2006 no valor de 6, 6 milhões de euros para 3,7 portanto com uma redução bastante significativa neste âmbito.

De salientar que a rubrica credores de cauções corresponde a dinheiro depositado em conta bancária e disponível para a sua utilização.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL – SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE ABRIL DE 2008

**QUADRO n.º 7
Limites ao Endividamento Municipal para 2007**

| ANO DE 2007 | Valor Limite (€) | Valor Verificado (€) | % Endiv. |
|--------------------------------|------------------|----------------------|--------------|
| Curto Prazo | 1.786.870,13 | | |
| Médio e Longo Prazo | 17.868.701,28 | 6.402.944,05 | 35,83 |
| Endivid. Líquido Global | 22.335.876,60 | 3.220.694,01 | 14,42 |

FONTE: CMB

RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS – ANO 2007

.....Temos também uma indicação dos limites ao endividamento municipal, no médio e longo prazo temos uma capacidade de utilização de 35,83% e o limite de endividamento global 14,42% do limite legal.



QUADRO n.º 8 A
Estrutura e Evolução Patrimonial da Autarquia: Balanço Sintético

| | 2006 | | 2007 | | variação | |
|---|-----------------------|----------------|-----------------------|----------------|----------------------|---------------|
| | Valor | estrutura | Valor | estrutura | Valor | % |
| ACTIVO | | | | | | |
| Activo Fixo | | | | | | |
| Bens de dominio Público | 79.172.520,73 | 62,13% | 83.063.145,57 | 56,49% | 3.890.624,84 | 4,91% |
| Imobilizações incorpóreas | 116.671,34 | 0,09% | 201.020,49 | 0,14% | 84.349,15 | 72,30% |
| Imobilizações corpóreas | 38.813.310,59 | 30,46% | 54.019.132,44 | 36,74% | 15.205.821,85 | 39,18% |
| Investimentos financeiros | 4.447.055,46 | 3,49% | 4.846.184,12 | 3,30% | 399.128,66 | 8,98% |
| Total (Activo Fixo) | 122.549.558,12 | 96,16% | 142.129.482,62 | 96,66% | 19.579.924,50 | 15,98% |
| Activo Circulante | | | | | | |
| Existências | 230.862,47 | 0,18% | 333.899,73 | 0,23% | 103.037,26 | 44,63% |
| Dívidas de Terceiros | 2.210.367,46 | 1,73% | 2.513.509,47 | 1,71% | 303.142,01 | 13,71% |
| Depósitos em instituições financeiras e caixa | 1.356.814,55 | 1,06% | 1.166.141,32 | 0,79% | -190.673,23 | -14,05% |
| Total (Activo Circulante) | 3.798.044,48 | 2,98% | 4.013.550,52 | 2,73% | 215.506,04 | 5,67% |
| Acréscimos e Diferimentos | | | | | | |
| Acréscimos de proveitos | 1.039.642,22 | 0,82% | 857.442,95 | 0,58% | -182.199,27 | -17,53% |
| Custos diferidos | 50.577,35 | 0,04% | 44.338,54 | 0,03% | -6.238,81 | -12,34% |
| TOTAL (ACTIVO) | 127.437.822,17 | 100,00% | 147.044.814,63 | 100,00% | 19.606.992,46 | 15,39% |

FONTE: CMB RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS – ANO 2007

.....No que diz respeito à estrutura e evolução do património da Autarquia, em termos de activo temos em 2006 cerca de 122 milhões de euros, portanto passámos para 142, houve um acréscimo de 19 milhões de euros, ou seja uma subida cerca de 16%. No activo circulante temos aqui alguma evolução 3,7 para 4,1 - 5,6%. Temos aqui os acréscimos de proveitos e custos diferidos, respectivos valores com diminuição nas duas rubricas.....



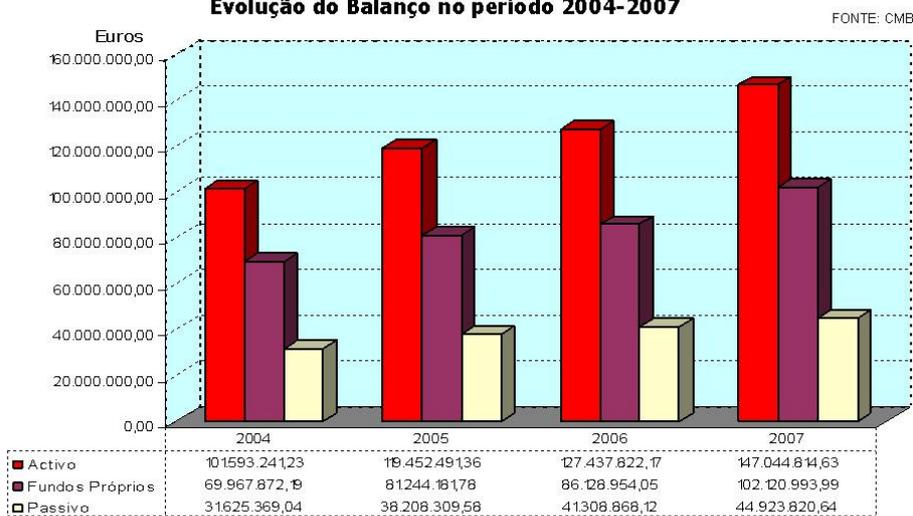
QUADRO n.º 8 B
Estrutura e Evolução Patrimonial da Autarquia: Balanço Sintético

| FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO | | | | | | |
|--|-----------------------|----------------|-----------------------|----------------|----------------------|---------------|
| Fundos Próprios | | | | | | |
| Património | 64.275.340,96 | 50,44% | 74.030.101,34 | 50,35% | 9.754.760,38 | 15,18% |
| Reservas legais | 1.469.583,49 | 1,15% | 1.779.857,47 | 1,21% | 310.273,98 | 21,11% |
| Doações | 87.749,00 | 0,07% | 11.169.317,95 | 7,60% | 11.081.568,95 | 12628,71% |
| Resultados Transitados | 14.090.800,99 | 11,06% | 14.810.303,86 | 10,07% | 719.502,87 | 5,11% |
| Resultados Líquido do Exercício | 6.205.479,61 | 4,87% | 331.413,37 | 0,23% | -5.874.066,24 | -94,66% |
| Total (Fundos Próprios) | 86.128.954,05 | 67,59% | 102.120.993,99 | 69,45% | 15.992.039,94 | 18,57% |
| Passivo | | | | | | |
| Provisões para Riscos e Encargos | 2.992.947,77 | 2,35% | 7.726.005,36 | 5,25% | 4.733.057,59 | 158,14% |
| Dívida a Terceiros - ML prazos | 11.304.907,16 | 8,87% | 9.678.701,67 | 6,58% | -1.626.205,49 | -14,38% |
| Dívida a Terceiros - Curto prazo | 6.027.209,17 | 4,73% | 3.785.881,44 | 2,57% | -2.241.327,73 | -37,19% |
| Acréscimos e Diferimentos | | | | | | |
| Acréscimos de Custos | 781.355,69 | 0,61% | 832.407,79 | 0,57% | 51.052,10 | 6,53% |
| Proveitos Diferidos | 20.202.448,33 | 15,85% | 22.900.824,38 | 15,57% | 2.698.376,05 | 13,36% |
| TOTAL (Passivo) | 41.308.868,12 | 32,41% | 44.923.820,64 | 30,55% | 3.614.952,52 | 8,75% |
| TOTAL (FUNDOS PRÓPRIOS+PASSIVO) | 127.437.822,17 | 100,00% | 147.044.814,63 | 100,00% | 19.606.992,46 | 15,39% |

FONTE: CMB RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS – ANO 2007



GRÁFICO n.º 6
Evolução do Balanço no período 2004-2007



RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS – ANO 2007

Temos aqui um gráfico com a evolução do balanço no período de 2004 a 2007, activo, fundo próprio e passivo, com os respectivos valores em cada um dos anos.....



ASSEMBLEIA MUNICIPAL – SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE ABRIL DE 2008

**QUADRO n.º 9
Estrutura e Evolução dos Rácios**

FONTE: CMB

| | 2005 | 2006 | 2007 |
|--|---------|---------|---------|
| <i>Liquidez Geral*</i> | 30,94% | 71,80% | 106,43% |
| <i>Liquidez Reduzida*</i> | 27,19% | 68,41% | 99,20% |
| <i>Liquidez Imediata*</i> | 17,40% | 19,93% | 25,25% |
| <i>Prazo de Segurança de Liquidez</i> | 9,31% | 27,26% | 20,61% |
| <i>Endividamento</i> | 31,99% | 32,41% | 30,55% |
| <i>Estrutura do Endividamento*</i> | 16,11% | 16,48% | 10,28% |
| <i>Cobertura dos Encargos Financeiros</i> | 265,96% | 363,27% | 142,53% |
| <i>Autonomia Financeira</i> | 68,01% | 67,59% | 69,45% |
| <i>Cobertura do Imobilizado pelos Capitais Permanentes</i> | 79,78% | 79,51% | 78,66% |
| <i>Rendibilidade do Capital Próprio</i> | 3,33% | 7,20% | 0,32% |

* Passivo circulante excluído da rubrica de proveitos diferidos

RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS – ANO 2007

Indicações relativas a alguns dos principais rácios em termos de avaliação da situação financeira do Município, também no ano 2005/ 2007, em termos comparativos.....



ASSEMBLEIA MUNICIPAL – SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE ABRIL DE 2008

**QUADRO n.º 9
Mapa de Pessoal em exercício de funções**

Resumo (a 31/12/2007)

| | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 |
|--|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| Executivo | | | 4 | 4 | 4 | 4 | 4 | 4 |
| Gabinete de Apoio Pessoal | | | 3 | 4 | 3 | 3 | 3 | 4 |
| Pessoal do Quadro | 364 | 372 | 362 | 361 | 354 | 354 | 358 | 357 |
| Dirigente | | | 12 | 12 | 11 | 11 | 9 | 10 |
| Chefia | | | 11 | 14 | 13 | 13 | 13 | 12 |
| Técnico Superior | | | 14 | 14 | 14 | 19 | 21 | 23 |
| Informática | | | 1 | 3 | 3 | 3 | 4 | 4 |
| Técnico | | | 5 | 7 | 7 | 7 | 7 | 7 |
| Técnico Profissional | | | 21 | 21 | 21 | 21 | 26 | 26 |
| Administrativo | | | 47 | 42 | 41 | 44 | 44 | 45 |
| Operário | | | 111 | 109 | 109 | 106 | 103 | 101 |
| Auxiliar | | | 140 | 139 | 135 | 130 | 131 | 129 |
| Pessoal em qualquer outra situação | 33 | 25 | 23 | 23 | 44 | 48 | 27 | 16 |
| Pessoal Contratado ao abrigo do Decreto-Lei n.º 427/89 | 29 | 22 | 17 | 13 | 25 | 34 | 16 | 9 |
| Pessoal Eventual | 3 | 2 | 2 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Pessoal Contrato de Provisamento | 0 | 0 | 0 | 3 | 12 | 9 | 6 | 1 |
| Pessoal Requisitado | 1 | 1 | 2 | 4 | 4 | 3 | 3 | 4 |
| Prestação de Serviços (Consultadoria) | | | 2 | 2 | 2 | 1 | 1 | 1 |
| TOTAL | 397 | 397 | 392 | 392 | 405 | 409 | 392 | 381 |

FONTE: CMB

RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS – ANO 2007

Quando ao mapa do pessoal também uma indicação da evolução do pessoal no que diz respeito ao número mas também à estrutura conforme o perfil exigido. Temos que salientar que em cinco anos a qualificação do pessoal em termos técnico-profissional e superior cresceu 53,7% resultado do número significativo de novas admissões para equipamentos que foram sendo criados, na área desportiva, área cultural e área do ambiente.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL – SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE ABRIL DE 2008

SÍNTESE - CONTA DE GERÊNCIA 2007

“Tem ocorrido uma boa **execução orçamental** (81,62%); aumento no **investimento** em 12,17% relativamente ao ano anterior, o que evidencia um continuado bom desempenho do município; **despesa com pessoal** a níveis baixos relativamente aos limites legais; redução da **dívida global** em 22,31%, sendo reduzidos os **níveis de endividamento** relativamente aos limites legais; o **activo líquido** cresceu 15,39%; as **qualificações profissionais** do pessoal técnico-profissional e superior cresceram em 5 anos, 53,70%, sinal da aposta na qualidade dos serviços prestados”.

*Presidente da Câmara Municipal de Bragança
Abril de 2009*

RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS – ANO 2007

Em síntese referir que a execução orçamental foi de 81,62%, uma boa execução. O investimento cresceu 12,17%, a despesa com o pessoal manteve-se a níveis relativamente baixos, a dívida global do Município foi reduzida de 23,31%, os níveis de endividamento são relativamente baixos face aos níveis legais, o activo líquido cresceu 15,39% e as qualificações do pessoal subiram de acordo com a estratégia que estava definida.
Está feita a apresentação, senhor Presidente.....

.....**Presidente da Mesa** – Eu vou registar inscrições para pedidos de esclarecimentos.....

.....Senhor Presidente, desculpe-me lá, isto não é nada curial, enquanto Presidente da Mesa, pedir-lhe para mencionar um ponto das contas, isto é para justificar o trabalho que tive a olhar para elas. Parecer-me-ia que valia a pena fazer uma menção ao aumento das provisões que é o que tem um efeito muito forte sobre as contas apresentadas.

.....Peço desculpa aos meus colegas, nestas funções fazer este pedido mas de facto a minha curiosidade leva-me a isso.

.....**Presidente da Câmara** - Eu estava a tentar obter aqui alguns dados para responder de forma melhor estruturada ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal.....

.....As provisões para riscos de encargos, elas aumentaram também para proveitos diferidos mas a pergunta específica do Senhor Presidente foi provisões para riscos e encargos, aumentaram em 2007 de 4,7 milhões de euros.

.....E vou explicar porquê.

.....O que altera alguns dos indicadores, como seja, resultados operacionais, ou nós temos resultados operacionais, 2007 – 2,8 milhões, o que não fosse este aumento de previsão para riscos e encargos teríamos resultados operacionais de 7,46 milhões de euros. Teríamos um resultado corrente de 8,5 quando aparecemos com um resultado corrente de 3,8. Teríamos um resultado líquido de 5,1 quando aparecemos com um resultado líquido de 0,3.

.....Esta provisão resulta de ter sido apresentada uma acção em Tribunal por parte da PARQUE B neste montante. A nossa contestação, está dito na Conta de Gerência como é que ela foi feita, a nossa perspectiva é que não devemos pagar nada a título de indemnização à Empresa, é o que está na nossa contestação e é o que está na conta de Gerência, porque a obrigação que a Empresa tem é assumir as responsabilidades que contraiu através de um concurso público , ou seja, tomar conta da exploração do estacionamento público de superfície subterrâneo durante um prazo de vinte anos e pagar as rendas mensais que estão previstas na proposta financeira que apresentou.....

.....Em traços gerais é a defesa que nós apresentámos no Tribunal, essa nota vem na Conta de Gerência, isto está clarificado, ainda assim nós não podíamos fugir em circunstância nenhuma à colocação desta verba com acrescentando à verba dedicada a situações de riscos e encargos potenciais. Uma coisa é a nossa perspectiva, dizer assim: não lhe vamos pagar nada, não temos nada que pagar, evidentemente que quem decide é o Juiz, mas essa é a nossa argumentação na defesa mas até chegarmos a essa situação nós temos que prever esta verba.

Prevê-la não significa estar disponível para ser paga, significa em termos de provisões tem que estar.

.....Qualquer pessoa pode apresentar uma acção na Câmara com valor elevadíssimo, estraga-nos um pouco a contabilidade e as contas, não quer dizer que isso dê origem a qualquer indemnização real a essa pessoa , a essa entidade que coloca a acção, mas as contas têm que ser apresentadas desta forma e o Senhor Presidente da Assembleia fez bem em pedir-me essa explicação.....

.....**Presidente da Mesa** – Quatro milhões e tal de provisões pareceu-me que mereciam uma nota directa, não é?. Peço desculpa de lha ter feito, mas está feito.....

.....Senhor membro da Assembleia António Vieira tem a palavra.....

.....**António Vieira** – Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, membros desta Assembleia, boa tarde.

.....Senhor Presidente, os Revisores Oficiais de Contas põem lá três reservas, uma das quais é sobra a contabilidade de custos.

.....Eu, há dois anos a esta parte, tinha chamado a atenção deste Executivo que deviam fazer contabilidade analítica.

.....As minhas perguntas concretas são as seguintes:

.....Primeira - No ano económico de dois mil e oito já estão a fazer contabilidade analítica?

.....Segunda - Gostava que me respondesse quantas empresas é que estão a prestar serviço na Câmara.

.....Qual o montante gasto com estes contratos?

.....E quantos funcionários têm essas empresas a prestarem serviços ao Município de Bragança?

.....Era isto, muito obrigado.

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

.....O Senhor Presidente quer responder agora?

.....Depois? No período das Intervenções, desde que o senhor membro da Assembleia não considere que isso prejudique alguma intervenção que queira fazer.....

.....Então muito obrigado.

.....Vamos registar inscrições para intervenções.

.....O senhor membro da Assembleia José Castro pode desde já usar da palavra.

.....**José Castro** - Boa tarde a todos.

.....Estão apresentadas as Contas, não temos qualquer motivo para desconfiar que elas estão mal feitas, que as contas não estão bem somadas ou subtraídas, ou multiplicadas, são contas que foram feitas pelos funcionários da Autarquia que não temos porque desconfiar deles, que serão provavelmente funcionários competentes e que sabem o que fazem, e depois de todo esse trabalho que têm vem uma Empresa privada rectificar essas contas! E é isso que nós realmente não concordamos. Como é que é possível, quando existem os IGATs, os IGALs, o Tribunal de Contas, a Inspeção de Finanças, não é? Como é que é possível ainda ter de vir uma empresa privada dizer que a Administração Pública está a funcionar bem quando devia ser exactamente o contrário, ou seja, o Estado assumir a responsabilidade das contas gerais do País, sejam elas públicas ou privadas.

.....Também estranhámos que de facto, por exemplo, a Associação de Municípios Portugueses nunca se tenha pronunciado sobre tal coisa e é tão viva em certas circunstâncias, porque é que por exemplo, não aconselhou também os funcionários da contabilidade da Autarquia quando viessem os Revisores Oficiais de Contas Externos não lhe atirassem pedras e não os corressem de facto porque realmente não seriam precisos para nada porque as contas naturalmente se forem feitas com o espírito de missão que deve presidir a toda a Administração Pública nomeadamente à Administração Autárquica elas estariam naturalmente bem feitas.....

.....É isto. Obrigado.....

.....**Presidente da Mesa** – Senhor membro da Assembleia, Luís Vale, faça o favor.

.....**Luís Vale** - Boa tarde a todos.

.....**Apresentou, por escrito, o seguinte**

..... “Exmos. Senhores,

..... Como seria de esperar, estamos perante um documento que descreve e faz o elogio da gestão autárquica deste executivo. Não obstante esse elogio e a certificação legal das mesmas, do nosso ponto de vista interessará realçar alguns dos aspectos com os quais não concordamos e que consideramos desejável serem objecto de mais atenção e maior disponibilidade por parte do executivo municipal.....

..... Assim, socorrendo-nos também da Análise Económico-Financeira realizada por entidade externa, aproveitamos para enfatizar alguns aspectos sobre os quais não concordamos e, já em anos transactos, tínhamos criticado:

- Há um acréscimo real de custos operacionais;.....
- Há uma diminuição do resultado líquido consequência da diminuição do resultado financeiro e resultado extraordinário;
- Como resultado de uma política persistente e contínua, com a qual não concordamos, de trocar os serviços próprios pela prestação de serviços externos, verificamos que a dimensão desta política, custa já ao município mais de ¼ na estrutura de custos operacionais;
- Apesar de ter havido, no período em análise, um decréscimo da rubrica de empréstimos obtidos, o que achamos positivo, a verdade é que a vontade é não deixar de recorrer ao crédito, e mais grave, ao crédito de longo prazo, segundo o documento disponibilizado só 10% do passivo é de curto prazo;
- A propósito de empréstimos, convirá aqui salientar a conclusão do documento produzido pela entidade externa, que afirma que independentemente das opções, a Câmara Municipal terá sempre necessidade de recorrer ao endividamento;.....
- Fruto da estratégia e das erradas opções, diz-nos o documento que, os capitais permanentes são insuficientes para financiar o imobilizado líquido. Consequência: o activo permanente está a ser financiado pelo passivo corrente o que leva ao desequilíbrio do fundo de maneo;
- Em sede de execução orçamental verificamos que quando se trata de gastar dinheiro a execução, sem excepção, é perto dos 100%, no entanto quando se trata de investir ou, se quiserem, poupar, essa percentagem desce substancialmente;.....
- Um ano mais e a carência de financiamento obriga à insistência na tributação directa e indirecta dos municípios;

.....Como não poderia deixar de acontecer, salientamos uma vez mais o facto de nesta prestação de contas relativas ao ano de 2007, não serem apresentados dados e resultados da empresa municipal e dos organismos participados pela Câmara Municipal.

.....Mas fundamentalmente aquilo que queremos afirmar aqui, uma vez mais e aquelas que forem necessárias, é a nossa discordância no que diz respeito às grandes opções estratégicas para o futuro da cidade, do concelho e da região. Numa leitura mais do que técnica, sensorial e empírica, mas também séria e responsável, podemos perceber que a grande e quase exclusiva aposta deste executivo, protagonizado pelos mesmos interpretes nos últimos 10 anos, continua a ser a grande obra do betão armado, que há muito ultrapassou a necessidade da chamada requalificação urbana.

.....Obviamente a obra realizada no presente, nomeadamente a infraestrutural é necessária e ainda bem que foi concretizada. Mas tudo o mais, aquilo que vai é condicionar o futuro da cidade e do concelho, influenciará na gestão futura da autarquia e impedirá os gestores de então, de optarem ou traçarem novos rumos, pois estarão agarrados aos compromissos assumidos pelos seus antecessores. Seria já tempo de Bragança traçar um novo rumo: em vez de empréstimos, estratégias a longo prazo; em vez de requalificação urbana, reordenamento do território, em vez dos grandes equipamentos, ferramentas, programas e planos para a revitalização económica; em vez da paliativa actuação social, uma pró-actividade em favor dos munícipes, principalmente dos jovens e dos idosos.

.....Um concelho onde o indivíduo seja agente central, onde o factor e o capital humano seja potenciado e o cuidado social uma verdade, é a nossa proposta alternativa e o nosso caminho.

.....E porque a questão aqui é, acima de tudo, política e suas opções, compreendemos as lógicas subjacentes e, numa leitura diacrónica, percebemos a coerência da gestão autárquica, mas isso é razão e fundamento para não votarmos favoravelmente as contas de 2007, uma vez que se fossemos nós a gerir ou optar, as soluções seriam outras.

Obrigado.....

BRAGANÇA, 28 de Abril de 2008.....

a) Luís Vale”

.....**Presidente da Mesa - Muito obrigado.**

.....Senhor membro da Assembleia, António Vieira, faça o favor.....

.....**António Vieira** - Mais uma vez boa tarde a todos.....

.....**Apresentou, por escrito, o seguinte:**

.....“Excelentíssima Mesa da Assembleia

.....Excelentíssima Câmara

.....Senhores Deputados.....

.....O cumprimento da obrigação legal de trazer as contas a esta Assembleia deve, para além da mera interpretação dos números e das variações dos diferentes elementos que compõem o património municipal, fazer com que suscitemos o debate político sobre as causas e as consequências previsíveis dos números que nos são apresentados e, designadamente, das implicações políticas de má sorte que, a nosso ver, vai haver.

.....Sr. Presidente da Mesa

.....Srs. Deputados

.....As contas que nos são apresentadas para apreciação, discussão e votação traduzem dois tipos de leituras:.....

.....- Uma de natureza orçamental, ou de Caixa, que identifica as despesas efectuadas e as receitas cobradas, para além de dar uma informação genérica sobre a receita liquidada e a despesa comprometida; e.....

.....- Outra de natureza patrimonial que evidencia a estrutura do património municipal e o processo da formação dos resultados do exercício.

.....Em relação à primeira ressalta claro que continua a verificar-se uma fortíssima dependência do orçamento municipal em relação às transferências da Administração Central, ou seja, o Município tem-se revelado incapaz de gerar receitas através de fontes próprias para além daquelas que por decorrência legislativa lhe permitem arrecadar os impostos municipais (IMI e IMT) que, de resto, permitiram à Câmara fazer alarde do crescimento das receitas correntes como se isso tivesse a ver com algum mérito da política financeira do Município. Não teve e é bom que se diga que o crescimento das receitas correntes teve, no essencial, duas causas:.....

.....- O aumento das receitas provenientes do imposto municipal sobre imóveis (I.M.I.) e do imposto municipal sobre as transacções onerosas de imóveis (I.M.T.); e.....

.....- O crescimento da receita proveniente das taxas e licenças cobradas pelo Município que, ao arrepio dos interesses de planeamento urbano da cidade, preferiu entrar no jogo da especulação imobiliária que durante uma década permitiram encaixar centenas de milhares de

euros em receitas com origem no pagamento das taxas e licenças relacionadas com a actividade de construção civil e de promoção imobiliária.....

.....De tal forma que se não tivessem concorrido esses dois factores em simultâneo para a produção de receitas a recta do crescimento das receitas correntes teria, seguramente, um declive ao contrário.....

.....Com efeito as receitas provenientes de rendimentos gerados pela autarquia são as mesmas que existiam quando o PS deixou de governar a Câmara. Para que se saiba e para que fique a constar os 1,5 milhões de euros arrecadados da concessão da exploração dos aproveitamentos eléctricos do Alto Sabor representam cerca de 96% da receita total dessa rubrica.

.....E por isso aqui reside uma das nossas mais veementes discordâncias em relação ao curso que tem seguido a política Municipal nos últimos 10 anos.

.....Sr. Presidente da Câmara.....

.....Se V.Exa e os Executivos a que tem presidido tivessem levado em boa conta as sucessivas recomendações que os deputados do PS lhe têm dado, em vez de ter esbanjado dinheiro em obras que se têm transformado em autênticos elefantes brancos (Parques de estacionamento, Centro de Arte Contemporânea, sobretudo na parte posterior que para além de inestética está completamente desenquadrada da malha urbana, Empresas Municipais, obras do PROCOM que ainda não vão lá meia dúzia de anos e já têm de ser reparadas) podíamos ter, com toda a certeza, a Câmara de Bragança a pilotar um conjunto de investimentos ligados à produção de energia, um pouco à semelhança do que fizeram as Câmaras do Alto Tâmega. Imagine V.Exa a diferença que seria termos, por exemplo, quatro ou cinco vezes mais de receitas provenientes de aproveitamentos hidro eléctricos ou de produção de energia eólica em vez de termos o compromisso de sustentar o "monstro municipal" que fez erguer através de obras caras e de duvidosa promoção e qualificação da cidade e que, apesar de insistir e de persistir em lhe chamar de investimento são estritamente consumidoras de recursos municipais que, cada vez mais, dependem das transferências da administração Central.

.....Este é pois um exercício que todos os senhores deputados deveriam fazer porque, na realidade, o que está em causa é avaliarmos se esta política municipal contribui para o desenvolvimento da nossa região ou, se pelo contrário, passa ao lado daqueles que são os factores essenciais para a melhoria da nossa competitividade, da nossa riqueza e, com isso, das

condições para invertermos a evolução demográfica dos últimos anos.....

.....A história de que têm de ser os governos do país a resolver os nossos problemas pode sossegar as consciências de alguns mas não nos retira a responsabilidade ingente de actuar na defesa do que nos possa fazer valorizar os nossos recursos e produzir riqueza. E, neste particular, este Executivo e os outros liderados pelo Eng.º Nunes não andaram bem. Pelo contrário, andaram mal porque, não obstante as expressivas maiorias que conquistaram, Bragança não tem hoje condições para fixar mais quadros e trabalhadores em geral do que tinha há dez anos atrás. E não tem porque as opções políticas foram no sentido do betão, como se com betão se resolvessem os nossos problemas estruturais. E, estas contas, seguramente elaboradas de acordo com as normas contabilísticas aplicáveis e com as operações de aritmética básica bem feitas limitam-se a apresentar o resultado do que foram as despesas, as receitas, a aquisição de activos, a assunção de passivos e a formação dos custos e dos proveitos. O facto de haver capacidade de endividamento e do princípio do equilíbrio orçamental ter sido cumprido não abona nem retira nada ao essencial, ou seja, com estes activos dificilmente serão gerados meios próprios suficientes para gerar novos activos e sem isso o nosso futuro a prazo está, infelizmente, comprometido.....

.....Acresce que, para além do insucesso das obras já referidas, algumas delas ainda reclamam indemnizações de mais de 4,5 milhões de euros (Parque B), de resto reflectidos nas contas através de provisão para o efeito.....

.....Sr. Presidente, Srs. Deputados.....

.....A bancada do Partido Socialista tem assumido as posições políticas que são do conhecimento geral. Estamos contra as políticas que têm sido seguidas e duvidamos que seja possível sustentar estas políticas durante muito mais tempo. O imobiliário, enquanto fonte de receitas do Município, está em crise, os fundos estruturais de origem europeia estão vocacionados para grandes obras que tenham um efeito multi-municipal e possam gerar sinergias ou economias decorrentes do efeito escala ou de rede, em suma, aquilo que permitiu alimentar os orçamentos municipais parece ameaçar aproximar-se do seu fim. Daí que seja necessário inflectir e depressa. . ..

.....Tendo em atenção os desvios, mesmo assim assinaláveis, verificados no cumprimento das chamadas rubricas de capital (despesas e receitas) o grupo parlamentar do PS abstém-se em relação ao relatório e contas do exercício de 2007.....

.....a) António Vieira

.....Grupo Municipal do Partido Socialista”

.....Muito obrigado. Boa tarde.

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

.....Eu perguntava se há mais inscrições para intervenções antes de dar a palavra depois, ao senhor Presidente da Câmara como apresentador do documento que é submetido à Assembleia, para encerrarmos o debate.

.....Senhor membro da Assembleia Luís Afonso, faça o favor.

.....**Luís Afonso** - Senhor Presidente da Assembleia, muito boa tarde, Senhores Secretários da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores.

..... Fico sem palavras, depois de assistir ao discurso da derrotista, caracterizado pelo negativismo da expressão genérica explanada aqui pelo meu antecessor e representando o Partido Socialista nesta matéria, já nos vem habitando ano após ano a fazer destas intervenções, eu fico sem palavras, decididamente sem palavras.

.....Levante o astral, porque a sua vida, enfim, aqui politicamente está no limite da derrota. É incrível.

.....Anos após anos assistimos a uma política de inércia do Partido Socialista, já de manhã falava sobre esta matéria. Eu sinto-me incomodado, é que eu sou obrigado a vir aqui sistematicamente, reunião após reunião, e enervo-me. Vocês não olham para a realidade dos factos, isso incomoda, incomoda-me. Este ciclo aqui é naturalmente aqui, como no parlamento, como nas outras assembleia municipais dos outros concelhos do País, é um espaço próprio para o debate político e temos que aceitar o debate político na divergência de opiniões, é correcto, é perfeitamente correcto. Mas falar de uma maneira como falam, num aspecto claramente que roça a ingenuidade política e a mentira. E agora vou tocar numa parte que me incomodou sobremaneira porque não falam verdade. O Partido Socialista não fala verdade.

.....E eu devia estar aqui a falar sobre o documento em questão e não, digamos, virar o meu discurso para o afrontamento político contra a bancada do Partido Socialista. Mas dizer “política do betão?”, mas o Partido Socialista esquece que nos anos que governou a Câmara de Bragança, de mil novecentos e oitenta e nove a mil novecentos e noventa e sete, oito anos de governação, não fez nada! Que não fez quase que rigorosamente nada!

..... Eu quando sai daqui de manhã alguns presidentes de junta me lembraram - é pá! Esqueceste-te de dizer isto, falar daquilo, daquela obra. Eu disse, enfim, há tanta coisa que falar que a gente até se esquece do que tem que dizer.

.....Nos espaços culturais o que é que fez o Partido Socialista? O que é que fez o Partido Socialista na construção de novos equipamentos culturais? O que fez esta Câmara! Na construção de um Teatro, de facto seguindo a política do Partido Socialista em termos de governação nacional, sim Senhora.

.....O Dr. Carrilho tinha uma política para o País, que estava bem, tal como também, não com o vosso apoio, o Engenheiro Sócrates já na altura como Ministro do Ambiente, tinha uma política para a água em Portugal, que vocês não seguiram, vocês votaram contra, incomodaram o vosso Ministro, agora Primeiro Ministro e Secretário Geral do Partido Socialista, quando esta Câmara quis, porque entendia que era uma política correcta a da gestão da água, promovida na altura pelo Partido Socialista.

..... Mas foi esta Câmara que construiu os equipamentos culturais! É inegável. A CDU, o Partido Socialista atrevem-se a vir aqui a dizer algo contras isso ? Que não foi esta Câmara que construiu os equipamentos culturais? De betão, naturalmente! Para construir aquilo que não existia, ou seja, equipamentos que se podiam oferecer aos cidadãos, a utilização de uma Piscina, os trezentos e sessenta e cinco dias do ano. A remodelação de um pavilhão que já não tinha intervenções desde o tempo do Engenheiro José Luís Pinheiro, que hoje vimos pelos números do Presidente da Câmara, com a utilização de, entendi, mais de doze mil utilizadores ao longo do ano. As piscinas com dez mil utilizadores ao longo do ano. Isso não existia no tempo da gestão autárquica do Partido Socialista!

..... Não existia um Teatro para podermos assistir a algumas peças, algumas obras de qualidade! Não havia, inegável, isto é incontornável, não podem desmentir isto. Foi preciso construir, foi preciso fazer betão para poder haver um espaço físico onde a cultura e o desporto pudessem ter lugar.

.....A recuperação do Ciclo Preparatório, a recuperação do Banco de Portugal, a recuperação do antigo edifício dos Bombeiros.

.....E na parte económica? Esqueceram-se que a Câmara teve uma intervenção importantíssima na parte económica? Durante anos vocês foram castigados por não terem conseguido cumprir a promessa que fizeram aos agricultores do Concelho, o Matadouro, a actual Câmara de Bragança fê-lo, contra tudo e contra todos. Ainda hoje com ele construída

vocês rezam pelos vistos em todas as Assembleias, este ano se calhar vão fazê-lo, ainda não o fizeram, relativamente a agredir essa obra emblemática direccionada para a agricultura, para o mundo rural. Vocês sistematicamente, ano para ano, falam mal da obra mas vocês nem sequer foram capazes de fazer a obra.

.....O betão? Mas o betão tem sentido porque a seguir no espaço onde o betão se instala ali acontecem coisas, ou não acontecem coisas?

.....Esquecem-se também que nas oportunidades económicas, falam da política do betão, esqueceu-se da actividade intensa que a Câmara desenvolveu ao longo dos anos, sendo certo que não é competência das Câmaras gerar emprego, estamos numa economia do mercado, é da responsabilidade das empresas a promoção de emprego mas a verdade é que a Câmara tem dados passos muito seguros nessa matéria.

.....Ainda hoje vamos estar aqui seguramente a aprovar uma iniciativa da Câmara que visa a criação de postos de trabalho, cerca de duzentos a duzentos e cinquenta postos de trabalho na área da saúde.

.....Esqueceram-se que a Câmara de Bragança pegou numas instalações abandonadas, a antiga Grunig, para procurar no mercado nacional e internacional a oportunidade de empreendedorismo empresaria e encontrar uma empresa francesa, a Faurécia, que se instalou em Bragança, que gerou emprego?

.....Onde está a CDU hoje que no passado questionava as sessões ligadas à precariedade do emprego naquela empresa e com despedimento à porta, quando ainda existia a Grunig...o que é que diz agora com a criação de emprego? Diz a mesma coisa, pois dizem sempre a mesma coisa mas fazer, zero! Falar muito, fazer, zero, é o que vocês fazem.....

.....Bom, o Partido Socialista não pode vir aqui dizer que é a política do betão, pode e deve porque está de facto a dizer a verdade, se diz que há política do betão está a falar a verdade, mas não pode dizer que é só, só a política do betão, tem que dizer com olhos nos olhos, de verdade o que é que a Câmara fez, quando criou emprego, trazerem para Bragança uma empresa do sector automóvel, foi para Bragança e não foi para Chaves, não foi para Braga, não foi para São João da Madeira, foi para Bragança, é uma realidade aqui e dá emprego a muitos jovens que têm ali uma oportunidade de trabalho porque senão tinham ir procurá-lo longe desta terra, pode fixar população, pode criar rendimento.

.....Onde está o Partido Socialista quando fala em precariedade e só em política de betão e não fala em oportunidades económicas na situação que hoje vamos aqui aprovar, onde fala o

Partido Socialista quando a própria Câmara desenvolveu com um conjunto de parceiros criação de emprego, cerca de quinze postos de trabalho no Matadouro de Bragança.

.....E muitos outros empreendimentos. A Câmara de Bragança tem sido um motor, contrariamente aos governos deste País, geradora de emprego neste Concelho, mas cai-vos mal essa política levada por diante por parte da Câmara de Bragança, fica-vos mal porque não vai de encontro às vossas vontades naturais, gostavam de ver o eleitorado desavindo com esta Câmara, desgostoso com esta Câmara, para que o sentido de voto nas eleições autárquicas que aí vêm fosse em sentido contrário. Mas a verdade há-de vir ao de cima mais uma vez, ao fim de vários actos eleitorais em que o Partido Social democrata continua a ser ganhador, porque a obra tem sido reconhecida pelos cidadãos, mais uma vez, no próximo acto eleitoral seguramente o Partido Social Democrata, os cidadãos hão-de dar uma grande demonstração de democracia ao Partido Socialista que pode ser sempre aqui alternativa de poder.

.....Fica-lhes mal dizer isso, a falar num discurso negativista, quando de facto é um discurso que não é verdadeiro, apenas é verdadeiro para quem está assim e só quer ver aquilo que lhe interessa, tem que olhar para o lado, tem que ver de facto, e tem que olhar para os documentos e ver que no tempo do Partido Socialista a despesa corrente era superior ao investimento.

.....Esta Câmara Municipal de Bragança ao longo destes dez anos tem demonstrado a capacidade de bem fazer, olhem para os documentos, vejam, a Câmara de Bragança está acima da média nacional no que diz respeito à execução do orçamento. Já lá vai o tempo em que a Câmara do Partido Socialista fazia um orçamento e depois cumpria-o a sessenta, a cinquenta por cento.

..... Estamos hoje habituados, ao longo de dez anos, é uma situação do ano de dois mil e sete em que a execução do orçamento, eu não quero entrar nos pormenores técnicos, chega aos setenta e nove por cento, penso que o orçamento da despesa atingiu a execução de oitenta e dois por cento relativamente ao orçamento iniciar e sessenta e nove por cento ao corrigido.

.....Isto já não tem a ver em comparação com aquilo que era a prática do Partido Socialista. Propunha uma determinada execução e ficava bem abaixo dela, o Partido Social Democrata com esta gestão tem-nos habituado ao longo destes anos, isto é importante, diz que vai fazer cem e depois consegue taxas superiores a oitenta por cento.

.....São poucas as câmaras ou pelos vistos a Câmara de Bragança fica bem acima daquilo

que é a prática usual nos municípios de Portugal. Há dados que são irrelevantes, a receita per capita do município em dois mil e sete foi de oitocentos e noventa e quatro euros . Era em dois mil e três, são os dados que o Presidente apresenta aqui, comparativos com os outros municípios, a nível nacional era de seiscentos e sessenta e quatro euros em dois mil e três quando no Município de Bragança era de mil e sessenta e quatro euros.....

.....É de registar que o Partido Social Democrata recebeu, herdou do Partido Socialista em mil novecentos e noventa e sete uma dívida que não tem comparação, dívida sem obra. É preciso que se registre, não estou a falar mentira, era dívida sem obra, contra o Partido Social Democrata que tem reduzido a dívida e aumentado o património da Câmara, tem feito obra, coisa que ao longo dos últimos anos vocês agora entraram numa situação de queda de silêncio, já não falam nisso.

.....Às vezes, no princípio perguntavam-me como é que era possível a Câmara de Bragança fazer tanta obra e até reduzir a dívida. Está nos documentos, é indesmentível, o Revisor Oficial de Contas chama a atenção para isto, a dívida do Município de Bragança pese embora o volume de obras que tem desenvolvido ao longo destes dez anos, que é um ciclo de investimento, como dizia há pouco, histórico, consegue fazer e continuar a fazer obra e ainda assim reduz a dívida e acresce ao património do Município.

.....Como é que isto se faz? Naturalmente com boa capacidade de gestão demonstrada pelo Engenheiro Nunes ao longo destes dez anos, coisa que não tem comparação com aquilo que era o modo “esfaciendi” do Partido Socialista desde mil novecentos e oitenta e nove/mil novecentos e noventa e sete. E eu nem queria voltar à parte histórica, eu volto a dizer, aborrece-me ter que vir aqui sistematicamente com este discurso virado naturalmente contra aquele Partido que tem tido responsabilidades alternadas com o Partido Social Democrata na gestão do Município, mas aborrece-me de facto vocês fecharem os olhos à realidade. Até podiam dar de facto indicações de outro tipo de política mas de facto dizer que há criação de equipamentos de betão que são autênticos elefantes brancos, esquecem que a Câmara de Bragança e qualquer Câmara deve construir para hoje e para o futuro. Os equipamentos devem ser capazes de suportar o presente e a demanda que há-de ser feita no futuro.....

.....Vocês terão talvez uma visão...será um defeito? Têm uma visão limitada das coisas, será um defeito? Ou será pelo contrário uma virtude do Partido Social Democrata, neste caso do Engenheiro Jorge Nunes ver para além e para o futuro?

.....Ou será que vocês quando há o epíteto a essas obras como elefantes brancos agrada-

lhes falar dessa matéria e dessa maneira para denegrir a obra que o Partido Social Democrata tem feito ao longo dos anos? Querem com isso designarem elefantes brancos para criarem um sentimento negativo nos eleitores? Ou preferem fazer esse discurso ou acalmarem-se, sentarem-se, observarem a obra, passearem pelo concelho, muitos de vós nem pelo concelho circulam para verem a obra que está a ser feita bem para lá das portas da cidade nesse concelho.....

..... Vocês querem desafiar a vossa própria consciência e ver as ligações novas que foram feitas das aldeias às redes viárias nacionais e municipais? Querem fazer uma reflexão para ver o que o Partido Social Democrata fez ao longo destes dez anos na renovação das vias nas acessibilidades que são responsabilidade do Município? Querem por comparação ver o que é que o Governo da Nação do Partido Social Democrata nalgum período e do Partido Socialista de vários anos a esta parte, que não tem sido capaz de fazer, não tem sido capaz de fazer o Governo da Nação o mesmo que a Câmara de Bragança tem feito na sua rede viária? Vasta ver a rede viária nacional e a rede viária municipal e comparar uma com a outra.

.....É que no que diz respeito à rede viária municipal, que podem dizer? Há muito para fazer seguramente, lembro palavras do Presidente, nós nunca seremos capazes de acabar com o trabalho. O Trabalho é que há-de acabar connosco. E a verdade, é que a Câmara de Bragança ao longo dos anos também na rede viária tem dado passos de gigante, com a colocação de vias em condições, numa política estratégica que foi anunciada em 1997 na Campanha. Para os cidadãos do Concelho, dizer, havia um conjunto de obras emblemáticas, e uma delas era, comodidade, qualidade de vida no acesso na mobilidade das populações. Esse objectivo foi, na minha opinião, largamente conseguido pela Câmara de Bragança, e hoje reforçado, depois de ver as obras que a Câmara de Bragança pretende fazer no complemento das ligações viárias das aldeias, entre aldeias e aldeias e entre as redes municipais ou nacionais rodoviárias, coisa que o Partido Socialista não foi capaz.....

..... Mais uma, tenho que me lembrar, ainda era vereador da oposição na Câmara liderada na altura pelo Dr. Luís Mina, que me lembro das sucessivas reuniões, ano após ano, e deliberações para se construir ligações entre Rabal-Baçal... Nunca fizeram nada. Sempre com a promessa que o Ministério do Exército vinha ajudar com as máquinas e equipamento do exército... Nada! História! Que nunca chegou a concretizar-se. Foi preciso chegar o Partido Social Democrata à Câmara para que estas ligações, muito atrás solicitadas pelas populações, levassem passos adiante, algumas delas já concluídas. Lembro-me Rio de Onor – Guadramil, e

da velha história da vaca, que há trinta anos estavam à espera daquela ligação, o Partido Social Democrata concluiu essa obra

.....Da história.. O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Rio de Onor certamente se recorda de tudo isto e daquelas promessas que ao longo dos anos Presidentes de Câmara formulavam naquela Freguesia. Hoje está concluída essa ligação! Já ninguém fala nisso? Já ninguém fala nisso? Já se esqueceram? Da ligação Rabal – Baçal. Já se esqueceram? E agora da ligação, que seguramente vai ser concluída entre a Avelada e França?

.....Bom, é pena que vocês de facto façam julgamentos simplistas sobre uma actividade que é séria, uma actividade que tem sido desenvolvida pela Câmara liderada pelo Engenheiro Jorge Nunes ao longo destes anos de uma forma séria. Que tem feito propostas, foi fazendo propostas ao eleitorado, propostas que eram políticas, tinha que haver um confronto político para as eleições, um partido diz uma coisa, faz de uma maneira, o outro partido dizia que fazia de outra. Às vezes até diziam que faziam a mesma coisa... O Partido Socialista dizia que fazia o matadouro e não o fez! O PSD disse que fazia o matadouro, e fez! O Partido Socialista disse que ia comprar o banco de Portugal e não comprou... O PSD não tendo feito o empréstimo que foi feito pelo Partido Socialista, comprou-o e executou a obra! Etc., etc., etc.

.....O confronto político é natural, e é salutar, mas é preciso que vocês façam a reflexão e ao longo destes próximos anos em que nos vamos confrontar, eu seguramente estou seguro, seguro, seguro, de que ainda vou voltar a assistir ao discurso do elefante branco, o discurso da derrota, do miserabilismo, que é transportado pela Bancada do Partido Socialista, que parece que está, ainda hoje, ressabiada por ter perdido a Câmara em 1997 e ainda bem que a perdeu, em favor da comunidade de Bragança, dos cidadãos de Bragança, de todos nós, e também de vocês, porque seguramente hoje estão com uma qualidade de vida nesta cidade e com oportunidades de emprego bem melhores, geradas pela Câmara e não pelo vosso Governo, ao fim destes dez anos. Portanto, também vocês estão de parabéns, porque hoje podem usufruir de uma melhor qualidade de vida executada pelas políticas do PSD.....

.....**Presidente da Mesa** - Muito obrigado.

.....Senhor membro da Assembleia Luís Pires.

.....**Luís Pires** – Bom, muito boa tarde a todos. Espero bem que o almoço lhes tenha caído bem, o Luís já o gastou todo de certeza, vai ter que comer outra vez.,já.. ..

.....Vamos começar por uma primeira parte, porque isto tem que ser aos bocadinhos, e vamos começar por uma primeira parte que eu acho interessante, que é, o Luís gosta de dizer que o PS fala do passado, do passado, do Engenheiro Nunes. Quando ele vem para aqui falar do passado de 89. Ó! Luís, está na altura de falarmos o que é a realidade deste Executivo, e deixa lá 89 para trás.

.....

.....**Luís Pires** - Não vamos dialogar, eu também te ouvi, agora vais-me ouvir também, se não te importas.

.....A questão aqui tem a ver com o facto de nós termos que ir fiscalizando, como alguém disse hoje aqui, o trabalho que a Câmara vai fazendo. Porque senão daqui a bocado é aquilo que eu digo, vamos bater no Afonso Henriques... Porque se ele tivesse uma mãe como a minha se calhar éramos espanhóis... não teve, bateu na mãe... e agora está aqui Portugal, não é? Portanto, não vamos por aí. Vamos ser sérios. E relativamente à questão de seriedade eu já falei uma vez aqui, acho que tu não estavas cá na Assembleia, que é assim, há uma preocupação grande quando se vem para aqui a criticar projectos, apresentarem-se alternativas, e não são estudadas com leviandade. São estudados, sempre, com o apoio sempre de pessoas técnicas que percebam do assunto. Quando eu não consigo, ou os meus colegas de trabalho não conseguem, pedimos opinião a pessoas. Agora há uma coisa que é verdade, há divergência de opiniões. Isso é óbvio. Mas tive oportunidade de dizer aqui no discurso do 25 de Abril que não devemos desvalorizar, nem menosprezar os projectos, venham eles de onde vierem. O confronto de ideias é muito bom. Eu gosto de ter sempre pessoas a rodear-me que, tenham ideias parecidas com as minhas e que tenham ideias que são completamente díspares das minhas, porque às vezes ao falar revelam lacunas ao meu projecto. E isso é o nosso papel também aqui, revelar lacunas ao projecto que é levado ali à frente pelo nosso Presidente da Câmara. Porque é o nosso Presidente da Câmara, é de todos, e portanto se é de todos e como eu sou da oposição, o meu papel é tentar dizer aqui quais são os erros. Também, vendo a representação que temos nesta Câmara, não estou à espera que as minhas propostas vão ser aceites, agora continuo a fazer o meu papel persistente em prol do bom e melhor desempenho e do melhor nível de vida das populações. Essa é uma coisa. Mas também te digo uma coisa, que é assim, eu acredito na inércia funcional, ou seja, para mim os

sistemas podem evoluir endemicamente mesmo que não se faça nada para tal. Há coisas que evoluem só por si. Nós estamos inseridos numa sociedade global, provavelmente as coisas evoluem porque há também uma conjuntura estrutural externa a fazê-las evoluir. Depois o que nós fazemos em algumas é questão de prioridades.

.....Criação de empregos, Luís, muito responsabilmente, eu gostava que tivesses razão, mas não tens. Não tens razão. Não vou falar em dois temas aqui, por motivos da minha consciência. Não vou falar do matadouro e não vou falar na questão da Faurécia. Nesses dois não falo. Agora, nós temos um conjunto de obras aí que são levadas para a frente pela nossa Câmara, que daqui a uns anos, porque sabes que os projectos têm ciclos de vida, e têm uma fase inicial em que o custo de instalação do projecto é mais elevado, o benefício é menor, até que atingem um ponto de estabilização. E eu estou convencido de que daqui a algum tempo, porque neste momento é impossível fazer isso, só com um estudo de viabilidade um pouco especulativo, vamos chegar à conclusão que muitas das obras que foram feitas vão gerar mais despesa do que proveito.

.....Vamos lá ver outra coisa. Há obras aqui meus caros amigos, que se vocês, como tu dizes, se forem sérios e se fizerem reflexão, vocês não podem dizer que estão bem feitas. O Túnel e a saída do túnel estão bem feitas? Por amor de Deus! Não havia melhor solução do que aquilo? Não me venham dizer que não havia! Não pode ser assim.

.....Também te digo outra coisa, quanto ao papel da Câmara gerar empregos – errado! A Câmara tem que ser uma entidade ágil, magra, que dê condições de economia para que os privados actuem. Isto deve ser assim! Porque senão começa-se a consumir a ela própria e começa a ter um papel ou a ter um problema que o nosso Governo teve nos últimos anos, empregos, funcionários públicos, muita gente, etc. ... o que é que é preciso fazer? Diminuir não é? E depois andamos aqui nós todos não sei quantos anos, seja PSD, seja PS a fazer emagrecer isto até que equilibremos as contas! Uma Câmara tem que ser... ..

.....Olhe esse é mais um exemplo, podia estar dos dois lados em vez de estar só de um, poupava-se papel... Mas é assim, o que tem de se fazer aqui é criar condições para que a economia se motive, ela economia se motive, trabalhe e dê oportunidade para que isto se desenvolva e não esteja dependente de uma Câmara ou de um Governo, e é por isso que nós não saímos da cepa torta... Porque há uma coisa qualquer no Governo que espirra e nós aqui constipamo-nos... Não pode ser! Não pode ser! Por isso é que eu digo que a Zona Industrial de

Mós, que é uma coisa que eu aceito, acho positiva, tem dez anos de atraso! Eu já o disse aqui várias vezes. Nós já devíamos ter um regulamento de condomínio industrial, já devíamos andar a promover a nossa zona industrial por aí a fora, já devíamos ter uma estratégia de que empresas é que queremos para ali, sejam elas geradoras de energias renováveis, seja do que for, biotecnologia... o que quiseres. Estamos atrasados.
.....A questão do pólo logístico, estamos atrasados. Há várias coisas em que estamos atrasados, e o problema é que enquanto nós paramos os outros avançam, e o atraso não é só os anos que perdemos, é esses mais o tempo que os outros já avançaram. E é isso que nós temos que ter consciência. Aqui todos, Luís, eu vim para Bragança e fiz questão de vir para Bragança, e muitos de vós fizeram a opção de vir para Bragança porque são de cá e gostam de Bragança. E querem viver cá e não querem ir embora. Portanto, quando fazemos críticas aqui não é com a vontade de ferir o nosso futuro, pelo contrário, isso é óbvio, não é? A diversidade de opiniões e de posturas, visões e missões que tu falaste há bocado, nós também a temos! O POLIS foi executado, pá, até me podes mostrar as contas e dizeres, está muito bem feito e as contas bateram bem. Perguntas-me, estrategicamente actuavas assim? Não, se calhar o meu projecto era outro. E se calhar o meu até podia ser melhor ou não, não sei! Mas não podemos vir aqui é com esse absolutismo dizer, este projecto é assim, está bom, boi bem feito... Não! Há outras visões, há outras possibilidades. Eu ouvi pessoas de fora que recebo aqui às vezes... olha, ainda há pouco tempo tive aí um Arquitecto Turco, que esteve aí comigo e fez-me duas ou três críticas. Percebes? Há várias visões. E é isso que tem que se ter em conta também.....

.....

.....**Luís Pires** - Não, não vás por aí...não vás por aí que não é assim.

.....Realmente, há mais coisas que eu poderia dizer aqui. Por exemplo, o Centro de Arte Contemporânea Graça Morais, tanto quanto sei, está a sofrer obras de beneficiação porque teve alguns problemas, a parte de fora, não sei. Quer dizer, há coisas que correm mal. Ali o Parque da Praça Camões, aquilo não teve um dia em condições. Há coisas que correm mal, a gente não pode criticar. Por exemplo, esse é um tipo de obra em que correu mal a sua execução, mas a obra em si acho que tem sentido estar ali. O que está em cima já não, mas a parte de baixo acho que tem sentido. Mas são diversidades de opiniões. E mentaliza-te, nós não olhamos para o passado, nós queremos o progresso e o bem desta terra, quer vos custe a

vocês ou não. Mas nós queremos que isto vá para a frente. E vamos participar, também quer vos custe ou não, nós vamos participar para que esta terra vá para a frente. E mais, não queremos que a Câmara fique endividada, porque também não tenhas dúvidas, nós também queremos ir para a Câmara! Não é?

.....Portanto, com muita calma nós vamos contribuindo para que este Município seja melhor, agora não aceitamos é essa, eu ia-lhe chamara a tua cassete, mas não é... é que tu falas, foi de manhã, foi hoje, foi noutra Assembleia... Não pode ser Luís. Temos que mudar de discurso, temos de, como tu dizes, ser positivos, aliás no 25 de Abril, provavelmente, o discurso do PS foi o único no sentido mais positivo, os outros não foram tão positivos, portanto nós temos uma perspectiva de futuro para esta cidade. Só queremos é ir a tempo, senão depois temos de pedalar mais e pode não ser o melhor sistema, podemos não ter travões e espetarmo-nos contra a parede, não é?.....

.....Obrigado.

.....**Presidente da Mesa** - Muito obrigado.

.....Senhor membro da Assembleia António Vieira, tem a palavra.....

.....**António Vieira** – Eu perguntava ao Dr. Luís Afonso se por acaso leu bem o documento ...

.....Leu bem o documento? Dá-me ideia que não... Porque da a demagogia que nos trouxe aqui, isso não é nada. Isto é um documento político, e tem números, é evidente, mas por exemplo quando nos fala por exemplo numa execução na ordem dos 80%. Veja as despesas de capital. As despesas de capital não chegam aos 50%. Viu o desvio que houve?

.....

.....**António Vieira** – Houve. Viu os desvios? Mas as despesas com pessoal, o Senhor Presidente depois que me responda às perguntas que eu lhe fiz inicialmente. Porque, se por acaso em 6.4 é evidente que não teve aumento significativo, mas se calhar depois dá estes serviços a empresas privadas, não é? Em vez de ir para a 6.4 vai para a 6.2. Portanto, o Dr. Luís Afonso dá-me ideia que não leu bem o documento, porque se o lesse não vinha com essa demagogia toda.

.....Muito obrigado.

.....**Presidente da Mesa** – Senhoras e senhores membros da Assembleia,, antes de dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que é ele que submete este documento à deliberação deste órgão deliberativo, e perdoe-se o pleonasma, perguntava mais uma vez se mais alguém quer usar da palavra?

.....Com certeza, faça o favor, tem a palavra.

.....**Luís Afonso** - Não me vou alongar e nem vou voltar ao discurso de trás. Mas se vocês leram o documento, vêem quais são os indicadores que estão aqui, e quem leu o documento leu os indicadores que estão aqui. Não nos vamos prender à parte técnica e ao que são os números que aqui representam a execução que a Câmara fez aos vários níveis. Sendo certo que estes níveis de desempenho da Câmara, da actual Câmara, não têm nada a ver com aquilo que era a vossa prática.....

.....Quero dizer uma coisa e venho aqui só para dizer o seguinte, quando falam...

.....

.....**Luís Afonso** - Tende calma... calma...já vão ver... vamos lá... Já há alguns anos que eu me preocupo aqui com uma coisa, e nem devia falar muito nisto, não vá às tantas o Presidente lembrar-se... Mas é curioso, quando assistimos a uma prática política do País, dos Governos da Nação, a fazerem uma prática que é recorrente no aumento dos impostos, que onera a carteira dos cidadãos e das empresas, ainda hoje me pergunto, porque é que a política do nosso Presidente da Câmara não vai nesse sentido? E sem querer aqui suscitar a argúcia e o interesse do nosso Presidente de Câmara, eu gostava de reflectir convosco o seguinte: quando vocês diziam que a grande parte da receita vem das receitas de capital, enfim, que as receitas correntes que a Câmara gere não são capazes... não sei quê... vou dizer o seguinte, eu penso, ó Presidente, com as minhas palavras não vá pegar nisto, porque é que a Câmara de Bragança, seguramente das capitais de Distrito, deve ser das poucas, que não pratica a derrama nas empresas. Sabem o que é que isso significa? E eu que sou empresário, não estou nada interessado em prolongar este discurso, insisto, não vá o Presidente da Câmara lembrar-se de propor à Assembleia num futuro próximo a derrama. E no entanto, ao longo destes anos todos, a Câmara de Bragança tem continuado a fazer obra sem se socorrer dessa receita, que

seria uma receita extraordinária para a Câmara de Bragança. Senhor Presidente de Câmara, vai fazer uma intervenção a seguir, e se tem números, diga-nos quantas das capitais de distrito não praticam a derrama? Porque Bragança não o faz! E o que é que isso poderia representar, se tem estudos nessa matéria? O que é que isso podia representar em termos de crescimento das receitas do município? E Senhor Presidente, eu fico por aqui para dizer o seguinte, que a prática da gestão autárquica do PSD em Bragança, é o oposto daquilo que é a prática do PS no governo, que é aumentar os impostos. Aqui em Bragança essa matéria não se tem provido.

.....Eu vinha cá só falar sobre esta matéria e tinha tomado aqui um apontamento para falar sobre a derrama. Senhor Presidente, mas isto, enfim, não é para começar a pensar nesta receita no futuro. Porque de facto, atenção, o Presidente já falou sobre esta matéria ao longo dos anos algumas vezes, solto, e sempre que o ouço falar sobre aquilo preocupo-me. Mas, é verdade que ele tem tido uma postura, entende que o sacrifício desta zona interior de Portugal ao cidadão é um meio onde a insuficiência económica, o trabalho das empresas é substancialmente mais difícil do que as empresas do mesmo ramo, por exemplo no litoral de Portugal, e que aqui a vida é muito mais difícil para se poder trabalhar. E o Senhor Presidente da Câmara tem visto isso ao longo dos anos, e não tem subido os impostos por esta via.

.....Era só o que eu queria dizer para vocês gravarem na vossa memória qual tem sido a política estratégica do Município relativamente aos impostos.

.....**Presidente da Mesa** - Muito obrigado.

.....Senhores membros da Assembleia repito mais uma vez a pergunta, alguém mais deseja usar da palavra antes do senhor Presidente da Câmara falar e encerrar o debate.?

.....Não Sendo esse o caso, Senhor Presidente da Câmara tem a palavra... ..

.....Bom, de uma vez por todas... Senhor membro da Assembleia Bruno Veloso faça o favor. Ainda não é desta Senhor Presidente... ..

.....**Bruno Veloso** – Peço desculpa, fui ali fazer esta impressão e atrasei-me um bocadinho. Eu pedia-a ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal que entregasse, porque está sempre a criticar a oposição, e em jeito de brincadeira entregar aqui ao nosso amigo Luís Afonso o Estatuto de Direito da Oposição.

.....Muito obrigado.

.....**Presidente da Mesa** - Muito obrigado.

.....Quem é que está sempre... Desculpe lá uma pergunta, quem é que está sempre a criticar a oposição? È o Luís Afonso? É o que lhe compete também, não é?

.....Senhor Presidente da Câmara, tem a palavra.

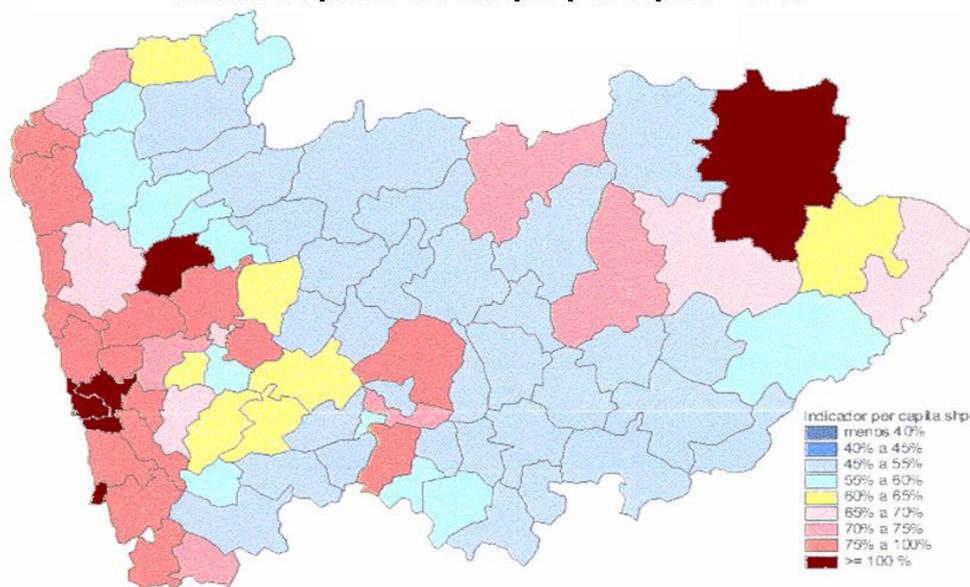
.....**Presidente da Câmara** – Muito obrigado Senhor Presidente.

.....Eu acho que a política se faz a olhar em frente, naturalmente com a experiência do passado, aprendendo com o que se faz bem, com o que se faz mal, reflectindo, mas sempre questionando o futuro. É assim, que se faz do meu ponto de vista a política. Não se faz a olhar para trás. A olhar para trás não se progride, e desculpem-me os Senhores deputados, mas vou insistir, vou fechar esta intervenção sobre a conta de gerência com a projecção desse mapa. Mapa que é da responsabilidade do Instituto Nacional de Estatística, e que integra como referi de manhã o Plano Regional de Ordenamento do Território.....



ASSEMBLEIA MUNICIPAL – SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE ABRIL DE 2008

QUADRO n.º 10
Índice de poder de compra *per capita* - 2005



FONTE: INE/PONORTE
MARÇO 2008

.....E veja-se, de facto o Município de Bragança posiciona-se em termos de criação de riqueza ao nível de um grupo muito restrito que está no litoral, onde se concentra a economia,

a população e a decisão política. E este estatuto ou esta posição, foi adquirida, não quer dizer que não seja perdida amanhã, mas foi adquirida em dez anos, dez anos em que o poder de compra per capita cresceu 20,6 pontos percentuais, não é por cento, é pontos percentuais.

.....Ultrapassou em 2005 pela primeira vez a média nacional. Coloca-se assim num grupo muito restrito, ou seja na sexta posição de entre oitenta e seis municípios do norte do país.

.....Isto é o resultado de quê? Do trabalho das pessoas, das Instituições, das empresas, Instituições públicas, privadas, as empresas que olham de facto para o futuro, que trabalham, que constroem, têm energia. Este resultado não se conquista porque há vontade só de alguém... Não! É porque há vontade de todos. É esta vontade e este impulso que os cidadãos de Bragança têm dado à sua vida, que lhes permite posicionarem-se nesta posição.

.....Evidentemente que se estivéssemos mais para baixo, podíamos dizer assim, estamos na média, não estamos a ficar para trás, temos aguentado, não subíamos 20,6 pontos percentuais, mantínhamo-nos no valor anterior, mantínhamos mais ou menos como os restantes, mas não, Bragança destacou-se, destacou-se porque há outro ânimo, há outra visão dos cidadãos e das instituições, particularmente das suas empresas, no sentido de criar riqueza e através da criação de riqueza criar postos de trabalho. Esta é a realidade que está retratada e contra isso não vale a pena, aliás, esta realidade deve servir-nos para dar novos impulsos, para continuar a olhar para a frente, para fazer mais e melhor, para criar mais riqueza, para criar mais postos de trabalho, cientes de que é com a criação de riqueza que se cria justiça social. ...

.....E assim, eu acho que não devemos olhar para a cidade e para o Centro Histórico da Cidade, digamos, também numa perspectiva de visão do passado. É verdade que à problemas. Há problemas em todos os centro históricos. Mas o centro histórico de Bragança não é o Centro Histórico do Século XIX, em que a cidade de Bragança tinha seis mil habitantes. Hoje Bragança é uma cidade com vários pólos de interesse, tem uma Avenida Sá Carneiro, com uma extensão enorme, onde há actividade comercial de uma ponta à outra. Tem a Avenida das Forças Armadas, uma Avenida recente, onde há actividade comercial de uma ponta à outra. Tem a Avenida Abade de Baçal, portanto, há várias, há hoje vários pontos de interesse. E as cidades são tanto melhores sob o ponto de vista da qualidade de vida para os cidadãos, e de equilíbrio social e sócio económico, quanto mais consegue diversificar estes centros de interesses.

..... Imagine o que seria concentrar a actividade económica no centro da cidade... era uma aberração completa. A cidade perdia imenso com isso, portanto, não vale a pena olhar para

trás, olhar para trás é um erro. Como é um erro pensar que os parques, o Dr. Luís já o referiu e muito bem, construímos parques para cinquenta anos, que é essa a perspectiva, mas que eles tinham que estar ocupados, cheios, ontem. Bom, era de facto construir com uma visão do passado. Temos que construir com uma visão de futuro. Também é fazer uma leitura do passado quando se diz que uma boa parte das obras que estão feitas pelo Município hão-de gerar mais despesa do que receita... é óbvio que sim. Geram actualmente, vão gerir no futuro, porque uma boa parte dessas obras são obras de natureza social, têm a ver com a qualidade de vida e bem estar dos cidadãos, e os cidadãos pagam para isso! Alguém está a imaginar a viabilidade de colocar o bilhete de entrada, por exemplo, ao Centro de Arte Contemporânea ou para o Teatro, de forma a repercutir no preço da entrada a amortização do investimento, os juros mais a despesa de funcionamento? Isso era uma inviabilidade, não haveria uma única sessão porque não haveria cidadãos para comprar bilhetes. Portanto, não vale a pena misturar as coisas, ou misturar aquilo que não é misturável.

.....Por outro lado, queria ainda voltar um bocadinho atrás para dizer o seguinte, falou o Senhor deputado numa plataforma logística, eventualmente no Pocinho. Se surgir uma plataforma logística no Pocinho surge associada à navegabilidade do Douro, ao transporte de mercadorias em grande quantidade, num transporte sustentável e mais amigo do ambiente. Isso é uma boa estratégia se surgir assim. Não será tão cedo. Oxalá já fosse para amanhã. Eu gostaria que fosse, porque essa situação beneficiava Bragança, beneficiava o interior, beneficiava a coesão, não estou a imaginar a reivindicação de uma plataforma logística, onde poderão aceder barcos com duas mil e quinhentas toneladas. É o que podem aceder no Douro. Não acedem a Bragança. Mas a partir do Douro pode-se montar uma micrologística para Bragança, como se pode montar uma micrologística a partir de portos mais a norte, como é Santander. E daí a importância quando nós falamos numa ligação autovia Bragança-Puebla – León. Portanto, é preciso falarmos de uma forma realista, com os pés assentes na terra, de forma coerente e percebendo, fazendo aquilo que fazem os cidadãos, na política também temos que fazer isso.

.....Evidentemente que a oposição, qualquer que seja a oposição tem que fazer o seu papel de combate político, de procura de alternativas, mas há questões que são centrais em que tem de se falar de facto com verdade. Porque a política é, como eu disse de manhã, é uma arte, a arte de produzir resultados e fazê-lo com verdade, e naquilo que é fundamental as pessoas têm que ter essa capacidade e essa visão de impulso, de fazer, construir e saber que só se

constrói com todos. Os resultados que ali estão expressos não são os resultados produzidos pela gestão do PSD em Bragança, são os resultados produzidos por todos os cidadãos do Município de Bragança e portanto o mérito vai para todos, sem excepção. É esta lógica e esta perspectiva que nós devemos manter presente, porque essa de facto é que impulsiona a vida das pessoas, impulsiona a criação de riqueza, e impulsiona a justiça social.

.....As contas em si mesmas, pois estão bem feitas, do meu ponto de vista, com pessoas com responsabilidade, a autarquia tem pessoas com qualificação suficiente para garantir a produção de um bom documento, documento que é sujeito a verificação do Tribunal de Contas e que nós quisemos mandar certificar também através de uma certificação externa, de resto o âmbito de uma exigência legal. A certificação externa do trabalho não é só dirigido às contas, é dirigido aos procedimentos internos, temos uma empresa que certifica, que observa, analisa os procedimentos internos dos funcionários, no sentido de percebermos se tudo está a funcionar correctamente, se há ajustamentos, se há melhorias, e esse é o trabalho que é feito. Os serviços externos são contratados no âmbito da Auditoria, e do qual resulta naturalmente uma apreciação relativa à Conta de Gerência.

.....Empresas que prestam serviços para a Câmara - Temos seis empresas, respectivamente na área de segurança, limpeza de edifícios, análises químicas, tratamento de águas e esgotos, limpeza urbana e jardins. É a totalidade. Não sei precisar quantos postos de trabalhos estão associados a estas empresas, mas são várias dezenas, naturalmente. Há serviços novos que foram criados, há novos equipamentos que foram construídos para benefício dos cidadãos e que requerem uma exigência, digamos, para funcionamento de afectar recursos humanos a esses mesmos equipamentos.

..... Durante o debate nesta Assembleia teremos oportunidade para voltar a esta matéria, particularmente no que diz respeito às questões relacionadas com a cultura.

.....De salientar que estes resultados obtidos na economia, a este resultado só podem estar presentes duas coisas, mais actividade económica e mais qualificação na actividade económica, ou seja, mais quadros na actividade económica. Se assim não fosse não era viável dispor deste resultados em termos estatísticos.

.....Preparamos um novo ciclo, um ciclo que tem o horizonte de 2007/2013 - é o ciclo do QREN - , e no âmbito desta preparação, evidentemente que não queremos desequilíbrios a nível das contas, nem sob o ponto de vista da dívida de médio/longo prazo, nem de curto prazo, queremos manter o equilíbrio, mas não queremos perder a oportunidade, e

particularmente de, neste quadro comunitário de apoio, centrar essa oportunidade no âmbito do desenvolvimento económico do Concelho, uma vez que há questões centrais, que tinham que ser resolvidas, foram resolvidas. Na área do saneamento básico, na área dos equipamentos culturais, na área do abastecimento público, na área da qualidade de vida e bem estar da cidade, na área da atractividade da cidade. Este quadro de referência, o QREN, é indiscutivelmente para Bragança, e só pode ser um instrumento de afirmação e qualificação da actividade económica, para que esta posição não se perca.

.....**Presidente da Mesa** - Muito obrigado.

.....Senhores membros da Assembleia, foram distribuídos os documentos de prestação de contas, juntamente com o documento de prestação de contas foi mandado distribuir a todos os membros da Assembleia o relatório do auditor externo e também estarão disponíveis para os senhores membros da Assembleia que assim o desejarem, os relatórios das empresas em que a Câmara Municipal participa. Foi isto que combinei com o Senhor Presidente da Câmara. Ficarão disponíveis para todos.....

.....Então vou por á votação, em separado, o Documento de Prestação de Contas e a seguir a proposta de aplicação de resultados. Naturalmente as votações podem ser diferentes num caso e no outro.

.....As declarações de voto, serão feitas se as houver, serão feitas depois das duas votações e em conjunto para o que tenham sido as duas votações.

..... **Após análise e discussão foi a mesma proposta submetida a votação, tendo sido:**

.....**I – DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS 2007**

.....**Aprovada, por maioria qualificada, com zero votos contra, dezasseis abstenções e sessenta votos a favor, estando momentaneamente setenta e seis membros presentes.**

.....**II – APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO**

.....**Aprovada, por maioria qualificada, com zero votos contra, dezasseis abstenções e sessenta votos a favor, estando momentaneamente setenta e seis membros presentes.**.....

.....**Presidente da Mesa** – Declarações de voto?

.....Senhor membro da Assembleia Luís Pires

.....**Luís Pires** – Bom, muito boa tarde.....

.....Apenas para que fique expresso em acta, que a nossa posição se sustenta no facto de estes documentos traduzirem a política do Executivo, manifestamente já falamos aqui várias vezes que não concordamos, não temos a mesma visão da direcção da cidade que tem o Executivo actual, tal como não podemos concordar com as ferramentas que permitem que essa visão seja executada.

.....Permitam-me ainda referir que nós quando vimos aqui também falamos sempre verdade, e sempre com um espírito positivo em relação a tudo aquilo que dizemos. E também o fazemos, mais uma vez relembro, e volto a frisá-lo, com insistência, sobre aquilo que dizemos. Não falamos de cenários irrealistas, falamos de cenários realistas e tentamos, dentro das nossas possibilidades, documentar-nos até ao máximo dos nossos limites. É óbvio que a Câmara tem sempre mais dados que nós. Nós fazemos uma actividade de prospecção, algo parecido com “datamining”, mas pronto, nós fazemos aquilo que conseguimos com as ferramentas que temos, fazemos sempre com espírito positivo, sempre com boa fé.

.....**Presidente da Mesa** - Muito obrigado.

.....Passamos ao ponto

4.2.2 – PROPOSTA DA 1ª. REVISÃO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA O ANO DE 2008.....

.....Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros:.....

I - CERTIDÃO

.....MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Directora do Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira do Município de Bragança:

.....Certifica que na Acta da Reunião Extraordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia nove de Abril do ano de dois mil e oito, devidamente aprovada, e com a presença dos Srs., Presidente, Eng.º António Jorge Nunes e Vereadores, Eng.º Rui Afonso Cepeda Caseiro, Arqt.º Armando Nuno Gomes Cristóvão, Dr.ª Maria de Fátima Gomes Fernandes, Dr.ª Isabel Maria

Lopes, Prof. António José Cepeda e Dr.ª Maria Idalina Alves de Brito, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

..... “QUARTA MODIFICAÇÃO - PROPOSTA DA PRIMEIRA REVISÃO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA O ANO DE 2008.....

.....Pelo Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira foi presente a 1.ª Revisão ao Orçamento Municipal para o Ano de 2008.....

.....As Revisões ao Orçamento, quer de Receita, quer de Despesa, encontram-se previstas no POCAL e executam-se perante situações perfeitamente tipificadas, que obedecem e princípios e regras previsionais legalmente aprovadas naquele diploma.....

.....Considerando que a Autarquia só pode utilizar o Saldo da Gerência Anterior após a apreciação e votação das contas de 2007, pelo Órgão Deliberativo, foi presente a 1.ª Revisão ao Orçamento de Receita, para o ano de 2008, que apresenta reforços no valor de 27 000,00 €, resultante da incorporação do Saldo da Gerência Anterior.

.....Propõe-se ainda a criação de nova rubrica, “IVA - INVERSÃO DA LIQUIDAÇÃO” (recomendação feita pela CCDRN - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte através da FAT 8/2007 do SATAPOCAL), no valor de 100,00 € e anulações de igual valor, na rubrica “IMPOSTOS INDIRECTOS ESPECIFICOS DAS AUTARQUIAS LOCAIS”- “OUTROS”, passando o valor inicial desta rubrica de 6. 700,00 € para 6. 600,00 €.

.....Assim, a 1.ª Revisão ao Orçamento de Despesa apresenta reforços na rubrica “Encargos com a Saúde” no valor de 27 000,00 €, passando o Orçamento Inicial de 38 485 400,00 €, para 38 512 400,00 €.

.....Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, aprová-la, ficando um exemplar arquivado em Pasta Anexa ao Livro de Actas, cujo teor se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais.”

.....Mais foi deliberado, por unanimidade, submetê-la à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 64.º e da alínea b) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

.....Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

.....Bragança e Paços do Município, 14 de Abril de 2008.....

.....a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier.....

II – 1ª. REVISÃO AO ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2008



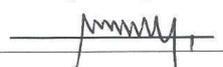
MUNICÍPIO DE BRAGANÇA
Câmara Municipal

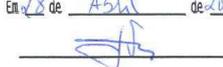
1.^a

R *Revisão ao Orçamento,*

para o ano de 2008

| ENTIDADE | | MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA RECEITA | | | | Página: 1 |
|----------------------------------|---|--------------------------------------|--------------------------|--|-------------|-------------------|
| CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA | | MODIFICAÇÃO NÚMERO : 4 | | NÚMERO 1 DO ANO CONTABILÍSTICO DE 2008 | | DATA DE APROVAÇÃO |
| IDENTIFICAÇÃO DAS RUBRICAS | | DOTAÇÕES DA RECEITA | | | OBSERVAÇÕES | |
| CLASSIFICAÇÃO ECONOMICA | DESCRIÇÃO | DOTAÇÃO ANTERIOR | MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS | | | DOTAÇÃO SEGUINTE |
| | | | INSCRIÇÕES / REFORÇOS | DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES | | |
| 02 | IMPOSTOS INDIRECTOS | | | | | |
| 0202 | OUTROS | | | | | |
| 020206 | IMPOSTOS INDIRECTOS ESPECÍFICOS DAS AUTARQUIAS LOCAIS | | | | | |
| 02020699 | Outros | | | | | |
| 0202069999 | Outros | | | | | |
| 020206999999 | Outros | 6.700,00 | | 100,00 | 6.600,00 | |
| 08 | OUTRAS RECEITAS CORRENTES | | | | | |
| 0801 | OUTRAS | | | | | |
| 080199 | OUTRAS | | | | | |
| 08019904 | IVA INVERÇÃO DA LIQUIDAÇÃO | | 100,00 | | 100,00 | |
| 16 | SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR | | | | | |
| 1601 | SALDO ORÇAMENTAL | | 27.000,00 | | 27.000,00 | |
| 160101 | NA POSSE DO SERVIÇO | | | | | |
| TOTAL ... | | 6.700,00 | 27.100,00 | 100,00 | 33.700,00 | |
| TOTAL DE RECEITAS CORRENTES | | | 100,00 | 100,00 | | |
| TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL ... | | | | | | |
| TOTAL DE OUTRAS RECEITAS | | | 27.000,00 | | | |

ORGÃO EXECUTIVO
Em 9 de Abril de 2008


ORGÃO DELIBERATIVO
Em 28 de Abril de 2008


| ENTIDADE | | MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA DESPESA | | | | Página: 1 | |
|----------------------------------|----------------------|--|------------------|--|-------------------------|-------------------|------------------|
| CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA | | MODIFICAÇÃO NÚMERO: 4 | | NÚMERO 1 DO ANO CONTABILÍSTICO DE 2008 | | DATA DE APROVAÇÃO | |
| REVISÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA | | | | | | | |
| IDENTIFICAÇÃO DAS RUBRICAS | | | DESPESA | | | O B S | |
| CLASSIFICAÇÃO | | DESCRIÇÃO | DOTAÇÃO ANTERIOR | MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS | | | DOTAÇÃO SEGUINTE |
| ORGÂNICA | ECONÓMICA | | | INSCRIÇÕES / REFORÇOS | DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES | | |
| 01 0102 | 01 0103 010301 | ADMINISTRAÇÃO AUTARQUICA CAMARA MUNICIPAL DESPESAS COM O PESSOAL SEGURANÇA SOCIAL ENCARGOS COM A SAÚDE | 245.900,00 | 27.000,00 | | 272.900,00 | |
| TOTAL ... | | | 245.900,00 | 27.000,00 | | 272.900,00 | |
| TOTAL DE DESPESAS CORRENTES | | | | 27.000,00 | | | |
| TOTAL DE DESPESAS DE CAPITAL ... | | | | | | | |

ORGÃO EXECUTIVO
Em 9 de Abril de 2008


ORGÃO DELIBERATIVO
Em 28 de Abril de 2008


.....**Presidente da Mesa** - Segundo a certidão que tenho em meu poder, dessa revisão consta o reforço na rubrica encargos com saúde, o reforço de 27.000€, e passando o orçamento inicial de 38.485.000€ para 38.512.000€.
.....Portanto é um aumento de 27.000€ na rubrica encargos com a saúde.
.....Não sei se o Senhor Presidente da Câmara deseja fazer alguma apresentação.
.....Deseja com certeza responder a esclarecimentos se os houver.
.....Não sendo esse o caso, pergunto se há intervenções sobre esta matéria?
.....Não sendo esse o caso, ponho esta proposta da Câmara à votação.....

..... **Após análise e discussão foi a mesma proposta submetida a votação, tendo sido APROVADA, por maioria qualificada, com zero votos contra, dezasseis abstenções e sessenta votos a favor, estando momentaneamente setenta e seis membros presentes.**

.....**Presidente da Mesa** – Declarações de voto?.
.....Senhor membro da Assembleia José Castro, faça o favor.....

.....**José Castro** – Bom, referir que a CDU entende que é um mero exercício de engenharia financeira, recuperação do imposto para utilização dele, e portanto que não altera em nada todas as considerações que fizemos acerca do orçamento e do Plano, quando ele foi discutido a seu tempo aqui nesta Assembleia, e como tal o sentido é o da abstenção.
.....Agora, aproveito esta oportunidade para não descer cá baixo muitas vezes, para agradecer a referência que o Dr. Luís Afonso fez à CDU relativamente à política. Saiba que a CDU nunca teve responsabilidades a nível do Executivo cá em Bragança, e pedia-lhe maior atenção quando fala da precariedade, porque de facto há empresas cá em Bragança, nomeadamente a Faurécia, como referiu, que prometeram centenas de postos de trabalho e que agora têm dezenas de postos de trabalho, e com um nível de precariedade enorme. E por isso é que eu digo, continuamos a dizer o mesmo e vamos dizer, e ainda hoje, quando vierem aqui anunciar mais umas centenas de postos de trabalho, ponham os olhos e fiscalizem, que é a vossa missão precisamente no Executivo, Está bem? Porque sabe perfeitamente que tem um Call Center com enfermeiros, com licenciados, com essas coisas todas, e isso, se é bem para si andar o país andar a investir em enfermeiros para depois os ter a atender telefones, essa seguramente não é a ideia da CDU.

.....Muito obrigado.

.....**Presidente da Mesa** – Está encerrado este ponto da ordem de trabalhos, vamos passar ao ponto

4.2.3 – CONTRACÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE LONGO PRAZO (vinte anos), no valor de 1 500 000,00 Euros, para financiamento da Componente de Investimento Autárquico referente à Execução do Projecto de “Construção da Circular Interior da Avenida Cidade de Zamora/Braguinha”-----

.....Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros:.....

I –CERTIDÃO

.....MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Directora do Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira do Município de Bragança:

.....Certifica que na Acta da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia catorze de Abril do ano de dois mil e oito, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs., Presidente, Eng.º António Jorge Nunes e Vereadores, Eng.º Rui Afonso Cepeda Caseiro, Arqt.º Armando Nuno Gomes Cristóvão, Dr.ª Maria de Fátima Gomes Fernandes, Dr.ª Isabel Maria Lopes, Prof. António José Cepeda e Dr.ª Maria Idalina Alves de Brito, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

.....**“CONTRACÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE LONGO PRAZO (VINTE ANOS), NO VALOR DE 1 500 000,00 EUROS, PARA FINANCIAMENTO DA COMPONENTE DE INVESTIMENTO AUTÁRQUICO REFERENTE À EXECUÇÃO DO PROJECTO DE “CONSTRUÇÃO DA CIRCULAR INTERIOR DA AVENIDA CIDADE DE ZAMORA / BRAGUINHA”**

.....Pela Divisão Financeira foi presente o Relatório Final, relativo à apreciação das propostas apresentadas pelas entidades que concorreram ao empréstimo em epígrafe:.....

.....Nos termos do disposto no art. 35.º, do n.º 2 do art. 36.º, do n.º 6 do art. 38.º e do n.º 2 do art. 39.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, bem como nos termos do preceituado na Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com as devidas alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a contratação do empréstimo acima referido teve por base a consulta a 12 instituições de crédito, a saber Banco Popular, BANIF, Barclays, BPI, Caja Duero, Montepio, Banco Espírito Santo, Caixa de Crédito Agrícola, BBVA, Millennium BCP, Santander Totta e Caixa Geral de Depósitos.....

.....O Banco Caja Duero respondeu declinando o convite apresentado, através de ofício remetido à Câmara Municipal de Bragança e datado do dia 22 de Fevereiro de 2008.....

.....O Banco Popular, BANIF, Barclays e Montepio, não apresentaram quaisquer propostas.

.....Dentro do prazo estabelecido apresentaram propostas as seguintes instituições de crédito, Banco Espírito Santo, Caixa de Crédito Agrícola, BBVA, Millennium BCP, Santander Totta, Caixa Geral de Depósitos e BPI.....

.....O júri procedeu à sua análise apresentando, em anexo, o quadro resumo dos elementos propostos, tendo como referência os seguintes parâmetros: Taxa de juro contratual – Euribor a 3 e 6 meses; TAE (à data de 25 de Fevereiro de 2008); Spread; Pagamento de juros; Reembolsos de capital; Garantias; Comissão e outros encargos.....

.....Tendo em conta a instabilidade nos Mercados Financeiros optou-se pela Euribor a 6 meses em detrimento da Euribor a 3 meses.

.....Face às condições apresentadas pelas já referidas instituições de crédito o Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S.A., apresenta uma taxa de juro mais vantajosa para o Município de Bragança, ou seja, Euribor a **6 meses** acrescida de um spread de **0,15%**, não cobrando qualquer tipo de comissões ou encargos decorrentes do processo.

.....De acordo com o relatório final elaborado e tendo em atenção que, em função da aplicação dos critérios que haviam sido previamente fixados, elaborou um relatório fundamentado sobre o mérito das mesmas, donde resultou a seguinte ordenação para efeitos de adjudicação:

.....1.º BBVA; 2.º Caixa de Crédito Agrícola; 3.º Santander Totta; 4.º Caixa Geral de Depósitos; 5.º Banco Espírito Santo; 6.º BPI e 7.º Millennium BCP.....

.....O júri notificou todos os concorrentes sobre o projecto de decisão final, tendo beneficiado do prazo de cinco dias úteis, para se pronunciarem.....

.....O resultado deste procedimento foi o seguinte:.....

.....- Os concorrentes que compareceram não apresentaram quaisquer reclamações.

.....Em consequência e em virtude do concorrente, Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal) S.A., ter apresentado a melhor proposta, o júri deliberou propor que lhe seja adjudicada a contracção do empréstimo de longo prazo (20 anos), no valor de 1 500 000,00 € (um milhão e quinhentos mil euros).....

.....Em face do que antecede solicita-se à Exma. Câmara, que delibere no sentido de remeter à digníssima Assembleia Municipal para que esta aprove a contracção do supra referido empréstimo nos termos da alínea d) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.....

.....Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, autorizar a adjudicação da contracção do empréstimo de longo prazo (20 anos), no valor de 1 500 000,00 € (um milhão e quinhentos mil euros), ao Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal) S.A., de acordo com o Relatório Final elaborado pelo Júri do Concurso Público.

.....Mais foi deliberado, por unanimidade, submeter à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea d) do n.º 2 do art. 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a contracção do referido empréstimo.”

.....Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

.....Bragança e Paços do Município, 14 de Abril de 2008.....

.....a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier.....

II – MAPA COMPARATIVO



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL

Empréstimo de longo prazo (20 anos) no valor de 1.500.000,00 €, destinado ao financiamento da componente do investimento autárquico com a realização do projecto "Construção da Circular Interior da Avenida Cidade de Zamora/Braguinha".

MAPA COMPARATIVO

| Opção 2 | | Taxa de Juro anual efectiva - TAE (a data de 25/02/2008) | Spread | Pagamento de Juros | Reembolsos de Capital | Juros a Pagar | Garantias | Comissão e outros encargos |
|---------------------------|--|--|--------|---|--|---------------|--|----------------------------|
| Instituições de Crédito | Taxa de Juro contratual Euribor a 6 meses | | | | | | | |
| Caixa Geral de Depósitos | 4,748% | 4,8044% | 0,374% | Calculados dia a dia sobre o saldo devedor e pagos semestral e postecipadamente (prestações depreciantes) | Em prestações semestrais postecipadas, de capital constante. Em caso de reembolso antecipado da totalidade ou de parte do capital, em dívida serão apenas devidos os juros relativos ao período de contagem então em curso | 783.420,00 € | Recetas municipais que não se encontram legalmente consignadas | Isento |
| Caixa de Crédito Agrícola | 4,350% | 4,664% | 0,180% | Semestrais e postecipadamente | Em prestações semestrais, iguais e sucessivas. | 786.552,07 € | Sem garantias | Isento |
| BBVA | Taxa: 4,532% - Euribor a 6M + 0,15% (até à data da utilização integral dos fundos). Taxa: 4,532% (após a plena utilização dos fundos). Taxa variável indexada a Euribor 6M + spread de 0,15%, com mínimo de 3,77%) | 4,583% | 0,15% | Semestrais e postecipadamente | 36 semestralidades constantes de capital. Possibilidade de reembolso antecipado sem qualquer penalização, apenas condicionada a um pré-aviso de 5 dias úteis | 764.775,00 € | " | Isento |
| | Taxa Fixa - 4,700% (para toda a maturidade da operação) | 4,755% | 0,15% | " | " | 793.125,00 € | " | Isento |
| | Taxa variável: 4,832% - Euribor 6M + 0,45% | 4,890% | 0,45% | " | " | 815.400,00 € | " | Isento |
| Banco Espírito Santo | 5,251% | 5,3199% | 0,750% | Calculados dia a dia, postecipados, a pagar semestralmente | Prestações constantes de capital, iguais e sucessivas. Possibilidade de reembolso antecipado, total ou parcial, a todo e qualquer momento, sem qualquer penalização contratual com pré-aviso de 15 dias | 886.106,19 € | O Município consignará ao BES as receitas que lhe cabem no âmbito da Lei das Finanças Locais, designadamente as correspondentes dotações a receber do Estado (FEF e FSM) | Isento |
| BPI | 4,682% | 4,737% | 1,00% | Em prestações semestrais, iguais de capital, sucessivas e postecipadas | " | 790.087,50 € | Debitação da Assembleia Municipal autorizando a contratação do empréstimo. Visto prévio do Tribunal de Contas | Isento |
| | 5,382% | 5,454% | 1,00% | " | " | 908.212,50 € | " | Isento |
| Millennium BCP | Euribor 180 dias + spread 1,00% | 5,697% | 1,00% | 38 amortizações relativas a capital e juros | " | 994.575,03 € | Consignação contratual das receitas do OCE | 250,00 € |
| Santander Totta | 4,382% | 4,572% | 0,19% | Trimestral e postecipadamente | Prestações trimestrais | 786.889,44 € | Contrato suscrito pela proponente com consignação de receitas | Isento |

.....**Presidente da Mesa** - O que vamos por a apresentação e discussão são duas resoluções, uma, a de contrair outro empréstimo, a outra relativa às condições concretas em que esse empréstimo, se for aprovado, é contraído.

.....De facto trata-se de decisões da Câmara, a primeira de oito de Fevereiro deste ano e a segunda de 14 de Abril deste ano.

.....Senhor Presidente da Câmara quer fazer alguma apresentação sobre esta proposta?

.....**Presidente da Câmara** – Pois trata-se, na verdade, de apresentar à Assembleia Municipal, para deliberação, a autorização para contracção de um empréstimo de 1,5 milhões de euros, com vista ao financiamento da construção da circular interior Avenida Cidade de Zamora/Braguinha. Foi aberto o respectivo concurso às Instituições financeiras, analisadas as propostas e o júri do concurso recomendou que a adjudicação ocorresse à proposta mais vantajosa nos termos da referência do concurso, o que corresponde ao pagamento da Euribor, a seis meses acrescido de um SPREAD de 0,15. Portanto, são estas as condições. Trata-se um empréstimo a vinte anos, saliento que se trata de um empréstimo com valor pouco acima daquilo que corresponde à amortização anual que a Câmara faz aos empréstimos de médio/longo prazo, quer dizer que dentro de um ano o valor da dívida de médio longo prazo será sensivelmente idêntica àquela que temos actualmente.

.....Trata-se de um financiamento exclusivamente para investimento, o investimento necessário para continuar a estrutura, a organizar a cidade e dar espaço e oportunidade também para o investimento. Esta circular dará acesso ao futuro parque de ciência e tecnologia, conforme logo terão oportunidade de ver na apresentação. Dará acesso mais imediato ao Centro de Saúde, que está em fase de finalização, e ao parque de Lazer da Trajinha, o PORTANORTE, que tem o projecto de execução concluído. Portanto será um acesso privilegiado.

.....**Presidente da Mesa** - Muito obrigado.

.....Pergunto se há inscrições para pedidos de esclarecimento sobre esta matéria?

.....Não sendo esse o caso, pergunto se há inscrições para intervenções sobre esta matéria.

.....Senhor membro da Assembleia Luís Pires, faça o favor.

.....**Luís Pires** – Bom, muito boa tarde a todos outra vez.

.....Há uma perspectiva, que quanto a mim tem que ser feita em actividade de gestão tem que ser feita, que é a questão do custo/benefício. Todas as obras têm um custo, e vão beneficiar um conjunto de pessoas, um conjunto de entidades, um conjunto seja do que for, e encontrar esse ponto de equilíbrio é realmente aquilo que se chama fazer gestão. Às vezes desvia-se para a esquerda ou para a direita, tendo em conta o papel social, mas é importante. .

.....E pensando dessa forma, custa-me a perceber neste momento, a prioridade da obra que está a ser proposta, portanto este financiamento é para fazer a ligação entre aquela rotunda, eu não sei o nome dela, sei o nome da gíria, a rotunda dos burrinhos, vou dizer assim, até à rotunda dos touros, e na minha óptica, se vocês se puserem a olhar bem para aquilo, vocês têm ali uma estrada que é a IP4, têm uma estrada mais em cima que é a estrada do cemitério, que eu também lamento, mas não sei o nome, e vamos ter ali num espaço muito pequeno três vias. Eu não digo que essa estrada não seja necessária, eu questiono é a necessidade de termos esse investimento neste momento. Se calhar nem é uma prioridade daquelas que estão acima na nossa lista de prioridades. Como tal, não me parece que este empréstimo seja de ser feito neste momento, muito sinceramente não me parece. A existir aí um acesso, até podíamos dar mais ênfase à parte pedonal. Não sei.

..... De qualquer forma há outra coisa que me preocupa naquele acesso à qual já tive oportunidade de dar uma vista de olhos, e é realmente a quantidade de terras que se movimentaram ali. Existe uma cota um bocado elevada naquela via, o que poderá criar alguns constrangimentos a construções futuras. Aquela parte de baixo, olhando para lá para cima para a estrada, há uma grande movimentação de terras, faz ali um, não sei o nome técnico daquilo, mas faz ali um... ferir um bocadinho a perspectiva ambiental a nível de visão daquele cenário.

.....De qualquer forma, também já agora, Senhor Presidente, aquilo parece-me que pelo raio das curvas que são apresentadas, o traçado vai favorecer a velocidade e não favorecer uma relação mais para as pessoas, mais pedonal, com carros a menor velocidade. Parece-me uma via claramente de alguma velocidade, que a ser construída a auto-estrada transmontana, vai ter uma concorrência muito forte também por via da IP4. Provavelmente poderá ser, e este é talvez o único ponto que neste momento eu vejo, a nível de prioridade, que possa ser trazido para o debate, que é o acesso ao centro de saúde, mas de qualquer forma lamento mas não é uma das nossas prioridades, se fossemos nós a gerir esta cidade.

.....**Presidente da Mesa** – Senhor membro da Assembleia José Castro, faça o favor.

.....**José Castro** – Bom, naturalmente trata-se de uma opção do Executivo Camarário, dentro da linha de políticas que tem seguido até agora, e fá-lo com toda a legitimidade, que é para isso que os Brigantinos votaram. De qualquer maneira, naturalmente que nunca seria uma opção da CDU se estivesse no Executivo Municipal, porque nunca avançaria com uma via estruturante destas sem um Plano de Urbanização, sem um Plano Director Municipal actualizado, sem um Plano de Pormenor, que de facto acautelasse os interesses que estavam em jogo.

.....Do nosso ponto de vista vamos abrir mais uma frente urbana, vamos repetir uma Rica Fé mas agora mais a norte, com a inerente especulação urbanística associada e que, de certa maneira justificada por um eixo viário que não é, do nosso ponto de vista, nem de longe, nem de perto prioritário para a nossa cidade.

.....Por outro lado, será o prolongamento da chamada grande muralha de urbanizações, que Bragança vai tendo à sua volta, e que praticamente vai transformando a paisagem da cidade numa Reboleira de segunda, com todo o respeito para essa localidade, que a seu tempo cumpriu a função que tinha desse modo, mas que de certa maneira é completamente injustificada aqui na nossa cidade, com a nobreza que Bragança tem.....

.....Por outro lado vai esconder o centro histórico do meio rural, vai esconder a paisagem que se vê do Centro Histórico, e isso devia ser precisamente um dos factores que dava vantagem a viver numa cidade como Bragança, e não propriamente um dia destes estarmos no Centro de Bragança e o que vemos é precisamente a paisagem que veríamos numa qualquer realidade suburbana do Porto ou de Lisboa.

.....E por fim, do nosso ponto de vista, também vai estimular, vai dar apoio a um tipo de mão de obra na construção civil, que do nosso ponto de vista está condenada a prazo, nós sabemos que a quantidade de habitação em Bragança não é necessariamente um dos problemas, a falta de habitação, mas sabemos que escasseia a mão de obra especializada para fazer a reabilitação e a reconstrução urbana. E desta maneira vamos dirigir mais uma vez, vamos especializar as nossas empresas para a construção dos apartamentos novos, e não estimulamos de facto a reabilitação do centro, e vamos deixando que de facto continue a ser

uma operação cara, obras caras e portanto contribuir para que essa reabilitação do centro histórico não se faça.

.....Portanto, do nosso ponto de vista, da CDU, o voto será em sentido contrário.

.....**Presidente da Mesa** - Senhor membro da Assembleia Luís Vale, tem a palavra.

.....**Luís Vale** – Uma vez mais boa tarde a todos.

.....**Apresentou, por escrito, o seguinte:**

.....“Decorrendo natural e coerentemente daquilo que temos vindo a defender nesta Assembleia Municipal, esta proposta de contracção de empréstimo bancário não merece o nosso apoio.

.....Já aqui hoje afirmamos a nossa discordância face à permanente hipoteca do futuro, do nosso futuro e neste caso em concreto essa discordância socorre-se das dúvidas que o projecto em apreço nos levanta:

.....1º - Essa circular interior será assim tão estruturante para a mobilidade urbana!?.....

.....2º - Em que medida é que essa via reforça a qualificação de Bragança!?... **(tal como a Av. Brigadeiro Figueiredo Sarmento???)**.....

.....3º - Qual a urgência e prioridade desta obra!?...

.....4º - Como se adequa o prazo de vencimento de um empréstimo à vida útil do investimento quando se trata de uma via de comunicação!?...

.....5º - Os princípios de rigor, de eficiência e de minimização de custos ficam assim salvaguardados!?... **(tal como aconteceu na intervenção da Av. Cidade de Zamora???)**

.....Serão estas as dúvidas que nos impedem de aceitar a necessidade de contrair este empréstimo. Por exemplo, compreendemos a necessidade de proceder à renovação da frota dos STUB e por isso aceitamos e apoiamos a contracção do empréstimo a curto prazo (1 ano) para dar resposta a essa necessidade em concreto.

.....Obrigado.

.....a) Luís Vale

.....BRAGANÇA, 28 de Abril de 2008”

.....**Presidente da Mesa** - Muito obrigado.

.....Senhor membro da Assembleia Luís Afonso.

.....**Luís Afonso** – O Senhor Presidente da Câmara, há pouco aqui na intervenção aquando do relatório de contas dizia que devemos olhar para a frente e não para o passado. O Partido Socialista e os restantes partidos com assento nesta Assembleia, a CDU e o BE, manifestaram claramente que este empréstimo não merecia o apoio porque realmente colocam em dúvida a necessidade desta obra, para nós não há dúvidas.

.....Quero recordar, naturalmente, que esta obra da construção da circular interior de Bragança, é uma obra que começa aqui na Avenida Cidade de Zamora/Braguinha, vai-se prolongar por toda a extensão da parte poente da cidade, faz parte do programa eleitoral que o PSD apresentou aos cidadãos em 2005.

.....Portanto para nós não oferece qualquer dúvida a contracção deste empréstimo com este objectivo, de investimento na construção da circular interior da Avenida Cidade de Zamora/Braguinha, porque foi, e insisto, fazia parte do caderno de propostas feitas em 2005 aos cidadãos de Bragança e mais uma vez, o PSD que tem habituado os cidadãos de Bragança a este procedimento. Prometer – cumprir – fazer. Cumprir fazendo. Portanto não nos oferece de resto nenhum problema esta matéria desta obra.

.....Por outro lado, já a Assembleia Municipal assistiu aqui a uma explicação aqui há um ano sobre o desenvolvimento desta obra, e o seu prolongamento no espaço determinado já na altura, eu fiquei bem esclarecido já na altura, julgo que todos aqui ficaram esclarecidos, na altura não ouvi aqui nenhuma das bancadas que hoje expressa essa vontade manifestar-se contra esta obra, que nos parece, que em termos de mobilidade é uma obra muito importante. Lá está, a Câmara de Bragança não olha para o passado, olhando para o passado sempre a aprender com os erros, enfim, havia uma frase eleitoral em 1997 – «no respeito pelo passado construímos o futuro». O slogan que nós tínhamos na campanha política de 1997 era - «no respeito pelo passado, construímos o futuro».

.....E nesta questão da mobilidade oferece-se de facto que a oposição tenha uma visão diferente, as aqui, para além daquilo que nós entendemos como bom no que diz respeito à mobilidade que é oferecida aos cidadãos, quando o conjunto desta obra estiver concluído, estamos a ver se calhar a uma distância de 10, 15, 20 anos, com os fluxos de tráfego que hão-de haver daqui a 10, 20, 30 anos, basta olhar para o passado e ver o que eram. Eu ainda jogava à bola, era garoto, jogava à bola na estrada de Vinhais, junto da ponte. Jogava à bola! Púnhamos uma pedra de cada lado e jogávamos, quando vinha um carro afastávamo-nos. A

pedra não precisávamos de tirar, porque eram as balizas. O carro passava, ou a mota, e nós regressávamos outra vez ao estádio. A nossa estrada de Vinhais, era ali que jogávamos à bola. Não passa hoje pela cabeça, e às vezes penso nisso, por umas pedras ali e com os meus amigos jogarmos à bola na estrada de Vinhais.

.....Passaram vinte e tal anos, o fluxo de tráfego é completamente diferente. Os fluxos de tráfego que esta cidade há-de ver dentro de 20 a 30 anos vão seguramente justificar, e hoje já também justificam pela celeridade do acesso à parte sul da cidade, quem vem da parte norte, sem ter que fazer todo o percurso pelo Centro da Cidade. Poupa-se tempo, poupam-se recursos, portanto esta obra tem significado, mais, que não tivesse, insisto com a nota introdutória, fazia parte do caderno eleitoral do PSD, e portanto é fazer bem, prometendo, cumprindo, fazendo.

.....**Presidente da Mesa** - Muito obrigado.

.....Senhor Presidente da Câmara, quer juntar alguma observação, informação ou comentário?

.....**Presidente da Câmara** – Muito obrigado Senhor Presidente.

.....Alguns esclarecimentos que me parecem úteis, por um lado o prazo de contracção poderia ascender aos cinquenta anos, nos termos legais, portanto nós fomos mais moderados, fomos para vinte anos.

.....Por outro lado salientar que a amortização feita à dívida bancária de 2006 para 2007, foi de 1,54 milhões de euros, portanto que eu referi anteriormente, estamos a contrair um financiamento sensivelmente equivalente ao valor que corresponde à amortização anual, ou seja, estamos a ser prudentes no sentido de garantir capacidade para as grandes obras que deverão ser feitas até 2013.

.....É uma grande obra o Parque de Ciência e Tecnologia, sob o ponto de vista da qualificação de recursos, qualificação de economia, afirmação de Bragança pela competitividade, inovação, sustentabilidade. E é uma grande obra a construção do aeroporto. Portanto, para essas obras estou convencido que a Câmara vai ter que fazer um esforço muito maior de endividamento, do meu ponto de vista, para que a execução destes dois grandes projectos não fique condicionada e recursos comunitários não sejam desperdiçados, porque a partir de 2013 não será seguro que o acesso seja garantido.

.....Tinha também outra nota de esclarecimento necessário.

.....Não estamos a abrir uma nova frente de construção urbana naquela zona, não estamos. Toda a área a nascente é hoje área pública, sem excepção. Havia uma parcela privada, que a Câmara comprou na semana passada, trata-se ainda de uma decisão que negociámos, trata-se de uma decisão que temos que consolidar ainda em reunião de Câmara e trazer à Assembleia Municipal, porque ultrapassa a nossa competência. Mas trata-se da única parcela privada e a partir daí, todo o solo para nascente desta via, desta circular é solo público, o que significa que esse solo está reservado em termos de planeamento para duas coisas, uma é o Parque de Ciência e Tecnologia, o grosso da parcela do terreno, o resto é para áreas verdes de protecção. Portanto, construir mais uma parcela da cidade, mas fazê-lo com excelência, é essa a perspectiva. Fazer com excelência.

.....É uma via estruturante para a cidade, de utilidade local, mas de utilidade global, para a mobilidade presente e futura e também para acesso e acesso imediato ao Centro de Saúde, ao parque de Ciência e Tecnologia, ao PORTANORTE, e basicamente isso. Só o primeiro troço, que já consta actualmente do PDM com uma área de construção, se manterá como área de construção. Todo o restante será área verde, área na qual se pretende construir cidade com excelência, com muita qualidade, para a qualidade de vida das pessoas.

.....As funções relacionadas com mobilidade pedonal estão asseguradas, a via fica com dois passeios excelentes, a abrir uma nova frente de percurso pedonal para as pessoas, sendo certo que a aposta próxima e imediata que temos é na ciclovia à volta do IPB, com 3,2 km, que eu espero, se tudo correr bem, podermos abrir concurso público ainda antes do final do ano.

.....E em traços gerais eram estas notas adicionais para que não fique a ideia de que vai ser aberta uma frente de construção. Não. Está perfeitamente limitado aquilo que vai acontecer, sendo que toda aquela área com mais de cem hectares, a nascente da via, talvez próximo dos cento e cinquenta hectares, será uma área para zona verde e parque de ciência e tecnologia exclusivamente.....

.....**Presidente da Mesa** - Muito obrigado.

.....Vamos então por à votação, novamente em separado. Em primeiro lugar a decisão do Executivo de contrair um empréstimo de um milhão e quinhentos mil euros, a longo prazo, e depois a segunda votação, de o contrair junto do Banco Bilbao Vizcaya Argentária, nas condições que constam da certidão que foi distribuída.

----- Após análise e discussão foi a mesma proposta submetida a votação, tendo sido: -----

----- I – ADJUDICAÇÃO DA CONTRACÇÃO DO EMPRÉSTIMO DE LONGO PRAZO (20 ANOS)-----

----- Aprovada, por maioria qualificada, com três votos contra, nove abstenções e sessenta e quatro votos a favor, estando momentaneamente setenta e seis membros presentes. -----

----- II - CONTRACÇÃO DO EMPRÉSTIMO-----

----- Aprovada, por maioria qualificada, com dois votos contra, dez abstenções e sessenta e quatro votos a favor, estando momentaneamente setenta e seis membros presentes. -----

.....**Presidente da Mesa** – Declarações de voto?

.....Senhor membro da Assembleia Luís Pires, já me tinha assinalado que queria fazer uma declaração de voto.....

.....Faça favor.....

.....**Luís Pires** - Bom, boa tarde mais uma vez.

.....Eu tinha acenado para fazer esta declaração de voto, para aproveitar só para fazer aqui uma pequena picardia com o meu colega Luís Afonso, muito rápida, declaração de voto que vai no sentido de que o PS acha que esta obra não é prioritária, e é aqui que eu queria que tu percebesse! Nós falamos os dois Português, acho eu, e prioritária é diferente de necessária. Não é a mesma coisa. Por isso quando vens aqui tens de perceber o que nós dizemos, senão depois estás a defender uma coisa que não é a tua dama.

.....Obrigado.

.....**Presidente da Mesa** - Muito obrigado.

.....Eu sugiro-lhes que combinem aí um jantar um dia destes, para esclarecer completamente este diálogo.

.....Sugiro-lhes isso.

.....Vamos passar então ao ponto

..... **4.2.4 – CONTRACÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO(1 Ano), no valor de 482.300,00€, para aquisição de três Mini-autocarros, para renovação da frota STUB.....**

----- Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros:-----

I – CERTIDÃO

.....MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Directora do Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira do Município de Bragança:

.....Certifica que na Acta da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia catorze de Abril do ano de dois mil e oito, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs., Presidente, Eng.º António Jorge Nunes e Vereadores, Eng.º Rui Afonso Cepeda Caseiro, Arqt.º Armando Nuno Gomes Cristóvão, Dr.ª Maria de Fátima Gomes Fernandes, Dr.ª Isabel Maria Lopes, Prof. António José Cepeda e Dr.ª Maria Idalina Alves de Brito, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

.....**“CONTRACÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO (1 ANO), NO VALOR DE 482.300,00 EUROS, PARA AQUISIÇÃO DE TRÊS MINI-AUTOCARROS, PARA RENOVAÇÃO DA FROTA STUB - Relatório Final elaborado pelo Júri.....**

.....Pela Divisão Financeira foi presente o Relatório Final, relativo à apreciação das propostas apresentadas pelas entidades que concorreram ao empréstimo em epígrafe:.....

.....Nos termos do disposto no art. 35.º, do n.º 2 do art. 36.º, do n.º 6 do art.º 38.º e do n.º 2 do art. 39.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, bem como nos termos do preceituado na Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a contracção do empréstimo acima referido teve por base a consulta a 12 instituições de crédito, a saber Banco Popular, BANIF, Barclays, BPI, Caja Duero, Montepio, Banco Espírito Santo, Caixa de Crédito Agrícola, BBVA, Millennium BCP, Santander Totta e Caixa Geral de Depósitos.....

.....Dentro do prazo estabelecido apresentaram propostas as instituições de crédito Banco Espírito Santo, BBVA, Barclays, Millennium BCP, Santander Totta, Caixa Geral de Depósitos e BPI.

.....As restantes instituições de crédito convidadas não apresentaram qualquer proposta.

.....O júri procedeu à sua análise apresentando, em anexo, o quadro resumo dos elementos propostos, tendo como referência os seguintes parâmetros: Taxa de juro contratual – Euribor a 1 mês; TAE (à data de 10 de Março de 2008); Spread; Pagamento de juros; Reembolsos de capital; Garantias; Comissão e outros encargos.

.....Face às condições apresentadas pelas já referidas instituições de crédito o Banco Santander Totta S.A., apresenta uma taxa de juro mais vantajosa para o Município de Bragança, ou seja, Euribor a 1 mês acrescida de um spread de 0,19%, não cobrando qualquer tipo de comissões ou encargos decorrentes do processo.

.....De acordo com o relatório final elaborado e tendo em atenção que, em função da aplicação dos critérios que haviam sido previamente fixados, elaborou um relatório fundamentado sobre o mérito das mesmas, donde resultou a seguinte ordenação para efeitos de adjudicação: 1.º Santander Totta; 2.º Caixa Geral de Depósitos; 3.º BBVA; 4.º Barclays; 5.º Millennium BCP; 6.º BPI; 7.º Banco Espírito Santo.

.....O Júri notificou todos os concorrentes sobre o projecto de decisão final, tendo beneficiado do prazo de cinco dias úteis, para se pronunciarem.....

.....O resultado deste procedimento foi o seguinte:.....

.....Os concorrentes não compareceram para consultar o processo.

.....Em consequência e em virtude do concorrente, Banco Santander Totta S.A., ter apresentado a melhor proposta, o júri deliberou propor que lhe seja adjudicada a contracção do empréstimo de curto prazo (1 ano), no valor de 482 300,00 €, (quatrocentos e oitenta e dois mil e trezentos euros).....

.....Em face do que antecede solicita-se à Exma. Câmara Municipal que delibere no sentido de remeter à digníssima Assembleia Municipal para que esta aprove a contracção do supra referido empréstimo, nos termos da alínea d) do n.º 2 do art. 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.....

..... Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, autorizar a adjudicação da contracção do empréstimo de curto prazo (1 ano), no valor de 482 300,00 €, (quatrocentos e oitenta e dois mil e trezentos euros), ao Banco Santander Totta S.A., de acordo com a proposta constante do Relatório Final elaborado pelo Júri do Concurso Público.

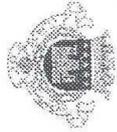
.....Mais foi deliberado, por unanimidade, submeter à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea d) do n.º 2 do art. 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a contracção do referido empréstimo.....

.....Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

.....Bragança e Paços do Município, 14 de Abril de 2008.....

.....a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier

II – MAPA COMPARATIVO



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL

Handwritten signature

Empréstimo de curto prazo (1 ano) no valor de 482.300,00 €, destinado à aquisição de três Mini-Autocarros a fim de renovar a frota STUB do Município de Bragança.

MAPA COMPARATIVO

| Instituições de Crédito | Taxa de Juro contratual - Euribor a 1 mês | Taxa de Juro anual efectiva - TAE (à data de 10/03/2009) | Spread | Pagamento de Juros | Reembolsos de Capital | Juros a Pagar | Garantias | Comissão e outros encargos |
|--------------------------|---|--|--------|--|---|---------------|--|---|
| Caixa Geral de Depósitos | 4,526% | 4,6211% | 0,23% | Em prestações mensais, postecipadas, de capital constante e juros ao saldo (prestações decrescentes). Em caso de reembolso antecipado da totalidade ou de parte do capital em dívida serão apenas devidos os juros relativos ao período de contagem então em curso | | 11.823,99 € | Receitas municipais que não se encontrem legalmente consignadas | Isento |
| Barclays | 4,532% | 4,627% | 0,35% | 12 prestações mensais constantes de capital e juros | | 11.921,48 € | Sem garantias | Isento |
| BBVA | Taxa Fixa - 4,800 % | 4,907% | 0,25% | Mensal e postecipadamente | 12 mensalidades constantes de capital. Possibilidade de reembolso antecipado sem qualquer penalização, apenas condicionada a um pré-aviso de 5 dias úteis | 12.539,80 € | Consignação das Receitas Municipais legalmente previstas na Lei das Finanças Locais - Art.º 10.º da Lei n.º 2/2007 e Diplomas complementares - na quota parte necessária ao cumprimento do serviço da dívida | Isento |
| | Taxa variável - 4,546% | 4,642% | 0,25% | " | " | 11.976,24 € | " | Isento |
| Banco Espírito Santo | 4,932% | 5,0450% | 0,750% | Calculadas dia a dia, postecipadas, a pagar mensalmente | Prestações mensais constantes de capital, iguais e sucessivas, a pagar em simultâneo com os juros. Possibilidade de reembolso antecipado, total ou parcial, a todo e qualquer momento, sem qualquer penalização contratual com pré-aviso de 15 dias | 12.894,58 € | O Município consigna ao BES as receitas que lhe cabem no âmbito da Lei das Finanças Locais, designadamente as correspondentes dotações a receber do Estado (FEF e FSM) | Isento |
| BPI | 4,796% | 4,903% | 0,5% | mensal e postecipadamente | 12 prestações mensais iguais e sucessivas | 12.529,35 € | Contrato de Abertura de crédito, Deliberação da Assembleia Municipal autorizando a contratação do empréstimo, Visto prévio do Tribunal de Contas | Isento |
| Millennium BCP | 4,562000% | 5,384373% | 0,4% | 12 amortizações relativas a capital e juros, sendo a primeira debitada com data-válida de 1 mês após a disponibilização dos fundos | | 12.053,91 € | Contrato subscrito pelo Município de Bragança / Outras | 0,375% sobre o montante do financiamento, cobrado de uma só vez |
| Santander Total | 4,206% | 4,495% | 0,19% | mensal e postecipadamente | Prestações mensais postecipadas | 11.798,218 € | Contrato subscrito pela proponente com consignação de receitas | Isento |

.....**Presidente da Mesa** – Senhor Presidente da Câmara, quer-se pronunciar? Faz favor?

.....Da mesma maneira há também uma deliberação da Câmara de contrair um empréstimo e outra onde e em que condições o contrair. E vamos votar as duas.

.....**Presidente da Câmara** – Trata-se de uma proposta com vista à contracção de um empréstimo de curto prazo, sendo que o curto prazo, nesta caso, incidirá sobre o ano económico de 2008 e 2009, uma vez que o início de utilização do empréstimo só ocorrerá após a entrega dos três autocarros que foram adquiridos para renovação da frota, três autocarros urbanos, que libertarão por sua vez três autocarros em bom estado que farão substituição de três autocarros mais antigos na frota.

.....Trata-se de três equipamentos devidamente estruturados para a mobilidade, rebaixados para o acesso a deficientes, cómodos, caros naturalmente. Habitualmente a Câmara adquire equipamento em prestações, no máximo até um ano, é a nossa prática habitual.

.....Relativamente aos autocarros decidimos comprar através da central de compras do Estado, ainda com algum desconto, só que a aquisição através da Central de Compras do Estado pressupõe o pagamento com entrega, ou seja, nós não tínhamos condições para disponibilizar quase quinhentos mil euros, de uma só vez pagar os autocarros. Portanto, optarmos por um empréstimo a curto prazo, e o valor da aquisição será repartido por doze prestações iguais e sucessivas.

.....Parece-nos uma medida correcta, podíamos abrir o concurso, comprámos um camião para desobstrução de colectores, e normalmente pagamos em prestações.

.....Portanto não tem nada, do meu ponto de vista, de especial, este processo é um processo normal. Poderíamos pagar de uma só vez, a Câmara tinha condições, tem condições, no seu plano normal mensal de pagamentos, proceder ao pagamento de uma factura de quinhentos mil euros, só que isso iria repercutir-se negativamente nos planos normais de pagamentos de fornecedores, serviços, obras públicas, etc.

.....Tenho pena não ter a imagem dos autocarros para poder projectar e mostrar aos senhores deputados, foi um lapso da nossa parte, porque seria interessante.

.....De qualquer forma, trata-se de autocarros.

.....Nós ao contrário do que se possa eventualmente imaginar, no Executivo dedicamos tempo suficiente à preparação de assuntos, ao debate e não há nenhuma, penso eu, os

Senhores Vereadores da oposição poderão... às vezes também os que não são da oposição se poderiam queixar, quantos problemas não há por esse País fora nos Executivos. Nós pautamos a nossa discussão, mais ou menos na medida do possível, pelo rigor, pelo debate, pelo conhecimento aprofundado e portanto não há perturbação nenhuma nesse âmbito.

.....**Primeiro Secretário da Mesa** – Senhores deputados, quem mais deseja fazer pedidos de esclarecimento?

.....Faz favor.....

.....**José Castro** - O serviço público de transporte dos Municípios é um serviço público que nos merece todo o respeito, e portanto analisámos a proposta com todo o cuidado, agora temos um esclarecimento a solicitar, é que ao contrário das máquinas que acabou de dizer, que podemos entender como uma despesa extraordinária, porque de facto não se compra todos os dias esse tipo de máquinas para fazer as operações, do nosso ponto de vista a renovação da frota de transporte público urbano, devia ser uma coisa que devia estar perfeitamente programada e não propriamente ser tratada como um caso extraordinário. Para isso reservam-se então este tipo de empréstimos, e dentro do orçamento normal da Câmara deve estar contemplada uma verba para ir fazendo a renovação dessa frota que, pelo que aconteceu agora nas comemorações do 25 de Abril, nomeadamente no autocarro que me transportou, acredito perfeitamente que esteja a precisar dessa mesma renovação, mas, parece-me que de facto deve haver um plano para dizer... a vida útil das mecânicas existe, pode ser quantificada, e a partir daí todos os anos aparecer a parcela respectiva no orçamento para esse fim, e não estar propriamente a dar dinheiro aos bancos para contrair este tipo de empréstimos nestas situações excepcionais.

.....**Presidente da Mesa** – Senhor Presidente da Câmara quer fazer algum comentário, ou depois das intervenções?

.....Depois das intervenções.

.....Então abrimos inscrições para intervenções sobre esta matéria.....

.....Sendo que as não há, tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara para dar os esclarecimentos que foram pedidos , e encerrar o debate, antes da votação.....

.....**Presidente da Câmara** – Felizmente estamos com tempo, o que é óptimo.....

.....No Plano de Investimentos temos prevista verba para renovação de frota, senão nem sequer conseguíamos proceder a assumir a despesa, estávamos impedidos legalmente de o fazer.

.....Temos feito uma renovação interessante da frota, com esforço, que o Município não é rico, e faz-se de um modo geral com esforço próprio. Ao contrário do que acontece na Frota da Carris, dos STCP , a Transtejo etc., em que a renovação da frota a essas empresas é feita com base no orçamento de Estado. Ainda por cima são empresas que operam nos mercados potencialmente lucrativos, onde há gente para transportar. Nós operamos numa zona de baixa densidade, temos linhas a transportar, pouca gente, ou seja, faz-se um serviço social extremamente pesado, mas tem de ser feito, por razões de mobilidade das pessoas, temos a população muito dispersa, e também internamente por razões de mobilidade, mobilidade e sustentabilidade. E lamentavelmente nenhum Governo tem sido receptivo às reivindicações das cinco cidades que dispõem, à excepção de Porto e Lisboa que dispõem de transportes urbanos, no sentido de ajudar a comprar e renovar as frotas de transportes regularmente, trata-se de um esforço mais significativo para o Município. Ainda assim, a frota do Município, comparativamente a outras frotas, tem uma idade boa, eu penso que estaremos na ordem actualmente, 7,9 anos em média para a nossa frota. A frota do STCP, onde não falta dinheiro para investir como referi, para fazer renovações, penso que andar­á num valor médio da ordem dos 15 anos. Penso que andar­á por aí, não tenho a certeza. Posso estar a cometer um erro grave, eu estava a ver se conseguia ler nos documentos, nós temos isso escrito.

.....Portanto, temos feito um esforço no sentido de garantir boas condições aos passageiros no transporte, garantir condições de segurança, o autocarro onde foi transportado o Senhor Deputado teve um tubo que se desligou, uma coisa simples, que a diligência e a oportunidade da presença de um motorista da Câmara, que morava ali ao lado, por sinal foi mecânico, conseguiu resolver de imediato, portanto nem sequer foi uma situação grave, mas a preocupação com esta compra é uma preocupação de garantir bons autocarros, mais pequenos, autocarros mais pequenos na Cidade, mais confortáveis, com piso rebaixado por causa da acessibilidade dos deficientes, e transferir três dos autocarros que temos nas linhas urbanas são bons autocarros, para substituir três autocarros de facto antigos, que circulam na área rural. Esses sim, estão já em condições de alguma precariedade.....

.....Proceder ao pagamento no prazo de um ano, é uma situação absolutamente normal. Não se trata sequer de contrair uma dívida com uma perspectiva de que alguém há-de pagar. Estará paga num prazo relativamente curto.....

.....**Presidente da Mesa** - Muito obrigado.

.....Senhores membros da Assembleia vamos então votar estas propostas, e vamos seguir o mesmo método, votámos em separado a contracção do empréstimo e depois as condições em que é contraído.

----- **Após análise e discussão foi a mesma proposta submetida a votação, tendo sido:** -----

----- **I – ADJUDICAÇÃO DA CONTRACÇÃO DO EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO (1 ANO)** -----

----- **Aprovada, por maioria qualificada, com zero votos contra, duas abstenções e setenta e três votos a favor, estando momentaneamente setenta e cinco membros presentes.** -----

----- **II - CONTRACÇÃO DO EMPRÉSTIMO**-----

----- **Aprovada, por maioria qualificada, com zero votos contra, duas abstenções e setenta e três votos a favor, estando momentaneamente setenta e cinco membros presentes.** -----

.....**Presidente da Mesa** – Declarações de voto?

.....Não sendo o caso, passamos ao ponto.....

.....**4.2.5 – ALTERAÇÃO AO QUADRO DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA – CRIAÇÃO DE DOIS LUGARES DE TÉCNICO SUPERIOR.**.....

.....Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros:.....

CERTIDÃO

..... **MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER**, Licenciada em Economia e Directora do Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira do Município de Bragança:

..... Certifica que na Acta da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia trinta e um de Março do ano de dois mil e oito, devidamente aprovada, e com a presença dos Srs., Vice-Presidente, Eng.º Rui Afonso Cepeda Caseiro, que presidiu e Vereadores, Arqt.º Armando Nuno Gomes Cristóvão, Dr.ª Maria de Fátima Gomes Fernandes, Dr.ª Isabel Maria Lopes, Prof. António José Cepeda e Dr.ª Maria Idalina Alves de Brito, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

..... **“PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO QUADRO DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA - CRIAÇÃO DE DOIS LUGARES DE TÉCNICO SUPERIOR.....**

..... Pelo Sr. Vice-Presidente foi presente a seguinte proposta:.....

..... A Assembleia Municipal na sua sessão de 28 de Setembro de 2004, sob proposta da Câmara Municipal, aprovou o Regulamento da Organização dos Serviços Municipais e a alteração do quadro privativo do pessoal do Município.

..... Nesta alteração, no grupo de pessoal de técnico superior, carreira de técnico superior, foram criados 2 lugares de técnico superior sem adjectivação, de forma a possibilitar a gestão dos recursos humanos em função das necessidades, tendo em atenção as actividades a desenvolver em cada nova infra-estrutura e das exigências pelas diversas candidaturas aos respectivos programas.

..... Em Sessão de 02 de Julho de 2007, a Assembleia Municipal de Bragança, sob proposta da Câmara Municipal, aprovou a 1.ª alteração ao quadro privativo de pessoal do Município. Uma das razões que levaram a esta alteração foi a dotação de recursos humanos necessários ao desenvolvimento das actividades das novas infra-estruturas, nomeadamente, Piscinas Municipais, Centro de Arte Contemporânea e Museu Ibérico da Máscara e do Traje.

..... Aquando da 1.ª alteração, foram mantidos os 2 lugares vagos, do grupo de pessoal de técnico superior, carreira de técnico superior, tendo em atenção a gestão próxima, até à publicação do diploma que viria definir e regular os regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas, bem como a definição do regime jurídico - funcional aplicável a cada modalidade de constituição da relação jurídica de emprego público, que viria a obrigar a repensar a nova orgânica.

..... Entretanto, e em 17 de Setembro de 2007, foi publicado o Decreto-Lei n.º 314/2007, que veio estabelecer o regime específico de reclassificação profissional do pessoal docente em exercício de funções não docentes, nomeadamente em organismos da Administração Local. ...

..... Com a reclassificação dos docentes em exercício de funções neste Município, possuidores dos requisitos exigidos por esta Lei, houve necessidade de ocupar uma das vagas existentes do grupo de pessoal de técnico superior, carreira de técnico superior (sem adjectivação).

..... Reconhecendo como objectivo estratégico da organização a evolução do Arquivo Municipal em todas as suas vertentes (corrente, intermédio e histórico), na implementação do processo de informatização e digitalização documental, foi reconhecida a necessidade de dotar o Arquivo Municipal de mais um Técnico Superior credenciado, vindo ocupar a outra vaga, também do grupo de pessoal de técnico superior, carreira de técnico superior (sem adjectivação).

..... Ocupadas as duas vagas e para dar continuidade a uma gestão equilibrada de recursos humanos, em função das necessidades verificadas para o bom funcionamento das novas infra-estruturas, nomeadamente o Centro de Arte Contemporânea e Museu Ibérico da Máscara e do Traje, aos quais se destinavam as referidas vagas, torna-se necessário e urgente, proceder à alteração do quadro de pessoal, neste grupo de pessoal, pelo que proponho a criação de duas vagas do grupo de pessoal de técnico superior, carreira de técnico superior (sem adjectivação).

A presente proposta não contraria o disposto no art.º 14.º da Lei n.º 67-A/2007, de 29 de Dezembro (Orçamento do Estado para 2007), pela não aplicabilidade à Administração Local; e enquadra-se nos limites das despesas efectuadas com pessoal previstas no art.º 10.º da Lei n.º 116/84, de 6 de Abril, na redacção da Lei n.º 44/85, de 13 de Setembro.

..... Neste sentido, e considerando o disposto na alínea a) do n.º 6 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, proponho a aprovação da presente proposta, bem como a sua submissão à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea o) do n.º 2 do art.º 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

..... Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, dos membros presentes, aprovar a referida proposta, bem como submetê-la à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos propostos.”

..... Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

..... Bragança e Paços do Município, 14 de Abril de 2008.

..... a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier

.....**Presidente da Mesa** – Não sei francamente se é matéria que necessite apresentação, o Senhor Presidente da Câmara faz-me sinal de que não.

.....Abrimos inscrições para pedidos de esclarecimento.....

.....Faça o favor Senhor membro da Assembleia Luís Pires.

.....**Luís Pires** – Bom, muito boa tarde.....

.....Senhor Presidente, é apenas uma pequena questão. Esta abertura de lugares, é de dois lugares de Técnico Superior sem adjectivação, não é? Significa que os lugares são para pessoas que vão entrar a trabalhar para a Câmara sem terem paradeiro certo... paradeiro na Câmara, mas a fazer o quê, mais ou menos. Bom, a questão que eu ponho, é se existe realmente, eu vi o texto de suporte, vi que houve a afectação de pessoas que estavam sem adjectivação para alguns lugares em função das novas coisas que foram feitas pela Câmara, a questão que eu pergunto é se é necessário mesmo neste momento, se a Câmara tem necessidade desses dois técnicos, ou se é apenas para salvaguardar a possibilidade de os ter já, ou seja, ter os dois lugares já, se eventualmente no futuro eles não fossem permitidos, ou se tem mesmo necessidade deles neste momento?

.....**Presidente da Mesa** - Muito obrigado.

.....Senhor membro da Assembleia Guedes de Almeida, faça o favor.....

.....**António Almeida** – A questão que eu apresentava ao Senhor Presidente da Câmara, o pedido de esclarecimento, era relativamente se estes dois lugares são puramente necessidade no quadro orgânico da Câmara, dois lugares de Técnico Superior, ou se a Câmara não carece, digamos assim, de outros lugares para o desempenho das atribuições que estão cometidas à autarquia, no caso concreto, eu já há um ano ou dois sugeri ao Senhor Presidente por exemplo a criação da Polícia Municipal, que poderia substituir por exemplo, aquilo que está a fazer a PSP por menos custos, talvez de maior eficácia e desviaria a PSP para a segurança das pessoas, para a ordem pública.

.....E isto também, e vamos ser claros porque, segundo corre nos bastidores, esses dois lugares terão já destinatário certo, e eu julgo que o Poder Político se deve preservar numa questão de seriedade, que eu não ponho em duvida, mas deve evitar que efectivamente porque havia já quem apostasse que se poriam aqui os dois nomes que iriam ocupar esse

lugar. Portanto isto também na defesa da seriedade e do respeito pela transparência e pela???? do Senhor Presidente, se efectivamente não seria desta Assembleia estudar um quadro global que adaptado às novas exigências da autarquia e evitar que efectivamente houvesse especulações relativamente à única e exclusiva criação de dois lugares, que se diz já que estarão preenchidos à partida, será apenas depois abrir o concurso.
.....Era sobretudo este pedido que eu pedia ao Senhor Presidente para esclarecer.
.....Obrigado.

.....**Presidente da Mesa** – Senhor membro da Assembleia António Morais, faça o favor..

.....**António Morais** – Ora bom, eu já na intervenção da manhã me debrucei sobre esta questão, e portanto face à questão que quererei colocar, não me alongarei mais em considerandos, mas, tão só para reafirmar aquilo que foi dito, ou seja, as nossas preocupações, e aqui neste aspecto obviamente que o Executivo Camarário não está sozinho, de facto é uma prática que nós rejeitamos, a questão do condicionamento politico/partidário para o recrutamento e promoção do pessoal, e portanto acho que é uma exigência de cidadania que diz respeito a todos, não é? Podemos argumentar que é um pouco a tradição, do compadrio, da família, isso era dantes, quando o Estado era fechado, quando estávamos isolados. Hoje temos um Estado de Direito, temos um Estado Democrático, temos uma sociedade aberta, queremos gente, queremos espírito crítico aqui, seja de que partido for, é um direito de cidadania, portanto, acho que é legítima a pergunta – qual o critério, se os critérios de recrutamento e de promoção profissional, correspondem àquilo que está instituído dm lei e na ética da condução política e da condução do Poder, ou seja a competência, o saber, o Curriculum Vitae – são estes os critérios que têm que ser presididos, e os concursos têm que ser universais, abertos para toda a gente, para o filho de A e para o filho de B, independentemente do cartão partidário. Portanto, a questão que colocamos é, quais os critérios que estão na base do recrutamento daquilo que está em causa aqui.
.....Obrigado.

.....**Presidente da Mesa** – Senhor Presidente da Câmara, faz favor, tem a tribuna à sua disposição.....

.....**Presidente da Câmara** – Dr. Luís Pires questiona se os lugares, são imediatamente necessários, são de facto, precisamos de preencher dois lugares na área da Cultura, quadros superiores e não temos lugares no quadro neste momento. Precisamos de fazer uma revisão proximamente ao Quadro da Câmara, em que precisamos de ampliar o número de quadros superiores, particularmente na área do ensino. Temos estado a aguardar enfim, como é que vai evoluir a transferência de competências nesse âmbito, não queremos precipitarmo-nos e criar uma estrutura, sem dominar completamente o nível de responsabilidades que os Municípios vão ter nesse âmbito, embora o quadro esteja praticamente desenhado, mas a transferência ainda não está concretizada, portanto não podemos avançar com isso.

.....Eu creio que este ano será inevitável trazer à Assembleia Municipal uma proposta de alteração do Quadro.

.....Contemplar ou não Polícia Municipal como referiu o Dr. Guedes de Almeida, eu não sou apologista, confesso, pelo menos neste momento não sou apologista da polícia Municipal, pelo encargo que representa e porque Bragança dispõe de uma Polícia de Segurança Pública Nacional. Criar uma Polícia Municipal para sobrepor em parte algumas tarefas da Polícia Nacional, é, digamos, reduzir potencialmente a presença da polícia nacional em Bragança. Eu, de momento tenho essa ideia, pode não ser correcta, mas raciocino um bocadinho assim.....

..... Evidentemente que algumas tarefas poderiam ser feitas ao nível da fiscalização Municipal, num quadro melhor estruturado, admito eventualmente que sim, para que se opere nesse quadro melhor estruturado seria necessário avançar para uma Polícia Municipal. Não sei... Tenho dúvidas sobre essa matéria, não temos a nível do Executivo, nunca fizemos uma discussão empenhada no sentido de resolver esse problema, sentimos que para já, pelo menos não é um problema. Se Bragança Não tivesse a PSP, não tivesse uma polícia nacional, poderia e deveria ter avançado para uma Polícia Municipal – acto imediato. Não é o caso, dispõe da Polícia Nacional, dispõe da Guarda Nacional Republicana aqui com sede em Bragança, eu acho que do meu ponto de vista, não se justifica, talvez, avançar para isso.....

.....Quanto à ocupação dos lugares, nós não ocupamos lugar nenhum na Câmara à margem da Lei, não somos marginais, temos que actuar no quadro legal e com absoluta transparência e seguindo todos os procedimentos, conforme se impõe, e eu acho que nesse âmbito estamos completamente à vontade. A forma como as coisas se fazem, como os júris actuam, como os procedimentos são feitos, hoje qualquer concorrente a um concurso tem mecanismos de reclamação, de colocação dos seus pontos de vista, se não forem atendidos de recursos

superior, para além do recurso hierárquico, portanto esse tipo de confusão hoje não se pode colocar, actua-se no pleno exercício dos direitos de cidadania, é assim que tem que ser e dentro de um quadro legal de respeito absoluto, não pode ser de outra forma. Actuar num quadro de legalidade total, não significa não aceitar por exemplo, uma transferência de uma instituição pública para outra instituição pública, faz parte da mobilidade, da Administração Central vir para a Administração Local, no caso do Centro de Arte Contemporânea a nossa perspectiva é clara, foi qualificar ou permitir a uma pessoa que se qualificasse e a nossa intenção é solicitar a transferência dessa pessoa, do quadro da Administração Central para o quadro da Administração Local, isso não tem irregularidade absolutamente nenhuma.
.....Seria eventualmente mais preocupante que se nós imaginássemos que para dirigir o Centro de Arte Contemporânea de Bragança tínhamos que ir buscar uma pessoa à Fundação de Serralves, a Fundação de Serralves é nossa parceira, para nos ajudar na programação, para nos ajudar a fazer algumas recomendações, mas é nesse quadro que trabalhamos. Portanto, resumindo, os dois lugares são necessários para equipamentos culturais, antes do final do ano deveremos surgir com uma proposta na Assembleia Municipal de reorganização do quadro, no sentido de fortalecer as competências técnicas na ara do ensino, fundamentalmente, e admito que abandonando parte de algumas áreas onde o Município já quase não actua, no fundo o exercício de qualificação da estrutura de pessoal da Câmara tem esse pressuposto, fazer o equilíbrio na despesa por um lado e qualificar por outro, a qualificação significa mais despesa, quer dizer que há serviços que deixaram de ser prioritários para os Cidadãos, e em que não se justifica continuar a apostar.

.....**Presidente da Mesa** - Muito obrigado.

.....Intervenções sobre este tema.

.....Senhor membro da Assembleia Nuno Reis, Luís Pires.....

.....Faça o favor.....

.....**Nuno Reis** – Muito obrigado Senhor Presidente.....

.....Muito rapidamente, o Senhor Presidente da Câmara foi particularmente moderado e simpático na abordagem de algumas questões graves, que me parece que foram aqui trazidas, perante o plenário da Assembleia.

.....A Assembleia Municipal exerce funções de fiscalização política da actividade da Câmara Municipal, e foram levantados aqui processos de intenção, sobre regularidade ou irregularidade de recrutamento de membros ou funcionários do quadro municipal nos últimos tempos. E eu, enquanto membro desta Assembleia, e enquanto dirigente do Partido Social Democrata, e dirigente da bancada do Grupo Municipal do PSD nesta Assembleia, não posso permitir nem deixar passar em claro, este tipo de suspeitas ou este tipo de fantasmas que são levantados.

.....E portanto penso que se os senhores deputados que levantaram questões sobre regularidade ou irregularidade, ou falta de transparência no recrutamento de funcionários municipais, conhecem casos concretos, que possam trazer à apreciação da Assembleia, terão desde logo em mim o primeiro apoiante para o apuramento exaustivo da verdade dos factos! Agora, não nos parece adequado, ético ou responsável o levantamento de suspeitas sem por o nome nas coisas, e portanto, convido os Senhores deputados, não só os que fizeram pedidos de esclarecimento, mas os senhores deputados que tenham conhecimento de recrutamentos ilegais, ou pouco éticos, ou pouco transparentes, de funcionários Municipais, que venham, perante a tribuna e olhos nos olhos perante o plenário desta Assembleia Municipal, o digam, o afirmem, e em sede própria o provem. Caso contrário, Senhores deputados, devo dizer-lhes que não me parece adequado nem ético que se levantem processos de intenção, porque Senhores deputados, todos nós concordamos com os princípios fundamentais de que o acesso a todos os cargos da função pública se deve fazer em regime de igualdade e dentro dos parâmetros e do quadro de legalidade absoluta. E portanto, nos exactos termos em que a lei confere a esta Assembleia poderes de fiscalização, se têm conhecimento de algum caso, denunciem, porque terão em mim o primeiro apoiante para o cabal conhecimento e inteiro conhecimento daquilo que se passou. E se não se passou aquilo que sugerirem que se passou, bom, aí os Senhores deputados, cada um individualmente assumirá as responsabilidades que lhe compete.

.....Muito obrigado.

.....**Presidente da Mesa** - Muito obrigado.

.....Senhor membro da Assembleia Luís Pires tem a palavra.

.....**Luís Pires** – Boa tarde mais uma vez.

.....Contudente, o Nuno, como sempre.

.....Bom, face aos esclarecimentos que o Senhor Presidente da Câmara me deu aqui, e aproveitando a minha tal ingenuidade nestas questões, dentro do IPB e em colaboração com muitas empresas, tenho tido oportunidade de trabalhar ao longo destes últimos anos numa coisa que se chama a reengenharia, reengenharia que pode ser ao nível dos processos e outras coisas do género. E face a esse esclarecimento, aquilo que eu me atrevia também até a questionar, embora já seja a parte de intervenções, é se não seria mais racional esperar, em vez de estar a fazer a abertura destes lugares, já que até ao final do ano prevê fazer uma apresentação, uma remodelação, um trabalho de reengenharia, afectação de competências a funções do plano funcional da Câmara dos funcionários que existem neste momento, se não seria mais racional esperar, fazer este tipo de abordagem, e depois, a partir daí verificar quais seriam realmente as funções que são necessárias e que neste momento não têm os recursos humanos capazes de as preencher. Acho que seria muito mais racional do que estarmos neste momento aqui, de uma forma, presumo que já têm a tal indicação do que é que vão fazer, mas de uma forma avulsa estarmos aqui a fazer a abertura de dois lugares. Acho que seria mais racional, é um trabalho que sugere nestas questões da reengenharia, aguardar, ver como é que está o todo, fazer esse tal trabalho e ver onde é que há fontes de desperdício, onde é que há fontes de deslocação de recursos e no final verificar se não seria melhor altura para trazer os dois lugares de quadro aqui a esta Assembleia.

.....**Presidente da Mesa** - Muito obrigado.

.....Senhor membro da Assembleia Guedes de Almeida, tem a palavra.....

.....**António Almeida** – Se me é permitido, é apenas para esclarecer aqui o meu companheiro e amigo Dr. Nuno Reis, que eu quando venho aqui faço-o com toda a responsabilidade, e não levanto véus de nada. Eu apenas quis acautelar aquilo que se diz nos corredores, e eu quase desafiava, se quiséssemos saber dos juízos de intenção, que se fosse possível, se não estivéssemos aqui em jogos lúdicos, escrever dois nomes, guardá-los aqui até depois do concurso ser encerrado, e veríamos ou não depois da conclusão se haveria ou não haveria, porque isto de concursos públicos, ir agora ao passado, eu tenho experiência que fui funcionário público, como se fazem! Portanto é fácil fazer e quem não contestar, depois de aberto o concurso vai para lá quem nós quisermos. E muitas vezes os juris nem contam nada!

Portanto o processo legal que leva à abertura de concursos e ao preenchimento de lugares desses concursos, mesmo depois de os oponentes terem todos os recursos, poderem recorrer para o supremo, isso não adianta nada. Depois de perderem ali na classificação do júri, o júri é quase soberano, se não houverem ilegalidades formais verificadas no processo.

.....Eu acho que há que prevenir o futuro e há que acautelar que as pessoas acreditem na política, e o que ficou aqui hoje nos corredores é que evidentemente é que estes dois lugares estarão já predestinados! E no sentido de evitar que o Senhor Presidente sofra o estigma de que se diga deste labéu, seria dizer, vamos estudar o quadro de pessoal, em que haverá estes lugares, que abrange mais, que abranja técnicos administrativos e outras pessoas, foi nesse aspecto só, não foi para acusar ninguém, nem quis acusar ninguém.

.....O esclarecimento é só este.

.....**Presidente da Mesa** - Muito obrigado.

.....Senhor membro da Assembleia António Morais, faça o favor.

.....**António Morais** – Bom, em relação à intervenção do Senhor membro Nuno Reis, eu queria-lhe dizer que ele certamente sabe que eu sei que ele também sabe daquilo que eu estou a falar. Ele sabe certamente, não é? Que eu sei daquilo que falo, não é? Portanto, eu não faço insinuações, eu faço afirmações concretas. E a partir de uma prática e em resultado daquilo que é *vox populi, vox dei*, aquilo que resulta de uma prática institucional, não só dos Executivos Camarários, mas também do poder central, aquilo que é a prática corrente na nossa região, noutras provavelmente também, estamos aqui, estamos a falar do concreto, da nossa realidade, da minha realidade, da realidade do Senhor membro Nuno Reis. Não é?

.....Portanto, acho que isto de insinuações, enfim, vale o que vale, e concretamente eu pus uma questão, quais são os critérios, e isso é um direito que me assiste como membro, porque esse não foram explicitados, aliás a intervenção do membro anterior, o Dr. Guedes de Almeida, vai na mesma linha, quais são os critérios? Não houve critérios de selecção. Decorrem da lei... Mas quais são esses? A requisição foi feita, foi sobre dois elementos, quais foram objectivamente, explicitamente e publicamente esses critérios de selecção. Foi a nossa pergunta, não é uma insinuação, é uma pergunta mais que legítima!

.....Obrigado.

.....**Presidente da Mesa** – Senhor membro da Assembleia Nuno Reis, tem também a palavra.....

.....**Nuno Reis** – Obrigado Senhor Presidente.

.....As intervenções que foram feitas, nenhuma trouxe à tribuna nenhum caso concreto. Concretamente em relação à intervenção do Senhor membro da Assembleia da CDU, devo dizer-lhe o seguinte, senhor membro da Assembleia, eu não sei do que o Senhor fala! Mas isso deve decorrer do facto, e foi o Senhor que o disse e está gravado, que o Senhor diz que fala com a *vox dei*, com a voz de Deus. Olhe, como eu não falo com deus, contrariamente àquilo que faz o Presidente Bush, aquilo que eu lhe digo é, que não faço a menor ideia do que o senhor fala, em política habituei-me a não acreditar em tudo o que oiço, e aquilo que eu lhe digo Senhor deputado é que, como o senhor deputado não conseguiu dar um exemplo, não consegui trazer aqui nenhum caso concreto que obrigasse a Assembleia a ponderar sobre a regularidade, sobre a ética desta Câmara Municipal no recrutamento de pessoal, aquilo que eu lhe digo olhe, fica exactamente onde o Senhor disse que ficava, por muito que lhe custe, no plano das intenções, ainda por cima no plano das intenções que nem sequer conseguiram concretizar-se, e portanto Senhor membro da Assembleia, aquilo que o senhor disse vale o que vale, e portanto não passa daquilo que se faz habitualmente em Portugal para passar o tempo – conversa de café.....

.....Obrigado.

.....**Presidente da Mesa** – Faça o favor..

.....Senhor membro da Assembleia Vítor Pereira, faça o favor.

.....**Vítor Pereira** – Muito boa tarde, boa tarde a todos.....

.....Bom, o PS vem aqui fazer uma coisa muito simples, e a fazer aqui uma sugestão ao Executivo. Já que o Senhor Presidente veio-nos aqui trazer algumas novidades dizendo-nos que futuramente ou brevemente irá fazer um estudo mais apropriado e propor um quadro mais adequado às novas soluções, eventualmente até às novas necessidades que a Câmara de Bragança tem, e já que, porque é importante, está-se aqui a entrar num clima que não me parece nada abonatório, quer para a Câmara quer para a própria Assembleia, criar-se aqui este

clima, eu não direi de suspeição, mas pelo menos de alguma desconfiança, eu proponha à Câmara de Bragança que retirasse o ponto. Parece-me que neste momento é o mais lógico.

.....**Presidente da Mesa** – Senhor Presidente da Câmara, quer intervir?

.....Faça o favor.....

.....**Presidente da Câmara** - O Senhor deputado António Morais tem a obrigação, não digo sequer perante mim, perante os seus colegas, deputados municipais e Presidentes de Junta, de ser claro e evidente, porque tem esse direito e deve usufruir dos direitos que tem e portanto deve em consciência, digamos, com a mesma atitude inflamada com que lançou suspeição, presumo que não seja para me atingir, eu sinto-me à vontade, e digo-lhe mais, e creio que estou também à vontade no que diz respeito à forma como os júris de concursos actuam, portanto o Senhor tem essa obrigação Senhor deputado, em consciência, como homem maduro que é, de chegar à Câmara e dizer assim, a voz do povo diz-me que há uma fraude neste concurso. A sua obrigação é dirigir-se ao Presidente da Câmara, pelos mecanismos normais e dizer assim, quero pormenores exactos sobre este concurso, sobre aquele, sobre esta e esta matéria. Não deixe as coisas sobre suspeição, porque isso é uma atitude que não dignifica e não valoriza a democracia, não valoriza o debate democrático, não valoriza as instituições nem valoriza os próprios partidos, digamos que são pilares da democracia, não se pode actuar dessa maneira. Deixe-me dizer assim, tem esse desafio, cumpra-o porque é a sua obrigação. Eu não lhe aceito, nem que lance suspeições perante mim nem perante os júris de concurso, porque se eu tiver alguma situação de algum júri de concurso que não cumpra com as sus obrigações, a minha obrigação é clarificar a situação e não olhar para o lado. E não olho para o lado, pode ter a certeza disso.

.....Portanto, primeira grande questão, é uma obrigação sua, nem sequer é minha, a minha é, a partir do momento que o senhor solicitar os elementos, é facultar tudo aquilo que o Senhor precisar para se esclarecer e para esclarecer esta Assembleia. Não pode ser de outra maneira.

.....Temos de ser claros correctos e sérios.....

.....A alteração que se vai fazer é uma alteração que eu não posso garantir de imediato e nós precisamos de facto de dispor de dois quadros sem designação, quadros superiores. Tínhamos um , uma situação que esgotamos com uma transferência, a Dr. Ana Maria que foi

transferida do Arquivo Distrital para a Câmara Municipal, um quadro de absoluta legitimidade, enfim, o Presidente da Câmara tem legitimidade legal para definir e agir nessas situações, achei que se tratava de uma boa aquisição para o Município, tínhamos um lugar sem designação, e ela preencheu esse lugar, solicitamos a transferência, a transferência foi autorizada no quadro da lei, ponto final. No uso pleno das competências que a lei me confere, e agindo com absoluta regularidade e consciência de estar a agir bem para o interesse do Município, no seu todo, nem sequer prejudicar uma instituição ou para valorizar outra, achei que se tratava de uma boa decisão e esse pedido de transferência foi feito. Como, para não deixar, que eu não gosto das coisas tratadas em meios termos nem sequer com suspeições no ar. O Senhor tem essa obrigação, perante mim e perante a Assembleia, particularmente perante a Assembleia.

.....A minha intenção é seguramente preencher o lugar para direcção do Centro de Arte Contemporânea através de um pedido de transferência ao Ministério da Educação. Qual é o critério? Aquele critério que me parece presidir a uma situação de valorização de um perfil capaz de responder a um determinado objectivo de programação do Centro de Arte Contemporânea.

.....**Presidente da Mesa** – O senhor membro da Assembleia António Morais faz-me sinal que deseja usar da palavra outra vez.

.....Faça o favor.....

.....Mas com o meu pedido de terminarmos de facto este ping pong que já vai longo.

.....**António Morais** – Eu peço desculpa, mas há aqui algumas questões que têm que ser esclarecidas como é evidente. Tentando fazer uma reflexão sobre isto, vamos lá ver se a gente se entende. Uma questão é uma reflexão sobre práticas, eu tive o cuidado de colocar esta questão em termos de práticas sociais e práticas políticas, e não sejamos ingénuos, como é que a gestão do poder se faz? E concretamente na nossa região? E de há uns anos para cá... Bom, acho que não vale a pena de facto estarmos aqui a alongarmo-nos muito sobre isto.....

.....Isto é suspeição? Neste caso Concreto? Não! É um enquadramento sobre as questões que nos dizem respeito. Aliás, não foi a única bancada que levantou essa questão, a própria bancada do PSD colocou algumas questões, colocou esta questão concreta. Portanto o Senhor

Deputado Reis não sabe daquilo que fala, enfim... eu penso que sabe, eu penso que sabe... mas deixemos isso.. ..

.....Em relação ao repto que o Senhor Presidente da Câmara me faz, eu queria sublinhar que eu não fiz suspeição nenhuma, eu pus uma questão concreta – quais os critérios. E agora perante a resposta do Senhor Presidente, foram os critérios dele! Bom, estão a coberto da lei? Talvez estejam a coberto da lei, não tenho aqui a legislação, que possa contrariar, agora permito-me a mim dizer que eu não estou de acordo com os critérios se forem esses, eu penso que não são, mas se forem esses, eu não estou de acordo! Que seja o critério subjectivo do Presidente da Câmara para, enfim, ver o perfil... eu estaria de acordo se houvesse um júri, se houvesse uma Comissão, que objectivamente visse, e que antes que fosse amplamente divulgado, inclusivamente nos jornais locais, dos lugares em aberto para haver candidatura. Eu advogo esse tipo de princípios, esse tipo de práticas, não faço suspeições. Faço juízos de valor sobre questões éticas e sobre questões de regulamento. Se ficaram ofendidos e concretamente o Senhor Presidente da Câmara, queria-lhe esclarecer que eu não pretendi de forma nenhuma, nem pouco mais ou menos, atingi-lo pessoalmente e subjectivamente sobre esta questão, mas por claramente, como creio que o fiz, a questão de perguntar quais os critérios que presidiram à selecção destes e doutros casos.

.....Obrigado pela atenção.....

.....**Presidente da Mesa** – Senhor membro da Assembleia Nuno Reis, tem a palavra.

.....**Nuno Reis** – Muito rapidamente, muito rapidamente Senhores deputados.....

.....Ó! Senhor deputado Moraes, parece que quem não sabe daquilo que fala é o Senhor deputado, e vou-lhe dizer porquê, porque o Senhor não consegue fazer uma distinção tão simples como seja a autorização da alteração do quadro de pessoal da Câmara com a criação de dois novos lugares, daquilo que é o processo de recrutamento para provimento desses dois lugares, e portanto o Senhor deputado antes de se debruçar sobre este tipo de coisas e entrar aqui com processos de intenção, de alguma forma até desrespeitosos, porque de facto não foi capaz, confrontado aqui, de trazer nenhum exemplo relativamente à suspeição que levantou, aquilo que eu lhe digo é, mantenha a calma, mantenha a calma, e portanto reconheça que se excedeu, reconheça que errou, o seu enquadramento do ponto de vista teórico ou académico é exemplar, todos nós compartilhamos desses princípios há muitos anos, se tem algum caso

concreto de deturpação ou desvio desses princípios, seja muito mais concreto, não recue. Vocês no Partido Comunista dizem sempre a vanguarda, então dê um passo à frente, diga concretamente daquilo que fala, porque perante esse desafio nenhum dos senhores deputados foi capaz de responder e dizer do que é que estava a falar

.....Muito obrigado Senhor deputado.

.....**Presidente da Mesa** – Terminadas as intervenções, vamos, e estando na Mesa uma Certidão relativa a uma deliberação que o Executivo Camarário tomou por unanimidade, de colocar à deliberação da Assembleia Municipal a criação de dois lugares de Técnico Superior, eu vou por esta proposta do Executivo Municipal à votação.

..... **Após análise e discussão foi a mesma proposta submetida a votação, tendo sido APROVADA, por maioria qualificada, com treze votos contra, três abstenções e sessenta votos a favor, estando momentaneamente setenta e seis membros presentes.**.....

.....**Presidente da Mesa** – Declarações de voto.

.....Faça o favor Senhor membro da Assembleia Luís Pires.

.....**Luís Pires** – Bom, o sentido de voto do PS relativamente a este ponto, confesso-vos que sofreu alguma alteração ao estarmos aqui na sala. E sofreu alteração por alguns motivos, se nós à priori achávamos que este processo tem realmente que se basear naquelas premissas que eu falei inicialmente, e acreditem que eu acredito seriamente nisso, porque haveria eventualmente formas alternativas de arranjar alguém para desempenhar algumas funções por mais dois ou três meses, e depois fazer-se-ia um trabalho adequado como deve ser, mas também porque o clima que entretanto se gerou aqui na Plateia foi susceptível de provocar em nós algumas dúvidas, que nos levaram, ou que desaguaram numa coisa que para mim é extremamente importante, que é a protecção dos futuros quadros que irão exercer aqueles lugares. Porque não sei se será interessante, uma pessoa que é seleccionada de uma forma séria para o lugar, ficar depois conotada com as suspeições que foram aqui levantadas nesta Plateia. Eu se estivesse lá sinceramente não gostava. Por isso achávamos que seria interessante voltar atrás, haver um ambiente mais amigável na plateia, e depois verificar se se abraisse novamente os lugares.....

.....Portanto, este clima com que eventualmente os funcionários que ocuparão o lugar, com seriedade, com mérito, poderem ser conotados com isto, acho que devia ser tido em conta, por isso nós não podemos ser favoráveis a esta proposta.

.....**Presidente da Mesa** – Bom, não há mais declarações de voto, está encerrado este ponto da ordem de trabalhos.....

.....Passamos ao ponto

4.2.6 - PROJECTO EMPRESARIAL NA ÁREA DO ENSINO E SAÚDE EM BRAGANÇA - ALIENAÇÃO DE UMA PARCELA DE TERRENO

.....Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros:.....

I - CERTIDÃO

.....MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Directora do Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira do Município de Bragança:

.....Certifica que na Acta da Reunião Extraordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia catorze de Abril do ano de dois mil e oito, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs., Presidente, Eng.º António Jorge Nunes e Vereadores, Eng.º Rui Afonso Cepeda Caseiro, Arqt.º Armando Nuno Gomes Cristóvão, Dr.ª Maria de Fátima Gomes Fernandes, Dr.ª Isabel Maria Lopes, Prof. António José Cepeda e Dr.ª Maria Idalina Alves de Brito, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

..... **“PROJECTO EMPRESARIAL NA ÁREA DO ENSINO E SAÚDE EM BRAGANÇA**

.....Pelo Sr. Presidente foi presente a seguinte proposta:

.....“A promoção do desenvolvimento nos diversos domínios de actividade é cada vez mais sentida como forma de combate à centralização e à desertificação como consequência da interioridade.....

.....Se outros indicadores não existissem bastaria um olhar atento à acção das mais diversas entidades públicas e privadas, quer a nível nacional quer a nível europeu.

.....Tendo em conta as necessidades crescentes, verificadas ao nível da saúde e da educação, tornou-se cada vez mais necessária a intervenção dos municípios, já legalmente

capacitados para o desenvolvimento dessas actividades desde há cerca de nove anos, com a delimitação das atribuições e competências dos municípios, resultantes da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro.....

.....A Câmara Municipal de Bragança reconhece a importância e o interesse de promover e apoiar o desenvolvimento do município e da região, Distrito, não obstante possuir algumas valências no domínio cultural da saúde e da educação, que poderão ser rentabilizadas no âmbito de uma nova postura de intervenção municipal.....

.....Ora, tendo em conta que através de uma política de acção concertada, e apoiada pelo Município poderão ser criadas oportunidades de apoio a iniciativas de desenvolvimento, nos domínios do emprego, na fixação de empresas com valências nas área da saúde e educação e com repercussão acentuada, na melhoria dos cuidados de saúde, na formação e qualificação dos cidadãos e na criação de novos empregos, designadamente para jovens à procura do primeiro emprego.....

.....Com este objectivos desencadearam-se acções tendentes a captar entidades dispostas a investir no distrito de Bragança que se identifiquem com os mesmos.....

.....Neste contexto manifestaram vontade em levar por diante um projecto de desenvolvimento nos domínios da educação – ao nível médio e superior – e da saúde a entidades: NSTM – Serviços de Saúde, S.A.; CESPU – Cooperativa de Ensino Superior, Politécnico e Universitário, C.R.L.; CESPU – Formação, S.A.; ENSIBRIGA – Educação e Formação, Lda. ; ISLA Imobiliária II, Lda.....

.....A nossa convicção é a de que o projecto deva envolver a construção de instalações e infra-estruturas que integrem uma Unidade de Saúde Familiar com Unidade de Cuidados Continuados que permita a consolidação de 60 camas, de uma Escola Superior de Saúde e Gestão e de uma Residência Académica com capacidade para cerca de 120 camas, infra-estruturas capazes de criar postos de trabalho na ordem dos 200 a 250, com um investimento na ordem de 10 milhões de euros, tendo como objectivo a transformação do actual ISLA em ENSINO, FORMAÇÃO, SAÚDE E SERVIÇOS, projecto que se designará por ENSINAR SAÚDE BRAGANÇA.....

.....Nestes termos e conforme informação técnica elaborada pelos serviços do Departamento de Obras e Urbanismo, que teve por base a fixação do valor da venda, considerando a capacidade construtiva do terreno e considerando que a sociedade “ISLA - Imobiliária II, Lda.” é proprietária de dois imóveis em Bragança, sendo um prédio urbano onde

se encontra instalado o actual ISLA – Instituto Superior de Línguas e Administração, e um prédio rústico contíguo a um outro, com a área de 2.314 m2 propriedade do Município, qualificado como do domínio privado disponível, ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 13.º alíneas. d) e g) e artigos 19.º, 22.º, e 28.º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, pelo Sr. Presidente é proposto para deliberação da Exma. Câmara Municipal, o seguinte:

.....a) Que a Câmara aprove a Minuta de Escritura Pública de Compra e Venda a outorgar com a sociedade “ISLA Imobiliária II, Lda.”, em Maio do corrente ano, junto do Cartório Privativo deste Município, nos termos do qual o Município aliena o imóvel em causa, com cláusulas de reversão em caso de incumprimento das obrigações assumidas com os signatários do Protocolo Genérico de Colaboração, celebrado em 11 de Março de 2008.....

.....b) Que atendendo às condições protocoladas e às cláusulas inseridas na Minuta de Escritura Pública de Compra e Venda a outorgar, com vista à obtenção de uma mais-valia evidente para o Distrito de Bragança, em especial, e para a Região Transmontana, em geral, e conforme deliberação tomada por esta Câmara Municipal, em sua Reunião Ordinária de 10 de Dezembro de 2007, pelo valor de 10 % do valor da avaliação, realizada de acordo com os critérios do Serviço de Finanças, conforme capacidade construtiva do terreno, em fase de aprovação do estudo prévio, se aprove que o preço de alienação seja fixado em 58 675,17 € (cinquenta e oito mil seiscientos e setenta e cinco euros e dezassete cêntimos);

.....c) Que a Câmara Municipal aprove a constituição de uma comissão de acompanhamento do desenvolvimento de todas as fases do projecto em curso, comissão que venha a integrar funcionários e técnicos desta edilidade, bem como elementos externos, com valências nas matérias Financeiras, Jurídicas e do Urbanismo, constituída pela Directora de Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira do Município; pelo Consultor Jurídico Dr. Luís Filipe Chaveiro; Director de Departamento de Obras e Urbanismo do Município e representante dos investidores, a designar por estes.

..... Minuta de Escritura Pública de Compra e Venda a outorgar entre:

.....O Município de Bragança, Pessoa Colectiva de Direito Público n.º 506 215 547, com sede no Forte S. João de Deus, em Bragança, representado pelo Eng.º António Jorge Nunes, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Bragança, e,.....

A sociedade “ISLA – Imobiliária II, Lda.”, Pessoa Colectiva n.º 505 975 343, com Sede em Bragança, Rua Prof. Doutor Gonçalves Rodrigues, Edifício ISLA, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Bragança, sob o número 505975343, com o capital de quinhentos e

setenta e três mil, quinhentos e oitenta euros, representada pelo Dr. António Manuel Martins, na qualidade de Gerente da sociedade e Dr. Jorge Gomes Pires Morais, também na qualidade de Gerente.

.....O Município de Bragança e de acordo com a presente deliberação, vende à sociedade “ISLA – Imobiliária II, Lda.”, e este compra para a sua representada, pelo valor global de 58 675,17 € (cinquenta e oito mil seiscientos e setenta e cinco euros e dezassete cêntimos), uma parcela de terreno para construção, com a área de dois mil trezentos e catorze metros quadrados, sita na Rua da Terra Fria e Rua Raúl de Lima, a confrontar de Norte com Rua da Terra Fria, Sul com ISLA -Instituto Superior de Línguas e Administração de Bragança, Nascente com Rua da Terra Fria e Poente com Rua Raúl de Lima, não descrita na Conservatória do Registo Predial de Bragança, mas inscrita na matriz predial urbana da Freguesia da Sé sob o artigo n.º 7537, em nome do Município de Bragança, sendo de € 132.160,00 o seu valor patrimonial actual, contígua às actuais instalações do ISLA, conforme planta anexa ao respectivo processo.

.....O valor desta aquisição, será pago no acto da outorga da Escritura Pública de Compra e Venda.

.....Pelo Município de Bragança foi dito que esta Minuta de Escritura Pública é feita nas seguintes condições:

..... **Primeira:**

.....A sociedade “ISLA – Imobiliária II, Lda.”, deverá proceder à transformação do actual ISLA em ENSINO, FORMAÇÃO, SAÚDE E SERVIÇOS, projecto que se designará por ENSINAR SAÚDE BRAGANÇA, contemplando a construção de instalações e infra-estruturas que integrem uma Unidade de Saúde Familiar com Unidade de Cuidados Continuados que permita a consolidação de 60 camas, de uma Escola Superior de Saúde e Gestão e de uma Residência Académica com capacidade para cerca de 120 camas, infra-estruturas capazes de criar postos de trabalho na ordem dos 200 a 250, com um investimento na ordem de 10 milhões de euros;

..... **Segunda:**

.....O referido prédio urbano aqui identificado, e todas as benfeitorias nele realizadas, reverterá para o Município de Bragança, nos seguintes casos:.....

.....a) No caso de a sociedade adquirente ou outra que lhe suceda, por qualquer forma, na titularidade do prédio, ser dissolvida ou declarada a sua falência ou insolvência, nos termos dos prazos estipulados na alínea c);.....

.....b) No caso de arresto, penhora, arrolamento ou apreensão judicial do prédio ou das quotas da sociedade adquirente ou que suceda na titularidade do prédio, nos termos dos prazos estipulados na alínea c);

.....c) Caso o investimento projectado não se concretize no prazo de 24 meses, a contar do final do 1.º trimestre do ano de 2009;

.....d) Seja dado ao imóvel outro destino, que não o constante da presente minuta de Escritura Pública.....

.....Considera-se que a Reversão opera:

.....1. No caso da alínea a) desde a data da dissolução ou da declaração de falência ou insolvência da sociedade;.....

.....2. Na alínea b) logo que o Município tome conhecimento, por qualquer forma, do arresto, penhora, arrolamento ou apreensão judicial;.....

.....3. Na alínea c) no termo do prazo previsto, imediatamente após notificação pelo Município para o efeito;.....

.....4. No caso da alínea d) a partir da data em que seja afecto a outra actividade não prevista nesta minuta de Escritura Pública.....

..... **Terceira:**

.....À sociedade “ISLA – Imobiliária II, Lda.”, é proibida a alienação do referido prédio urbano, sem conhecimento expresso do Município de Bragança, nos termos do prazo estipulado na alínea c) da condição segunda;

.....Considera-se que existe alienação do imóvel quando na realização de qualquer acto societário, se opere a transferência da titularidade das quotas da sociedade “ISLA – Imobiliária II, Lda.”

.....Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade:.....

Considerando que, a avaliação do terreno, foi realizada pelos Serviços Técnicos deste Município, tendo por base os critérios do Serviço de Finanças e a área a edificar conforme estudo prévio relativo ao investimento a concretizar na referida parcela;.....

.....Considerando que, em Reunião Ordinária desta Câmara Municipal realizada em 10 de Dezembro de 2007, foi deliberado, alienar a visada parcela de terreno por 10% do valor da mesma, tendo sido fixado o valor de 58 675,17 € (cinquenta e oito mil seiscentos e setenta e cinco euros e dezassete cêntimos);

.....Considerando que, apesar do valor de alienação ser inferior ao estabelecido na alínea f) do n.º 1 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, mas, sendo o valor da avaliação da parcela superior ao mencionado na alínea atrás referida;

.....A Câmara Municipal aprovou, por unanimidade, proceder à alienação da referida parcela de terreno, pelo valor de 58 675,17 € (cinquenta e oito mil seiscentos e setenta e cinco euros e dezassete cêntimos) e de acordo com a alínea i) do n.º 2 do art.º 53.º da citada Lei, submeter à aprovação da Assembleia Municipal a alienação supra referenciada.”

.....Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

.....Bragança e Paços do Município, 14 de Abril de 2008.....

.....a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier.....

II – PROTOCOLO GENÉRICO DE COLABORAÇÃO



Handwritten signatures and initials:
Amorim
Ferreira
Machado
Ferreira
Pinto

PROTOCOLO GENÉRICO DE COLABORAÇÃO

ENTRE

MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

(MB)

E OS PARCEIROS

CESPU - Cooperativa de Ensino Superior, Politécnico e Universitário,
C.R.L.

(CESPU)

NSTM – Serviços de Saúde, S.A.

(NSTM)

ENSIBRIGA – Educação e Formação, L.da

(ENSIBRIGA)

ISLA Imobiliária II, L.da

(ISLA IMOBILIÁRIA)



PROTOCOLO GENÉRICO DE COLABORAÇÃO

1º Município de Bragança, com sede social em Forte S. João de Deus, 5301-902 Bragança, doravante designado por MB, pessoa colectiva n.º 506215547, aqui representada pelo seu Presidente, Eng.º António Jorge Nunes, com poderes para o acto,

2º CESPU - Cooperativa de Ensino Superior, Politécnico e Universitário, C.R.L., com sede na R. Central de Gandra, 1317, 4585-116 GANDRA, doravante designada por (CESPU), pessoa colectiva n.º 501 577 840, aqui representada pelo seu Presidente, Prof. Doutor Almeida-Dias e pelo seu vice-presidente, Prof. Cordeiro Tavares, com poderes para o acto,

3º CESPU - Formação, S.A. com sede na R. Central de Gandra, 1317, 4585-116 GANDRA, doravante designada por (CESPU Formação), pessoa colectiva n.º 505 164 523, aqui representada pelos seus Administradores, Prof. Doutor Almeida-Dias e Dr. José Carlos Cruz, com poderes para o acto,

4º NSTM – Serviços de Saúde, S.A. com sede na R. Central de Gandra, 1317, 4585-116 GANDRA, doravante designada por (NSTM), pessoa colectiva n.º 508.170.427, aqui representada pelo seu Presidente do Conselho de Administração, Prof. Doutor Joaquim Merino e Prof.a Doutora Filomena Salazar, com poderes para o acto,

5º ENSIBRIGA – Educação e Formação, L.da com sede na R. Prof. Doutor Gonçalves Rodrigues, 5300 BRAGANÇA, doravante designada por (ENSIBRIGA), pessoa colectiva n.º 504 594 192, aqui representada pelos seus Gerentes, Dr. António Manuel Martins e Dr. Jorge Gomes Pires Morais, com poderes para o acto,

6º ISLA Imobiliária II, L.da com sede na R. Prof. Doutor Gonçalves Rodrigues, 5300 BRAGANÇA, doravante designada por (ISLA Imobiliária), pessoa colectiva n.º 505.975.343, aqui representada pelos seus Gerentes, Dr. António Manuel Martins e Dr. Jorge Gomes Pires Morais, com poderes para o acto,

Considerando que:

- A promoção da saúde e a melhoria das condições de vida das populações fazem parte integrante das atribuições do MB;
- A tipologia da população de Bragança manifesta escassez de cuidados de saúde diferenciados bem como carência de profissionais de saúde;
- Para cumprir integralmente o seu objecto social e dar respostas a uma população carenciada em serviços de saúde, o MB está aberto à colaboração institucional, designadamente com Instituições de Ensino Superior e de Prestação de Serviços de Saúde;
- O MB é proprietário de um terreno contíguo aos prédios da ISLA Imobiliária com capacidade construtiva;
- A ISLA Imobiliária é proprietária de dois imóveis em Bragança, sendo um prédio urbano onde se encontra instalado o actual ISLA - Instituto Superior de Línguas e Administração de Bragança e um prédio rústico contíguo com capacidade construtiva;
- A ENSIBRIGA é, actualmente, a entidade instituidora do estabelecimento de ensino superior designado por ISLA - Instituto Superior de Línguas e Administração de Bragança;
- A ENSIBRIGA, entidade especialmente vocacionada para a formação continuada ao longo da vida, desempenha uma função relevante na formação de profissionais qualificados;



CESPU
FORMAÇÃO S.A.



CESPU
SERVIÇOS
DE SAÚDE S.A.



CESPU
COOPERATIVA DE ENSINO
SUPERIOR POLITÉCNICO
E UNIVERSITÁRIO, C.R.L.



- A CESPUM, C.R.L., entidade instituidora de estabelecimentos de ensino superior (Instituto Superior de Ciências da Saúde - Norte, Instituto Politécnico de Saúde do Norte, este com as Escolas Superiores de Saúde do Vale do Sousa e do Vale do Ave), desempenha uma função relevante na formação de profissionais de saúde;
- A CESPUM, C.R.L., através do conjunto de empresas participadas, está dotado de meios técnicos e humanos para o exercício das actividades de ensino, formação e saúde;
- A CESPUM - Serviços de Saúde, S.A., detida na sua totalidade pela CESPUM, C.R.L., participa no capital da NSTM Serviços de Saúde, S.A. na percentagem de 60% entre outras empresas especializadas no domínio da prestação de serviços de saúde, as quais integram a rede NOVASAÚDE, numa perspectiva de qualidade nos serviços de saúde e como forma de contribuir para a formação dos alunos do grupo CESPUM;
- A NSTM foi criada, recentemente, para liderar a organização da prestação de serviços de saúde na região de Trás-os-Montes e Alto Douro, pretendendo ter em Bragança a sua Unidade Hospitalar de referência;
- A elevada procura e importância demonstrada pela comunidade envolvente no que diz respeito à necessidade de serviços de saúde justifica, por si só, a criação de uma unidade de saúde;
- Conscientes da importância da colaboração institucional recíproca para o desenvolvimento do projecto de ensino, formação, saúde e serviços;

MM
Bragança
Formação
serviços
de saúde
de Bragança
2008

Celebram, entre si, o presente acordo genérico, que se vai reger pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA **Objecto**

O presente protocolo tem por objecto:

- a) A criação de um projecto de ENSINO, FORMAÇÃO, SAÚDE E SERVIÇOS no edifício e terrenos actualmente propriedade da ISLA Imobiliária e do MB, projecto que se designará por ENSINAR SAÚDE BRAGANÇA e terá como projectos âncora o ISLA - Bragança, a transformar em Escola Superior de Saúde e Gestão de Bragança, o NSHPB - Hospital Particular de Bragança que integrará a rede NOVASAÚDE, residências académicas e residências medicalizadas;
- b) A criação de um campo de estágios para a realização de estágios curriculares e profissionais de alunos e formandos oriundos dos estabelecimentos de ensino e de formação do grupo CESPUM;
- c) A criação de um modelo inovador de cooperação e desenvolvimento de actividades nas áreas do ensino, formação, saúde e serviços.

CLÁUSULA SEGUNDA **Compromissos do Município de Bragança**

Na qualidade de parceiro e de instituição de natureza pública com objectivos de promoção e desenvolvimento do Município, compromete-se a:

- a) Vender à sociedade ISLA Imobiliária II, L.da, nos termos do presente acordo, o terreno que se encontra contíguo aos prédios desta, pelo preço a definir pela Câmara Municipal de Bragança;

606



b) Colaborar com os parceiros, no âmbito das suas atribuições enquanto Autarquia integrante do processo de licenciamento, sem prejuízo dos cumprimentos das normas e regras gerais e municipais aplicáveis.

c) Apoiar, no âmbito das suas competências institucionais, no procedimento relativo à transmissão do estabelecimento de ensino superior ISLA - Bragança da ENSIBRIGA para a CESPU, C.R.L. com a respectiva alteração da sua designação para ESCOLA SUPERIOR DE SAÚDE E GESTÃO DE BRAGANÇA;

Handwritten signatures and initials:
 M.M.
 Almeida
 In
 Formigosa
 Juarez
 F. M.
 J. M.

CLÁUSULA TERCEIRA
Compromissos dos parceiros

A CESPU, C.R.L., no âmbito da sua actividade de ensino superior nas áreas da saúde e no contexto da instalação de um centro de estágios, sem prejuízo da necessária autorização ministerial, compromete-se a:

- a) Celebrar protocolo com a ENSIBRIGA no sentido da transmissão do estabelecimento de ensino designado por Instituto Superior de Línguas e Administração, a alterar para Escola Superior de Saúde e Gestão de Bragança, a integrar o Instituto Politécnico de Saúde do Norte cuja CESPU, C.R.L. é entidade instituidora;
- b) Afectar, gratuitamente, estagiários dos cursos ministrados nos seus estabelecimentos de ensino ao NSHPB – Hospital Particular de Bragança, de forma a colaborar no funcionamento da prestação dos cuidados de saúde aí existentes;
- c) Cooperar com o NSHPB no sentido de melhorar a oferta dos seus serviços, designadamente no apoio ao funcionamento de outras estruturas e valências;
- d) Em preferência, colaborar e estabelecer parcerias com os profissionais de saúde existentes na região como forma de potenciar o desenvolvimento destes serviços e melhorar a qualidade dos serviços prestados à população.

A CESPU Formação, S.A., no âmbito da sua actividade de formação continuada ao longo da vida, em especial nas áreas da saúde e no contexto da instalação de um campo de estágios, compromete-se a:

- a) Organizar, na região de Trás-os-Montes e Alto Douro, em regime de exclusividade, todas as acções de formação nas áreas da saúde ou com ela conexas;
- b) Afectar, gratuitamente, estagiários dos seus cursos de forma a colaborar no funcionamento da prestação dos cuidados de saúde aí existentes;
- c) Colaborar na formação dos profissionais de saúde através de condições favoráveis aplicáveis aos funcionários do grupo CESPU;

A CESPU Serviços de Saúde, S.A., sem prejuízo das cláusulas seguintes, e no âmbito da sua actividade de prestação de serviços de saúde, compromete-se a:

- a) Autorizar a utilização da marca NOVASAÚDE pelo NSHPB Hospital Particular de Bragança;



b) Alargar ao distrito de Bragança as vantagens disponibilizadas pela rede NOVASAÚDE e, bem assim, colaborar na concepção, desenvolvimento e implementação de todo o projecto, designadamente no que diz respeito ao seu plano funcional, à selecção de equipamentos e de recursos humanos;

c) Disponibilizar / indicar recursos humanos especializados nas áreas da saúde de forma a potenciar a abertura de novas valências e de melhorar a qualidade dos serviços;

A ENSIBRIGA, na qualidade de actual entidade instituidora do ISLA – Bragança e de promotor e prestador de serviços de formação contínua, sem prejuízo da necessária autorização ministerial, compromete-se a:

a) Celebrar protocolo com a CESPUM, C.R.L. no sentido da transmissão do estabelecimento de ensino designado por Instituto Superior de Línguas e Administração, a alterar para Escola Superior de Saúde e Gestão de Bragança, a integrar o Instituto Politécnico de Saúde do Norte cuja CESPUM, C.R.L é entidade instituidora;

b) Em preferência, colaborar e estabelecer parcerias com as empresas existentes no projecto como forma de potenciar o desenvolvimento dos seus serviços e melhorar a qualidade dos serviços prestados à população.

c) Colaborar na formação dos profissionais do campus através de condições favoráveis aplicáveis aos funcionários do grupo CESPUM;

d) A Escola Superior de Saúde e Gestão de Bragança, a criar, compromete-se a não abrir cursos concorrentes com os actualmente ministrados na Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico de Bragança.

A NSTM Serviços de Saúde, S.A., na qualidade de parceiro e de sociedade de direito privado com objecto social dedicado à prestação de serviços de saúde, compromete-se a:

a) Colaborar na concepção, desenvolvimento e implementação de todo o projecto, designadamente no que diz respeito ao seu plano funcional, à selecção de equipamentos e de recursos humanos nas áreas da saúde;

b) Angariar operadores / inquilinos para preencher os espaços e explorar as actividades de prestação de serviços de saúde do projecto, designadamente operadores de imagiologia, análises clínicas, fisioterapia, cuidados continuados, bloco cirúrgico, etc;

c) Disponibilizar / indicar recursos humanos especializados nas áreas da saúde de forma a potenciar a abertura de novas valências e de melhorar a qualidade dos serviços prestados;

A ISLA Imobiliária II, L.da, na qualidade de parceiro e de sociedade de direito privado com objecto social dedicado à promoção e gestão imobiliária, compromete-se a:

a) Adquirir o terreno da Câmara municipal de Bragança, nos termos do presente acordo, contíguo aos prédios desta empresa;

b) Contratualizar todos os serviços técnicos necessários à elaboração de todos os projectos de arquitectura e de especialidade indispensáveis para o licenciamento junto das entidades oficiais e para selecção e adjudicação do empreiteiro;

Handwritten signatures and initials:
Amândio
Francisco
Jacinto
Francisco
J. J. Santos



Bragança, 11 de Março de 2008

A Primeira Outorgante MB

Eng.º António Jorge Nunes – Presidente da Câmara Municipal _____ *António Jorge Nunes*

A Segunda Outorgante CESPUM

Prof. Doutor Almeida-Dias - Presidente _____ *Almeida-Dias*

Prof. Cordeiro Tavares - Vice-Presidente _____ *P. F. W. L. (xvan)*

A Terceira Outorgante CESPUM Formação

Prof. Doutor Almeida-Dias - Presidente _____ *Almeida-Dias*

Dr. José Carlos Cruz – Administrador _____ *José Carlos Cruz*

A Quarta Outorgante NSTM

Prof. Doutor Joaquim Merino – Presidente _____ *Joaquim Merino*

Prof.ª Doutora Filomena Salazar – Administradora _____ *Filomena Salazar*

A Quinta e Sexta Outorgantes ENSIBRIGA E ISLA Imobiliária

Dr. António Manuel Martins - Gerente _____ *António Manuel Martins*

Dr. Jorge Gomes Pires Morais – Gerente _____ *Jorge Gomes Pires Morais*

.....**Presidente da Mesa** – Senhor Presidente, quer fazer a apresentação.....
.....Muito obrigado

.....**Presidente da Câmara** – Vou procurar ser breve nesta apresentação.....
..... Mas ainda relativamente à matéria anterior, não é nenhuma nota especial, mas a mobilidade entre organismos da Administração Central e Local é uma prática absolutamente legal e enquadrada. Nós, com alguma regularidade, não digo regularidade, mas temos aceite situações de transferência para a Câmara de funcionários que estão por exemplo no Algarve, que estão em Lisboa, gente que é aqui mais próxima ou de Chaves ou da zona de Bragança, e que pede por razões de organização da vida familiar, ou por outras, desde que haja lugares na Câmara Municipal, a transferência. Nós temos aceite situações dessas, temos, só quando vagam lugares. Nós mantemos uma lógica de rigor na gestão de recursos humanos, e quando isso acontece temos facilitado. Pergunto assim: haverá alguma irregularidade ou ilegalidade disso? Não. Normalmente quando as pessoas pedem, olhe nem conheço as pessoas, agora ponderamos, analisamos e verificamos uma atitude correcta, séria, está dentro da Lei e aceitamos a mobilidade. Como a mobilidade da Administração Central para a Administração Local também está enquadrada legalmente. Portanto, eu acho que neste tipo de discussão uma coisa é definir critérios para um concurso, e esses são publicados como em todas as instituições, são conhecidos, portanto neste âmbito... ..

.....**Presidente da Câmara** - Para dizer que o Município tem aceite situações.....

.....**Presidente da Mesa** - Senhor Presidente, só um momento... ..
.....Hás muito barulho na sala, pedia o favor de um esforço para recuperarmos o nível de silêncio que permita ouvir as intervenções a quem as quer ouvir devidamente.....

.....**Presidente da Câmara** - Muito obrigado pela ajuda Senhor Presidente.
.....O Município tem aceite essa prática, é uma prática justa e correcta, ninguém se recusa a isso.

.....O Projecto que está a ser pedida deliberação e que é apresentado à Assembleia Municipal corresponde à venda de uma parcela de terreno, prédio rústico, contíguo ao actual ISLA, contíguo não, ao edifício, mas uma parcela de terreno do ISLA que está encostada ao edifício, não temos a imagem aqui mas os senhores deputados têm a documentação, sabem perfeitamente, é uma pequena parcela mais próxima do parque de estacionamento do novo cemitério, 2314m², pelo valor de 58 675,17€. Na certidão e na proposta com vista à execução do contrato de venda estão definidas as condições de reversão:

.....a) No caso de a sociedade adquirente ou outra que lhe suceda, por qualquer forma, na titularidade do prédio, ser dissolvida ou declarada a sua falência ou insolvência, nos termos dos prazos estipulados na alínea c);.....

.....b) No caso de arresto, penhora, arrolamento ou apreensão judicial do prédio ou das quotas da sociedade adquirente ou que suceda na titularidade do prédio, nos termos dos prazos estipulados na alínea c);

.....c) Caso o investimento projectado não se concretize no prazo de 24 meses, a contar do final do 1.º trimestre do ano de 2009;.....

.....d) Seja dado ao imóvel outro destino, que não o constante da presente minuta de Escritura Pública.....

.....O objectivo da venda foi explicitado no protocolo genérico de colaboração, que foi distribuído aos senhores deputados, no âmbito de um protocolo que foi assinado publicamente, numa sessão neste mesmo espaço, para a qual todos os senhores deputados foram convidados e da qual foi distribuída cópia aos Senhores deputados. Portanto trata-se de um projecto na área do ensino, da formação e da saúde, com vista à criação de um número significativo de postos de trabalho.

.....A nossa perspectiva é esta, é vender o terreno por 10% do valor de avaliação, calculada essa avaliação tendo por base os critérios do Serviço de finanças e saliente-se que a construção, o valor da parcela é maior ou menor conforme a construção for feita nessa parcela. Se fosse construído simplesmente o R/Chão ou se aquela parcela fosse solicitada pelo investidor, pelo grupo de investidores, como uma área, por exemplo para zona verde, anexa ao edifício ou para o estacionamento, os critérios de avaliação teriam que ser utilizados de forma diferente, ou seja, não dariam um valor deste nível. Se em vez de sete mil metros quadrados fossem construídos setecentos estávamos a falar de um valor, tendo por base os

mesmo critérios, dez vezes inferior, ou seja, o valor ao terreno é dado pelo próprio investimento em si mesmo.

..... Esta parcela de terreno, tinha sido deliberado pelo Município de Bragança no ano de 1996 de fazer a doação desta parcela de terreno ao ISLA, para construir piscina e outros serviços de apoio à Instituição de Ensino, processo que chegou a vir à Assembleia Municipal, essa situação não chegou a concretizar-se, de forma que a nossa proposta neste momento não é de fazer uma doação, mas sim de fazer uma venda, por um preço simbólico, preço que o Executivo já tinha definido para um projecto que nos foi apresentado, designado “Casa da Saúde”, em que tínhamos dito que concorriamos a esse projecto em condições idênticas, disponibilizando o terreno a dez por cento do custo, avaliado da mesma forma, e portanto não se trata aqui de uma proposta sem critério, sem um critério subjacente, sólido.

.....Não há propriamente um regulamento para situações destas, nós temos um regulamento aprovado na Assembleia Municipal no que diz respeito à cedência de lotes em zonas industriais, novas ou na antiga, em que as regras estão bem definidas, o incentivo é tanto maior quanto maior forem o número de postos de trabalho, o que quer dizer que se numa situação idêntica e fizermos um paralelo com o regulamento de lotes para investimento empresarial, estaríamos também numa situação de cedência em condições bastante favoráveis, uma vez que o número de postos de trabalho que se propõe virem a ser criados no investimento, é significativo.

..... A documentação está toda na mão dos senhores deputados, penso que todos a leram e sabem bem como se pronunciar sobre a matéria.

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

.....Inscrições para pedidos de esclarecimento sobre esta matéria?

.....Luís Pires, José Castro, Guedes de Almeida.

.....Senhor membro da Assembleia Luís Pires, tem a palavra.....

.....**Luís Pires** – Bom, Senhor Presidente, eu olhei com alguma atenção para o documento que aqui é apresentado e ainda agora ao terminar a sua intervenção o Senhor Presidente da Câmara falou que havia incentivos por parte da Câmara Municipal em função dos benefícios que o empreendimento vai criar, nomeadamente a nível de postos de trabalho, etc.

.....Pelo que também li e pelo que o Senhor Presidente agora falou, existe a salvaguarda do terreno para o facto de ele não vir a ser utilizado para os fins devidos. Mas há uma coisa que me preocupa e que eu não tenho visto em regulamentos, seja de Bragança, seja de outros sítios, com empresas privadas nomeadamente, há um esforço por parte das autarquias, Governos, etc., em darem determinados benefícios a entidades que se queiram instalar no local com o objectivo de se atingirem determinados indicadores de desempenho, número de funcionários, etc. Eu acho que se devia prever, até como prática pedagógica, que se esses indicadores não fossem atingidos, que houvesse aqui uma compensação da entidade para, neste caso a autarquia novamente, em sentido reverso. Seria interessante. Porque estamos cheios de ver neste País fábricas que dizem que vão ter trezentos trabalhadores, quinhentos e não sei quê, e às vezes ficam com cem ou duzentos. Quer dizer, se nós estamos a fazer um esforço naquele sentido que o Senhor Presidente sempre refere de haver uma responsabilização de todas as partes, seria interessante também haver este tipo de responsabilização, e plasmar-se aqui no documento também essa premissa.

.....Gostava também ainda de saber, porque eu não tive oportunidade de estar na apresentação pública, porque foi às cinco da tarde e eu tenho aulas até às oito muitas vezes e é impossível assistir a esse tipo de actividades a essa hora, mas, há aqui uma série de questões que pela leitura do documento se levantaram no meu espírito, que eu iria partilhar com a Assembleia para o Senhor Presidente depois as esclarecer.

..... Uma tem a ver com a parte arquitectónica, a salvaguarda da configuração do complexo que vai ser construído, em função da realidade existente, se a altura dos edifícios não irá provocar algum desequilíbrio ambiental, não faço a mínima ideia, a nível estético/visual, mas gostava que me elucidasse sobre isso. Também como é que se vai articular o funcionamento entre as várias, eu vou-lhe chamar secções do projecto, porque nós vamos ter aqui um projecto que tem a ver com ensino, tem a ver com a saúde, tem a ver com o Comércio, entre outras, prestação de serviços. Qual é que é destes o que vai ter a primazia, digamos assim, se o ensino, se a prestação de serviços de saúde, se o comércio genérico. Depois dentro dos serviços de prestação de saúde, quais são as valências? Vão ser complementares as do Centro Hospitalar do Nordeste?

.....Relativamente à parte do ensino, eu gostava também de saber se o ensino ministrado vai ser de primeiro ou segundo ciclo. Também não sei, são dados que eu gostava de saber sobre isto.....

.....Já agora, e nós estamos a viver uma fase aqui em Bragança que tem a ver com as festa dos estudantes, e se vocês virem existe uma grande movimentação. Ainda ontem os restaurantes estavam todos com muita gente porque era a queima, e portanto é reconhecido, é uma parte visível da importância económica de uma Instituição do Ensino Superior numa Cidade, e eu gostava de saber até que ponto é que foi articulado com o IPB, se houve conversação, se houve sensibilização, relativamente ao facto de irmos ter a coexistir na mesma cidade, independentemente de um não saber qual o ciclo de estudos a que se vai dedicar esta segunda infra-estrutura, entre a Escola Superior de Saúde e esta Escola.

.....Esta escola, que já agora aproveitava para fazer outra pergunta, que tem a ver com o facto de, porque é que a escola, uma escola eminentemente de saúde, vai prestar cuidados de saúde, vai ter um Hospital, digamos assim, de saúde, tem a designação de Escola Superior de Saúde e Gestão de Bragança? Porquê a gestão? O Senhor Presidente há-de-me responder a isso. ...

.....Já agora, quem é que são os elementos que compõem a NSTM, eu sei que 60% é da CESPU, mas gostava de saber quais são os elementos que fazem parte da NSTM.....

.....Já agora, voltando aqui ao protocolo genérico de colaboração, na página 4, creio eu, na cláusula terceira, no parágrafo 2, alínea a) “organizar na região de Trás-os-Montes e Alto Douro, em regime de exclusividade, todas as acções de formação nas áreas de saúde ou com ela conexas”. Esta questão de “em regime de exclusividade” deixa-me algumas dúvidas porque esta Instituição, a CESPU, tem fortes investimentos em Gândara e Famalicão, e não sei até que ponto será possível fazer este tipo de premissa que aqui está plasmada.

.....Já agora também relativamente à alínea c) desse mesmo ponto, eu não percebo muito bem o que é que se pretende com ela.

.....Já agora aproveitava também, e deixem-me só ver aqui, para dar aqui mais uma indicação, que é relativamente na página 6, na alínea e) “aceitar a definição do plano funcional e respectivas funcionalidades”... acho que aí é uma redundância, já que isto é um protocolo e podia-se eliminar essa redundância.

.....E para já ficava-me por aqui.

.....**Presidente da Mesa** – Senhor membro da Assembleia José Castro, tem a palavra.

.....**José Castro** – Bom, há uma pergunta do Luís Pires que eu posso responder, porque fi-la directamente ao outro interveniente, que foi ao Presidente do IPB de Bragança, e ele o que me disse foi que de facto é algo que lhe passa ao lado, é algo com o qual não concorda e que já publicamente manifestou, inclusivamente na imprensa, que este investimento põe seriamente em risco o futuro da Escola Superior de Saúde de Bragança e do ensino público de saúde em Bragança.

.....Acho também pertinente a questão dos postos de trabalho, já vai sendo tempo de pormos isso também nas cláusulas, e portanto daqui a uns anos ver se realmente estes duzentos e cinquenta postos de trabalho que vão sendo criados, e sobretudo a qualidade desses postos de trabalho, se realmente correspondem às expectativas e aos benefícios que requerem.....

.....A posição da CDU relativamente a isto é conhecida, já a expressamos na última Assembleia Municipal, naturalmente que vai acontecer o que, ainda agora mesmo o Senhor Presidente da Câmara exemplificou entre a Polícia Municipal e a Polícia Nacional, ou seja, a entrada em campo da polícia Municipal naturalmente vem descalçar, tirar lugar à Polícia Nacional, ou vice-versa, e portanto prejudicar as suas funções, pois é exactamente isso que se irá passar se o investimento for para a frente. Porque eu gostava de saber se realmente estes 24 meses já estão a contar? Está é a primeira pergunta. Estes 24 meses já estão a contar? Vão ser mesmo 24 meses? Tem intenções de accionar a cláusula se por acaso o investimento não for feito em 24 meses?

.....A segunda pergunta é: já tem autorização esta empresa para operar, para realmente por o seu investimento? Se ainda não tem essa autorização como é que pode ter o tempo já a contar?

.....E a terceira pergunta que fazemos é: acha, Senhor Presidente, que para esta ordem de grandeza deste investimento, a cedência do terreno a este preço, este bónus que a gente dá ao privado é relevante para o objecto de negócio? É porque se for, temos sérias dúvidas que esse negócio seja realmente tão seguro, para o qual realmente o Senhor Presidente rapidamente se associa e portanto, que dá todas as condições para ele se realizar.....

.....Eram essas as nossas perguntas.

.....**Presidente da Mesa** – Senhor membro da Assembleia Guedes de Almeida, faça o favor. .

.....**António Almeida** – Senhor Presidente, eu pedia relativamente a este tema os seguintes esclarecimentos:

..... Olhando o protocolo genérico de colaboração, e antes de entrarmos no assunto, quem é que vai garantir o regime de exclusividade à CESPU no aspecto da formação? É a Câmara Municipal?

.....No âmbito deste protocolo genérico de colaboração, qual foi a participação da Câmara, olhando todo o clausulado não se vê qualquer intervenção da Câmara na defesa dos seus interesses. Vê-se apenas a defesa dos interesses dos investidores, que será, digamos assim, uma empresa privada, de natureza privada, devidamente identificada, logo, digamos assim, na identificação das partes intervenientes, onde há aqui duplicações com a mesma pessoa. Qual é efectivamente o interesse público que justifica ao Município fazer esta cedência de terreno pelo valor que está em causa.....

.....Depois, diz aqui, se uma Escola de Saúde não vai concorrer com a Escola de Enfermagem de Bragança, portanto se efectivamente se não vão aqui, digamos assim, haver ensino e docência na mesma área e para as mesmas finalidades.

.....Segundo, relativamente à cedência há uma questão fundamental, e salvo melhor opinião, eu acho que há aqui uma questão de ilegalidade substantiva, e eu perguntava ao Senhor Presidente qual é a origem deste terreno, deste lote de terreno que pretendem ceder a esta empresa. Se resultou de alguma operação de loteamento, se foi comprada pela Câmara, qual é a origem deste loteamento? Se derivou de alguma operação de cedência de loteamento, a que fim, e em que circunstância? Porque só a partir daí podemos definir se efectivamente a Câmara pode ou não pode ceder, porque se for resultante de um loteamento, a Câmara tem que concessionar nos termos da contratação pública e não pode estar a fazer doações nem a vender sem ser por venda pública.....

.....E eram estas questões que eu pedia ao Senhor Presidente que me esclarecesse.

.....**Presidente da Mesa** – Senhor Presidente da Câmara.....

.....Tem a palavra.....

.....**Presidente da Câmara** – São muitas as perguntas.....

.....Vou responder uma a uma, porque acho que justifica e temos tempo.....

.....Volumetria do edifício – a volumetria foi projectada já na altura em que se fez aqui a apresentação pública, foi acompanhada pelos serviços técnicos da Câmara, pelo Executivo, parece-nos uma situação de equilíbrio, com uma arquitectura que dignifica a cidade, a mim pessoalmente parece-me uma boa solução. Os serviços entenderam também como tal, o Executivo em termos gerais apreciou como boa a solução e pareceu-me, embora não estivéssemos feito um inquérito às pessoas que assistiram à passagem dessas imagens, que a situação parece de equilíbrio nesse âmbito, urbanisticamente.....

.....Eu acho que a área de primazia neste processo é a área da saúde, de forma clara.....

.....A questão do ensino, parece estar absolutamente subjacente ser no primeiro e segundo ciclo.

.....Também saliento que tivemos o cuidado nesse protocolo incluir uma cláusula que diz: a Escola Superior de Saúde e Gestão de Bragança, a criar, compromete-se a não abrir cursos concorrentes com os actualmente ministrados na Escola Superior de Saúde do IPB. Está escrito. Mesmo quem interpretasse esta.... ..

... ..

.....**Presidente da Câmara** - Senhor deputado, o que significa é exactamente o que está escrito. Agora é assim, também há quem pense que era absolutamente ilegítimo termos inscrito uma cláusula destas! Como é óbvio. Também há quem pense que este tipo de cursos vai retirar cursos, vai retirar candidatos a outras escolas privadas e não à escola pública. São perspectivas. A minha perspectiva neste âmbito acho que foi conservadora. Do meu ponto de vista eu quis que se inscrevesse uma cláusula destas. Havia quem achasse, politicamente, um disparate estar a inscrever uma cláusula destas.

.....Depois, também com o Senhor Presidente do IPB, eu acho que há um espaço potencial de parceria entre esta iniciativa, digo potencial parceria, com o IPB. Amanhã, no final do dia temos uma reunião entre o Presidente do Grupo CESPU e o Senhor Presidente do IPB, em visita às instalações, aos laboratórios, com uma perspectiva de trabalho. Eu acho que há janelas de colaboração, janelas de oportunidades entre as duas instituições que se podem abrir, que podem ser relevantes e interessantes para o Instituto. Mas quem decide se é relevante ou deixa de ser, vai ser a própria Direcção do Instituto, como é óbvio. E a mim compete-me como Presidente de Câmara, estimular o investimento, estimular a oportunidade,

perante uma iniciativa que avança no sentido de garantir mais formação, mais qualificação, melhores cuidados de saúde, sem colidir com o sistema público, o sistema público tem espaço, o sistema privado também tem espaço, é assim no país, eu não acho que tenha que ser tudo público nem que tenha de ser tudo privado, há obrigações de cada uma das partes e se esta unidade hospitalar cumpre uma missão servindo os cidadãos ao nível dos cuidados de saúde no âmbito de convenções em situação idêntica à que serve a unidade pública, o Estado não está a ser prejudicado e os cidadãos podem estar a ser beneficiados que são atendidos e resolvem os seus problemas mais cedo. Se há serviços que são prestados sem ser no âmbito da convenção, bom, o cidadão ou tem esses serviços próximos, ou se desloca com mais encargo para o litoral para a Póvoa de Varzim, para o Porto ou para outras unidades privadas, ou a Gaia. Portanto é assim, há que ver as coisas com realidade e com interesse público. Eu acho que o interesse público está bem subjacente neste processo.....

.....Cria postos de trabalho, também não é irrelevante, estamos sempre a dizer, e cria postos de trabalho fundamentalmente em áreas qualificadas. Portanto mais uma vez eu acho que devemos estar com essa atenção.

.....O regime de exclusividade, a Câmara não tem nada a ver com esse regime de exclusividade. Eu acho que isso está inscrito porque é um protocolo que envolve, no fundo é assim, os parceiros aproveitaram este protocolo para entre eles próprios, digamos, definirem princípios. A Câmara não tem nada a ver com essa exclusividade, nem pode garantir nada, e eu acho mesmo que essa exclusividade, digamos, não sei se alguém a garante e se serve para alguma coisa, não é? No fundo, eu acho que é mais no sentido de dizer assim, os outros parceiros dizerem, a CESPU que é uma unidade forte em termos de formação na área da saúde, neste âmbito tem que respeitar estas regras. Não envolve responsabilidades no Município a esse nível.

.....Na questão do prazo, a alínea c) define com clareza qual é o prazo a partir do qual se contam os 24 meses. Está definido algures.... Está definido na alínea c) que o prazo dos 24 meses inicia a contagem a partir do primeiro trimestre do ano de 2009, que é a data em que o Grupo pensa estar a iniciar a construção, e portanto, 24 meses para por de pé um investimento destes pode ser uma data prudente.....

.....Relativamente ao valor do terreno, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal fez-me uma pergunta – mas não há outra forma de entender qual é o valor do terreno? Independentemente de se saber o que se constrói? - Por exemplo, este terreno tem este valor

porque a construção avança sobre este terreno, e o valor do terreno é calculado de acordo com os metros quadrados de construção que serão permitidos no âmbito deste projecto, e é um terreno de equipamento, é um terreno de equipamento, sendo um terreno de equipamento não é um terreno vendável para construir um edifício multifamiliar ou unifamiliar, tem aquela vocação, é para equipamento, e como equipamento ou é um equipamento público ou privado. Neste caso, há um privado que já tem equipamentos em terrenos próximos, tem terrenos contíguos com este terreno e propõe à Câmara continuar a expandir o seu projecto, utilizando aquela parcela da Câmara.

.....Vocês conhecem a parcela de terreno, junto ao depósito, sabem qual é a dimensão, bom, questionem-se a vocês próprios relativamente ao valor potencial do terreno. Poderíamos utilizar uma outra forma de avaliar este terreno, assim, este terreno para equipamento entendemos que vale 125.000€, por exemplo, se disséssemos isso estávamos a falar de uma coisa sensata, equilibrada,. Mas vale mais? Que elementos encontrávamos para dizer que vale mais? Ele vale mais a partir do momento em que se viabiliza a construção de mais. Porque se não houver construção nenhuma, pergunto eu qual é o valor que conseguem atribuir àquela parcela de terreno para equipamento. Portanto, este exercício tem que ser feito também.

.....Por outro lado, Dr. Guedes, a questão da titularidade - A Câmara adquiriu esse terreno no tempo do Eng.º Pinheiro através de escritura, comprou-o, e não no âmbito de cedências. Portanto a situação está absolutamente regularizada, estava a verificar, não tenho aqui o pormenor dessa regularização, mas os serviços da Câmara, Património e Notariado não se podem meter em aventuras, sabem quais são as regras com que trabalham.

..... E de resto repare, no ano de 1996, a 18 de Julho de 1996, a Câmara deliberou doar, e por acaso tenho aqui, curiosamente, tenho aqui, o terreno foi adquirido pela Câmara em 5 de Março 1984, escritura de compra e venda, vem aqui, Livro 18, a Câmara compra a Cândida do Nascimento Pires um terreno com 18 400 metros quadrados, pelo valor tal de duzentos e vinte escudos o metro quadrado, destinado à zona envolvente dos depósitos de água. Deliberação de Reunião de Câmara de 1 de Julho de 1996, há uma doação de dois mil e quinhentos metros quadrados ao ISLA, é esta parcela, o valor não é exacto aquele que estamos a falar, mas corresponde à mesma parcela, para instalar serviços de apoio social, nomeadamente construção de Bibliotecas, jardim de infância, piscinas, gimnodesportivo, concessão de bolsas de estudo, e por aí adiante.

..... O assunto veio a reunião de Assembleia Municipal em 18 de Julho de 1996, e a Assembleia Municipal exigiu à Câmara que esta doação fosse suportada num protocolo escrito de colaboração que não existia. A Câmara Municipal, imediatamente a seguir, a 12 de Agosto de 1996, deliberou sobre as condições do protocolo de cedência, aquilo que a Assembleia Municipal tinha proposto. E a 14 de Outubro de 1996 aprovou a versão final do protocolo. Esta doação tinha sido feita, não foi efectivada porque não houve concretização por parte do ISLA, do investimento que estava previsto e portanto o que nós decidimos foi proceder à venda, definindo condições de venda.

.....As condições de reversão, do nosso ponto de vista são suficientemente claras, evidentemente que mantemos cláusulas de reversão para lá dos 24 meses depois de concretizado o investimento? Bom, eu acho que não é possível impor uma cláusula dessa em investimento absolutamente nenhum, porque assim não havia um único investidor que aceitasse esse tipo de Cláusulas de reversão. Como na zona industrial temos a garantia bancária aos postos de trabalho, nesse caso é uma situação diferente, para os postos de trabalho há uma garantia bancária que é libertada imediatamente após comprovada a criação dos postos de trabalho passados os dois anos. Nenhum empresário se podia comprometer indefinidamente a manter postos de trabalho. Isso era uma aberração. Isso era exactamente o oposto do incentivo ao investimento. Se passados 24 meses, esta unidade, este investimento, que não é pequeno, deixar de ser um hospital, deixe de ser uma escola, bom, alguma coisa há-de ser seguramente.

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

.....Inscrições para intervenções sobre esta matéria?

.....Luís Fernandes, Luís Vale, António Guedes de Almeida, Bruno Veloso, Júlio de Carvalho. .

.....**Presidente da Mesa** –Luís Fernandes, pode usar da palavra se faz favor.....

.....**Luís Fernandes** – Ora muito boa tarde a todos.

.....A minha intervenção vai ser muito curta, e surge na sequência da intervenção do Senhor Presidente da Câmara à bocadinha, quando frisou que exigiu no protocolo uma cláusula em que a empresa se compromete a não abrir cursos na área da Escola Superior de Saúde. Eu gostava de perguntar ao Senhor Presidente se nesse protocolo se foi acautelada também a

situação, ou melhor, quem vai arbitrar essa situação? Quem vai definir o que são cursos na mesma área? Só é a Câmara? É a empresa? Constituiu alguma equipa para fazer esse filtro? Porque estar só no protocolo é muito difícil fazer esse controlo. Um curso com mesmo nome em áreas científicas afins? E consequências? Neste protocolo também estão consequências se a empresa depois de estar constituída avançara efectivamente com os cursos na mesma área?Portanto era para perguntar ao Senhor Presidente se foi acautelada essa situação.....

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....
.....Senhor membro da Assembleia Luís Vale, faça o favor.....

.....**Luís Vale – Apresentou, por escrito, o seguinte:**

.....“ Exmos. Senhores,

.....Tal como o Sr. Presidente da Câmara diz, importa apoiar as iniciativas que potenciam o desenvolvimento do concelho e região, nos domínios do emprego, na fixação das empresas, na melhoria dos cuidados de saúde e na formação e qualificação dos cidadãos. Seremos os primeiros apoiantes e defensores dessas iniciativas e projectos, no entanto aquilo que aqui se propõe não obedece a esses critérios objectivos e os seus fins, tememos, não vão de encontro aos interesses da população do nosso município.....

.....Não discutimos o valor da venda do prédio rústico, propriedade do município, discutimos é o projecto em si, na medida em que o bom senso nos manda reflectir sobre:

..... - Qual a necessidade de criar novos espaços de ensino privado na área da saúde, quando na cidade já existe uma escola dedicada a essa especialização e quando, por todo o país, o excesso dos profissionais da saúde, nomeadamente de enfermeiros, se faz sentir nas enormes listas de desempregados.....

..... - A criação de uma Unidade de Saúde Familiar com Unidade de Cuidados Continuados, presumivelmente privada, quando a aposta do Estado e também do município deveria ser garantir a prestação dos serviços de saúde gerais.....

..... - Que tipo de infra-estruturas motivam a criação de 250 postos de trabalho!?...

.....Não duvidando da seriedade e credibilidade dos parceiros envolvidos neste projecto, estranhamos o facto de o ISLA, um instituto superior de ensino de línguas e administração, resolva agora transformar-se em escola, hospital, residência e IPSS...

.....Senhor Presidente, não é trocando os serviços públicos de saúde, pela contratação de prestadores de serviços privados que defendemos os interesses da nossa população.

.....Senhor Presidente, aquilo que nos parece que vai acontecer, ao participar neste negócio, é que a Câmara Municipal irá contribuir activamente não para o bem estar colectivo, mas sim para o sucesso empresarial de uns poucos e estranhos. Como compreenderá não apoiamos esta iniciativa.....

.....Obrigado.

.....a) Luís Vale
.....

.....BRAGANÇA, 28 de Abril de 2008”

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

.....Senhor membro da Assembleia Júlio de Carvalho, faça o favor.....

.....**Júlio de Carvalho** – Senhor Presidente da Assembleia, Senhores membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores membros desta Assembleia.....

.....Queria referir o seguinte, recordo-me que quando a Câmara Municipal de Bragança decidiu apoiar a construção das instalações da Faurécia, a Câmara Municipal, e eu era vereador, decidi apoiá-la de todas as formas, nomeadamente pondo lá até máquinas da Câmara Municipal a ajudar a construir as infra-estruturas. *Aqui del Rei*, que aqueles que não querem o desenvolvimento levantaram um processo de toda a forma. E eu até era da oposição, dizia o Senhor Presidente, tudo aquilo que seja apoiar a iniciativa privada por forma a criar riqueza, nós apoiamos, e nunca levantamos problema. No entanto cá fora e nesta Assembleia Municipal, agora aqueles que defendem a propriedade, ou melhor, que não aceitam a propriedade individual e pessoal, não aceitaram, e o Presidente, que Deus o lá tenha, viu-se aqui em papos de aranha para conseguir vencer e dominar esses resistentes.

.....A obra está lá, teve problemas, mas está a dar os seus lucros. Está a dar o seu fruto. E se não existisse não teríamos muita gente ali a ganhar o seu pão de cada dia.

.....Veio isto a propósito do seguinte, eu só entendo que há progresso e que há desenvolvimento, se a Câmara Municipal, e essa tem sido a minha batalha há muitos anos, há muitos anos, se a Câmara Municipal conseguir apoiar o investimento. É claro que se eu dissesse a alguém aqui dentro que se eu tivesse poderes, não me importava de dispor de dois ou três milhões de euros para apoiar iniciativas privadas de jovens acabados de licenciar, com

o intuito depois e acompanhá-los até a participar na sociedade, e amanhã quando a empresa estivesse a laborar e a obrigação de reverter e vender as cotas, escandalizaria muita gente. Mas isso está a ser aplicado nos Países que querem progresso e que querem progredir..

.....Vem isto a propósito ainda deste protocolo ou desta decisão. Esta decisão é aquilo que vem da sequência daquilo que nós temos dito, é preciso apoiar a iniciativa privada. E o meu reparo, o meu reparo não, a minha sugestão, e que está aqui acautelada, mas para ficar bem clara, porque hoje já se discutiu tanta coisa, já se confundiu aqui tanto o que é arbitrário e o que é discricionário que às vezes apetece-me falar, mas não falo... É que uma coisa é o poder discricionário, outra coisa é o poder arbitrário, e as coisas não são tão escuras, tão claras, tão evidentes como alguns pensam. E também não gosto muito de ouvir aqui muitos comentários à ????, de alguém que não sabe nem o que é uma coisa nem que é a outra. Acho que o nosso princípio é o respeito pelas ideias dos outros, mesmo quando não concordamos com elas.

.....E há aqui duas coisas que eu queria propor ao Senhor Presidente, ou queria sugerir, em primeiro é isto, e que pode ser perigoso, eu sei que o Senhor Presidente está com intenção de fazer isso, mas eu gostava que ficasse aqui ou que pelo menos me permitisse que desse a sugestão. È sobretudo na redacção: ...“Ora, tendo em conta que através de uma política de acção concertada, e apoiada pelo Município poderão ser criadas oportunidades de apoio a iniciativas de desenvolvimento, nos domínios”... isto em termos de direito é rigoroso, é taxativo, não pode ser mais que isto. Em termos de direito, quando se quer nestes e outros, é o desenvolvimento, nomeadamente nos sectores disto, disto, e disto. Porque aqui dá-se um pouco de privilégio ao emprego, mas não se sabe que emprego, se é o jovem, se é adulto... é emprego, e na educação e na área da saúde. Portanto, acho que isto no que focar para todo o tipo de actividade que a Câmara entender obviamente que é de utilidade para o desenvolvimento do Concelho.....

.....E o outro aspecto que a mim me parece e este de maior importância, é este, isto é uma decisão tipo direito germânico, e nós não estamos no direito germânico, nós estamos no direito romano, que é caso a caso, decide-se caso a caso. Aqui acho que tem de se acautelar esse tal poder discricionário e arbitrário do poder decisório, no sentido de dizer que isto tem que ser aplicado a todos os casos. Tivemos leis antes do 25 de Abril, em que se fazia uma amnistia, por exemplo, para amnistiar o Senhor fulano tal, aqui de Bragança que num acidente matou outro indivíduo. Mas o Ministro é lá da família, fizeram uma lei para aquele. A lei não

pode ser para aquele, a lei tem que ser geral. É uma das regras fundamentais do nosso estado de direito, é a universalidade, a generalidade, a lei é para todos e para todos os casos, não é para um caso individual. Claro, que quem me garante a mim, se amanhã um empresário que quer investir, não vai ter estas mesmas facilidades que tem esta empresa? E esta empresa é uma empresa de direito privado, embora de interesse público. Quer dizer, como é que é? é só para este caso? E os outros casos? E aqueles que venham a surgir no futuro? O Senhor Presidente já sugeriu e já falou aqui... não seria bom a Câmara Municipal pensar na elaboração de um regulamento geral, para que realmente o investidor saiba com o que é que vai contar? Todo aquele que queira investir. Quais são as regras, qual é o jogo? Quais são as facilidades? Quais são as vantagens? Com o que é que eu posso contar? E não posso ficar a contar com o seu caso particular, portanto era bom que essa situação fosse salvaguardada por forma a que em situações idênticas se tenha tratamento idêntico. Assim é que é estado de direito.

.....Muito obrigado.

.....**Presidente da Mesa** – Senhor membro da Assembleia Guedes de Almeida, tem a palavra.....

.....**António Almeida** – O Senhor Dr. Júlio de Carvalho disse aqui que a empresa que irá investir onde agora se instala o ISLA, agora o ISLA é imobiliário, que é uma entidade privada que visa prosseguir interesses públicos. Aqui o que se pergunta, porque o que estamos aqui a discutir é se a Câmara pode ou não pode ceder por este preço aquele lote de terreno à entidade privada. Há um ponto que é fundamental e o Senhor Presidente disse aqui que pelo menos devia ter sido junto, é que foi comprado para zona de protecção à Mãe D`Água, ao depósito de água. Foi assim, não foi Senhor Presidente?

.....

.....**António Almeida** – Está bem, mas quando compraram? Não foi o Senhor Presidente que leu? Eu não tenho elementos... Como diz?.....

.....

.....**António Almeida** – Ah, depois responde.
.....É que se for mesmo assim, tem que haver uma desafecção daquela finalidade para que foi comprada, para poder ser vendida agora. As regras da actual lei de ordenamento do território é clara nesse aspecto, se foi comprada para aquilo, poderão vir os herdeiros da Senhora que vendeu a exercer o direito de reversão. Portanto é isto só que tem que ser acautelado. Porque se saísse de uma parcela de uma operação de loteamento, teria que se ver qual o fim a que foi afectada essa zona, se foi para utilidade pública municipal, se foi para utilidade privada municipal, e depois tem de se obedecer a todas as regras de desafecção para poder.... E sendo nesse caso, sendo derivada, digamos assim, de uma operação de loteamento, nunca pode ser a venda da forma que está a ser feita aqui neste momento pelo município à tal entidade. Terá de ser sempre por concessão, isto é, terá que ser pela melhor oferta. Para apoiar empresas há outros mecanismos que não são da competência exclusiva da Câmara. E quem é que reconheceu o interesse público da instituição? Há alguma declaração de interesse público da instituição que diga, venda-se porque tem interesse público?.....

.....**António Almeida** – Não tem, não tem... Senhor Dr. desculpe.
.....Porque sendo assim, o próprio ISLA ou a empresa que vai construir podia vir ela pedir expropriação por interesse público que lhe fosse previamente declarado pelas entidades competentes. Portanto, é esta questão da legalidade que está em causa.
.....Relativamente ao que está aqui é que há alguma confundibilidade no texto, sendo um investimento privado, o que é que justifica o acompanhamento, que a Câmara Municipal aprove a constituição de uma Comissão de Acompanhamento? Com que fim? Tem alguns interesses a Câmara na construção daquilo? É privado, é público, é semi-público, semi-autárquico? Portanto, qual é o sentido desta Comissão de Acompanhamento com valência em matérias financeiras, jurídicas, de urbanismo, com o Director de Departamento... Portanto, se aquilo é privado o que é que tem a Câmara de fiscalizar e acompanhar? A entidade privada tem que apresentar os projectos competentes, e terão que ser os serviços técnicos da Câmara a acompanhá-los até ao final para depois lhe dar a competente licença de licenciamento. Portanto, não faz sentido que aqui haja, digamos assim, esta Comissão de Acompanhamento, que no fundo não vai fazer nada.....

.....Relativamente à forma de venda, na minha perspectiva é ilegal. Não será a forma legal para a Câmara ceder, terá que desafectar, terá que nos termos da actual legislação sobre urbanismo, o REGEU, de proceder à desafecção para que foi comprada e depois efectivamente destiná-la ao fim e terá que ser por venda, por quem der mais.

.....Relativamente a estas cláusulas de reversão, o valor patrimonial é de 182.160,00, é vendido muito abaixo desse valor patrimonial, não há elementos que fundamentem o interesse público, não diz em concreto quais são os postos do quadro orgânico que irá ser preenchido, portanto isto só para dizer... isto até é de somenos importância, a iniciativa privada deve ser salvaguardado, aliás têm direitos constitucionais que lhe são consagrados, princípios fundamentais, o que está em causa é apenas também um bem que é do interesse público, que deve ser acautelado e não pode ser, digamos assim, cedido, mesmo querendo apoiar, sem obedecer à forma legal, porque nos vivemos num estado de direito.

.....Era isto.

.....**Presidente da Mesa** – Senhor membro da Assembleia Bruno Veloso, faça o favor.

.....**Bruno Veloso** – Muito boa tarde a todos mais uma vez.

.....Não vou questionar a legalidade ou ilegalidade da transmissão da parcela para esta entidade, mas faço algumas considerações.

.....Em primeiro lugar, e já aqui foi dito, eu confesso que perante este protocolo, eu não assisti à apresentação do projecto, eu confesso que perante este protocolo, a Câmara está a fazer uma cedência de uma parcela de terreno a interesse e investimento privado, que eu não conheço na realidade o que é que vai ser. Fala-se em muita coisa, fala-se em serviços, fala-se em ensino sem mencionar, a única coisa que se menciona é a área da saúde, e a área da saúde é muito vasta.

.....Não pode efectivamente ter cursos que sejam ministrados pelo Instituto Politécnico e pela Escola Superior de Saúde, mas então que cursos vão ser esses? Vai ter um hospital? Mas um hospital com que valências? Vai ter internamento? Vai ter com que especialidades? Porque é assim, eu acho muito bem, e acho que, contrariamente a alguns, acho que o Estado não deve impedir nem ser obstáculo, muito pelo contrário, a qualquer iniciativa privada, mesmo que ela exista no público isso que fique claro, o Estado não deve ser detentor do monopólio de

rigorosamente nada, e muito pelo contrário devem-se complementar, e obviamente que esta empresa terá e com toda a sua propriedade, interesses comerciais e interesses financeiros.

..... Eu confesso que quando se vê um plano de negócios, também obviamente se analisam o número de postos de trabalho que vai ter.

..... O Senhor Presidente da Câmara sabe perfeitamente que quando precisa de meter pessoas na Câmara, qual é o quadro de pessoal, e para que é que vão ser feitas, etc., etc., etc.

.....Eu não consigo admitir um investimento em que me falem entre duzentos e duzentos e cinquenta. Bem, nós estamos a falar com margens de erro de 25 a 30%. Mas o que é isso, duzentas ou duzentas e cinquenta? Se eu souber o que é que vou fazer, vou ter que... essa percentagem é de quê? De licenciados, de técnicos superiores, de professores? Em que áreas? Bem, é que se me disserem assim, vamos ter cursos na área da saúde, eu se calhar até posso, por alguma desconfiança minha dizer assim, bem, nós temos no Distrito de Bragança duas escolas que ministram cursos de saúde, a Escola Superior de Saúde e temos também o Instituto Piaget. E também sabemos que muitas vezes essa geração de emprego não é propriamente o gerar emprego em si próprio, quando se fala de um primeiro emprego, muitas vezes o que existe é a duplicação do próprio emprego de muitos profissionais, que eu não condeno, e que a lei permite e muito bem, agora, é preciso acautelar isso para sabermos se são duzentos ou duzentos e cinquenta postos de trabalho, ou se é a duplicação de algumas coisas, e isso é que é preciso acautelar.

.....Mas qual é o “core”, efectivamente o “core” de negócios desta empresa? É o hospital? É o ensino? Eu acho que isto não está rigorosamente nada esclarecido! A mim não me prejudica nada, e não tenho nada contra a cedência de uma parcela de terreno quando estes pormenores estão acautelados.

.....Depois o meu camarada Luís Pires levantou aqui a questão da CESPU ter exclusividade nas acções de formação. A CESPU vai passar a fazer só as acções de formação internas da CESPU em Bragança? Nós conhecemos, a Câmara conhece quantas actividades de formação é que a CESPU dá? Quantas pessoas vai trazer ao Município? Nós conhecemos a calendarização, para considerar isso num protocolo algo de interesse? Eu confesso que tenho muitas dúvidas perante este tipo de projectos que não clarificam nada! Eu procurei por exemplo também, esta Empresa NSTM – Serviços de Saúde S.A. Bem, em jeito de brincadeira posso dizer, hoje uma empresa se não tiver uma página da Internet tem uma credibilidade mais reduzida, mais minorada, e eu não encontrei de facto esta empresa NSTM, obviamente eu disse, em jeito de

brincadeira, até porque as pessoas detentoras das empresas também têm obviamente a sua credibilidade, e portanto eu disse isto com o exagero e o tom de exagero que obviamente esta expressão tem.....

..... Mas eu acho efectivamente que deveríamos conhecer melhor o projecto, para depois podermos então avaliar e até se calhar não só com estes meios, que é o tal terreno, mas até com outras formas de incentivo. A mim por exemplo, também há outra coisa que me choca um bocadinho por não estar também acautelada, e também não é, mais uma vez, função da Câmara Municipal, mas faz aqui muitas referências vagas, desconexas muitas vezes, à cedência de estagiários, quer dizer, como se o estagiário fosse objecto... para já normalmente os estagiários são jovens, como se fosse um objecto de trabalho - nós vamos ter estagiários, nós vamos meter aqui estagiários - mas ninguém diz vêm estagiários gratuitos, quer dizer, se calhar também vamos mais uma vez abusar, abusar, abusar, abusar da figura do estagiário, quando muitas vezes em compensação de alguns profissionais. Eu acho que estas questões têm que ser acauteladas e a Câmara Municipal tem que ter alguma responsabilidade quando celebra um protocolo, de acautelar estas questões. Não pelo princípio em si, porque todo o desenvolvimento é salutar, e acho que também compete à autarquia estimular e fomentar o desenvolvimento do nosso Concelho e a criação de postos de trabalho. Mas acho que há aqui muita matéria que se necessita esclarecer para que efectivamente possamos considerar este projecto de verdadeiro interesse.....

.....Muito obrigado.

.....**Presidente da Mesa** – Senhor membro da Assembleia Luís Afonso, tem a palavra.....

.....**Luís Afonso** – A mim não se me oferece, e penso que tendo aqui algumas observações feitas por algum companheiro de bancada que levantou aqui questões relativas à questão da propriedade, penso que essa matéria, enfim, pode preocupar este meu companheiro Guedes de Almeida. Eu confesso que não tenho tido, no relacionamento que tem sido normal com a Câmara ao longo destes anos todos, não me recordo de alguma situação, tirando uma que me vem agora à memória, que não vou agora falar sobre ela, mas que acabou por ter uma boa solução, não me recordo de nenhuma situação que o Presidente da Câmara tenha trazido aqui à Assembleia que fosse, que desse consequência ao pensamento que o Dr. Guedes de Almeida fez aqui, e que realmente não me preocupa.

E nesse sentido, ultrapassando essa questão, penso que o Senhor Presidente da Câmara está devidamente habilitado pelo sector jurídico da Câmara relativamente à questão da propriedade e à legalidade da Câmara poder vender este lote de terreno, mais uma vez expresso a minha opinião daquilo que tem sido a consequência do trabalho ao longo dos tempos, e as propostas que o Presidente tem feito à Assembleia serem todas com uma boa cobertura, naturalmente legal, não me perturba esse pensamento e essa situação.

.....E então, viro-me naturalmente para a questão do sentimento que a Câmara, e voltamos um pouco há umas horas atrás, ao discurso que eu fazia relativamente a um ataque que o Partido Socialista fazia à Conta de Gerência “versus betão...” Lá está, a perspectiva económica, a perspectiva que o Município tem de procurar capitalidade para Bragança, e se a procura no sector da aviação civil, colocando para os próximos anos, em cima da mesa, um projecto de ampliação do aeródromo para aeroporto regional, se o fez em outras matérias, na questão da indústria automóvel, também o faz nesta matéria, e procura parceiros aqui que vão trazer um investimento relevante para Bragança, Bragança Cidade, Concelho, mas também Concelho limítrofes, dando aqui uma possibilidade de haver um investimento numa área muito sensível e muito importante para a nossa região, de uma população que vai envelhecendo, escassa, com um território desertificado, com uma dificuldade que os utentes têm muitas vezes de aceder aos serviços de saúde, à utilização.....

..... Penso que o Dr. Cadavez vai intervir a seguir a mim vi falar sobre essa matéria, sobre a questão dos tratamentos continuados, de acesso às camas para tratamentos continuados, que em Bragança é uma dificuldade, será necessário que as pessoas de Bragança vão para Macedo? Vão para Freixo de Espada à Cinta?

..... Bom, Bragança tem agora aqui uma entidade que quer investir no ensino, mas também no oferecer à Cidade ao Concelho e à Região também a possibilidade de acesso aos cuidados continuados. O Dr. Cadavez vai falar sobre essa matéria, e portanto eu passo por cima disso, mas naquilo que a mim me importa em termos políticos é, é verdade que a Câmara de Bragança procura não estar a olhar para o lado, e ver passar oportunidades. Pelo contrário, a Câmara de Bragança olha em frente, encontra oportunidades e agarra-as. E não está a deixar esta oportunidade para outros Concelhos limítrofes, ou para outras regiões limítrofes, está para a cidade de Bragança.

..... E nesse sentido, acho, penso que devia ser uma posição unânime de todos os partidos com assento nesta Assembleia, que a busca por uma oportunidade de investimento que vai

gerar um conjunto amplo de empregos, 200, 220, 250, é mais uma oportunidade de trabalho, mais uma oportunidade para cidadãos que estão a residir nesta zona, têm nesta área da saúde e do ensino, nesta área, buscar oportunidades longe desta terra. É mais um contributo para a juventude, continuar a ter oportunidades de fixação na terra, e/ou, poder capitalizar e chamara a Bragança outros quadros, que não sendo desta região optaram ou podem optar em vir, porque por essa oportunidade criada de uma oportunidade de trabalho virem a optar por se instalarem na Cidade de Bragança. Bom, nessa matéria, pela capacidade de geração de actividade económica, de fixação no território, dos nossos jovens e quadros com elevada preparação do exterior, pela oportunidade de facto de dar aos cidadãos de Bragança e aos mais carenciados e aos mais avançados na idade e que venham a precisar de cuidados continuados, eu acho que é uma medida meritória e a Câmara de Bragança só merece, na minha opinião, e respeito das opiniões naturalmente, as opiniões diversas que possam haver nesta Assembleia, claro, que é de julgar como boa esta oportunidade caçada, aproveitada pela Câmara de Bragança e que não deve ser deixado que se esvaneça e que saia desta cidade.
.....Nesse sentido, penso que devemos apoiar esta iniciativa e naturalmente dar o nosso voto favorável à venda desta parcela de terreno.
.....Muito obrigado.

.....**Presidente da Mesa** – Senhor membro da Assembleia Carlos Cadavez, tem a palavra.

.....**Carlos Cadavez** - Boa tarde a todos.

.....Eu gostava de dar os parabéns ao Senhor Presidente da Câmara por ter uma visão, como é que eu hei-de dizer, de antecipar determinado tipo de situações. E quando estive a ler o documento, verifiquei o seguinte. O Senhor é capaz de não saber que qualquer doente nosso que precise de cuidados continuados, neste momento tem que ir para Freixo de Espada à Cinta ou Vila Flor, ou Murça, ou para o Hospital de Mirandela e Mogadouro também. Neste momento o Centro Hospitalar está a pensar fazer à volta de 20 camas para retaguarda em Macedo de Cavaleiros. A Misericórdia de Bragança, também ouvi falar, que pensa construir algumas camas de retaguarda. Mas certamente não serão o suficiente para a resposta aos cidadãos do nosso Concelho. Com certeza que eu, mais uma vez, fico contente por os nossos cidadãos e deste Concelho, terem resolvido o seu problema em cuidados continuados em Bragança. Não sei se o modelo é de 30 mais 30 camas, não sei se a organização neste

momento já tem algum acordo com o Governo, mas eu, naquilo que me diz respeito, como profissional de saúde, fico contente em que os cuidados continuados dos nossos doentes sejam resolvidos no futuro na cidade de Bragança.

.....A outra parte também me é muito querida, eu talvez seja dos profissionais licenciados, que antes do 25 de Abril, fui para uma Escola Privada, a única que havia antes do 25 de Abril em Portugal. Depois disso, com certeza com o 25 de Abril em que foram nacionalizados, em que se fez a Nova Universidade de Évora, Estatal já, depois do 25 de Abril as universidades que eram públicas, duplicaram-se as escolas superiores, duplicaram-se com as iniciativas privadas..

..... Em relação ao ensino desta organização, que eu não conheço pessoalmente, só tenho de elogiar mais uma vez, e sei que neste momento que cursos como Gestão dos Serviços de Saúde estavam a ser ministrados no Porto, Coimbra e Lisboa, já estão a funcionar em Bragança. Os meus parabéns porque estes cursos, certamente estes e outros equivalentes, certamente vão começar a ser ministrados em Bragança, por entidades privadas e neste momento, os nossos cidadãos não precisam de sair de Bragança para tirar cursos de pós graduação, ou de formação, ou de licenciaturas.

.....O meu obrigado por isso.....

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

.....Senhor Presidente da Câmara, percebi que queria usar da palavra..

.....**Presidente da Câmara** – Obrigado Senhor Presidente.....

.....O projecto foi apresentado nesta Assembleia, eu não me atrevo a falar de forma exaustiva sobre o projecto, tivemos o cuidado de fazer uma apresentação com as várias áreas de intervenção, na área da saúde, na parte de análises, enfim, foi feita uma abordagem clara sobre o projecto neste espaço. Nem todos tiveram oportunidade de estar presentes, mas houve gente que aqui está presente que assistiu e seguramente percebeu o projecto.....

..... Também sobre a constituição dos grupos, eu acho que quando o Senhor deputado diz – a NSTM nem uma página tem... - bom, podia ter uma página ou não ter nada... a NSTM tem já hospitais sob a sua responsabilidade. O último que abriu foi em Paredes, eu já o fui visitar há cerca de duas semanas, quis ir ver também, o antigo Hospital da Misericórdia está agora a funcionar sobre a responsabilidade da NSTM que fez um investimento e o reestruturou para esse efeito. É uma das unidades hospitalares, mas eles apresentaram toda a área de trabalho,

seja a nível nacional, seja a nível de outros países onde estão a intervir também, assim como fizeram referências ao interesse de localizar algumas actividades em Bragança, neste investimento, relacionadas com actividades que têm designadamente em Angola e Moçambique.

.....O ISLA foi uma instituição que se esvaziou aqui em Bragança, na forma em como foi constituída, há agora uma outra oportunidade de se associar a um projecto que não lidera, como se percebe completamente pelos papeis, lideram outras instituições com outra capacidade, seja na área da formação de saúde, seja na área hospitalar.....

.....Não temos que reconhecer, para tomar uma decisão de vender o terreno por um preço reduzido com vista ao investimento, não temos que reconhecer o interesse público! Cada vez que deliberamos em reunião de Câmara atribuir um terreno para uma empresa na zona industrial, não reconhecemos previamente o interesse público, há um plano de negócios, há uma intenção de investir em determinadas áreas, e portanto, se assim fosse eu acho não fazíamos nada, realmente nós próprios estávamos amarrados e não tomávamos decisão nenhuma. Portanto, o que está aqui em causa não é pedir à Assembleia que reconheça o interesse público, acho que não faria sentido nenhum, também a Câmara não tem que fazer reconhecimento do interesse público à iniciativa, tem que reconhecer é o interesse, digamos, para o Município sobe o ponto de vista da actividade económica, desenvolvimento dos cuidados de saúde, desenvolvimento da área da formação. É isso que está em causa e isso a Câmara reconhece-o de forma evidente. Fá-lo de uma forma absolutamente rigorosa, de acordo com planos de negócios que exige mais não sei quê... Não, não faz! Nem tinha que fazê-lo a esse nível. Agora os investidores naturalmente têm planos que podem ser flexíveis, podem ajustar e ajustar até positivamente. Interessa-nos sim salvaguardar que o investimento é concretizado, que é concretizado de acordo com a orientação geral que foi definida e para isso colocamos cláusulas de reversão, que não são cláusulas lineares, são cláusulas muito objectivas e definem como a reversão operada.

.....Além de que, a constituição de uma Comissão de Acompanhamento não é para lhes ver, digamos, se o plano de investimento está correcto, se estão a investir bem, se estão a investir mal, não é nada disso. É para acompanhar em termos gerais o projecto e saber se se impõe em dado momento accionar as cláusulas de reversão, não vai ficar isso sobre a responsabilidade do Presidente da Câmara, que fique sobre a responsabilidade de uma comissão que acompanhe, o que é perfeitamente normal e portanto transparente neste âmbito. Portanto,

essa explicação do porquê da Comissão de Acompanhamento. Portanto, mais neste âmbito, de facto ter gente na área financeira, naturalmente tem números, ter na área da arquitectura, tem volumetria o edifício, é preciso garantir o mínimo de qualidade ao projecto. Bom, garantia-se mesmo sem uma Comissão de Acompanhamento, não era preciso Comissão nenhuma. Agora aspectos que têm a ver com a reversão, com a execução ou não de um investimento, de acordo com os princípios gerais que estão definidos, esse acompanhamento tem que ser feito. E tem que ser feito não é pelo Presidente da Câmara. O Presidente da Câmara não pode fazer tudo, nem faz tudo, faz o ínfimo daquilo que acontece no Município. Faz um bocadinho, nenhum Presidente de Câmara é Super Homem. Portanto essa Comissão está feita nessa base.

.....A questão do terreno, que o Dr. Guedes de Almeida levanta, é importante. Naturalmente que a Câmara Municipal e os serviços não iam cometer uma asneira de palmatória, em princípio. Eu entretanto mandei buscar à Câmara a escritura de compra do terreno em Março do ano de 1984, é uma grande parcela que foi adquirida, parte dela já foi utilizada para estacionamento, uma parte foi para os depósitos, outra foi para arruamentos, penso que até alguma parte já terá sido para outro tipo de construções, é uma parcela grande, portanto, a Câmara age e faz com prudência, com cuidado, e penso que cada dia com mais saber, que os serviços vão-se qualificando, portanto fazendo cada dia melhor, o sentido das auditorias tem também a ver com o afinar dos procedimentos, do controle interno das metodologias de trabalho, e de fazer bem. Eu acho que esse é um desafio que nunca está vencido, todos os dias temos que aprender com as observações e fazer melhor, e transmitir essas preocupações para os serviços, mas eu acho que este processo está bem resolvido.....

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

.....Senhora membro da Assembleia Lídia Valinho, sinalizou-me que queria usar da palavra, foi isso?

.....Faça o favor.....

.....**Lídia Valinho** – Boa tarde.

.....Queria cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa, restantes elementos da Mesa, Senhor Presidente, Vereadores, Senhores deputados, Presidentes de Junta.....

.....Sem dúvida alguma, e eu estou de pleno acordo em que incentivem qualquer iniciativa privada, é sempre benéfica para a região, no entanto, como profissional de saúde preocu-
me sair daqui sem saber exactamente que tipo de cursos e que tipo de formação é que se vai
efectuar.

.....Em relação às palavras do Dr. Cadavez, sem dúvida alguma foi muito pertinente, e que
sendo Bragança a Capital de Distrito, é a única cidade onde efectivamente ainda não temos
unidades que dêem resposta à rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados. Embora eu
saiba que a Misericórdia tem , porque se candidataram e de facto foi-lhe reprovada a sua
candidatura, e têm um projecto em mão para implementar algumas das unidades, porque são
várias, das unidades de cuidados integrados, de facto não se compreende que a Capital de
Distrito não tenha uma unidade ou várias unidades na Rede Nacional de Cuidados Continuados
integrados.

..... Agora, a minha preocupação é em termos dos cursos de saúde. E porque é que eu
tenho essa preocupação? Porque não é ao longo de Bragança, já se disse-se aqui que no
Distrito de Bragança existem duas escolas de Enfermagem, ou seja, duas Escolas de Saúde,
uma em Macedo, outra em Bragança. Mas num raio de 140 Km existem quatro Escolas de
Saúde, Macedo, Bragança, Vila Real, e Chaves, e não falo só dos enfermeiros, falo dos
enfermeiros, falo dos técnicos de análise, falo dos fisioterapeutas, muitos deles estão em casa,
outros estão aos balcões de pastelarias, outros estão em comércio, outros estão em
hipermercados, é o que eu vejo no dia a dia.

.....Fiquei satisfeita de facto em ouvir pela parte do Senhor Presidente da Câmara, em que
vai haver uma Comissão de Acompanhamento. Agora, o que espero é que essa Comissão de
Acompanhamento, acompanhe devidamente e que actue de acordo com as necessidades em
Saúde do Distrito, da Região e até do País, porque podemos inclusivamente também formar
profissionais nessa escola...

.....Não estou contra a criação da empresa. Agora, a minha preocupação vai no sentido de
sentir muitos profissionais de saúde no desemprego e de alguns inclusivamente estarem a ser
licenciados, e ainda não se saber, e estou a falar concretamente no curso que está a ser
efectuado no IPB em gerontologia, em que não se sabe exactamente qual vai ser a sua área de
actuação, se não vai colmatar com as funções de enfermagem, e aí é claro que vai ter a classe
da enfermagem, com certeza, a não deixar retirar-lhe as funções que lhe cabem, o que eu peço
e sugiro efectivamente, é que essa Comissão de Acompanhamento e a Câmara estejam

atentos de facto ao tipo de cursos que vão ser efectuados e, se de facto depois há saída para esses novos profissionais. Porque vê-se com frequência, profissionais na área... os únicos que não se vêm, que de facto há uma escassez é em Medicina. Aí há escassez de médicos, agora nas outras áreas de saúde, posso-lhe garantir que a nível do País já há profissionais de saúde,

.....

.....**Lídia Valinho** – Talvez não, pelo menos a perspectiva do Governo , é mais. Se calhar de acordo com as necessidades da população ainda não serão suficientes. Mas na perspectiva do Governo, a mais. E nessa perspectiva, de facto, acho que se deve estar muito atento, porque podemos correr o risco de estar a formar pessoas para irem para o desemprego.....

.....Obrigado.

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

.....Senhoras e Senhores membros da Assembleia, vamos proceder à votação desta Proposta.

.....A Câmara Municipal aprovou, por unanimidade, proceder à alienação de uma parcela de terreno, no valor de 58 675,17 € (cinquenta e oito mil seiscientos e setenta e cinco euros e dezassete cêntimos) e decidiu, de acordo com a Lei, submeter à aprovação da Assembleia a alienação referida.

----- **Após análise e discussão foi a mesma proposta submetida a votação, tendo sido APROVADA, por maioria qualificada, com quatro votos contra, onze abstenções e sessenta votos a favor, estando momentaneamente setenta e cinco membros presentes.** -----

.....**Presidente da Mesa** – Declarações de voto?.

.....Senhor membro da Assembleia José Castro, faça o favor.....~

.....**José Castro** – Muito rapidamente Senhor Presidente, a CDU obviamente vota contra, porque entende que a cobertura do Serviço Nacional de Saúde em Bragança e o ensino da Saúde em Bragança, nomeadamente a parte de medicina, não é suficiente para que a iniciativa

privada possa aparecer como alternativa a esse Serviço Nacional de Saúde, e portanto ao aparecer ir-se-á aproveitar precisamente essa debilidade.....

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

.....Senhor membro da Assembleia Guedes de Almeida, faça o favor.....

.....**Guedes de Almeida** – há aqui dois pontos, e houve alguma confusão relativamente... há uma perspectiva e eu apenas me pronuncio na perspectiva da cedência do terreno, a forma como foi cedida. No aspecto do empreendimento em si, sim senhor, podem vir muitos como estes, o que eu considero é que esta venda da forma como foi feita pela Câmara é ilegal, e espero daqui a uns tempos estaremos aqui a dizer que efectivamente... há falta de informação relativamente a esta proposta por parte da Câmara Municipal. O Senhor Presidente ainda agora trouxe... diz que é uma série, isto acaba por ser um artigo que está registado matricialmente, não deu informação sobre este artigo matricial, qual foi a sua origem, portanto era um elemento fundamental para que a Assembleia se pudesse pronunciar relativamente à modalidade de cedência, se era venda ou se era por concessão, portanto não foi feita.

..... O problema deste lote de terreno em concreto, relativamente a um da zona industrial é completamente diferente, até pela sua origem e até pela finalidade e comparticipação com que os loteamentos industriais, e mais, são sempre cedidos a uma espécie de concurso público. Neste não, é uma oferta directa e em que não há nenhum poder público, ou que haja um cêntimo público que possa por si, sem manifesta declaração de interesse público possa ser transferida para investidores privados, neste momento a lei prevê isso, de estar a fazer, digamos assim, preços desta índole, que até poderá ser justo, a forma não está correcta de lhe chamar venda. Poder-lhe-ia ter chamado outra coisa qualquer, e é só nesse aspecto que eu me pronuncio.

.....Relativamente ao investimento em si, pois venham mais como esse, em vez de serem 120 camas que sejam 200, isso não está e causa, é apenas a forma de cedência da Câmara Municipal que considero que é ilegal.

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

Senhoras e Senhores membros da Assembleia, chegamos a este ponto da ordem de trabalhos e o nosso tempo escasseia, o Senhor Presidente da Câmara fez o favor de me dizer que o ponto relativo ao Projecto de Regulamento para alienação de fogos não é indispensável que seja hoje votado, e por isso, para dar lugar a que o ponto agendado pela CDU possa ser discutido, iríamos, se a Assembleia não votar contra, porque eu não posso alterar a ordem sem a permissão da Assembleia, iríamos alterar a ordem em que estão estes dois pontos, passando imediatamente, se for aprovado, ao ponto agendado pela CDU.

.....Os Senhores membros da Assembleia que se opõem a que esta ordem seja alterada fazem o favor de o significar.

.....Que se abstêm?

.....Portanto a ordem está alterada.....

.....E sendo assim, entramos no ponto

.....4.3 – A SOLICITAÇÃO DO GRUPO MUNICIPAL DA CDU E NOS TERMOS DA ALÍNEA R) DO ARTº. 65º. DO REGIMENTO, DISCUSSÃO SOBRE: POLITICA CULTURAL MUNICIPAL.....

.....**Presidente da Mesa** – Para introduzir o ponto tem a palavra o proponente, Senhor membro da Assembleia José Castro.

.....**José Castro** – Muito obrigado pela compreensão, Senhor Presidente.

..... **Apresentou por escrito a seguinte intervenção:**

.....“1. Acabamos de celebrar o 25 de Abril, quando queremos lembrar a Democracia Cultural como patamar cimeiro para uma democracia avançada do Século XXI, como a que queremos no PCP para o nosso Concelho, Região e País. A cultura, e sua democratização, são fundamentais à emancipação plena de um novo brigantino, e da sua comunidade enquanto colectivo orgulhoso da sua memória histórica, dos seus valores locais, e conhecedor da realidade multicultural universal em igualdade de condições com o resto da sociedade portuguesa.

.....2. Apesar da política de encerramento e desamortização dos serviços de proximidade do governo de José Sócrates, na miragem de uma "qualidade" que nunca chega à nossa educação, saúde, justiça, e serviços públicos de uma maneira geral, na área da Cultura, o Município de Bragança está hoje equipado ao nível de qualquer capital de distrito com a sua dimensão.....

.....3. A autarquia soube aproveitar as oportunidades proporcionadas pela Rede Nacional de Teatros e Cine-Teatros (Teatro Municipal de Bragança, €10 Milhões), pela Rede Nacional de Bibliotecas Públicas (Centro Cultural Municipal- Biblioteca e Escola de Música, €2.5M), pela Rede de Centros Ciência Viva da Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica (Centro de Ciência Viva e Casa da Seda, €1.1 Milhões), pelo Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais *IAN/TT* (ampliação do Arquivo Municipal, 3 anos (adaptação, €0.3 Milhões), ou mesmo pelo programa INTERREG, mediante o projecto "Transmuseus" (Centro de Arte Contemporânea, €4.66 Milhões; Museu Ibérico da Máscara e do Traje, €0.36 Milhões).

.....4. O investimento em infra-estruturas foi realizado, ainda que decidido, localizado e desenhado sem a participação dos agentes culturais locais e regionais, nem com objectivos e critérios próprios, definidos para o Município e para a Região de que é capital; de facto, não aproveitar estas oportunidades seria um verdadeiro crime de lesa-município.

.....5. Tais equipamentos são hoje indiscutivelmente elementos de grande valia, bem apetrechados, mas que todos reconhecemos que continuam a chegar de forma insuficiente à população do Concelho. Como podemos saber quem, quantas pessoas, qual a proporção da população do Concelho sente que já desfrutou plenamente deste investimento?

.....6. O Teatro, refém de uma gestão "à peça", consegue destacar-se pela regularidade e irrepreensível qualidade dos seus eventos, sempre no respeito pela controvérsia e pela pluralidade das opções estéticas; já a criação de públicos e o apoio à produção própria e criação residente é ainda uma miragem distante.....

.....7. A Biblioteca, comprometida com o Instituto do Livro e das Bibliotecas para ter uma tipologia consentânea com a dimensão do nosso Concelho (T2), apresenta hoje um quadro de pessoal e um nível de aquisições de monografias próprias das bibliotecas preconizadas para os mais pequenos Concelhos do nosso distrito (T1).

.....8. A Escola de Música está entregue à Fundação "Os Nossos Livros", a quem o executivo reconheceu capacidade para o seu desenvolvimento; sem estar em causa a qualidade de ensino ministrado, reconhecido logo pela Direcção Regional de Educação do Norte, o número de alunos e classes musicais não tem conseguido alterar-se significativamente desde a sua entrada em funcionamento, e interposição da Fundação "Os Nossos Livros" introduz opacidade na sua gestão e desenvolvimento, promove a inexistência de um quadro de professores próprios, bem como a ausência do juízo público da sua missão.

.....9. Nada indica que este tipo de orientação política do executivo municipal se venha a

alterar para os mais recentes Museu Ibérico da Máscara e do Traje e Centro de Ciência Viva, ou o próximo Centro de Arte Contemporânea.

.....10. Como resultado, o financiamento público às actividades culturais por habitante, segundo dados do INE, é hoje um terço do de há 5 anos; de uma anterior posição cimeira, este financiamento tem vindo a cair e Bragança é hoje suplantada de forma sustentada por outras capitais de distrito como Portalegre, Guarda, Évora e Beja.

.....11. Desde que o PSD chegou ao Executivo, conhecemos três vereações diferentes, com a alteração de responsáveis. Não pretendemos saber se o PSD candidatará a mesma ou outra vereação para a Cultura, mas interessa saber se vai ou não definir-se sobre estas matérias. Parece mais política de usar e deitar fora, uma estratégia contraditória para a cultura quando não há nada escrito/decidido/orientado, com validade legal. Pergunta-se, é possível trabalhar assim? Afinal quais são as responsabilidades do Pelouro da Cultura na Autarquia?

.....12. É certo que já não estamos no tempo da governação autárquica do PS, em que nem sequer Pelouro da Cultura havia. Também já passou o tempo em que a CDU reclamava, por exemplo, a construção de um Teatro Municipal, de uma Biblioteca, ou de uma Escola de Música. Convenhamos porém que em termos de Planeamento Estratégico para a Área Cultural, estamos ao nível da anterior governação PSD, e já lá vão 20 anos, quando o Plano Director Municipal estava na cabeça do Presidente da Câmara; será que o Plano Estratégico para a Cultura está também na cabeça do Presidente da Câmara? E por quanto mais tempo? Como é possível à maioria PSD, gerir tão importantes infra-estruturas sem nunca consignar, em sede de orçamento, uma verba própria para a actividade cultural? De facto, o Planeamento, com objectivos e regras claras, nunca foi o forte da direita.

.....13. Provavelmente não há maior exemplo do primado da cultura do cimento sobre um cimento para a Cultura do que a forma como este executivo tem vindo a vilipendiar uma das figuras maiores da cultura local, regional e nacional: o Abade de Baçal.....

.....14. Já o anterior executivo PSD tinha relegado o seu nome para a Estrada de Vinhais, optando por nomear uma das avenidas estruturantes com o nome de um dos seus líderes, Sá Carneiro, do qual não se conhece obra em prol de Bragança, facto que aliás, o executivo PS nunca teve ensejo de mudar.....

.....15. A 29 de Junho de 1999, numa iniciativa da CDU, a Assembleia Municipal recomendou por unanimidade a consagração da Casa do Abade em Baçal à Cultura, nomeadamente com "um projecto de recuperação do imóvel, com vista à sua utilização como espaço de

dinamização sócio-cultural, transformando-o num Museu Vivo, aberto às novas gerações". Tratar-se-ia de concretizar, em definitivo, a reabilitação da Casa do Abade em Baçal, como memória histórica e elemento identitário da comunidade local, através de contrato-programa para residência temporária de estudiosos da História e Cultura da Região, como propôs a CDU nas últimas Autárquicas.

.....16. Desde essa altura, o Executivo foi justificando a sua inércia com a indisponibilidade por parte dos herdeiros proprietários do edifício, para vendê-lo.

.....Acontece porém que o que o Executivo não conseguiu durante 8 anos, conseguiu já um privado, interessado em capitalizar a imagem do edifício e figura do Abade, para rentabilizar uma unidade hoteleira.

.....17. Posto perante a tal circunstância, a 12 de Novembro passado, o executivo abdicou do direito de preferência na compra do edifício e do cumprimento da resolução da Assembleia Municipal, deixando o local onde o Abade trabalhou e se encontrou com Jaime Cortesão e Abel Salazar, para os turistas que passam pela Região.

.....18. Quando era suposto esperar do executivo pela comunicação imediata ao IPPAR/IGESPAR para desencadear a audição pública do Município e do proprietário, a sua fundamentação técnica para parecer do IPPAR/IGESPAR, e a divulgação pública que antecede a sua publicação em Diário da República, o executivo municipal, quando questionado sobre as diligências efectuadas relativamente à questão, enviou os relatórios da divisão de urbanismo sobre o andamento das obras no edifício, as quais pretende que seja "acompanhado de forma muito directa de modo a que a recuperação do imóvel seja uma mais valia para o património local"! Afinal, mais valia para quem?

.....19. Outros casos poderiam ser citados, como o apoio à realização dos Colóquios Anuais da Lusofonia, e instituição do respectivo prémio, enquanto desaparecem os dialectos riodeonorês e quadrimilês;

.....20. Por fim deixamos algumas perguntas que tem ficado no ar, e por esclarecer:

.....Questões:

.....1. Em 28 de Setembro de 2004, o Presidente da Câmara trouxe a esta Assembleia Municipal uma proposta para aprovação de criação de uma Associação designada da Academia da Máscara de Bragança, tendo como fundadores a Câmara Municipal, a Região de Turismo e o IPB. Esta proposta, depois de analisada e debatida, teve de ser retirada por conter graves ilegalidades. Entretanto comprometeu-se em trazê-la novamente já com as correcções

necessárias, o que até ao momento não aconteceu. Passados mais de 3 anos tivemos conhecimento de que, em Dezembro passado, foi criada uma Associação designada de Academia da Máscara, mas agora, da iniciativa de cidadãos individuais.....

.....Perguntamos: O que se passou para que se abandonasse a primeira proposta?.....

.....2. De acordo com a resposta ao requerimento da CDU, a Biblioteca Municipal funciona hoje em condições bastantes inferiores às estipuladas para a Biblioteca..... Municipal Tipo 2, nomeadamente ao nível das aquisições anuais (3 000 monografias e 400 documentos não livro) e ao quadro de pessoal mínimo de 18 funcionários, entre os quais 2 Técnicos Superiores de Biblioteca e Documentação, 8 Técnicos Profissionais de Biblioteca e Documentação e 1 Assistente Administrativo.

.....Perguntamos: Como e quando pensa o Executivo transformar a Biblioteca actualmente existente, na Biblioteca que é devida e anunciada pelo Instituto Português do Livro e das Bibliotecas?

.....3. Em Janeiro de 2003, o Executivo considerou ter usado critérios "sólidos" na selecção da Fundação "Os Nossos Livros" para gerir a Escola de Música, nomeadamente o facto possuir estatuto de pessoa colectiva de utilidade pública, ter a Câmara Municipal, a Diocese e o Governo Civil representados nos seus Órgãos Sociais, e dar garantia de correcta execução orçamental.

.....Perguntamos: Tendo em conta a situação actual da Escola e a evolução verificada desde a sua criação, mantêm o executivo, serem esses critérios suficientes e adequados? Se sim, quais as vantagens que apresenta relativamente à gestão municipal directa?

.....4. Quando da preparação do Acordo de Colaboração entre a Câmara Municipal e o Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, foi considerado como garantia para a aprovação do projecto, numa segunda fase a efectivar no médio prazo, a reserva do espaço deste auditório e das duas salas localizadas junto ao átrio do edificio para que o depósito do arquivo pudesse duplicar a capacidade de arquivamento prevista no Projecto, considerada pelo IAN/TT como manifestamente insuficiente.

.....Perguntamos: Que pensa fazer da Assembleia Municipal quando tiver de assumir esse compromisso?.....

.....E a 5.ª pergunta que deixo é: que é feito das candidaturas a património material da Cidadela, a classificação da UNESCO.....

.....Disse.....

.....José Castro

.....Bragança, 28 de Abril 2008

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

.....Vamos fazer inscrições para intervenções.....

.....Senhor membro da Assembleia António Afonso, pode avançar para a tribuna para falar..

.....**António Afonso** – Muito boa tarde a todos.

..... **Apresentou por escrito a seguinte intervenção:**

.....“Excelentíssimo Senhor Presidente, Senhores Secretários

.....Senhor Presidente da Câmara e restantes membros do Executivo

.....Caros membros da Assembleia Municipal.....

.....Excelentíssimo público e Comunicação Social presente.....

.....Decidi inscrever-me neste ponto, agendado na ordem do dia, a solicitação da CDU, nos termos do artigo r) do Artº 65 do Regimento, porque entendo encontrar nele, motivo também de interesse e porque a Cultura suscita sempre em si mesma, motivo de reflexão.

.....Julgo ter sido essa a intenção da CDU, ao propor este ponto: reflectir sobre a política da cultura concelhia, e a melhor forma de alcançar os objectivos.....

.....Atentos sempre a assuntos de ordem cultural, julgamos poder contribuir sucintamente, para essa reflexão.

.....Assim, reflectir sobre política cultural concelhia, conduz-nos invariavelmente às mesmas conclusões.

.....De facto, não conseguimos vislumbrar razão ou motivo substancial, seja de que natureza for, para fazer especulações negativas, à política cultural deste Executivo.

.....A prová-lo, está o crescente e evidente incremento das acções culturais a que temos vindo a assistir, tendentes a considerar, estar em presença de uma política cultural atenta e bem estruturada, com objectivos bem definidos, e dirigidos à necessidade da população da sede do Concelho, ou melhor dizendo, das populações do Concelho.

.....Assistimos nos últimos anos, a uma verdadeira explosão cultural, de qualidade, ao nível de outros centros urbanos mais cosmopolitas.

.....Reflectir sobre o universo das praticas culturais nos seus eixos indissociáveis (o da oferta e o da procura) , bem como reflectir sobre o universo da politica cultural autárquica, levar-

nos-ia a análises sociológicas sobre o desenvolvimento cultural e educativo das populações, e ao grau das carências encontradas a jusante, sem esquecer a montante, as causas das mesmas.

.....Não vamos analisar aqui as orientações mais profundas das políticas culturais, e as taxas indesejáveis de ocupação de alguns equipamentos, porque isso levar-nos-ia a um exame exaustivo, que nos conduziria a reconhecer, que os problemas inerentes ao fenómeno cultural, não podem ser analisados, apenas no planeamento autárquico, mas sim num plano sócio económico e conjuntural.

.....A educação e a cultura, cada vez mais interligados, são os grandes motores de desenvolvimento. É também a área em que o investimento é mais reprodutivo, numa perspectiva geradora de riqueza, constituindo o capital mais precioso, que podemos legar às gerações futuras.....

.....Sem desenvolvimento educacional e cultural, sem jovens mais qualificados, sem cidadãos sequiosos de mais conhecimento ou insatisfeitos com a formação que adquirem, sem o sentido de auto - exigência na sua permanente aprendizagem, não há desenvolvimento económico e social, não sendo possível vencer a batalha da inovação e do progresso, ou vencer o atraso que nos separa dos países europeus mais avançados.

.....Desenvolver a Cultura de um País, será um longo caminho a percorrer, tendo consciência da necessidade de correcção dos desequilíbrios existentes, entre o interior e os grandes centros urbanos.

.....O Executivo Camarário demonstra a meu ver, possuir uma visão transversal da Cultura e uma concepção integrada de desenvolvimento.

.....A política cultural municipal desenvolvida, não se reduz às intervenções no âmbito do Pelouro da Cultura.

.....Ela pressupõe diversas acções e iniciativas convergentes, com outras áreas. E desde logo com a área da Educação.....

.....É conhecido o esforço que vem sendo feito desde há anos, pelo Executivo, para lidar com novas realidades ou para mudar o panorama cultural no Concelho, valorizando a formação de públicos jovens, através de instrumentos indispensáveis como a Internet, e ainda valorizando o papel da expressão artística, designadamente, o teatro e a música.

.....É conhecido também o esforço que o Executivo tem vindo a desenvolver em vários sectores, que dele directamente dependem, designadamente:

..... a área do património edificado,

..... a área da criação artística e da difusão cultural,

..... a área de equipamentos e actividade cultural.....

.....Não cabe aqui fazer o inventário de tudo que vem sendo realizado nestas e noutras áreas, como aquela que por exemplo se desenvolve nos pisos superiores deste mesmo edifício, relacionado com o trabalho técnico em fase de desenvolvimento, para a instalação do Arquivo Municipal, um arquivo bem estruturado, de forma a poder ser considerado o repositório de toda a documentação, onde a memória do Concelho será salvaguardada em termos de futuro. Sem dúvida, um trabalho meritório, que muito dignifica quem o desenvolve, mas que dignifica mais, quem o promove.

.....Também, e no mesmo sentido, se assiste a iniciativas que potenciam a ligação entre actividade científica e escola, entre cultura e meio ambiente, entre cultura e turismo, entre cultura e desenvolvimento regional.

.....A cultura e o património no seu todo, têm na verdade, para além do mais, uma forte expressão social, podendo gerar emprego e riqueza, dinamizando o empobrecido tecido económico, e podendo assumir um papel fundamental no combate à desertificação, através de estímulos que contribuam para a criação de agentes culturais e fixação das populações.

.....Não podemos esquecer-nos aqui do associativismo cultural, do movimento artístico amador, cuja vitalidade e dinamismo constitui exemplo claro, e este executivo na medida do possível, apoia e acarinha, desde que seja apresentado um projecto cultural de reconhecido interesse.....

.....Também gostaria de destacar o número também de protocolos que estabelecem parcerias, como facilmente se pode comprovar pelas muitas iniciativas culturais existentes por todo o concelho, provando cada vez mais, que ele não é habitado por iletrados, mas por pessoas que sentem a cultura, como necessidade de primeira ordem.....

.....Desde a construção de raiz, de equipamentos, como o Teatro Municipal ou a reabilitação de edifícios destinados à cultura, como a instalação do novo Centro Cultural no edifício do antigo Colégio dos Jesuítas, onde estão instalados agora a Biblioteca Municipal e o Conservatório de Música, que disso, são exemplo, bem patente.

.....O futuro Centro de Arte Contemporânea, que em breve será um pólo de cultura ligado aos mais conceituados museus de Arte da Península Ibérica, bem como o edifício onde

funciona a “ Fundação os Nossos Livros “, são exemplos, que dignificam não só a cultura, mas também a Cidade de Bragança.

.....Além das inúmeras iniciativas de carácter cultural, podemos num simples registo, sempre passível de correcções, referir a já considerável quantidade de técnicos profissionais e superiores, que compõem os quadros da Câmara, que com tendência a aumentar, estão afectos às estruturas culturais:

.....Teatro Municipal - 6 técnicos.....

.....Arquivo Municipal -1 que passará em breve a 2

.....Centro Cultural - 4

.....Biblioteca – 1.....

.....Centro de Ciência Viva e Museu da Máscara e do Traje – 10.....

.....Piscinas - 4.....

.....Futuro Centro de Arte Contemporânea – 2.....

.....Outros exemplos poderiam ser dados aqui, para ilustrar o esforço e a dinâmica implementadas nos últimos anos, tanto a nível da criação de equipamentos culturais e pessoal técnico, como a nível das políticas culturais implementadas.....

.....A Casa da Seda, e o Centro de Ciência Viva para a divulgação da Ciência e da Tecnologia, na antiga Central Eléctrica, completam o quadro de intervenção cultural e de reabilitação da zona histórica, considerado com inegável contributo para a reabilitação de uma zona degradada, há muitas décadas abandonada.

.....Reconhecemos, que muito há ainda por fazer, mas o salto qualitativo que foi observado em tão curto espaço de tempo, deve encher de orgulho todos os Bragançanos e todo o Concelho.

.....Necessário será continuar a afectar meios financeiros que se traduzam cada vez mais em dinâmicas próprias, que aproximem e motivem cada vez mais a população consumidora das iniciativas culturais e de lazer, mas que hoje lhe são já propostas, com manifesta regularidade.

.....Terminada já a intervenção pública de reabilitação da Zona Histórica, e dada a inexistência de verbas no próximo Quadro Comunitário de Apoio para esse fim, importaria criar incentivos à recuperação habitacional dessa Zona, facultando ou criando um quadro financeiro de apoio, aplicável à salvaguarda desse património, para que essa Zona não entre em colapso a curto prazo, caso não existam instrumentos financeiros com esse objectivo.

.....O Estado deverá assumir gestão do património existente, a quota de responsabilidade que lhe cabe, no contexto do todo nacional.....

.....O apoio ao património, não pode apenas confinar-se às orlas litorais do país. O interior é também território nacional, que importa defender e salvaguardar, com políticas adequadas.

.....Desse modo e também nesta área, devia o País caminhar a uma única velocidade, num desenvolvimento harmónico e solidário, sem se verificar as assimetrias existentes.....

.....Para concluir, e pelo que aqui deixei enunciado, julgo poder afirmar sem receio de errar, que a Cultura tem merecido a este executivo, cada vez maior atenção e empenhamento, assim como a manifesta atitude em encará-la como um bem duradouro, colocado ao dispor das populações residentes.

.....a) António Afonso

.....Deputado Municipal do PSD

.....Bragança, 27 de Abril de 2008”

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

.....Senhor membro da Assembleia Orlando Pontes.....

.....Pedia era muita brevidade a todos os que ainda vão usar da palavra, porque de facto estamos com grandes dificuldades de tempo.

.....**Orlando Pontes** – Senhor Presidente da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, minhas Senhoras e meus Senhores.

.....Muito rapidamente mesmo, e completando um bocadinho o que disse o meu amigo Toninho, nem tudo está bem neste Reino Maravilhoso! E de facto não está. Já temos infra-estruturas, é verdade, temos várias coisas que estão a mexer e que se estão a ver, mas há muitas relacionadas principalmente com as pessoas, com a criatividade das pessoas, com a criatividade pessoal, que vai ainda muito devagarinho.....~

..... E por exemplo, queria fazer uma pergunta ao Senhor Presidente da Câmara, e neste contexto cultural, sabia que os professores de Educação Física do Concelho de Bragança são os mais mal pagos do norte de País nas aulas de enriquecimento curricular?

.....Sabia que para lançar um livro com o apoio da Câmara se demora cerca de dois anos para conseguir, um e meio para se ouvir um “não”, “não publicamos”, “não ajudamos”, mais de meio ano para dizer que apoiavam, isto foi um caso particular, que o Senhor Presidente

sabe muito bem, e algumas pessoas sabem. Mas penso que de facto o comboio está nos carris a andar. Agora era preciso que o Senhor Presidente, com um bocadinho de interesse o empurrasse e abrisse a cultura não só a paredes, que já temos, não só a museus, que temos, não só a Centros de Arte, que temos, mas não há cultura sem pessoas. E é a essas que eu pedia uma especial atenção.....
.....Muito obrigado.

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....
.....Senhor membro da Assembleia Júlio de Carvalho, faça o favor.....

.....**Júlio de Carvalho** – Senhor Presidente, para ser breve eu queria dizer ao meu amigo Eng.º Castro, com que legitimidade, e eu falo aqui na qualidade de Ex-Vereador do Pelouro da Cultura, durante três anos, com que legitimidade é que me rotula a mim de direita? Eu não tenho o direito de o rotular a si de Direita? É que eu já andei por aí, sabe? Noutros tempos... e achei isso tão de direita, tão de direita e tão reaccionário, que eu fui evoluindo e hoje sou social democrata. É um bom conselho para si e vai ver que ainda nos havemos de encontrar dentro da social democracia.

.....Eu queria-lhe dizer o seguinte, eu fui Vereador do Pelouro da cultura durante três anos, e quero-lhe rapidamente dizer que foi uma grande preocupação do pelouro da cultura, enquanto lá estive, e se eu me enganar, o Dr. Amândio está aqui, acompanhou-me lá, eu queria dizer o seguinte: olhe, este edifício que está aqui, logo que ficou livre, foi a nossa Guerra do PSD, eu era da oposição, e eu era da oposição, que se reconstruiu, e quando eu lhe pedia mais coisas ao José Luís Pinheiro para a cultura, ele dizia assim: *“oh pá cale-se, já lhe dei o Centro Cultural Homem! Já lhe fiz o Centro Cultural!”*. Entretanto eu saí, convidaram-me para a inauguração disto e eu não quis estar. Não quis estar porque razões especiais. Porque de vez em quando nós temos destas coisas... eu tenho muitos adversários e tenho poucos inimigos, mas sabe onde é que estão os meus inimigos? E os seus? Pense nisso.

.....Olhe, sabe, para ver o que é a melhor que até hoje foi publicada pelo pelouro da Cultura de Bragança, que é um best seller que foi publicado por luta minha, colaborador do Pelouro da Cultura e cujo prefácio que está lá assinado por todos os membros da Câmara, que foi feito por mim, é - *“Bragança visto pelos postais Ilustrados”*. Uma obra hoje de referência a nível nacional e eu estou convencido de que não tem melhor. Tem publicado muita coisa, mas como

aquela nunca publicou. E é considerada a melhor obra publicada em Bragança sobre esta matéria, e estou convencido de que a Câmara vai ter que reeditar aquela obra porque sei que é muito procurada e os volumes já são poucos.....

.....Segundo ponto, preocupamo-nos em criar duas bibliotecas, para todos! Para todos! Uma biblioteca aqui, com a *Fundação os Nossos Livros*, que funcionou aqui durante muitos anos, e uma biblioteca infantil, que alguém destruiu, estou para saber quem foi, e que teve um sucesso extraordinário, que era no Jardim António José de Almeida, naquela casa que foi construída de propósito para biblioteca infantil. E eu próprio comprei, como professor de literatura que fui, infantil, comprei milhares de livros, pagos pela Câmara, para que todas as crianças estivessem ali acompanhadas por uma professora que contratamos e que estava lá de manhã à noite para acompanhar os estudantes.

..... Mas mais, olhe, há várias obras que foram publicadas de jovens e escritores, com pagamento total da Câmara Municipal. Nós promovemos as exposições a todos os pintores de origem transmontana, ainda hoje há quadros da Graça Morais na Câmara Municipal, porque nós deliberamos que sempre que houvesse uma exposição de um pintor transmontano aqui em Bragança, a Câmara Municipal se obrigava a comprar um quadro. E era eu que os comprava. Há ali quadros na Câmara Municipal da Graça Morais, pelo menos um, que foi comprado aí por cinquenta contos. Se forem lá a ver, e é bom que a Câmara reavalie aquele projecto, é capaz de valer milhares de contos hoje.

.....Mas mais, nós aprovamos, e está aprovado na Câmara Municipal, que está nas actas, um apoio anual a todas as Associações de Trás-os-Montes no Mundo, a quem dávamos uma verba anual para promoção da cultura de Trás-os-Montes. Publicamos um livro sobre Bragança – os dias de Bragança, do Coronel.... Publicamo-la. Quis comprar os direitos dessa obra, mas não foi possível. Mais, publicamos outra obra de referência, que está aí no mercado, de nível nacional, cujo prefácio também da primeira edição é meu, que é a *Revista Brigantia*.....

.....Querem mais? Querem mais?

.....Obviamente que eu estou a falar do meu período de Vereador do pelouro da Cultura. Não havia nenhuma Associação de interesse cultural e desportivo que não tivesse subsídio, como agora continua a ter. Das outras obras eu saí, mas a obra não parou, e sei que, por aquilo que tenho visto, tenho assistido, pelo que conheço, há uma grande preocupação. Olhe, até lhe digo mais, o que tenho ouvido muitas vezes de críticas a esta Câmara é que está a criar infra-estruturas culturais a mais e que não tem capacidade amanhã de as sustentar. É o que alguma

da oposição diz. Portanto, a preocupação da Câmara Municipal, daquilo que eu conheço, tem sido de empenhamento total neste programa, neste património cultural.

..... A cultura não é apanágio nem da direita, nem da esquerda! É daqueles que a amam e que gostam que o seu povo saia da miséria e da incultura e da desgraça.

.....Muito obrigado.

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

.....Senhor membro da Assembleia Luís Vale, faça o favor.....

.....**Luís Vale – Apresentou por escrito o seguinte**.....

.....“Excelentíssimos Senhores“

.....Cultura – um padrão de significados transmitido historicamente, incorporado em símbolos, um sistema de concepções herdadas expressas em formas simbólicas por meio das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas actividades em relação à vida. CLIFFORD GEERTZ (p. 103).....

.....De entre dezenas de definições de cultura existentes, aquela que melhor a define é, para mim, esta de Clifford Geertz, que nos diz de uma forma mais elaborada aquilo que podemos reduzir à definição de que cultura é toda a produção humana, no espaço e no tempo disponíveis.

.....Mas para percebermos muito bem este conceito importará aqui lembrar que o passado, dá-nos um sentido de identidade, de pertença e faz-nos conscientes da nossa continuidade como pessoas através do tempo. A nossa memória colectiva modelada pelo passar do tempo não é mais do que uma viagem através da história, revisitada e materializada no presente pelo legado material, símbolos particulares que reforçam o sentimento colectivo de identidade e que alimentam no ser humano a reconfortante sensação de permanência no tempo. É através desta identidade passado-presente que nos reconhecemos colectivamente como iguais, que nos identificamos com os restantes elementos do nosso grupo e nos diferenciamos dos demais.

.....Quando, na reunião da Comissão Permanente soube que a CDU pretendia discutir a Política Cultural Municipal de Bragança, fiquei satisfeito, até porque parece-me que, por defeito, a cultura tem sido a parente pobre da gestão autárquica e mais do que discutir a materialidade da construção de um património que se julga “Cultura”, resultante de uma visão

elitista e de alguma forma sectária de cultura, a da sofisticação e da nobreza dos espaços, quero aproveitar o momento para reflectir sobre o valor e a importância da nossa identidade e da tradução necessária para a valorização da mesma.....

.....Numa época, como aquela em que vivemos, de mundializações e globalizações generalizadas, podemos perspectivar as cidades, as vilas e as aldeias da nossa região como ainda tradicionais e, em simultâneo, já modernas, pelo menos no seu modo de vida, hoje perfeitamente urbanizado. Contudo, e apesar desta manifesta homogeneização, verifica-se uma reafirmação das identidades colectivas face às tendências da uniformização individual. Por todo o lado, observam-se movimentos de revivalismos, de reinterpretação das especificidades culturais, que parecem constituir reacções locais aos efeitos dessa globalização. Estas preocupações traduzem-se num aumento da importância atribuída à preservação do património material e imaterial, como elementos de afirmação das singularidades locais e regionais. Este sentimento colectivo de nostalgia fez aparecer um mercado patrimonial e à lógica da singularidade dos objectos acrescentou-se a lógica da sua valorização comercial, principalmente associada ao turismo.

.....No entanto, essa tendência de valorização comercial do património tem por vezes dado lugar a versões extremas de utilização turística dos recursos patrimoniais. Não raras vezes, são recriados pseudo-eventos históricos comparáveis a modelos de entretenimento Kitsch do tipo Disneylândia.....

.....Porque consideramos que ainda muito há para fazer, dizer e acontecer e porque consideramos que para que a nossa actuação possa ser eficaz, necessariamente temos que nos identificar e depois, traduzir a nossa cultura.....

.....Acabo esta intervenção com um exemplo bem próximo:.....

.....A aldeia de Rio de Onor, “mundialmente” conhecida pelas suas idiossincrasias. Esta aldeia, foi ao longo do último século visitada e estudada por inúmeros etnógrafos, etnólogos, linguistas, antropólogos, entre outros... para além dos incontornáveis Abade de Baçal e Leite de Vasconcelos, dois estudiosos se destacaram nessa tarefa. O primeiro foi Jorge Dias, etnólogo (fundador do Museu de Etnologia Portuguesa) que em finais da década de 40 fez trabalho de campo nesta aldeia e em 1952 publicou o resultado desse trabalho, o que atirou, definitivamente, esta pequena aldeia da raia bragançana para o palco das leigas curiosidades e dos efémeros flashes de turistas tipo “jardim zoológico” e, fundamentalmente, institucionalizou uma descoberta científica, que instigou tantos e tantos a seguir as suas

pisadas. Um dos que não resistiu a esse apelo, foi Joaquim Pais de Brito, que nos finais dos anos 70, princípios dos anos 80, revisitou a obra de Jorge Dias e sobre a qual escreveu:.....

.....*A monografia de Jorge Dias foi a revelação de “arcaísmos” e especificidades de uma forma de organização que despertou o interesse de intelectuais e visitantes atraídos pelo seu exotismo, com os canais informais de comunicação e os artigos na imprensa a amplificarem a curiosidade e o apreço por este caso de aparente ou sugerida autonomia administrativa, harmonia interna, democraticidade, singularidade. A imagem que assim se vai construindo da aldeia, é-lhe devolvida, ao mesmo tempo que nesta se vai tomando consciência desse mesmo interesse, aproveitando-o como capital simbólico, valorado a partir do exterior... (...) É esta consciência de se ser comentado e objecto de curiosidade e de possuir, afinal nas práticas e modelos de organização comunitária um capital exteriormente reconhecido e reproduzido por processos discursivos que difusamente envolvem e se projectam na aldeia, que faz com que a monografia de Jorge Dias venha a ser “o Livro” fundador de uma identidade e um retrato da aldeia que os habitantes procuram confirmar aos visitantes. É este mesmo livro que lhes serve de guião nas visitas e continua a ser utilizado para referir práticas entretanto já abandonadas e que já hoje não se observam.....*

.....Será este o esforço de tradução cultural que é preciso manter e até reforçar para podermos utilizar a expressão “Política Cultural Municipal.

.....Obrigado.

.....a) Luís Vale

.....BRAGANÇA, 28 de Abril de 2008”

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

.....Muito obrigado.

.....Senhor membro da Assembleia Guedes de Almeida.

.....Sei que vai ser muito breve.....

.....**Guedes de Almeida** – Vim apenas para esclarecer o membro da CDU que aqui veio fazer a sua exposição sobre a política cultural da Câmara Municipal, referiu-se a um ponto que eu conheço em concreto, que é a Casa do Abade em Baçal.

.....A casa do Abade em Baçal, a câmara não tinha legitimidade para exercer o direito de preferência, portanto estar aqui a imputar culpas à Câmara que podia ter exercido o direito de

preferência, é errado. Quando muito, se tivesse uma política cultural, ter exercido, mas há muito tempo, por exemplo a utilidade pública do imóvel, e ter feito a expropriação. Não esta Câmara, mas qualquer uma o poderia ter. No aspecto em que foi um negócio entre particulares, entre o dono da casa e um particular que a comprou, não havia qualquer tutela sobre a matéria relativamente ao edifício, e portanto dizer que a Câmara não exerceu direito de preferência, é estar aqui a invocar uma acusação que não tem qualquer fundamento.....
.....Era só isto.

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....
.....Senhor Presidente da Câmara.
.....E seguidamente para encerrar darei a palavra ao proponente deste ponto.

.....**Presidente da Câmara** – Muito obrigado Senhor Presidente.
.....Queria pedir aos Senhores deputados e Presidentes de Junta que nos acompanhassem na cerimónia seguinte, que me parece ser um momento importante, imediatamente a seguir, para o futuro de Bragança.
.....Quero só deixar uma nota que é a seguinte. A nossa Vereadora, a Dr.ª Fátima Fernandes, tem evidenciado um grande empenho, entusiasmo, uma grande ilusão, no bom sentido, no sentido de acompanhar o trabalho na área cultural, na área do desporto, com absoluta dedicação, com conhecimento e com sentido estratégico. É assim uma pessoa de boas qualidades, e de bom trabalho, de bons resultados. É seguramente uma pessoa para continuar a assumir os desafios propostos.
.....Outra nota é que no sector cultural e do desporto, a Câmara há dez anos atrás não tinha um único técnico. Um único técnico, saliente. Tem hoje 14 técnico-profissionais, 19 técnicos superiores e duas Chefias. É um quadro incomparavelmente grande, o que quer dizer que estes quadros superiores fazem alguma coisa. É quase tudo gente nova, gente com muita vontade de fazer, com muito entusiasmo de fazer e fazem, eles ajudam a construir uma estratégia afirmativa, equilibrada e coerente para a cultura e o desporto do Município.....
.....Não se faz uma gestão peça a peça, nem no Teatro sequer, faz-se uma gestão em rede ao melhor daquilo que se faz na região norte do País, com a convicção de que em cada dia é preciso fazer melhor. Temos um grande desafio pela frente, que é a integração da gestão dos vários equipamentos. Sabê-lo-emos fazer certamente. Alguns dos nossos equipamentos

atraem hoje jovens de Concelhos bastante distantes. Paredes, por exemplo, teve, na semana passada, duzentos alunos no Centro de Ciência Viva, e outros Municípios já afastados.....

..... Assim, saliento que na área cultural garantimos emprego qualificado, não é irrelevante, e essas pessoas são pessoas capazes e portanto eu não depreciaria as qualidades técnicas desses jovens quadros superiores.

..... Recuperamos importantes imóveis no centro histórico, como não há memória, nem creio que exista a oportunidade para nenhum Presidente de Câmara nas próximas décadas fazer uma acção comparável a esta, no centro histórico para este fim.

.....Garantimos o acesso dos cidadãos a bens culturais, como não se garantia anteriormente, de forma aberta, não de forma elitista.

.....A actividade cultural do município é um evidente contributo para o desenvolvimento da economia do Concelho. Tem a vertente presente do reforço do movimento associativo cultural, também na área editorial a Câmara tem uma actividade bem expressiva e reconhecida.

.....Ainda uma nota, a questão do número de trabalhadores da Biblioteca. Uma coisa é o que diz o IPLB, que exigia para uma Biblioteca da nossa dimensão o funcionamento com 18 pessoas. E nós perguntamos porquê? É uma irracionalidade total que existe na cabeça da gente que decide no IPLB. É totalmente contrária ao movimento, digamos, de melhor gestão de recursos públicos por parte do Governo. Não faz sentido, nós gerimos bem a biblioteca com os quadros que temos. Vocês vêem pela estatística o acesso que existe à Biblioteca, e faz-se com muita qualidade, com dedicação das pessoas e com empenho. Portanto, também deixar esta nota, que nós não olhamos para o lado, olhamos sim no sentido de utilizar os recursos públicos com sentido de elevada responsabilidade.

.....**Presidente da Mesa** - Muito obrigado.....

.....Para encerrar o debate dou a palavra ao Senhor membro da Assembleia José Castro, que foi o proponente do agendamento deste ponto da ordem do dia.....

.....**José Castro** – Muito obrigado Senhor Presidente.

.....Pois tenho pena que de facto que o ponto tenha saído claramente prejudicado pela força das circunstâncias das horas que já são, eu tenho pena que o Senhor Presidente não

tenha conseguido responder a todas as perguntas que lhe foram feitas aqui, seguramente tinha resposta para elas, mas de facto estamos prejudicados pelo tempo.

.....Uma coisa é certa, não acredito que se reveja na gestão casuística que o DR. Júlio Carvalho aqui demonstrou que fez quando foi responsável pelo Pelouro da Cultura, sozinho, e devo-lhe dizer que não lhe disse que o Senhor era de direita, nem sequer avaliei o seu partido como de direita, embora o considere, o que eu disse foi que é apanágio da direita não haver planeamento, e o que está aqui é não haver planeamento, e é exactamente disso que se trata.

.....Ainda relativamente ao direito de preferência, eu aconselhava o Dr. Guedes de Almeida a ler as actas das reuniões do Executivo, porque é dito lá claramente pelo nosso Presidente de Câmara que tinha direito de preferência sobre a compra, e há uma declaração expressa do Executivo a dizer “ não exerce esse direito de preferência”. É o que está nas actas. É o que está nas actas. Nós sabemos que de facto, se calhar para exercer esse direito tinha que decorrer todo aquele processo que eu expliquei, de comunicação e de classificação, mas isso também foi opção da Câmara.

.....Pois bem, Senhor Presidente, não duvidamos das qualidades da Senhora Vereadora da Cultura, mas do meu ponto de vista e do ponto de vista da CDU, não basta ter o sentido estratégico, é preciso é realmente ter estratégia. Ninguém aqui avaliou os técnicos que estão a trabalhar, que toda a gente sabe que é gente esforçada e que faz o seu melhor, só que precisa também de orientação, e do nosso ponto de vista quando falamos de um Plano estratégico é porque precisamos de objectivos para a política cultural municipal. É porque precisamos de trabalhar com parceiros próprios, não pode sair só da nossa iniciativa essa estratégia. Precisamos de critérios de avaliação, para saber o que é que nós estamos a fazer, e sobretudo precisamos de metas, para saber se atingimos esses resultados.

.....Saber para onde vai? Eu até nem duvido que o Senhor Presidente saiba para onde é que quer ir em termos de cultura, agora mais ninguém sabe! É exactamente isso que se pretende com o Plano Estratégico, e que nós estranhámos que nunca, nunca ponha em causa a execução desse Plano Estratégico, para que toda a comunidade se possa reconhecer numa estratégia para a elevação do seu nível cultural.....

..... Onde é que estão os agentes culturais envolvidos na gestão e na participação destes equipamentos? Os grupos de Teatro Amador, os Grupos de Musica Popular, Tradicional, Clássica, Contemporânea? A Escola de Música, mas também as bandas filarmónicas e outras orquestras ligeiras, que deviam existir? Os grupos corais, o Ballet, os outros grupos de dança,

até os ranchos folclóricos, puxá-los. Não propriamente aparecerem aqui no Estado e Vida do Município com 1500 euros, 2000 euros, para poder ir numa excursão. É preciso chamar os agentes de programação e difusão, as associações culturais, as associações recreativas, as associações científicas. A área educativa das escolas do Ministério da educação, o IPB, as suas escolas, os seus cursos, a Secretaria de Estado, a Direcção Geral, o Governo que tem que estar envolvido, todas as outras estruturas culturais, os museus e os arquivos, envolvê-los realmente numa estratégia que queiramos para o nosso Município, com objectivos, objectivos bem claros.

..... Os da CDU seria sempre o acesso generalizado dos brigantinos à fruição dos bens e das actividades culturais, o apoio à criação e produção e difusão sem critérios mercantilistas, mas com controvérsia e pluralidade de opções estéticas. A valorização dos nossos criadores que temos, e que precisam de ser apoiados, para não terem de ir para o Porto e Lisboa. Animadores, programadores e produtores da área cultural, que nós formamos já nas escolas que temos cá no Concelho. A defesa, o estudo, a difusão do património de Bragança – o erudito, mas também o tradicional – em prol da defesa da identidade brigantina, que é fundamental. Porque para nós, cultura é factor de desenvolvimento, cultura é factor também de integração dos nossos emigrantes, dos nossos estudantes que vêm de fora e que vêm para cá, dispostos a participar nesta comunidade que é a nossa, assim como também é fundamental a cultura como âncora para o turismo que nós queremos desenvolver e que nós conhecemos realmente como uma janela de oportunidade para o futuro.
.....Era isto, muito obrigado a todos.....

..... **4.2.7 – REGULAMENTO PARA ALIENAÇÃO DE FOGOS PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA.**

.....Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros:.....

CERTIDÃO

.....MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Directora do Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira do Município de Bragança:

.....Certifica que na Acta da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia catorze de Abril do ano de dois mil e oito, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs., Presidente, Eng.º António Jorge Nunes e Vereadores, Eng.º Rui Afonso Cepeda Caseiro, Arqt.º Armando Nuno Gomes Cristóvão, Dr.ª Maria de Fátima Gomes Fernandes, Dr.ª Isabel Maria Lopes, Prof. António José Cepeda e Dr.ª Maria Idalina Alves de Brito, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

..... **“PROJECTO DE REGULAMENTO PARA A ALIENAÇÃO DE FOGOS PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA**

.....Pelo Departamento Sócio Cultural foi prestada a seguinte informação:

.....O Sector de Habitação e Acção Social, após várias reuniões de trabalho com o Executivo e com os seus superiores hierárquicos, programou para o ano de 2008 o início do processo de venda de património afecto aos Bairros Sociais da Coxa e da Mãe d’Água. Este processo decorre já de um amplo esforço em actualizar os dados referentes aos agregados familiares residente em habitações sociais e de um pressuposto social unânime de possibilitar aos seus inquilinos a possibilidade de compra destas fracções habitacionais.....

.....Tal como exposto anteriormente, e comunicado em sede de Reunião de Câmara, o objectivo estratégico do SHAS enquadra-se em dois eixos prioritários no domínio da habitação social: por um lado, um objectivo de equilíbrio e sustentabilidade económico-financeira, possibilitando à Autarquia reinvestimentos significativos na melhoria das condições habitacionais das famílias com menos recursos económicos e que ainda aguardam a intervenção necessária e adequada (obras, realojamentos, construção de novos fogos); por outro lado, possibilita aos agregados familiares já residentes em habitação social o acesso à propriedade, medida de justiça social e de carácter compensatório face aos anos que já decorreram como arrendatários dos referidos bairros sociais.....

.....Desta forma, tal como exposto na informação SHAS/650/2007, de 21 de Outubro, relembramos que se identificaram nominalmente os inquilinos interessados por bairro social e por situação proposta. Pudemos verificar que 18 inquilinos apresentam propostas de aceitação de compra pelo valor patrimonial calculado pela CMB, 6 inquilinos aceitam comprar os imóveis mas por um valor inferior ao proposto pela CMB, existindo 2 casos de desistência com entrega de chaves/imóvel à CMB.....

.....Finalmente, o parecer do SHAS, após solicitação do Ex.mo Senhor Presidente da Câmara, nas recentes reuniões do Departamento Sócio-Cultural, e em articulação com os serviços jurídicos, sustenta a proposta de aprovação do referido regulamento nos seguintes elementos:

a) A proposta da forma jurídica de Regulamento para oferecer enquadramento aos processos de venda de imóveis (habitação social) pertencentes ao Município constitui uma estratégia de transparência, rigor e de fundamento legal face à diversidade e ao quantitativo potencial de vendas que este processo implicará. Esta protecção jurídica pretende defender os interesses do Município de Bragança e zelar pela igualdade e isenção de critérios face aos diferentes candidatos a adquirentes;.....

.....b) Após a transferência de património do IGAPHE para o Município de Bragança, este último pode proceder à sua venda, tal como se encontra disposto na Cláusula Quarta do Auto de Cessão celebrado por estas entidades e de acordo com as condições constantes no Decreto-Lei n.º 141/88, de 22 de Abril, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 288/93, de 20 de Agosto (respeitando assim o regime de alienação e o ónus de inalienabilidade);.....

.....c) A Secção de Património procedeu em 2007 às diligências necessárias junto das entidades competentes, Repartição de Finanças de Bragança e Conservatória do Registo Predial de Bragança, para efectivar a inscrição e o registo dos bens imóveis transferidos para propriedade do Município de Bragança;.....

.....d) Assim, o Município de Bragança dispõe de atribuições nos domínios da Acção Social e da Habitação, segundo as alíneas h) e i), do n.º 1, do artigo 13.º, da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro;.....

.....e) Compete aos Órgãos Municipais (Câmara Municipal de Bragança e Assembleia Municipal de Bragança) fomentar e gerir o parque habitacional de arrendamento social, conforme dispõe a alínea d), do artigo 24.º, da já citada Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro;.....

.....f) A Assembleia Municipal tem competência para aprovar regulamentos sob a proposta da Câmara Municipal de Bragança ao abrigo da alínea a), do n.º 2, do artigo 53.º, conjugada com a alínea a), do n.º 6, do artigo 64.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, in casu, o Projecto de Regulamento Para Alienação de Fogos propriedade do Município de Bragança;

.....g) À presente elaboração do Regulamento não se aplica o vertido nos artigos 117.º e 118.º, do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com as alterações produzidas pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro,

sustentando que o Projecto de Regulamento para Alienação de Fogos propriedade do Município de Bragança não se encontra sujeito à realização de audiência de interessados, nem à apreciação pública, pois não existe actualmente vinculação jurídica que fundamente a sua realização, por omissão de publicação da legislação a que se referem as normas citadas (tal como consta no Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 2 de Julho de 2002);

.....Propõe-se a aprovação do “ Projecto de Regulamento para a Alienação de Fogos propriedade do Município de Bragança”, conforme a redacção que a seguir se transcreve:.....

..... PROJECTO DE REGULAMENTO PARA A ALIENAÇÃO DE FOGOS.....

.....Nota justificativa

.....O presente Regulamento pretende definir as condições para a alienação dos imóveis, propriedade do Município de Bragança.

.....O objectivo principal deste Regulamento é a alienação para fins sociais, através do controlo da especulação imobiliária, proporcionando às famílias de menores recursos a aquisição de habitação própria.

.....O presente Regulamento tem por lei habilitante as alíneas h) e i) do n.º 1 do artigo 13.º e alínea d) do artigo 24.º ambos da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, bem como a alínea c) da 2.ª parte do n.º 4 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro.

.....Assim, ao abrigo do disposto nos artigos 112.º, n.º 8 e 241.º da Constituição da República Portuguesa, para efeitos de aprovação pela Assembleia Municipal de Bragança nos termos da alínea a) do n.º 2 do art.º 53.º, da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, vem a Câmara Municipal de Bragança de acordo com a alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º da mesma Lei, propor a aprovação e publicação do presente Projecto de Regulamento para Alienação de Fogos propriedade do Município de Bragança.....

.....Artigo 1.º.....

.....Objecto e âmbito de aplicação

.....1 - O presente Regulamento tem por objectivo a alienação de imóveis, construídos para habitação social, actualmente propriedade do município de Bragança.....

.....2 - Os imóveis serão alienadas em regime de propriedade horizontal, ou habitação unifamiliar, consoante os casos, ao respectivo arrendatário ou cônjuge e, a requerimento

destes, aos seus parentes ou afins ou a outras pessoas que com ele coabitem há mais de um ano.....

.....Artigo 2.º.....

.....Adquirentes.....

.....1- Poderão adquirir os imóveis, nos termos do presente Regulamento, os arrendatários que tenham a sua situação regularizada com a Câmara Municipal de Bragança.....

.....2- Os arrendatários que tenham rendas em atraso à Câmara Municipal, e que estejam a regularizar a sua situação, poderão requerer a aquisição do imóvel, ficando o deferimento da pretensão sujeito a apreciação da Câmara Municipal.

.....3 - Os arrendatários que tenham rendas em atraso e não tenham nenhum acordo com a Câmara Municipal para a regularização, podem requerer aquisição do imóvel, nos termos do n.º 2.

.....Artigo 3.º.....

.....Utilização do imóvel.....

.....1 - A aquisição da fracção ou da habitação unifamiliar pelo arrendatário, nos termos deste Regulamento, destina-se exclusivamente a residência permanente do adquirente e do seu agregado familiar.....

.....2 - Para a aquisição do imóvel, o arrendatário ou cônjuge ou quem estes indicarem nos termos do n.º 2 do artigo 1.º, terão que, obrigatoriamente, provar que não possuem outra habitação própria no concelho de Bragança, e, caso possuam outra habitação própria no concelho ficam impedidos de adquirir o referido imóvel.

.....Artigo 4.º.....

.....Ónus de inalienabilidade.....

.....1 — Os imóveis adquiridos nos termos deste Regulamento não podem ser vendidos nem arrendados, durante os cinco anos subsequentes à aquisição.....

.....2 - O ónus da inalienabilidade pode cessar:

.....a) Para execução de dívidas relacionadas com a compra do próprio imóvel ou quando este é a garantia;.....

.....b) Em caso de morte ou invalidez permanente e absoluta do adquirente;

.....c) Pelo decurso do prazo de cinco anos após aquisição de fogo.....

.....3 - Verificando algum dos pressupostos das alíneas a) a c) do n.º 2, o adquirente terá que requerer à Câmara Municipal autorização para alienar ou arrendar, fazendo prova dos factos que alegar.

.....4 - Autorizada a venda pela Câmara Municipal, esta goza do direito de preferência na aquisição.....

.....5 - O ónus da inalienabilidade está sujeito a registo.

.....6 - Nos casos previstos na alínea b) do n.º 2, podem solicitar o cancelamento do ónus da inalienabilidade os legítimos sucessores.

.....Artigo 5.º.....

.....Preço da venda.....

.....O preço da venda dos imóveis é feito de acordo com o valor patrimonial constante no registo de propriedade horizontal das fracções (actualizado anualmente de acordo com os critérios definidos pelo Serviço de Finanças).

.....Artigo 6.º.....

.....Forma de pagamento.....

.....1 - O pagamento integral do preço da venda do imóvel é feito no dia da escritura, podendo a Câmara Municipal autorizar a hipoteca do imóvel, para efeitos de contrato de mútuo, quando necessário.....

.....2 — Da escritura consta obrigatoriamente:

.....a) Identificação do imóvel;.....

.....b) A utilização para fins habitacionais;

.....c) A proibição da utilização do imóvel para fins diferentes do estipulado na escritura;.....

.....d) O ónus da inalienabilidade;

.....e) Menção de documentos considerados necessários pelos competentes serviços da Câmara Municipal.

.....Artigo 7.º.....

.....Obrigações do arrendatário.....

.....1 - O arrendatário interessado na compra do imóvel, obriga-se a:.....

.....a) Apresentar requerimento na Câmara Municipal, a expor a sua pretensão;

.....b) Requerer o financiamento, no prazo de 30 dias a contar da recepção do deferimento da Câmara Municipal da sua pretensão;.....

.....c) A outorgar a escritura de compra e venda na data marcada para o efeito pela Câmara Municipal ou pela entidade financiadora;

.....d) A suportar todos os encargos inerentes à compra e transmissão de imóvel;.....

.....e) O arrendatário, quando proprietário do imóvel, obriga-se a suportar as despesas inerentes ao condomínio nos termos legais.

.....Artigo 8.º.....

.....Direitos da Câmara Municipal.....

.....1 - A Câmara Municipal tem direito de preferência nas alienações que se realizem nos termos do artigo 4.º, sendo o preço do imóvel calculado nos termos do artigo 6.º e respectivas actualizações.

.....2 - O incumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 4.º implica a reversão para a Câmara Municipal de Bragança.....

.....3 - A reversão, nos termos do número anterior implica a devolução pela Câmara Municipal de 75 % da quantia paga pelo imóvel.

.....Artigo 9.º.....

.....Dúvidas e omissões.....

..... 1 - As dúvidas e omissões sobre a interpretação deste Regulamento serão resolvidos e integradas pelas disposições legais em vigor e serão da competência da Câmara Municipal de Bragança.....

.....2 - O Tribunal da Comarca de Bragança é o tribunal competente para qualquer litígio entre as partes, resultante da aplicação do presente Regulamento.

.....Artigo 10.º.....

.....Entrada em vigor.....

.....O presente Regulamento entra em vigor 15 dias após a aprovação pela Assembleia Municipal de Bragança e respectiva publicação em edital a ser afixado nos lugares de estilo e na página electrónica da Câmara Municipal de Bragança.

..... **Intervenção do Sr. Presidente**

.....O Sr. Presidente propôs que com o resultado da alienação dos fogos sociais, se proceda à constituição de uma reserva financeira, só mobilizável para investimentos em habitação social, com vista ao realojamento de famílias carenciadas.

.....Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, aprovar o referido Projecto de Regulamento, bem como submetê-lo à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da

alínea a) do n.º 6 do art.º 64.º conjugado com a alínea a) do n.º 2 do art.º 53.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.....

.....Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada pelo Sr. Presidente.”.....

.....Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

.....Bragança e Paços do Município, 14 de Abril de 2008.....

.....a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier.....

..... **ESTA PROPOSTA FOI RETIRADA pelo adiantado da hora.**.....

..... **4 .4 – Eleição de um Representante da Assembleia Municipal na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Bragança (para substituição de membro demissionário). ...**

..... **ESTE PONTO FOI RETIRADO pelo adiantado da hora.**.....

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

.....Senhores membros da Assembleia, Senhoras e Senhores membros da Assembleia, nós vamos encerrar esta sessão.

.....Os dois pontos da agenda que não foram tratados ficam transferidos para a próxima sessão do mês de Junho da Assembleia Municipal. A urgência deles, ou a menor urgência deles compadece-se com esta decisão.

.....A todos agradeço a vossa presença, não se esqueçam de assinar as folhinhas de presença, e não se esqueçam depois de vir participar na assinatura do protocolo que aqui se vai fazer.

.....Muito obrigado a todos e muito boa tarde.

PRESENÇAS: Seguem-se as presenças e faltas dos membros que constituem a

A – Assembleia:

I – PRESENÇAS

PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA:

1 – Mesa:

Presidente – Luís Manuel Machado Rodrigues

Primeiro Secretário – Acúrcio Álvaro Pereira

Segunda Secretária – Maria Elisa Monteiro Pires Vilela

2 – Membros:

Adérito de Jesus Falcão Lhano

Amândio dos Anjos Gomes

António Almeida Dionísio **a)**

António Cruz Oliveira

António Eduardo Fernandes Malhão

António Guedes de Almeida

António Manuel Afonso

Armindo José Afonso Rodrigues

Augusto Acácio Morais

Cândido Vaz Alves

Carlos José Cadavez

Francisco António Alves

Joaquim do Nascimento Pereira

José Alberto Moutinho Moreno

José António Lourenço Rodrigues

José Luís Baltazar

Júlio da Costa Carvalho **a)**

Luís Manuel Ferro Azevedo

Luís Manuel Madureira Afonso

Manuel Ferreira de Azevedo Maia

Maria Amparo Mendes Alves

Maria Madalena Morais Morgado

Maria Olinda Pereira Silva

Maria Sampaio da Veiga

Nuno Alvares Pereira

Nuno Filipe Machado Reis

Rui Fernando Rodrigues Correia

PARTIDO SOCIALISTA

Amílcar dos Anjos Pires

António Borges Fernandes

António Rodrigues Vieira

Bruno Viriato Gonçalves Costa Veloso

João Batista Ortega

Lídia Gomes Valinho

Luís Carlos Magalhães Pires

Luís Filipe Fernandes

Luís Manuel Silvestre

Manuel António Pires

Manuel Gonçalo Esteves
Orlando Augusto Matos Pontes
Vítor Prada Pereira

COLIGAÇÃO DEMOCRATA UNITÁRIA

José Manuel Correia dos Santos Ferreira de Castro
António Alberto Morais

BLOCO DE ESQUERDA

Luís Miguel Vale Fernandes Vale

PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA

| | |
|-------------------------|--|
| ALFAIÃO | João Adriano Rodrigues |
| AVELEDA | Isidro Carlos Pereira Rodrigues |
| BABE | Manuel António Esteves |
| BAÇAL | João Francisco Alves |
| CALVELHE | Ernesto Augusto Morgado Gomes |
| CARRAGOSA | Carlos Manuel Diegues Teixeira do Vale |
| CASTRELOS | Amílcar Pereira Ventura |
| CASTRO DE AVELÃS | José Vicente Fernandes |
| COELHO | Ernesto António Fernandes |
| DEILÃO | Manuel Benites Inácio |
| DONAI | Luís Aníbal Rodrigues Martins |
| ESPINHOSELA | Hélder Augusto Martins |
| FAÍLDE | Gualter Dinis Gonçalves Garcia |
| FRANÇA | Amândio dos Santos Costa |
| GIMONDE | João Victor Alves |
| GONDESENDE | Aníbal Rodrigues Afonso |
| GOSTEI. | Carolina de Jesus Fernandes |
| GRIJÓ DE PARADA | Maria Helena Santos Branco |
| IZEDA | Maria Rosa Galhardo Pinto Pires |
| MACEDO DO MATO | João do Nascimento Fernandes |
| MEIXEDO | Luís Urbano Gonçalves |
| MILHÃO | António Alcino Fernandes |
| MÓS | Anselmo Aníbal Martins |
| NOGUEIRA | José António Prada |
| OUTEIRO | João Augusto Paiva |
| PARADA | António Manuel Afonso Pires |

| | |
|---------------------------------|--|
| PARADINHA NOVA | Domingos António Seca a) |
| PARAMIO | Manuel João Afonso Fernandes |
| PINELA | António Jorge Brás Pires |
| POMBARES | Afonso Augusto Pires Domingues |
| QUINTANILHA | Sérgio Miguel Bornes Romão a) |
| RABAL | Paulo Hermenegildo de Castro João |
| REBORDAÍNHOS | Albino Alves Rodrigo |
| REBORDAOS | Adriano Augusto Correia Rodrigues |
| RIO FRIO | Humberto Amândio Garcia |
| RIO DE ONOR | António José Preto |
| SAMIL | Eduardo Joaquim Portela |
| SANTA COMBA DE ROSSAS | Francisco José Pires Paula |
| SANTA MARIA – BRAGANÇA | Jorge Santos Moreira (Substituto) |
| SÃO JULIÃO DE PALÁCIOS | Elias dos Santos Vara |
| SÃO PEDRO DOS SERRACENOS | António Carlos de Sá |
| SÉ – BRAGANÇA | Vítor Manuel Barata (Substituto) |
| SENDAS | Marco Paulo de Jesus Frei |
| SERAPICOS | Armando Augusto Venâncio Miranda |
| SORTES | Juvêncio Alves de Carvalho |
| ZOIO | Manuel Diogo Afonso |

a) Aplicação do disposto no nº. 9 do artigo 64ª. do Regimento da AM.

II – FALTAS

PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

Domingos Moura dos Santos (Justificada)

Martinho Eduardo Nascimento

PARTIDO SOCIALISTA

Armando Pinto Bento

Victor Fernando Silva Simões Alves (Justificada)

PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA

| | |
|-----------------------------|------------------------------------|
| CARRAZEDO | Nuno António Baptista Pousa |
| QUINTELA DE LAMPAÇAS | Victor Manuel Costa |
| SALSAS | Filipe Osório Caldas (Justificada) |

B- CÂMARA

PRESENCAS:

Presidente - António Jorge Nunes
António José Cepeda
Maria de Fátima Gomes Fernandes
Armando Nuno Gonçalves Cristóvão
Isabel Maria Lopes

.....Não havendo mais assuntos a tratar, foi encerrada a sessão cerca das vinte horas, e do que nela se passou se lavrou a presente acta que depois de achada conforme – vai ser aprovada na terceira sessão ordinária desta Assembleia Municipal a realizar em 30/06/2008 – vai ser assinada pelos membros que constituem a Mesa. -----

O Presidente, _____

O Primeiro Secretário, _____

A Segunda Secretária, _____

NOTAS:

1- Nas intervenções escritas apresentadas pelos membros, encontram-se escritas a itálico as informações adicionais que foram prestadas no decorrer da leitura das mesmas intervenções.

2- Não se inclui na presente acta, consta do respectivo original, o seguinte documento:

- Documento de Prestação de Contas/2007 – Páginas 110 a 317.

